




Eilane Ramos Gomes

Favelas em Ubatuba/SP? Contradições e conflitos no  
espaço urbano



**Presidente Prudente**  
**Dezembro de 2018**

# Eilane Ramos Gomes



Monografia apresentada ao Conselho de Curso de Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) – da Universidade Estadual Paulista - “Júlio De Mesquita Filho” UNESP- câmpus de Presidente Prudente como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

**Presidente Prudente**  
**Dezembro de 2018**

G633f	<p>Gomes, Eilane Ramos Favelas em Ubatuba/SP? : Contradições e conflitos no espaço urbano / Eilane Ramos Gomes. -- Presidente Prudente, 2018 180 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientador: Márcio José Catelan</p> <p>1. Urbanização. 2. Favelização. 3. Meios de consumo coletivo. 4. Ubatuba/SP. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Eilane Ramos Gomes

## Favelas em Ubatuba/SP? Contradições e conflitos no espaço urbano

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título em Bacharel em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) – da Universidade Estadual Paulista - “Júlio De Mesquita Filho” UNESP- câmpus de Presidente Prudente.

### **Banca Examinadora**

---

Orientador: Prof. Dr. Marcio José Catelan  
(FCT/UNESP)

---

Prof. Dr. Maria Encarnação Beltrão Sposito  
(FCT /UNESP)

---

Ms. Viviane Fernanda de Oliveira Carvalho  
(Doutoranda do PPGG FCT/UNESP)

---

Eilane Ramos Gomes

Presidente Prudente, 21 de dezembro de 2018.

Resultado \_\_\_\_\_



*Aos meus pais, Edi Ramos Gomes, Sebastião Paulo Gomes  
e irmãos Washington Paulo Gomes, Dielme Ramos Gomes*

*William Ramos Gomes*

*Muito obrigado!*

## **Agradecimentos**

Obrigado! Assim começo este parágrafo, porque antes de qualquer pronunciamento quero agradecer a Deus pela vida e aos meus pais Sebastião Paulo Gomes e Edi Ramos Gomes por ter me concebido e educado e por ter me ajudado chegar até aqui. Agradeço aos meus irmãos Washington Paulo Gomes, William Ramos Gomes, Dielme Ramos Gomes por todo apoio, carinho e proteção, vocês são minha fortaleza, minha razão de viver.

Agradeço a minha cunhada, Tatiane Felix e Priscila da Silva, bem como as minhas princesas Isabely e Stefany por todo amor e carinho, por todas as hospedagens e conversas engraçadas, vocês estão em todos os planos da minha vida. Obrigado a todos meus familiares da Lagoinha, do Perequê Mirim, pela consideração e carinho, todos moram no meu coração.

Agradeço as mulheres da minha vida por terem acreditado em mim e me dado força e motivação para que eu estudasse, obrigado por sempre me apontarem o lado A e o lado B da história, foi assim que descobri a geografia dentro de mim: Cida Serpa, Cláudia Alves Nunes, Jéssica Salazar, Sonia Maria Dutra, Amanda Carolina Dutra, Laiana Guerreiro, Jéssica dos Santos Moura, Neuza dos Santos Moura, Anizia Rodrigues e família, Renata Albado.

Agradeço aos meus amigos de Ubatuba Nando Senna, Tico Canela, Inácio Beiry, Marcelo, Eduardo pela amizade fiel e cativante, muito obrigado.

Agradeço ao meu querido orientador e amigo Marcio José Catelan, por ter acreditado em mim e nesta proposta de pesquisa e por ter me ajudado todos estes anos, seja através de conversas ou através de indicações de livros, textos, filmes, palestras, reuniões e momentos de descontrações, muito obrigado.

Um agradecimento mais que especial para a professora Paula Vermeersch, por toda ajuda e consideração, meu muito obrigado!

Ao meu amigo de todas as horas, por ter me acompanhado durante estes 5 anos de faculdade, por estar presente em todos os momentos de vitória e de calento em minha vida e, por ter me ajudado a passar por todas as provas e seminários, rodas de conversa, bem como pelos desafios que a universidade nos impõe a cada dia, obrigado por acreditar na mulher que me tornei, á você meus sinceros agradecimentos Jhonata Estevam, dessa vez eu não erreí seu nome shushus, obrigado.

Agradeço, a minha querida Luana Novais nas redes sociais, por ter me ajudado nas confecções dos mapas e por estar comigo em todos os momentos de alegria e de tristeza, e por ser essa geógrafa maravilhosa, muito obrigado.

Agradeço especialmente ao Pablo Muryllo por ter me apresentado para o que eu mais amo fazer na vida, estudar a Geografia Urbana, a cidade. Obrigado “Bebe” você mora no meu coração.

Agradeço a todos meus professores e amigos da escola Dionísia e do Cursinho COC, pois vocês foram as bases para que eu chegasse até a universidade, obrigado.

Agradeço, aos meus professores da UNESP por todo ensinamento e dedicação nas disciplinas, a vocês devo minha formação profissional, muito obrigado.

Agradeço aos amigos que nunca me abandonaram e a turma 57, que desde 2014 tem caminhado comigo, vocês são os melhores amigos que alguém pode ter, em especial, Alceu, Leticia Chichera, Larissa Dionísio, Carlos Eduardo, Mateus Babeto, Israel Belinati, Barbara Ortiz, Livia Vicente, Ariane, Bruno Lucas, César, Amanda da Silva, Larissa Davis, Natalia Oliveira, Gabriele Guimarães, Jonatha Diniz, e aos meninos da minha roda, Brunão, Douglas Traira, Vinicius, Marcela Pedro, Marcelo, Heverton (irmão) agradeço a Deus por ter conhecido cada um de vocês, pois graças a vocês me tornei a mulher que sou hoje.

Agradeço a todos os profissionais que zelam pela universidade pública, as meninas da limpeza, os meninos do café, os meninos da manutenção, as meninas do xerox, os meninos do r.u, da biblioteca, dos setores administrativos, da cantina, muito obrigado.

Não poderia deixar de agradecer aos meus companheiros que batalharam comigo na chapa do Centro Acadêmico de Geografia (CAGEO) e na Moradia Estudantil, juntos aprendemos a matar um leão por dia, garanto a todos vocês que disseminarei todos os ensinamentos que obtive nestes 5 anos de debates, rodas de conversas, de aconchego. Eu desejo de coração que todos tenham uma vida próspera, com muita saúde e que todos possam conquistar seus sonhos, vocês merecem tudo de bom nessa vida. Lutemos por paridade. Muito obrigado!

Humildemente gostaria de agradecer aqueles que foram mais do que amigos, foram minha família em Presidente Prudente, me refiro a galera do D1 e as minhas companheiras de quarto. Gente, eu sei que a vida não está fácil para ninguém, portanto aproveito esta oportunidade para pedir desculpas por todos os momentos de estresse, de impaciência que eu tenha gerado na casa mesmo que involuntariamente. Deste modo, agradeço a cada um de vocês pelos conselhos, pelos momentos de alegrias, de risadas e de tristezas, principalmente por terem me tornado “a mãe da casa”, confesso que por muitas vezes atribuí a mim essa função, pois assim que eu os reconhecia, como filhos. Obrigado Luis Martins, Ayle, Maricielo, Mayara, Antonio Tunico, Bruna Guldoni, Jéssica Ribeiro, Jayne, Tatiane,

Leonardo, Leandra, Arnaldo, Mateus Vantuir, Gustavo (Degrau), Luiza Martins, Paola Tieme, Andressa Garcia, Alberto, Luis Magrão, Amanda Torquato, Felipe Gomes, Renan Garcia, Carlos, Nathan, Caio, Renato Simplício, muito obrigado.

Especialmente, agradeço ao Felipe César, ao João Paulo Pimenta, ao Sergio Teixeira e Aristóteles por serem os melhores amigos do mundo, agradeço de coração por cada correção de trabalho, de monografia, de projetos bem como agradeço por cada momento de debate, de descontração, de desconstrução, e os parabênzinhos por estarem sempre dispostos a ajudar qualquer pessoa que seja, minha gratidão a vocês é eterna. Muito obrigado.

Agradeço ao acolhimento que recebi, e as amizades que conquistei no Grupo de Pesquisa e Redefinições Regionais (Gaspper), obrigado.

Agradeço a Regina Kemp por todo apoio e por ter me concedido a bolsa de estudo, pois sem a bolsa meu caminho seria muito mais árduo, muito obrigado.

Agradeço ao prefeito de Ubatuba Delcio Sato, ao secretário de Habitação Silvio Bonfiglioli Neto, ao secretário do Planejamento e Urbanismo Antonio Cesar L. Abboud, e aos outros profissionais que ajudaram na mediação com os mesmos para que realizássemos as entrevistas, Elaine Pinho, a todos obrigado pela contribuição.

Agradeço, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro, muito obrigado!

Agradeço a todos os amigos que conquistei em Prudente e que foram essenciais para manter meu estado de espírito firme, muito obrigado, vocês me proporcionaram os melhores momentos. Aqueles que por acaso eu não tenha lembrado o nome sintam-se agraciados e lembrados.

“Somos o que fazemos, mas somos, principalmente,  
o que fazemos para mudar o que somos. ”

Eduardo Galeano

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo compreender como estão distribuídos os meios de consumo coletivo - infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos - escolas, postos de saúde, saneamento básico (água e coleta de esgoto) iluminação e asfalto no interior e entorno das favelas da cidade de Ubatuba, além do conflito gerado na constituição do processo de favelização, considerando as contradições e os conflitos na produção do espaço urbano. As ações promovidas pelo poder público são inerentes ao sistema capitalista contemporâneo que, todavia, tende a refletir mais diretamente nos segmentos com menor poder aquisitivo. Buscamos compreender esta lógica nas diversas esferas a fim de fazer um panorama geral da condição atual das favelas no município e, sobretudo entender como os gestores têm gerado e ofertado esses meios de consumo coletivo para a população mais carente que vive nas áreas mais remotas. Os procedimentos metodológicos consistiram nas leituras, análises dos mapas e gráficos, imagens de satélite e, entrevistas realizadas com cidadãos e órgãos públicos. Os diários de campo também foram utilizados como recurso para construirmos uma tipologia das áreas de favelização em Ubatuba/SP.

**Palavra-chave:** Urbanização, Favelização, Meios de consumo coletivo, Ubatuba/SP.

## **ABSTRACT**

The objective of this work was to understand how the means of collective consumption are distributed - urban infrastructure, equipment and services - schools, health posts, basic sanitation (water and sewage collection) lighting and asphalt in the interior and surroundings of the slums of the city of Ubatuba, besides the conflict generated in the constitution of the slum process, considering the contradictions and the conflicts in the production of the urban space. The actions promoted by the public power are inherent to the contemporary capitalist system, which, however, tends to reflect more directly in the segments with lower purchasing power. We seek to understand this logic in the various spheres in order to give an overview of the current situation of the favelas in the municipality and, above all, to understand how managers have generated and offered these means of collective consumption to the most needy population living in the most remote areas. The methodological procedures consisted of readings, analysis of maps and graphs, satellite images and interviews with city residents and public agencies. Field diaries were also used as a resource to build a typology of slum areas in Ubatuba / SP.

**KEYWORDS:** Urbanization, Slumization, Means of collective consumption, Ubatuba S/P.

## Lista de Figuras

Figura - 1 Ubatuba/SP. Antigo casarão do porto refuncionalizado. 2010.....	31
Figura - 2 Ubatuba/SP. Aldeia dos tupinambás. 2008.....	35
Figura - 3 Casarão do Porto: símbolo do enriquecimento da era cafeeira.2008.....	38
Figura - 4 Monte Valério.....	49
Figura - 5 Rio Escuro.....	50
Figura - 6 Folha Seca.....	52
Figura - 7 Sertão do Engenho Velho.....	53
Figura - 8 Sertão do Ingá.....	56
Figura - 9 Sertão do Araribá.....	58
Figura - 10 Rio da Prata.....	59
Figura - 11 Sertão do Perequê Mirim.....	61
Figura - 12 Sertão da Quina.....	62
Figura - 13 Corcovado.....	63
Figura - 14 Taquaral.....	65
Figura - 15 Sumidouro.....	66
Figura - 16 Pedreira.....	67
Figura - 17 Ipiranguinha.....	69
Figura - 18 Sertão do Ubatumirim.....	70
Figura - 19 Sertão do Poruba.....	71
Figura - 20 Casanga.....	73
Figura - 21 Figueira.....	74
Figura - 22 Marafunda.....	75
Figura - 23 Ressaca.....	76
Figura - 24 Bela Vista.....	78
Figura - 25 Sesmaria.....	79
Figura - 26 Mato Dentro - Trevo.....	80
Figura - 27 Horto.....	82

## Lista de mapas

Mapa 1: Ubatuba/SP. Expansão territorial urbana no período de 1890 a 2000.....	39
Mapa 2: Localização das áreas de estudo.....	45
Mapa 3: Ubatuba/SP Parcelamento do solo urbano, 2006.....	45
Mapa 4: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) / Parque, 2010.....	46
Mapa 5: Zoneamento Ecológico - Econômico setor costeiro do Litoral Norte Ubatuba/SP, 2017.....	46
Mapa 6: Domicílios particulares permanentes por setor censitário.2018.....	105
Mapa 7: Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral. 2012.....	105
Mapa 8: Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por rede geral.2018.....	106
Mapa 9: Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade.2018.....	107
Mapa 10: Domicílios particulares permanentes com outra forma de abastecimento de água.2018.....	108
Mapa 11: Domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via fossa séptica.2018. ....	109
Mapa 12: Domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via fossa rudimentar.2018.....	110



Mapa 13: Domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via vala.2018.....	112
Mapa 14: Domicílio particular permanente com esgotamento sanitário via rio, lago ou mar.2018.....	113
Mapa 15: Domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial.2018.....	114
Mapa 16: Totalidade dos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial.2018.....	115
Mapa 17: Domicílios particulares permanentes sem energia elétrica.2018.....	116
Mapa 18: Domicílios particulares permanentes com energia elétrica de outras fontes.2018.....	118
Mapa 19: Domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor.2018.....	119

### **Lista de Quadros**

Quadro 2: Referências de aproximação.....	24
Quadro 3: Entrevista com a população – Respostas mais citadas.....	124

### **Lista de Tabelas**

Tabela 1. Estimativa da população residindo em assentamentos precários em áreas urbanas. Municípios da RM Vale do Paraíba e litoral Norte. 2010.....	22
Tabela 2. Estimativa de domicílios em assentamentos precários em áreas urbanas. Municípios da RM Vale do Paraíba e litoral Norte. 2010.....	22

### **Lista de Gráficos**

Gráfico 1: Relação dos domicílios particulares permanentes ligados ao esgotamento sanitário via fossa séptica e via fossa rudimentar.....	111
Gráfico 2: Relação dos domicílios particulares permanentes ligados ao esgotamento sanitário via fossa séptica e via fossa rudimentar.....	112
Gráfico 3: População preta, parda e indígena em relação a população branca.....	120
Gráfico 4: População preta, parda e indígena em relação a população branca.....	120
Gráfico 5: Soma da população preta e parda em relação a população branca.....	121
Gráfico 6: Soma da população preta e parda em relação a população branca.....	121
Gráfico 7: Relação do número de escolas e postos de saúde.....	123

### **Lista de Fotos**

Álbum 1- Monte Valério.....	49
Álbum 2 - Rio Escuro.....	50
Álbum 3 - Folha Seca.....	51
Álbum 4 - Sertão do Engenho Velho.....	53
Álbum 5 - Sertão do Ingá.....	55
Álbum 6 - Sertão do Araribá.....	58
Álbum 7- Rio da Prata.....	59
Álbum 8 - Sertão do Perequê Mirim.....	60
Álbum 9 - Sertão da Quina.....	62
Álbum 10 - Corcovado.....	63
Álbum 11 - Taquaral.....	64
Álbum 12 - Sumidouro.....	66
Álbum 13 - Pedreira.....	67
Álbum 14 - Ipiranguinha.....	68

Álbum 15 - Sertão do Ubatumirim.....	70
Álbum 16 - Sertão do Poruba.....	71
Álbum 17 - Casanga.....	72
Álbum 18 - Figueira.....	74
Álbum 19 - Marafunda.....	75
Álbum 20 - Ressaca.....	76
Álbum 21 - Bela Vista.....	77
Álbum 22 - Sesmaria.....	79
Álbum 23 - Mato Dentro - Trevo.....	80
Álbum 24 - Horto.....	81

## Sumário

1.	Introdução .....	16
	<b>Metodologia .....</b>	<b>20</b>
1.	Os caminhos da pesquisa .....	21
1.1.	Seleção das variáveis .....	26
1.2.	Mapeamento .....	29
	<b>Capítulo 1: Um estudo espacial e o reconhecimento da área de estudo.....</b>	<b>30</b>
1.1.	Ubatuba um espaço litorâneo no norte paulista .....	31
1.1.2.	Ocupação do território e dinâmicas atuais do município de Ubatuba/SP .....	34
1.1.3.	Rompimento da estrutura (Uma dinâmica econômica voltada para o mercado)..	38
1.1.4.	Trabalho de campo e caracterização das áreas de estudo .....	43
	<b>Capítulo 2: As desigualdades socioespaciais na distribuição dos meios de consumo coletivo em Ubatuba/SP. ....</b>	<b>83</b>
2.1.	Um olhar para Ubatuba, os processos socioespaciais e os reflexos no urbano....	95
2.1.1.	Análise da população .....	119
2.1.2.	Análise das escolas e dos postos de saúde .....	122
2.1.3.	Entrevista com a população .....	123
	<b>Capítulo 3: Contradições e avanços da política urbana no combate das desigualdades socioespaciais no Brasil.....</b>	<b>126</b>
3.1.	A Política Urbana .....	132
3.1.1.	Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).....	133
3.1.2.	Assentamentos irregulares .....	135
3.1.3.	Assentamentos precários .....	138
3.1.4.	Os elementos da cidadania .....	139
4.	Considerações Finais .....	141
5.	Referências Bibliográficas.....	144
	<b>Anexo I .....</b>	<b>150</b>
	<b>Apêndice I .....</b>	<b>152</b>
	<b>Apêndice II.....</b>	<b>154</b>
	<b>Apêndice III .....</b>	<b>158</b>
	<b>Apêndice IV .....</b>	<b>160</b>
	<b>Apêndice V- .....</b>	<b>162</b>
	<b>Apêndice VI.....</b>	<b>170</b>
	<b>Apêndice VII.....</b>	<b>172</b>
	<b>Apêndice VIII .....</b>	<b>176</b>

## 1. Introdução

Antes de tudo gostaríamos de anunciar o porquê da escolha do tema e do recorte. A finalidade de estudarmos as favelas e os sertões foi justamente porque esses espaços geravam em nós pesquisadores, uma sensação de não reconhecimento da realidade desta cidade, isso associado aos diversos comentários e boatos que apontavam para a existência de favelas. Foi o que nos motivou a confrontar o senso comum e a ciência, uma vez que um questiona o outro, isso nos direcionou a uma busca por respostas a essas indagações. Daí, buscamos a articulação com escalas e processos mais amplos que nos ajudam a elucidar os elementos que explicam a formação destes espaços numa cidade litorânea como Ubatuba/SP.

O processo de urbanização no Brasil revela traços históricos de ausências de investimentos, tanto da esfera pública quanto da esfera privada, na oferta de serviços e infraestruturas urbanas, o que não tem beneficiado as cidades no seu processo de desenvolvimento. Essa escassez tende a gerar um efeito negativo nos segmentos de menor poder aquisitivo uma vez que inviabiliza sua reprodução social.

As cidades são estruturadas espacialmente a partir da divisão econômica e social do trabalho, estabelecendo uma maior distribuição das forças produtivas. Nesta relação há uma maior fluidez do espaço dada pela integração, produção, circulação e consumo, no qual estes formam os seus valores na configuração do espaço urbano. Assim sendo, a cidade é considerada o lócus da reprodução social, portanto no plano explicativo a cidade pode ser pensada a partir de seus atributos físicos e sociais, o que não pressupõe uma análise fragmentada e dicotômica das partes, visto que na vida urbana, os processos e dinâmicas que os constituem se complementam dando forma ao conteúdo das cidades.

A cidade é organizada a partir das infraestruturas e superestruturas, que são as que dão suporte para que as outras atividades sejam realizadas, “no qual a produção e consumo promovem e são promovidas pelas dinâmicas sociais” (CATELAN, 2008, p.14), assim justificamos o uso do termo socioespacial, por ser expressivo para explicar tal complementariedade.

Tendo em vista que os meios de consumo coletivo não são apenas objetos estruturantes do espaço urbano, os mesmos possuem uma pluralidade de funções: são suporte para que ocorram as interações socioespaciais; são agregadores de valores ao preço da terra, são disputados pelo Estado e pelo setor privado e são os principais alvos das políticas urbanas pois geram “implicações socioespaciais na cidade” (CATELAN, 2008, p. 14).

O fato é que os meios de consumo coletivo não se encontram socializados no espaço urbano, deste modo, a relação distribuição, produção e consumo tende a ser segmentado socialmente, bem como as alocações destes no espaço urbano podem ser mais ou menos influenciadas de acordo com as distintas atuações das forças políticas e econômicas que agem fortemente nos espaços.

A cidade tomada para análise é Ubatuba/SP, uma cidade litorânea que nos últimos anos passou por rupturas temporais e espaciais que conformaram numa mudança brusca de sua paisagem natural. Atualmente, a cidade é uma das mais visitadas em períodos de férias e passagens de datas especiais. Este fenômeno provoca um aumento populacional sazonal do espaço, o que demanda mais serviços públicos, equipamentos e infraestruturas urbanas para que sejam atendidas as necessidades dos turistas e dos moradores. No entanto, sérios problemas teriam sido evitados se, ao longo do tempo, fossem tomadas as devidas precauções no planejamento. A cidade apresenta déficits em diversos setores que conjugados a falta de recursos diminuem as expectativas de desenvolvimento da cidade, esta é uma frente no qual a gestão atual vem trabalhando na busca de sanar tais consequências históricas.

Deste modo, atentamos nos para os debates que explicam o movimento contraditório das forças capitalistas para apreender as interfaces do empírico e do teórico indissociáveis em qualquer estudo social.

Tendo em vista a natureza deste trabalho, uma monografia que visa a obtenção do título de Geógrafa, também encaramos a pesquisa como um levantamento das características e elementos que estruturam o espaço urbano, fato que nos animou a, primeiro, construirmos um capítulo de mergulho no empírico que intitulamos “ Um estudo espacial e o reconhecimento da área de estudo”. É também um diário de campo de um estudo espacial, no qual iniciamos fazendo uma análise do processo geral de formação dos espaços litorâneos, suas dinâmicas naturais e tendências atuais. Em seguida abordamos o processo de ocupação e expansão da cidade de Ubatuba/SP, as mudanças que ocorreram pós anos de 1960 e o advento do turismo como atividade principal que, muito embora não tenhamos abordado, aparece como elemento estruturante do espaço urbano. A partir deste processo de ocupação demonstramos como foi materializado no espaço urbano os conteúdos que abordamos nesta pesquisa. Buscamos descrevê-los nos tópicos que tratam: do trabalho de campo e da caracterização das áreas de estudo, o que nos levou a uma definição da tipologia adotada. Portanto, um capítulo primordial para revelarmos o empírico e que nos levou ao

debate sobre os meios de consumo coletivo, tema tratado no capítulo 2, mas que ganhou relevância como perspectiva analítica deste trabalho.

Sendo assim, podemos adentrar no capítulo 2 “As desigualdades socioespaciais na distribuição dos meios de consumo coletivo em Ubatuba/SP”, no qual o conceito de “meios de consumo coletivo” foi trabalhado por meio de autores como Lojkine (1997), Preteceille (1986) e Jaramillo (1986), a desigualdade socioespacial trabalhado por Sposito (2013), a diferenciação socioespacial trabalhado por Carlos (2007), bem como o debate sobre o “bem coletivo” e da justiça social exposto por Harvey (1980). Deste modo, delineamos sobre a perspectiva metodológica que faz menção aos objetos estruturadores do espaço urbano, entendidos aqui como meios de consumo coletivo, bem como trabalhamos sua importância na (re) produção do espaço urbano. Esta discussão se faz necessária principalmente quando levamos em consideração que as articulações dos meios de consumo coletivo não devem ser resultado ou fruto do jogo da política e do planejamento, pois este comportamento tende a reforçar as diferenciações socioespaciais em torno do uso do solo urbano, o que pode reforçar os processos de fragmentação socioespacial. Sendo assim, demonstramos estas relações que estão imbricadas pelo modo capitalista de produção com forças, lógicas e processos que estruturam o espaço.

Assim, chegamos ao capítulo 3 “Contradições e avanços da política urbana no combate das desigualdades socioespaciais no Brasil” no qual abordamos a política urbana, um conceito legitimado pelo Estatuto da Cidade (2001), bem como a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), um instrumento importante da política urbana, e também os assentamentos precários e os assentamentos irregulares enquanto uma forma de identificação das moradias na cidade, e os elementos da cidadania, que devem ser assegurados por toda e qualquer política pública. Aqui pensamos o direito a cidade (LEFEBVRE, 2001) da forma como o autor se manifestou do ponto de vista histórico, com uma breve análise da pobreza urbana sob o viés neoliberal, para demonstrarmos como as políticas urbanas mais recentes foram importantes para atender as populações que sofrem com a seletividade na oferta dos serviços públicos e infraestrutura urbana na cidade. Abordamos também as políticas urbanas no intuito de mostrar que esta tanto pode ser utilizada para resolver os direitos conflitivos em torno do acesso da terra urbana diminuindo as desigualdades socioespaciais como, pode legitimar e acirrar as constantes disputas em torno deste meio, demonstramos ainda que há um caminho árduo a ser percorrido para que se faça valer a Constituição Federal de 1988, e o Estatuto da Cidade de 2001.

E por último fazemos algumas considerações finais sobre as perspectivas atuais que envolvem as discussões em volta do nosso objeto de estudo, a favela. Por muito tempo as favelas foram alvos de políticas de remoção, atualmente são vistas como frentes para acumulação capitalista (ROLNIK, 2015). São muitas as incoerências e ingerências que são geradas em torno desta discussão, principalmente no que se refere a sua existência.

Demostramos através das entrevistas com o poder público e com a população o quanto é difícil detectar esses espaços nas cidades devido à sua complexidade política e ideológica, que envolve tantos interesses econômicos, políticos, sociais e culturais. Ao final, sugerimos algumas soluções que poderiam ser tomadas no processo de detecção destas áreas para que as políticas públicas possam alcançar estes espaços, devolvendo o que lhe foi limitado, a cidadania. Esta pesquisa buscou ampliar o estudo sobre a relação da produção do espaço urbano e os meios de consumo coletivo a partir de um olhar mais significativo para as favelas. Contudo, esperamos que este trabalho possa servir de inspiração para o desenvolvimento de projetos que estejam relacionados com o tema proposto.

# Metodologia



A pesquisa foi realizada a partir das dimensões quantitativa e qualitativa. A elaboração dos procedimentos metodológicos, a seleção das variáveis, a preparação para os trabalhos de campo, bem como o debate que vimos apresentando, foram articulados no âmbito destas dimensões, tendo em vista a complexidade da dimensão empírica e a temática escolhida. Vamos aqui abordar sobre os principais recursos metodológicos que nos permitiram o caminhar da pesquisa.

## 1. Os caminhos da pesquisa

Durante a pesquisa houve a necessidade de definir melhor o nosso objeto de estudo, as favelas, visto que as referências consultadas anteriormente não seriam suficientes para uma completa análise do que possivelmente poderia vir a ser estes espaços de moradia na cidade de Ubatuba/SP. E por um segundo motivo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não realiza pesquisas específicas sobre favelas, entretanto, com um levantamento mais geral para os municípios brasileiros, a área de Geografia desta instituição define um conceito de Aglomerados Subnormais que pode incluir (ou não) o que é reconhecido como favela pela comunidade, assim é possível haver a existência de favelas em cidades, e não serem reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), isto decorre da metodologia que o órgão utiliza, no qual se abordam aspectos políticos e sociais na definição dessas áreas. Tendo em vista que é um trabalho realizado em parceria com o poder público local, este agente pode influenciar mais ou menos nas determinações locais. Entretanto, este estudo para fins estatísticos é considerado de grande valia pela comunidade nacional pois, além de fazer uma avaliação do território nacional sobre estas e outras questões, ele abrange, mesmo que seja de forma mais generalizada, a questão de a família ter ou não o título de propriedade do terreno ou do imóvel.

Ubatuba/SP não possui uma assessoria que realize um estudo específico para detectar áreas de favelas. Por isso, no último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entendeu-se que em termos de quantificação, o valor estimado para a população (tabela 1) que habitava os setores subnormais foi **zero**, mas de acordo com as estimativas 6.113 domicílios (tabela 2) estavam em setores precários, um total de 20.818 pessoas, ou seja, aproximadamente 27,15 % se comparado com todos os outros setores, estavam em assentamentos precários, apresentamos como foi realizado este cálculo no

terceiro capítulo quando tratamos dos assentamentos irregulares (CENTRO DE ESTUDO DAS METROPÓLES, 2013).

**Tabela 1. Estimativa da população residindo em assentamentos precários em áreas urbanas. Municípios da RM Vale do Paraíba e litoral Norte. 2010**

Nome do município	Domicílios em Setores Subnormais (A)	Domicílios em Setores Precários (B)	Estimativa de Domicílios em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Domicílios em todos os Tipos de Setores	% de Domicílios em Assentamentos Precários
Aparecida	0	535	535	10.180	5,26
Arapeí	0	0	0	608	0,00
Areias	0	0	0	726	0,00
Bananal	0	261	261	2.639	9,89
Caçapava	263	752	1.015	23.434	4,33
Cachoeira Paulista	0	0	0	7.415	0,00
Campos do Jordão	0	4.295	4.295	14.216	30,21
Canas	0	0	0	1.127	0,00
Caraguatatuba	0	6.806	6.806	30.696	22,17
Cruzeiro	0	112	112	22.531	0,50
Cunha	0	0	0	3.949	0,00
Guaratinguetá	0	852	852	32.576	2,62
Igaratá	0	0	0	2.233	0,00
Ihabela	0	1.847	1.847	8.956	20,62
Jacareí	2.766	2.043	4.809	63.313	7,60
Jamboiro	0	0	0	792	0,00
Lagoinha	0	0	0	1.083	0,00
Lavínicas	0	0	0	1.709	0,00
Lorena	0	5	5	24.403	0,02
Monteiro Lobato	0	0	0	554	0,00
Natividade da Serra	0	0	0	1.010	0,00
Paraibuna	0	0	0	2.206	0,00
Pindamonhangaba	0	64	64	41.417	0,15
Piquete	0	0	0	4.127	0,00
Potim	0	0	0	4.589	0,00
Queuz	0	0	0	2.552	0,00
Redenção da Serra	0	0	0	704	0,00
Roseira	0	0	0	2.713	0,00
Santa Branca	0	128	128	3.698	3,46
Santo Antônio do Pinhal	0	0	0	1.195	0,00
São Bento do Sapucaí	0	0	0	1.640	0,00
São José do Barreiro	0	0	0	940	0,00
São José dos Campos	2.015	3.805	5.820	185.640	3,14
São Luís do Paraitinga	0	0	0	2.030	0,00
São Sebastião	0	7.419	7.419	23.503	31,57
Silveiras	0	0	0	848	0,00
Taubaté	0	1.060	1.060	82.047	1,29
Tremembé	32	152	184	9.883	1,86
<b>Ubatuba</b>	<b>0</b>	<b>6.113</b>	<b>6.113</b>	<b>24.493</b>	<b>24,96</b>
Total da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	5.076	36.249	41.325	648.375	6,37

Fonte: Elaboração CEM, a partir do censo (IBGE 2010) *apud* CEM (2013)

**Tabela 2. Estimativa de domicílios em assentamentos precários em áreas urbanas. Municípios da RM Vale do Paraíba e Litoral Norte. 2010**

Nome do município	Pessoas em Setores Subnormais (A)	Pessoas em Setores Precários (B)	Estimativa de Pessoas em Assentamentos Precários (A + B)	Total de Pessoas em todos os Tipos de Setores	% de Pessoas em Assentamentos Precários
Aparecida	0	2.001	2.001	34.140	5,86
Arapeí	0	0	0	1.862	0,00
Areias	0	0	0	2.431	0,00
Bananal	0	855	855	8.098	10,56
Caçapava	932	2.822	3.754	79.713	4,71
Cachoeira Paulista	0	0	0	24.423	0,00
Campos do Jordão	0	14.804	14.804	46.991	31,50
Canas	0	0	0	4.069	0,00
Caraguatatuba	0	22.494	22.494	95.881	23,46
Cruzeiro	0	354	354	74.932	0,47
Cunha	0	0	0	12.078	0,00
Guaratinguetá	0	2.964	2.964	106.366	2,79
Igaratá	0	0	0	6.973	0,00
Ihabela	0	5.988	5.988	27.871	21,48
Jacareí	10.143	7.355	17.498	207.968	8,41
Jamboiro	0	0	0	2.542	0,00
Lagoinha	0	0	0	3.095	0,00
Lavínicas	0	0	0	5.969	0,00
Lorena	0	19	19	79.902	0,02
Monteiro Lobato	0	0	0	1.756	0,00
Natividade da Serra	0	0	0	2.784	0,00
Paraibuna	0	0	0	7.180	0,00
Pindamonhangaba	0	203	203	141.198	0,14
Piquete	0	0	0	13.121	0,00
Potim	0	0	0	16.573	0,00
Queuz	0	0	0	8.617	0,00
Redenção da Serra	0	0	0	2.202	0,00
Roseira	0	0	0	9.089	0,00
Santa Branca	0	462	462	12.097	3,82
Santo Antônio do Pinhal	0	0	0	3.846	0,00
São Bento do Sapucaí	0	0	0	4.995	0,00
São José do Barreiro	0	0	0	2.857	0,00
São José dos Campos	7.310	13.678	20.988	615.522	3,41
São Luís do Paraitinga	0	0	0	6.104	0,00
São Sebastião	0	24.700	24.700	73.332	33,68
Silveiras	0	0	0	2.967	0,00
Taubaté	0	3.827	3.827	270.796	1,41
Tremembé	137	603	740	34.650	2,14
<b>Ubatuba</b>	<b>0</b>	<b>20.818</b>	<b>20.818</b>	<b>76.666</b>	<b>27,16</b>
Total da RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	18.522	123.947	142.469	2.131.448	6,68

Fonte: Elaboração CEM, a partir do censo (IBGE 2010) *apud* CEM (2013)

Logo, para não cairmos em uma incoerência metodológica, optamos nesta pesquisa, por inspirarmo-nos no conceito de favela proposto e amplamente discutido pelo Observatório de Favelas em (2009), que define a favela não pela sua ausência, ou na perspectiva do que lhe falta, no âmbito das infraestruturas urbanas e serviços, mas pelo reconhecimento de suas especificidades socioterritoriais (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009).

No trabalho de Vieira (2008) intitulado “*Paisagens Invisíveis: os sertões de Ubatuba /SP*” é possível localizar 24 áreas que seriam correspondentes a favelas e sertões. Tais áreas estão localizadas, sobretudo nos chamados sertões, e nas bordas das áreas centrais.

Por sertões litorâneos entende-se as áreas caracterizadas como: bolsões de ocupações situados em áreas de planícies e escarpas litorâneas, nos sopés e interiores dos morros, distante do mar e longe das praias e do centro urbano, onde estão localizadas as áreas menos valorizadas da cidade e que concentra a maior parte da população de baixa renda (VIEIRA, 2008).

A autora define os sertões a partir das suas percepções em campo, enfatizando que, não há uma coerência entre os autores sobre a origem deste termo. Assim, para a autora, nessas áreas vivem populações tradicionais, que possuem seus costumes, heranças, conhecimentos, e que desenvolveram características próprias, povo fruto de miscigenação, morador local do litoral paulista que possuem estreita relação com o mar e com a Mata Atlântica.

No entanto, apesar do esforço feito pela autora, os estudos demonstram que há uma dificuldade em se definir a favela de fato, visto que o universo favela possui uma heterogeneidade e uma diversidade, que, entretanto, não é condizante a própria construção do conceito de aglomerados subnormais propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) este conjunto que inclui as favelas e as ocupações irregulares são formados por no mínimo 51 unidades habitacionais, que estejam em áreas públicas ou privadas, carentes de infraestrutura, e que estão dispostos de forma desordenada e densa no terreno, sendo assim, são considerados aglomerados subnormais.

Os estudos sobre as favelas voltaram-se quase sempre para as grandes cidades, como Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo etc. Sendo assim, os estudos ainda não buscaram definir de fato os outros tipos e formas de se morar na cidade, misturando em uma

única categoria as outras tipologias habitacionais existentes nas cidades, estas que, ao nosso ver, foram reproduzidas por todo território brasileiro, havendo assim uma generalização das diversas formas de se habitar na cidade.

Este foi o ponto inicial, a partir das 24 áreas apresentadas por Vieira (2008), que nos apoiamos para o direcionamento de nosso levantamento. Identificamos essas 24 áreas dentro dos setores censitários, procedimento que possibilitou o mapeamento e o trabalho de campo. Foi realizado um melhor detalhamento das áreas de estudo e assim localizamos os setores censitários que apresentam os maiores déficits de investimentos em relação aos serviços públicos e infraestrutura urbana, tomando este dado como uma referência na identificação das áreas. A partir dos mapeamentos e do cruzamento das informações levantadas durante as entrevistas com cidadãos e os órgãos públicos, apontamos os setores onde possivelmente estariam localizadas as áreas, bem como partimos destes setores para fazermos o trabalho de campo entre os dias 21 e 26 de julho de 2018 e 10 e 22 de novembro de 2018.

Esta foi uma tentativa de aproximação de uma perspectiva mais atual e que abrangesse de forma menos homogênea estas áreas, e para detalhar o procedimento de identificação dos elementos do processo de favelização pautamo-nos na referência feita pelo Observatório de Favelas em 2009, o qual sintetizamos no quadro 2.

**Quadro 2. Referências de aproximação metodológica. 2009**

Referência de aproximação		Procedimentos Metodológicos
1	Insuficiência histórica de investimento do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, financeiro, e de serviços;	Mapeamento dos equipamentos públicos.
2	Forte estigmatização sócio-espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade;	Entrevista com a população
3	Edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientem pelos parâmetros definidos pelo Estado;	Análise dos mapas oficiais e trabalho de campo, entrevistas.
4	Apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia; – Ocupação marcada pela alta densidade de habitações;	Imagens do Google Earth, dados do IBGE, análise dos mapas oficiais.
5	Indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade;	
6	Níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho;	
7	Taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade;	

8	Ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental	Análise do mapa oficial de zoneamento ecológico e trabalho de campo.
9	Alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira;	Comparação do gráfico da população negra, parda e indígena em relação a população branca nos setores.
10	Grau de soberania por parte do Estado inferior à média do conjunto da cidade;	
11	Alta incidência de situações de violência, sobretudo letal, acima da média da cidade;	Entrevista com a população e bibliografia
12	Relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comum como lugar de convivência	Entrevista com a população.
13	Se as famílias obtêm ou não o título de propriedade do imóvel e do terreno <sup>1</sup>	

Fonte: Observatório de Favelas, 2009. Organizado por Eilane Ramos Gomes.

Mas, entendendo a limitação deste conceito, por este ser desenvolvido para as metrópoles, o que não é o caso da nossa área de estudo, apenas nos inspiramos nele para revelarmos possíveis similitudes com nossa área de estudo. O intuito era encontrar uma zona de contato deste processo ou outros vestígios que nos permitissem fazer uma aproximação com o empírico de modo que nos ajudassem a entender melhor a realidade daqueles espaços.

Tomamos a favela numa perspectiva de gerar o debate em favor de seu reconhecimento como parte da cidade, diante da constante negação de sua existência perante ao Estado e pelo planejamento. Salientamos que, em nenhum momento desconsideramos que este espaço é por natureza um campo de disputa política e ideológica, cheio de heterogeneidades nas formas, conteúdos, significados, sujeitos, práticas espaciais, e que não podem ser reduzidos a uma simplória tentativa de aproximação, uma vez que:

A solução para as favelas não está fora das favelas, mas no reconhecimento de que a favela [...] representa a reinvenção da própria cidade, entendida como o lugar do encontro e da troca entre os diferentes. Uma cidade renascente, rejuvenescida, descontraída e, incontestavelmente alegre. Construída como resposta aos processos de exclusão social e segregação espacial, mas também como uma forma alternativa e clarividente de autoproteção com relação aos rumos que tomava a grande cidade a sua volta. A um tempo, reflexo e espelho de uma sociedade desigual, a sócio diversidade presente nas favelas figura hoje como parte fundamental da solução para os problemas enfrentados pela cidade como um todo. (DUARTE, 2009 p. 61)

<sup>1</sup> Incorporamos o item 13, por ser uma sugestão dada pela banca que avaliou a monografia, pois esse item toca em um direito fundamental, o direito de propriedade do imóvel ou do terreno. O Observatório de Favelas por considerar apenas a função social destes, não incorpora o título de propriedade neste processo de aquisição das moradias pela população mais carente, o que por sua segurança jurídica daria total garantia aos moradores. Mas conforme a banca este item é um conceito importante a ser avaliado nesta pesquisa e por isso foi incluído. O que está destacado em vermelho não foi possível concluir nesta pesquisa.

Dada, então, a complexidade empírica que envolve a construção do que se entende por “favela”, não podemos realizar uma análise superficial deste fenômeno. Simplesmente, pela dimensão deste processo, não podemos nos permitir a uma análise rasa do mesmo, pois estes podem ser revelados e aprofundados sobre outras perspectivas em outros estudos.

Além do mais optamos por trabalhar com os sertões litorâneos, algo mais originário, pois entendemos que a noção do conceito centro - periferia se alterou muito, não sendo suficiente para explicar a realidade atual das cidades brasileiras (SERPA, SPOSITO, 2013).

Identificar o que há de geral e o que há de particular entre os bairros é a tentativa de um esforço para melhor caracterizar a desigualdade socioespacial na distribuição dos meios de consumo de uso coletivo em Ubatuba/SP. E a partir dos 12 pontos elencados pelo Observatório de Favelas (2009), nos empenhamos para identificar as favelas do município.

Com base nas análises que realizamos durante o trabalho de campo e com as análises que fizemos do mapa (3) de parcelamento do solo, do mapa (4) do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), do mapa (5) do Zoneamento Ecológico-Econômico Setor Costeiro do Litoral Norte, cedidos pelo Poder Público<sup>2</sup>, e das imagens de satélite Google Earth representados nas figuras de (1 a 24) nos levou ao entendimento da vulnerabilidade ambiental dos espaços, do padrão construtivo desta área, do plano urbano, sendo estas 2 referências a serem colocadas, a autoconstrução e a vulnerabilidade ambiental na identificação das favelas.

Outra questão que foi analisada é com relação a densidade de ocupação no terreno, ou seja, a partir das imagens de satélite, observamos quais bairros dentre os 24 apontados, apresentam tais características na malha urbana.

Alguns bairros por não possuírem algumas características e por não apresentarem os requisitos de aproximação para a realização das entrevistas segundo o quadro (2) do Observatório de Favelas (2009), já que o objetivo central da pesquisa é localizar as favelas e seus aspectos mais gerais e específicos foram sendo excluídos no decorrer da pesquisa.

### **1.1. Seleção das variáveis**

A partir da base de dados do IBGE (2010) selecionamos as variáveis: números de domicílios particulares permanentes por setor censitário; domicílios particulares permanentes

---

<sup>2</sup> Os mapas cedidos pelo poder público foram apresentados no tópico 1.1.4 do trabalho, quando tratamos da caracterização das áreas.

com abastecimento de água da rede geral; domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade; domicílios particulares permanentes com outra forma de abastecimento de água; domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial; domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa séptica; domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar; domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala; domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rio, lago ou mar; domicílios particulares permanentes sem energia elétrica; domicílios particulares permanentes com energia elétrica de outras fontes; domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor; raça declarada pela pessoa se negra, parda, indígena ou branca, um total de 16 variáveis.

Para fazermos o mapeamento nos inspiramos na metodologia que foi utilizada na *pesquisa* Impacto da aplicação de novos instrumentos urbanísticos em cidades do Estado de São Paulo, no qual seus resultados foram expostos e discutidos por Rolnik (1999). Deste modo, das 4 variáveis apresentadas no estudo, foram selecionadas apenas 3: **rede de água, esgoto e iluminação.**

Sendo assim, se o domicílio está conectado ao sistema de água encanada, é considerado adequado; todos os outros sistemas (poços, açudes, acessos públicos coletivos etc.) são considerados inadequados. Para os esgotos, ou fossas sépticas são considerados adequados, enquanto todas as outras soluções são consideradas inadequadas. Para a iluminação, considera-se adequado o sistema elétrico com relógios nos domicílios, todas as outras soluções (sistema elétrico sem relógios, sistemas a óleo ou querosene) são inadequadas.

Segundo a base de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) considerou-se como domicílio o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, que esteja sendo utilizada como tal. Os critérios essenciais dessa definição são os de separação (limitada por muros) e independência (com relação ao acesso direto a moradia).

Considerou - se enquanto particular a espécie de domicílio em que o relacionamento entre os seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica, ou por normas de convivência, e por dependência é a relação da empregada doméstica e

agregados em relação a pessoa responsável pelo domicílio, seja por regras de convivência estabelecidas ou não por laços de parentesco e dependência doméstica.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considerou como domicílio particular permanente aquele tipo de domicílio particular construído para servir, exclusivamente, a habitação e que na data de referência tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. Por isto optamos por este critério.

O tipo de esgotamento sanitário do banheiro ou sanitário do domicílio particular permanente foi classificado como: rede geral de esgoto ou pluvial - quando a canalização das águas servidas e dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário, estava ligada a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada; fossa séptica - quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação, sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município; fossa rudimentar - quando o banheiro ou sanitário estava ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.); vala - quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a uma vala a céu aberto; rio, lago ou mar - quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a rio, lago ou mar;

A forma de abastecimento de água do domicílio particular permanente foi classificada como: rede geral de distribuição - quando o domicílio ou o terreno, ou a propriedade onde estava localizado, estava ligado a uma rede geral de distribuição de água; poço ou nascente na propriedade - quando o domicílio era servido por água proveniente de poço ou nascente localizado no terreno ou na propriedade onde estava construído; outra - quando a forma de abastecimento de água do domicílio era proveniente de poço ou nascente fora da propriedade, carro-pipa, água da chuva armazenada de outra forma, rio, açude, lago ou igarapé ou outra forma de abastecimento de água, diferente das descritas anteriormente.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também pesquisou a existência, no domicílio particular permanente, de energia elétrica e, para o domicílio que possuía, investigou-se a sua origem: se é proveniente de companhia distribuidora ou de outra fonte (eólica, solar, gerador etc.) e se havia medidor ou relógio no domicílio.

No domicílio particular permanente atendido por energia elétrica de companhia distribuidora, investigou-se a existência de medidor para registro do consumo de energia elétrica do domicílio e o seu uso. O uso do medidor de consumo de energia elétrica foi



classificado como: exclusivo do domicílio - quando o medidor ou relógio era de uso exclusivo para registro do consumo de energia elétrica do domicílio; de uso comum a mais de um domicílio - quando o medidor ou relógio registrava o consumo de energia de mais de um domicílio. Inclui-se, neste caso, o medidor ou relógio de uso comum do domicílio com um ou mais estabelecimentos. E também se investigou a cor ou raça declarada pela pessoa, se branca, parda, negra, indígena.

## **1.2. Mapeamento**

A partir dos dados oficiais levantados no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), selecionamos 16 variáveis que foram organizadas em tabelas no *Excel*. Os mapas foram confeccionados no *software* Qgis 2.18. 20. Utilizamos a ferramenta união, um recurso do *software*, para unir os atributos que constam na tabela do *Excel* ao *shapefile* de Ubatuba/SP, ou seja, dados vetoriais, e assim geramos um novo *shapefile* somente com as uniões. Após realizada esta etapa, em propriedades da camada do *shapefile*, modificamos a expressão, selecionamos a opção símbolo graduado e o modo intervalo igual para classificar os dados, e gerar os mapas temáticos. Assim, representamos o fenômeno da desigualdade socioespacial na distribuição dos equipamentos urbanos e serviços em Ubatuba/SP. Para analisarmos os mapas comparamos o nível das inadequações e adequações apresentadas para cada um dos 24 bairros, ponderamos que em muitos casos há bairros com mais de 1 setor censitário, é por isso que por muitas vezes o nome dos bairros se repetem nos gráficos. Deste modo, para os bairros que contêm setores menores utilizamos dos gráficos para realizarmos algumas inferências que no mapa não foi possível visualizar. Deste modo, identificamos quais setores apresentam os maiores déficits em relação a oferta de infraestrutura urbana e serviços urbanos à população.

**Capítulo 1:**  
**Um estudo espacial e**  
**o reconhecimento da**  
**área de estudo.**

## 1.1. Ubatuba um espaço litorâneo no norte paulista

Para compreender o processo de ocupação de uma cidade, é importante entender como se deu o contexto da formação histórica da região no qual esta se insere, seu dinamismo, complexidade e urbanização. A região do Vale do Paraíba e Litoral Norte participou dos principais processos econômicos e políticos que o país vivenciou:

“Do ciclo da cana-de-açúcar e do café, sendo rota do ciclo do ouro e a modernização industrial. Em termos gerais, podemos dizer que as cidades do litoral norte paulista são parecidas historicamente e geograficamente, no entanto, conforme certos ciclos econômicos as cidades se diferenciaram umas das outras” (SILVA, 2012, p.13).

O espaço litorâneo, possui muitas particularidades que podem ser apreendidas a partir do olhar que lançamos para suas características locais, sendo elas: a Serra do Mar, a proximidade com o oceano, a população tradicional caiçara, a floresta tropical úmida. Portanto, é um espaço em contínua interação biótica e abiótica e que possui fortes inter-relações.

O turismo de veraneio mudou a função das cidades do litoral norte e fez surgir novos olhares, deste modo, transformações ocorreram devido a esta nova configuração posta a partir desta nova estrutura que se instalou nas cidades. O que resultou, ao longo do tempo, num processo de transformação das formas preexistentes tomadas pelas novas funções nas cidades.

**Fig 1. Ubatuba/SP. Antigo casarão do porto refuncionalizado. 2010**



Fonte: Silvio Cesar Fonseca, Publicado em 8 de out de 2010.

Na figura (1) podemos ver claramente como as funções da cidade de Ubatuba/SP, foram mudando ao longo das décadas. Este hotel e restaurante conforme demonstra a figura (1) é o símbolo do enriquecimento da era cafeeira em Ubatuba/SP no século XIX.<sup>3</sup> Esta é uma casa que serviu de moradia aos colonizadores e que tinha uma função residencial no século XIX, entretanto, ao longo do tempo se transformou, dando lugar há uma função comercial.

Nas últimas décadas o turismo é uma atividade que vem ganhando força e estímulo no cenário nacional e internacional. Deste modo, algumas cidades têm desenvolvido mais funções a fim de manter o setor aquecido. Estão associados ao turismo o lazer, e a contemplação.

O capitalismo deu conta de transformar o turismo em uma prática social, no qual nem todos participam, pois ele tende a ser seletivo. Soube aproveitar bem do ócio, do tempo livre, das férias para nele se encrustar e se reproduzir.

O capital imobiliário vê nos pontos turísticos, uma forma de expansão, e nas vilas e povoados, um terreno fértil pronto para valorização. Portanto, “este é um processo constante e a valorização do capital é maior quanto menos popular e mais restritivo é o trecho explorado” (CARDOSO, 1996, p. 26).

Quando se pensa em valorização do capital, a praia se tornou a “galinha dos ovos de ouro do capital imobiliário”. Os terrenos no litoral tendem a serem olhados como reserva de valor, na medida em que via de regra, primeiro se compra o terreno, para posteriormente esperar a sua valorização ou até mesmo que o Estado realize as infraestruturas de transportes necessárias para viabilizar os loteamentos e ao final serem comercializadas (CARDOSO, 1996).

O avanço do capital imobiliário sobre as populações nativas que habitam a costa, muitas com uma organização social muito diferente, se tornam um obstáculo para a reprodução do capital quando, se encontram localizadas em meio aos empreendimentos.

Deste modo, elementos que antes não existiam no modo de vida caiçara passam a estar presentes no novo contexto da vida social, como os loteamentos fechados, as áreas restritas, as áreas públicas sendo privatizadas, a proibição do acesso ao mar, a expulsão dos moradores etc.

Na porção norte do estado de São Paulo temos, no conflito com as comunidades caiçaras e com a natureza, uma de suas principais facetas. Nas comunidades, o conflito paira

---

<sup>3</sup> FUNDAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE UBATUBA / SP (FUNDART)

em cima dos direitos que lhes são retirados, como o acesso à praia, aos usos dos equipamentos urbanos, o próprio acesso à terra. Do ponto de vista ambiental, há o conflito gerado em torno dos ecossistemas provocados pelas ações antrópicas, como, por exemplo, o turismo predatório.

O litoral norte paulista compreende a cidade de Caraguatatuba/SP, São Sebastião/SP, Ilhabela/SP, Ubatuba/SP e possuem características morfológicas semelhantes, possuem nas suas costas uma proximidade com as escarpas da Serra do Mar recobertas com vegetação, gerando um litoral recortado e marcado pela presença de baías próximos aos costões rochosos e pequenas enseadas, e à sua frente tem Oceano Atlântico. Nas planícies costeiras avistamos as restingas, os mangues, os brejos e as matas.

A região viveu de alternâncias econômicas, houve momentos em que a região teve um bom dinamismo, calçado na produção do açúcar e outros de declínio, quando a atividade cafeeira caminhava para seu fim, e depois principalmente com a abertura do porto de Santos. Deste modo, as antigas roças dos cafezais passaram a serem ocupadas pela pesca, culturas de subsistência, bananais, uma “policultura caiçara”. Até a entrada da atividade turística e imobiliária, a região foi marcada essencialmente pela presença pela figura do agricultor caiçara (CARDOSO, 1996).

No início dos anos 1930, começa o processo de entrada de uma nova população na região, na década de 1930 ocorre a ligação rodoviária São José/SP - Caraguatatuba/SP, em 1950 acontece a ligação Ubatuba/SP - Caraguá/SP, e na década de 1950 a ligação Bertiooga/SP - São Sebastião/SP e a mais recente a abertura da BR 101 trecho Rio-Santos nos fins da década de 1970, estes “promoveram um maior afluxo de turistas para o litoral norte, acompanhados do capital do planalto, que somados ao capitais locais, formaram os primeiros loteamentos de veraneio” (CARDOSO, 1996, p. 32, 33).

Ao meio fio da estrada os espaços caiçaras foram sendo transformado pela construção civil e agregados, gerando os condomínios fechados, e expulsando a população local que habitava a beira das praias para os núcleos urbanos mais distantes, atraindo um grande contingente de pessoas que migravam de outras áreas do país (CARDOSO, 1996).

Atualmente predominam os loteamentos de segunda residência, eles coexistem com as outras formas de morar na cidade, isto demonstra o cenário ambíguo do litoral, em muitas casas estão presentes roças e casas sem muros ou cercas, mas o que predomina são espaços tomados pelo mercado imobiliário, principalmente na orla da praia, o lugar mais valorizado da região pelo turismo.

### 1.1.2. Ocupação do território e dinâmicas atuais do município de Ubatuba/SP

Para entender como se deu a produção do espaço geográfico é importante compreender os aspectos históricos da cidade, isto engloba uma análise política, econômica, cultural e social destas dimensões, pois estes promovem diferentes formas urbanas.

Toda costa atlântica era vastamente ocupada por diversos povos indígenas, de diferentes culturas e línguas distintas, sobreviviam e reproduziam-se por meio da cultura de subsistência, considerada muito evoluída e diversificada para a época, praticavam a agricultura, caça e a pesca. Os índios foram rendidos pelos portugueses no início do processo de colonização, e grande parte dos grupos indígenas encontrados no litoral pelos portugueses pertenciam a tribos de tronco tupi (RIBEIRO, 1995).

Além da mandioca, cultivavam o milho, a batata-doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o urucu, o algodão, carauá, cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-mate, o guaraná, entre muitas outras plantas. Inclusive dezenas de árvores frutíferas como o caju, o pequi etc. Faziam, para isso, grandes roçados na mata, derrubando as árvores com seus machados de pedra e limpando o terreno com queimadas (RIBEIRO, 1995, p. 32).

Muitos índios que pertenciam à tribo dos Tupinambás foram explorados e serviram de mão de obra escrava para os colonizadores, principalmente, porque os índios recusaram-se a trabalhar e fazer o trabalho pesado, pois estas tarefas não faziam parte de sua cultura tradicional e do seu modo de vida.

Para os jesuítas, a tarefa era educar os índios e tentar um tratado de paz entre as partes, a intenção era promover a paz para usar a força de trabalho indígena nas lavouras de cana de açúcar. Os índios eram qualificados como selvagens, agressivos, preguiçosos, ferozes pelos colonizadores e tinham que trabalhar a força, no entanto houve muita resistência por parte dos indígenas (RIBEIRO, 1995).

No litoral norte, a disputa pelo território ficava cada vez mais intensa entre portugueses e franceses. Os franceses eram apoiados pelo seu Rei Henrique II, com o passar do tempo eles conseguiram conquistar a confiança dos índios Tupinambás, e começaram a lutar juntos contra o poderio português. Os portugueses apesar de manterem relações de amizade com os índios Tupiniquins avançaram violentamente contra os Tupinambás, a resposta foi a prisão do índio Tupinambá Aimberê, este que após escapar da sentença de morte se tornou um dos maiores inimigos da Coroa<sup>4</sup>. Os Tupinambás sob o comando de

---

<sup>4</sup> FUNDAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE UBATUBA (FUNDART)

Cunhambebe aliaram se as tribos de Cabo Frio e Bertioga e passaram a lutar contra o domínio lusitano:

Os índios naturais que habitavam o litoral norte eram os Tupinambás que, segundo relatos históricos, era um grupo alegre, que cultivava a música e a dança e faziam instrumentos musicais, principalmente flautas e tambores. Viviam em paz com os Tupiniquins, naturais de São Vicente, até a chegada dos colonizadores portugueses e franceses. Incitados pelos brancos, estes dois grupos indígenas passam a guerrear até que a Confederação dos Tamoios, liderada por Cunhambebe, une os dois povos para combater os colonizadores [...] (LUCHIARI, 1999, p. 81).

Os índios em uma tentativa de libertação se uniram a Cunhambebe e juntos organizaram a Confederação dos Tamoios (os donos da terra) para lutar contra os portugueses. Durante este processo os franceses foram expulsos e os missionários José de Anchieta e o Padre Manoel de Nóbrega conseguiram conquistar a confiança dos indígenas e assim pacificá-los, e depois de dois meses de negociação o Padre Manoel de Nóbrega e padre José de Anchieta voltaram a aldeia Iperoig atual Ubatuba/SP e em 14 de setembro de 1563 foi firmada a paz de Iperoig, o primeiro tratado de paz das Américas<sup>5</sup> data comemorativa na cidade (FUNDART, 2018).

**Fig 2. Ubatuba/SP. Aldeia dos tupinambás. 2008**



Fonte: Brigatti, 2008

<sup>5</sup> FUNDAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE UBATUBA (FUNDART)

Com a paz reestabelecida o Governador Geral do Rio de Janeiro Salvador Corrêa de Sá e Benevides enviou os primeiros moradores para assim garantir a posse da terra para Coroa, deste modo, a região passou a ser dominada pelos portugueses.

A região começou a ser frequentada por homens brancos, consequência disto foi o surgimento de várias doenças epidêmicas que ajudaram a exterminar os povos indígenas, pois até então eles não haviam tido contato com outras bactérias e vírus.

O povoado conseguiu sua emancipação política e administrativa, sendo assim, foi elevada à categoria de Vila. Segundo Camargo (1994) a criação da Vila Nova da Exaltação da Santa Cruz do Salvador de Ubatuba em 28 de outubro de 1637, antiga aldeia Iperoig, só foi possível devida à concessão de terras que foram feitas por D. Maria Alves ao capitão e fundador da cidade, o nobre português das Ilhas dos Açores, Jordão Albernaz Homem da Costa. A cidade começou a se desenvolver com a plantação do açúcar, porém esta atividade terá vida curta devido a diversos fatores:

Até o final do século XVIII, a região produzia apenas o necessário para a subsistência, a partir de então, com a plantação da cana-de-açúcar, houve momentos nos quais a economia ubatubense destacou-se pela produção de cachaça, comercializada para as regiões mineiras, através do porto da cidade (GOMES, 2015, p.33).

Em 1787, o presidente da Província de São Paulo, Bernardo José de Lorena decretou que todas as embarcações teriam que obrigatoriamente se dirigir ao porto de Santos//SP, onde os preços obtidos pelas mercadorias eram mais baixos<sup>6</sup>. Deste modo o tráfego que movimentava o porto da cidade foi desviado, isso fez com que o preço do açúcar não resistisse à concorrência e neste momento a cidade voltou a produzir apenas o necessário para subsistência.

Além do que era muito difícil competir com o açúcar que era produzido no Nordeste, deste modo, três fatores influenciaram na queda da produção açucareira: a posição geográfica, desfavorável em relação ao Nordeste e por estar mais próximo do mercado europeu, a escassez dos espaços agricultáveis, devido as próprias barreiras naturais e clima, qualidade do solo, a indisponibilidade de tecnologia, e a própria vontade dos portugueses em adentrar os planaltos do Brasil em busca de pedras preciosas. (SILVA 1975:23; PETRONE 1965:22 *apud* LUCHIARI, 1999).

---

<sup>6</sup> FUNDAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE UBATUBA (FUNDART)



Conforme Luchiari (1999), as trilhas que foram abertas pelos indígenas que cortavam a Serra do Mar foram estrategicamente usadas para exportar o ouro que estava sendo descoberto entre os séculos XVII e XVIII em Minas Gerais, estes que eram cunhados no Registro de Taubaté desciam pelas trilhas para o porto de Ubatuba/SP e seguiam para as caravelas em direção a Portugal. Com a mudança do “eixo” para o Rio de Janeiro o litoral norte paulista sofreu com os impactos do declínio desta atividade, reduzindo seu êxodo demográfico.

A situação só melhorou a partir de 1808 com a abertura dos portos. Segundo Camargo (1994), ainda no início século XIX com a produção do café a cidade volta a produzir.

O café produzido na cidade era “[...] enviado para o Rio de Janeiro. O status de cidade exportadora de café deixou Ubatuba em um posto privilegiado dentro do estado de São Paulo” (GOMES 2015, p.33).

A então Vila de Ubatuba passou a ser a grande exportadora do café que se expandia por todo Vale do Paraíba. O porto da cidade tinha uma importante função, escoar as mercadorias e os grãos que vinham do Vale do Paraíba e o café que era produzido na região:

Neste contexto, novas ruas são abertas e o urbanismo alcança o município. Foram criadas novas edificações, como igrejas, teatro, chafariz com água encanada, mercado municipal e novas construções para abrigar a elite local, dentre as quais o sobrado de Manoel Baltazar da Costa Fortes, hoje a sede da FUNDART (GOMES, 2015, p. 33, 34).

Neste período Ubatuba/SP sob a lei nº 5, de 13 de março de 1855, alcança a categoria de cidade e vai se transformar em sede de comarca na lei nº46 de 06 de abril de 1873.

No meio do século XIX, Ubatuba/SP e São Sebastião/SP sofreram com a perda de dinamismo e com o declínio da produção cafeeira. Após a inauguração da ferrovia Santos – Jundiá em 1867, e em 1877 com a ligação ferroviária São Paulo - Rio de Janeiro houve um deslocamento da produção cafeeira para as extensas áreas do Oeste Paulista e devido à concorrência, conforme Gomes (2015), a cidade vai fechar suas casas comerciais e vai se esvaziar, as suas trilhas que haviam sido abertas também foram fechadas pela mata provocando um isolamento da cidade e a manutenção de uma baixa urbanização. De 1870 a 1932 Ubatuba/SP mantinha uma população entorno de 3.227 habitantes<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> FUNDAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE UBATUBA (FUNDART)

**Fig. 3. Casarão do Porto: símbolo do enriquecimento da era cafeeira. 2008**



Fonte: Brigatti, 2008

### **1.1.3. Rompimento da estrutura (Uma dinâmica econômica voltada para o mercado)**

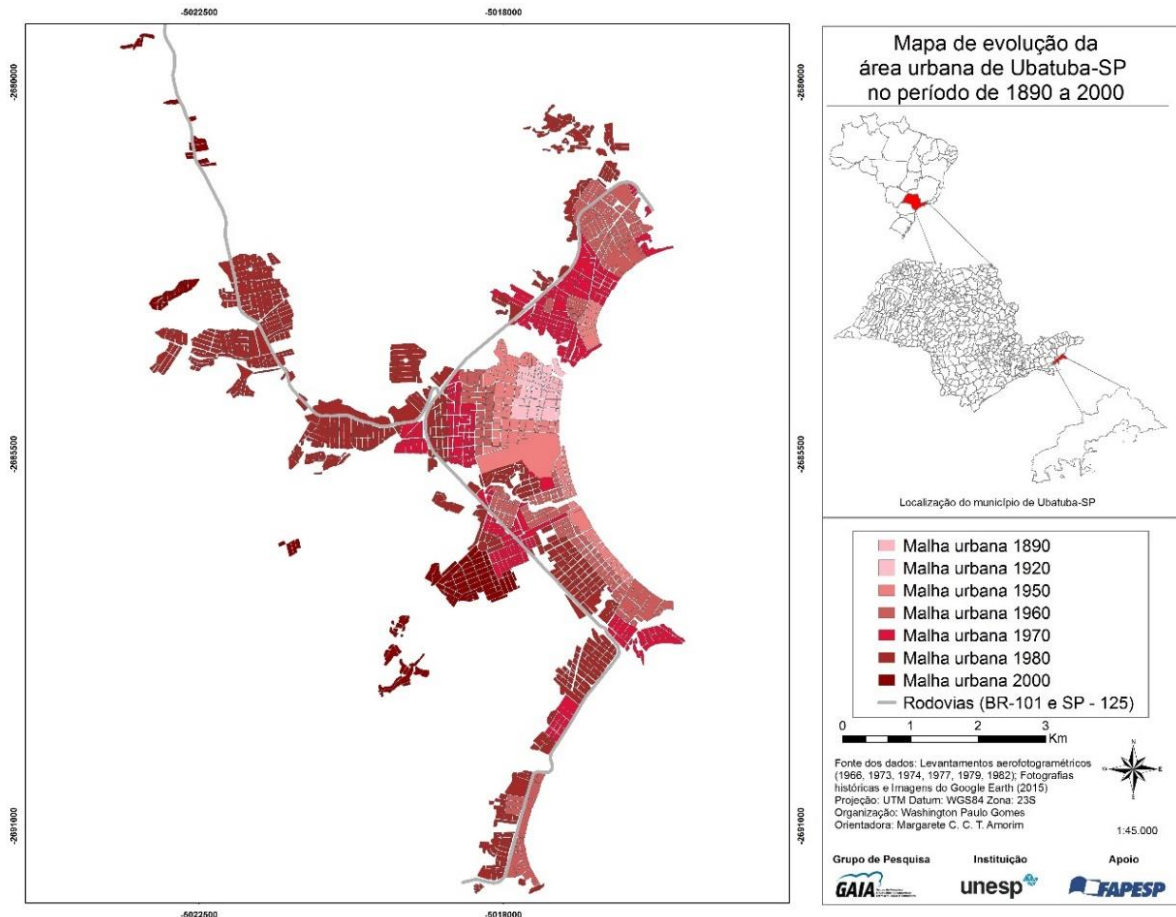
Segundo Gomes (2015), a cidade volta à nova fase econômica durante a Revolução Constitucionalista, com o objetivo de integrar a região, o governo estadual vai promover melhorias na rodovia Oswaldo Cruz (Ubatuba-Taubaté), e em 1970 será aberta a BR 101 ligando permanentemente Ubatuba/SP a Caraguatatuba/SP, daí por diante a cidade começa a despertar, recebendo diversos migrantes.

Segundo Silva, a criação de rodovias atua como um fator principal do ponto de vista da organização urbana. Essa ocupação urbana mencionada pelo autor aconteceu nas margens da Rodovia Oswaldo Cruz, onde estão localizados os bairros mais populosos da cidade, saindo do centro e chegando ao bairro do Ipiranguinha. (SILVA, 1975 *apud* GOMES, 2015):

[...] a cidade expandiu-se para W em direção oposta ao mar a partir da década de 50, tendência ainda atual. Com o crescimento demográfico ocorrido na década de 1960 e que afetou muitas cidades brasileiras, além de modificações na estrutura social urbana surgiram bairros de trabalhadores assalariados diversos. Eles se localizam a W, na periferia da cidade, junto às margens do Rio Grande Ubatuba e junto ao campo de aviação (SILVA, 1975, p. 61 *apud* Brigatti, 2008, p 31).

No mapa (1) da expansão da cidade de Ubatuba/SP, podemos perceber claramente o avanço da população para a área oeste e sul da cidade pós anos de 1970, entretanto é quando ocorre um maior adensamento populacional. Contudo, “a BR-101 contribuiu enormemente para um crescimento desordenado e acelerado da região, com o aumento do turismo e sem planejamento adequado” (CASTRO e BRUNA 2002, p.3).

**Mapa 1. Ubatuba/SP. Expansão territorial urbana no período de 1890 a 2000.**



Fonte: Gomes, 2017.

A medida que cidade foi crescendo ela passou a receber uma grande leva de trabalhadores vindos de outras regiões para trabalhar na construção civil, deste modo eles se organizaram de maneira diferente e de acordo com a sua renda no território, muitos se

deslocaram para aos sertões e regiões periféricas a W, isto foi um fator importante para acentuar o problema habitacional na cidade.

Nas décadas de 1970 e 1980 é possível perceber a entrada de pessoas na cidade, principalmente após o recapeamento da rodovia Oswaldo Cruz e após construção da BR 101 que ligou a cidade de Ubatuba/SP a Caraguatatuba/SP, ao sul, e ao norte fez ligação com o estado do Rio de Janeiro.

A paisagem da cidade começou a mudar radicalmente, ficaram muito mais visíveis as ações do homem sobre a natureza, a pressão entre os moradores locais e os turistas, a disputa pela ocupação do espaço, este que começou ainda no século XVI com os primeiros colonizadores e se intensificou com a ruptura temporal, além dos conflitos entorno do uso dos serviços públicos que ficaram cada vez mais latentes:

Os primeiros turistas e especuladores da terra chegaram via Vale do Paraíba, a partir de uma antiga estrada imperial reativada em 1932, e aumentou com a abertura da SP 55, que liga Caraguatatuba à Ubatuba. Teve seu ápice em 1974, com a construção da Rodovia Rio-Santos, um trecho da Rodovia BR-101, na região entre Paraty e Ubatuba, que acabou por intensificar as tensões sociais causadas pela especulação imobiliária, privatizações de praias e turismo em massa, conferindo à cidade, de forma geral, uma grande valorização da terra. [...] Como a primeira região que possui acesso pela rodovia BR-101 é a porção do litoral sul de Ubatuba, é nesse local que a lógica turística e a especulação imobiliária incorporaram-se mais intensamente ao espaço, sendo possível captar mais facilmente através da paisagem as mudanças ocorridas a partir dos anos 1970: surgimento de condomínios fechados, grandes casas de veraneio, restaurantes e hotéis, ao mesmo tempo em que as vilas e moradias caiçaras decresceram, sendo inexistentes em áreas supervalorizadas. [...] segundo, o preço da terra, principalmente na área oeste, é menor e tornou-se o local para onde vão as famílias que venderam suas terras por preços simbólicos e, que foram excluídas devido ao processo de valorização da terra (BARBOSA et al, 2010, p. 124,125).

Após os anos de 1980, intensificou-se o aparecimento de condomínios fechados, casas de segunda residências e de uso ocasional ao longo da orla da praia, enseadas, e baías, no sentido sul, mudando definitivamente a configuração socioespacial e a estrutura urbana da cidade, deste lado coexistem alguns quilombos que conseguiram resistir a perseguição do mercado imobiliário, um deles localiza se na praia da Caçandoca, ao norte possuem mais três comunidades quilombolas que são reconhecidas, Quilombo do Camburi, Quilombo Fazenda Picinguaba e Quilombo Sertão do Itamambuca ou Casanga<sup>8</sup>, sendo está última uma das nossas áreas de estudo.

---

<sup>8</sup> Disponível em <<https://www.curiosidadesdeubatuba.com.br/category/lendas-e-contos-de-ubatuba/>>. Acessado em 03/08/2018.

No norte do município a ocupação é mais rarefeita, com exceção das praias de Itamambuca e Félix que possuem alguns empreendimentos imobiliários do tipo condomínios, destinados a famílias de médio e alto padrão e há alguns vilarejos caiçaras. As leis de proteção ambiental também são responsáveis pelo número reduzido de população.

A presença da rodovia foi importante para dividir a população, entre as áreas mais valorizadas e as menos valorizadas da cidade, ela atuou expulsando a população local para áreas mais distantes da cidade, devido à valorização que a orla da praia sofreu.

O intenso fluxo de pessoas na região forçou o Estado a criar áreas de preservação ambiental, na qual abriga o Parque Estadual da Serra do Mar, “que é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral” (BARBOSA et al, 2010, p,122). O Decreto Estadual nº 10.251, de 30 de agosto de 1977, alterado pelo Decreto nº. 13.313, de 6 de março de 1979 declara a Serra do Mar área de Proteção Ambiental (APA), limitando o uso e a ocupação do solo nessas áreas, além da Resolução nº 40/85, da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) criou o tombamento da Serra do Mar e Paranapiacaba:

A Serra do Mar constitui o mais importante reduto de Mata Atlântica junto às praias do Estado de São Paulo, contendo, além de importante biodiversidade, abundante rede hidrográfica. A região constitui um dos mais ricos ecossistemas do Estado, além de ser de grande interesse paisagístico (CASTRO; BRUNA, 2002, p. 3).

E abriga também o núcleo do Picinguaba, no qual habita grande parcela da população caiçara, que vive substancialmente da atividade turística e da pesca e que ajuda a manter preservado este patrimônio da humanidade.

Pela localização de Ubatuba/SP ser junto a Serra do Mar no Litoral Norte do Estado de São Paulo, o seu território encontra-se “sobre regime especial de proteção segundo o art. 225, § 4º, da Constituição Federal, que trata da costa brasileira” (CASTRO; BRUNA, 2002, p. 3).

A fiscalização intensiva é feita por vários órgãos competentes, e nem isso inibiu a ocupação desordenada, (mas que de desordenada não tem nada pois não devemos desconsiderar que neste processo houve um poder público que olhou apenas para partes da cidade assim como a iniciativa privada que promoveu uma valorização seletiva do espaço), e densa na cidade, e muitas vezes ilegal conforme os autores:

Verifica-se, portanto, inúmeros órgãos públicos, estaduais e federais, envolvidos no controle e fiscalização da ocupação do solo em Ubatuba, tais como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), o Departamento Estadual de Proteção de

Recursos Naturais (DEPRN), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Florestal (IF), além do controle por parte da Prefeitura, que deve verificar se a ocupação e o uso estão de acordo com o Plano Diretor de Ubatuba (Lei Municipal n. 711, de 14/02/1984) (CASTRO; BRUNA, 2002, p. 3).

A cidade de Ubatuba/SP está inserida no Programa do Macrozoneamento do Litoral Norte, seu objetivo principal é preservar seu patrimônio ambiental, proporcionando para a população local um manejo mais sustentável e menos degradante dos recursos socioeconômicos que ali existem, visto que a cidade é rica em minérios destinados para empresas da construção civil, mas seu setor industrial é considerado inexpressivo regionalmente diferente do turismo:

O Macrozoneamento objetiva fornecer informações não só para o estabelecimento do zoneamento ecológico-econômico, mas também subsidiar a elaboração dos planos diretores municipais, com a introdução da variável ambiental (CASTRO; BRUNA, 2002, p. 4).

O Estado contribuiu bastante para a construção do cenário turístico da cidade de Ubatuba/SP, deste modo para valorizar o território o Estado criou dois projetos e Leis junto à Assembleia Legislativa que favoreceram os incentivos na área do turismo, Ubatuba/SP foi considerada Rainhas das Praias Paulistas (1966), Costa Dourada em (2000) e Paisagem notável e de interesse turístico em (2006) <sup>9</sup>.

Ao compreendermos o contexto histórico de Ubatuba/SP demonstramos como, na produção da cidade, foram sendo estruturados os espaços de pobreza evidentes na paisagem. Neste caso, optamos por uma minuciosa caracterização destas áreas como forma de revelarmos o empírico enquanto uma perspectiva para a compreensão das mudanças decorridas ao longo do tempo. Assim, é que passamos para uma seção de mergulho que se inicia do contexto histórico e vai até o estudo espacial da área. Todo este processo de caracterização respondeu ao nosso objetivo maior, que foi identificar as diferenças socioterritoriais entre as áreas, como uma forma de nos ajudar no processo de reconhecimento das áreas de ocupação irregular que são identificadas como favelas, mesmo carecendo de reflexão sobre o conteúdo polissêmico do conceito, debate na qual animamos a partir daqui.

---

<sup>9</sup> Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/alesp/projetos/>>. Acessado em 03/08/2018

#### **1.1.4. Trabalho de campo e caracterização das áreas de estudo**

Com base no mapa (3) do parcelamento do solo da cidade de Ubatuba/ SP, inferimos algumas informações sobre os bairros. Identificamos que determinadas áreas estavam sendo destinadas para loteamento em 2006 ou estavam em processo de constituição. Este mapa também aponta áreas que foram congeladas<sup>10</sup> pelo poder público local, e outras que estavam passando por processos de desmembramento.

Com base neste mesmo mapa (3) fizemos uma análise geomorfológica das 24 áreas de estudo, considerando o seu índice de fragilidade ambiental, classificados em áreas de risco baixo, médio, alto e muito alto.

E com base no mapa (4) do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), órgão responsável pela fiscalização do Parque Estadual, realizamos o cruzamento dos dados para obtermos um maior detalhamento dos bairros que estão localizados em áreas tombadas, e portando se encontram sob os cuidados deste órgão.

A partir do mapa (5) Zoneamento Ecológico-Econômico Setor Costeiro do Litoral Norte, que é o resultado do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, uma estratégia conjunta de atividades e procedimentos que permitem a gestão dos recursos naturais da zona costeira, analisamos os usos e atividades permitidos para as 24 áreas:

O ZE-E é o instrumento básico de planejamento que estabelece, após discussão pública de suas recomendações técnicas, as normas disciplinares para a ocupação do solo e manejo dos recursos naturais que compõem os ecossistemas costeiros, bem como sugere as atividades econômicas mais adequadas para cada zona. (BARBOSA et al, 2010, p. 122).

O trabalho de campo realizado entre os dias 21 e 26 de julho de 2018, foi muito relevante, principalmente para fazermos o reconhecimento da área de estudo, deste modo, valorizamos em nossas descrições os aspectos que predominavam na paisagem, como por exemplo: tipologia das casas, se era autoconstrução ou não; tipo de material usado na construção, se era alvenaria ou madeira; o acabamento das casas; as condições do asfalto; as condições das redes de energia presente nas casas; o estado das calçadas; a proximidade com os recursos naturais como a água e a floresta; densidade das ocupações. A construção das

---

<sup>10</sup> A prefeitura entende por área congelada toda área apropriada e ocupada indevidamente, seja áreas de preservação permanente; áreas de risco; e áreas patrimoniais tombadas pelo União como parque da Serra do Mar.

casas pelos próprios moradores também é considerada uma característica da autoconstrução (MARICATO, 1982).

As autoconstruções não devem ser encaradas como fragmentos da cidade, elas compõem a cidade no todo. Deste modo, a autoconstrução presente em sua maioria na história das ocupações no Brasil, deve ser encarada em sua totalidade, como parte da cidade:

Se considerarmos as famílias de baixa renda, a despesa a ser feita com reforma é extremamente significativa na composição dos gastos familiares, que, ao contrário, deveria ou poderia ser destinada a outras instâncias de direito, como alimentação, educação e saúde (NASCIMENTO, 2011, p.5).

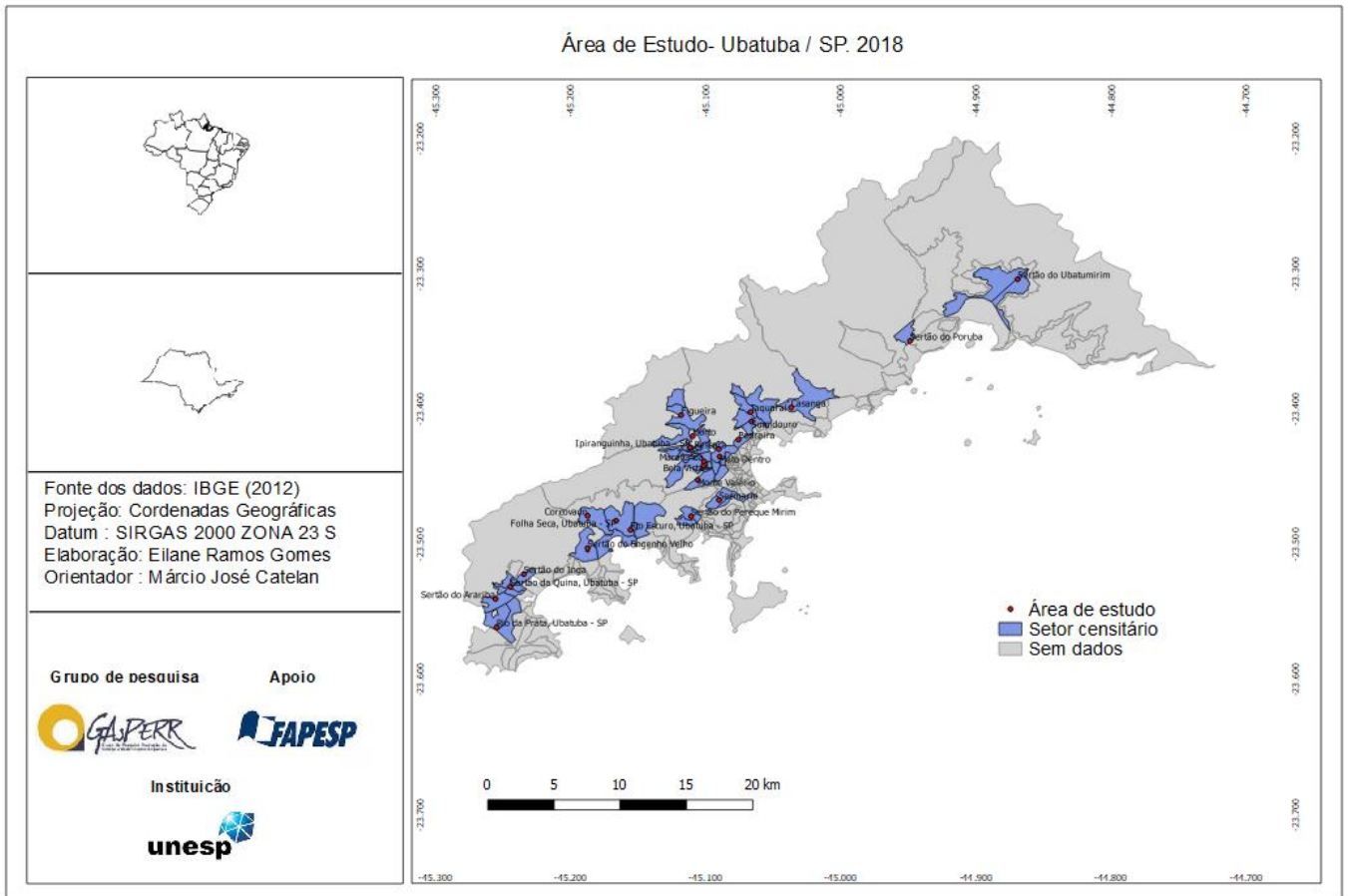
Segundo as considerações feitas por Maricato (1982) com relação á autoconstrução, algumas características marcantes foram observadas, como por exemplo, se as construções das moradias se deram por etapas, neste caso vários elementos são determinantes: a dimensão do lote; os materiais baratos, simples e de fácil manipulação e largamente conhecidos; a mão de obra não especializada e intermitente; a técnica rudimentar; poucas ferramentas; nenhuma máquina; disponibilidade parcelada do tempo e dinheiro (MARICATO, 1982). A partir das análises destes documentos realizamos diversas inferências. Mesmo que não tenhamos conseguido realizar todas as deduções, os mapas foram de extrema ajuda na identificação das áreas <sup>11</sup>.

---

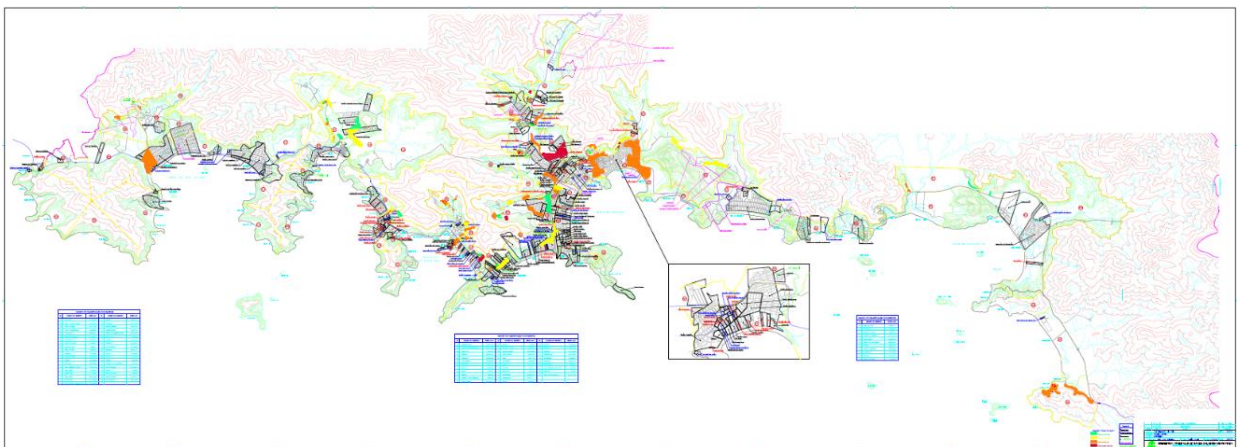
<sup>11</sup> Os mapas cedidos pelo poder público através de um pen drive foram visualizados no software Autocad, mas devido a sua dimensão os mapas tiveram a escala reduzida, e por este mesmo motivo, a impressão dos mesmos se tornou inviável, pois os custos seriam altos demais. A escala foi reduzida no próprio software Autocad. Inserimos a versão em PDF neste trabalho, mas a visualização não ficou boa. Só foi possível imprimir a versão em PDF, caso o leitor queira solicitar os mapas, pode fazê-lo através do e-mail: eilaneramos\_uba@hotmail.com.



## Mapa 2: Localização das áreas de estudo

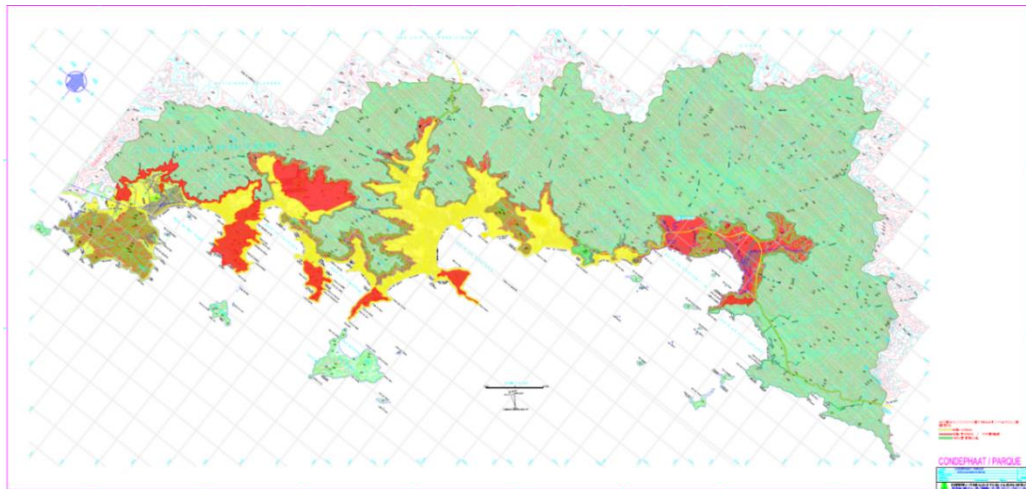


## Mapa 3. Ubatuba/SP. Parcelamento do solo urbano, 2006.



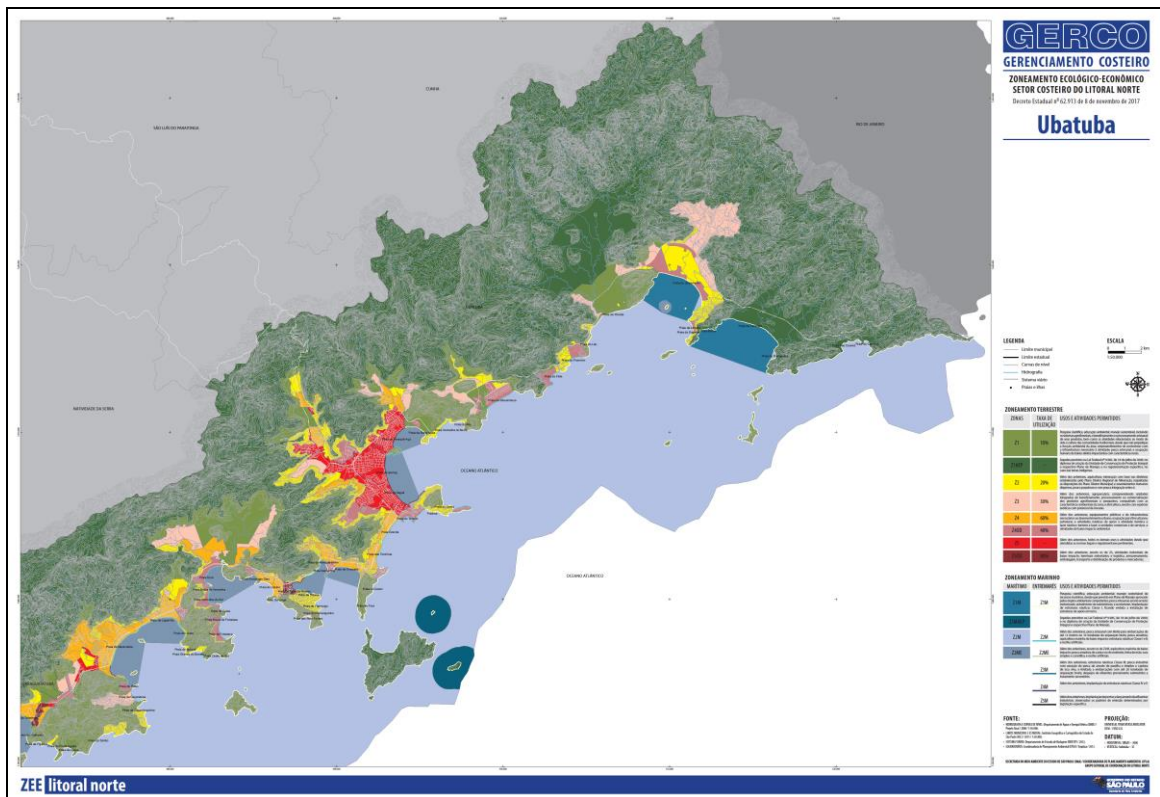
Fonte: Prefeitura Municipal de Ubatuba/SP, 2018

**Mapa 4. Ubatuba/SP. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) / Parque, 2010**



Fonte: Prefeitura Municipal de Ubatuba/SP, 2018.

**Mapa 5. Ubatuba/SP. Zoneamento Ecológico - Econômico Setor Costeiro do Litoral Norte, 2017.**



Fonte: Prefeitura Municipal de Ubatuba/SP, 2018

Segundo Panerai (2006), a fotografia, o vídeo, o esquema, a análise cartográfica, constituem uma maneira de apreender a cidade, isto inclui analisar os meios de transporte. O pesquisador terá diferentes pontos de vistas de acordo com o seu movimento no espaço.

A partir da análise dos três mapas, do trabalho de campo, das imagens de satélite do *Google Earth*, e dos álbuns que foram confeccionados, chegamos as seguintes constatações sobre o empírico.

Ubatuba/SP é uma cidade de porte médio, com baixa densidade populacional, no entanto observamos nas imagens de satélite que há uma maior aglomeração de pessoas nos bairros próximos ao centro, no sentido oeste, bem como no extremo da área sul. Diferente dos sertões que estão localizados na área norte e que devido as leis de proteção ambiental, a população tende a ser mais rarefeita. A partir das imagens de satélite no qual demonstramos através das figuras, observamos a formação de algumas quadras e vias bem como é possível notar a vegetação que compreende o entorno.

O bairro Monte Valério (álbum 1) conforme a imagem de satélite, figura (4) é cercado pela vegetação nativa oriunda da Mata Atlântica, em 2010 possuía em torno de 481 habitantes<sup>12</sup>. Atualmente, conta com apenas uma via principal que dá acesso ao bairro do Rio Escuro, mas que estava em péssimas condições de conservação, o que prejudica o bom funcionamento do sistema de transporte.

Mas esta não é uma exceção apenas de um bairro, com relação ao asfalto “[...] a cidade de Ubatuba/SP toda [...] tem uma deficiência de anos [...]” (SATO, PREFEITO MUNICIPAL, 2018), isso ocorre porque “a cidade precisava ter uma sequência de governos com o mesmo objetivo para a cidade, então não teve [...] é uma herança de 20 e 30 anos” (SATO, PREFEITO MUNICIPAL, 2018).

Identificamos que no geral as casas são de alvenaria e muitas apresentam características de autoconstrução, com pouco acabamento na parte externa, a cobertura das residências são feitas de dois tipos de materiais, telha de fibrocimento ou telha de barro, e todas possuem energia elétrica. Avistamos apenas alguns bueiros com uma abertura bem estreita. Há poucos comércios e baixa infraestrutura urbana, além da baixa disponibilidade de rede geral de água e esgoto como apresentam os mapas.

---

<sup>12</sup> Disponível em < <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/ubatuba-sp-1902.html>>. Acessado em 16/12/2018. Fonte IBGE (2010)

Analisando o mapa (3) do parcelamento do solo encontramos alguns pontos no bairro que são considerados de risco médio e, durante o trabalho de campo observamos que muitas construções localizam se bem próximas às encostas dos morros.

Com relação aos usos e atividades permitidas por zonas, pode se desenvolver: a pesquisa científica; educação ambiental; o manejo sustentável, incluindo os sistemas florestais, o beneficiamento e o processamento artesanal de seus produtos, bem como atividades relacionadas ao modo de vida e culturas das comunidades tradicionais, desde que não prejudique a função ambiental da área; empreendimentos de ecoturismo com infraestrutura necessária a atividade; pesca artesanal. E aqueles previstos na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000; no diploma de criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral e respectivo Plano de Manejo; e na regulamentação específica, no caso das terras indígenas. É permitida a aquicultura e mineração com base nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Regional de Mineração desde que sejam respeitadas as disposições do Plano Diretor Municipal, que se encontra em construção pois “é importantíssimo para dar um direcionamento na cidade” (SATO, PREFEITO MUNICIPAL, 2018).

Pode se desenvolver a agropecuária, compreendendo as unidades integradas de beneficiamento, processamento ou comercialização dos produtos agroflorestais e pesqueiros compatíveis com as características ambientais da zona; e silvicultura, exceto com espécies exóticas com potencial de invasão. É permitida a instalação de equipamentos públicos e de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento urbano; estruturas e atividades náuticas de apoio à atividade turística e lazer náutico; turismo e lazer; e unidades comerciais e de serviços bem como atividades de baixo impacto ambiental.

Devido a todas estas características observadas no trabalho de campo, inferimos que a construção das casas se deram via autoconstrução, porém esta prática não:

“ [...] se limita apenas a construção da casa, [...] abrange também à construção de igrejas, escolas primárias, creches, sede de sociedades de amigos de bairros, centros comunitários” (MARICATO, 1982, p. 79).

A prática da autoconstrução pode ser entendida enquanto um vetor na expansão das cidades, pois além de explicar o processo de ocupação, se liga intrinsecamente à especulação imobiliária, além de, ser uma fonte alternativa para as próprias famílias construir suas casas, sendo assim, engloba os maiores interessados no setor imobiliário e construtivo, estimulando o mercado no qual se inserem as grandes construtoras e empresas de fornecimento de materiais para construção e o Estado.



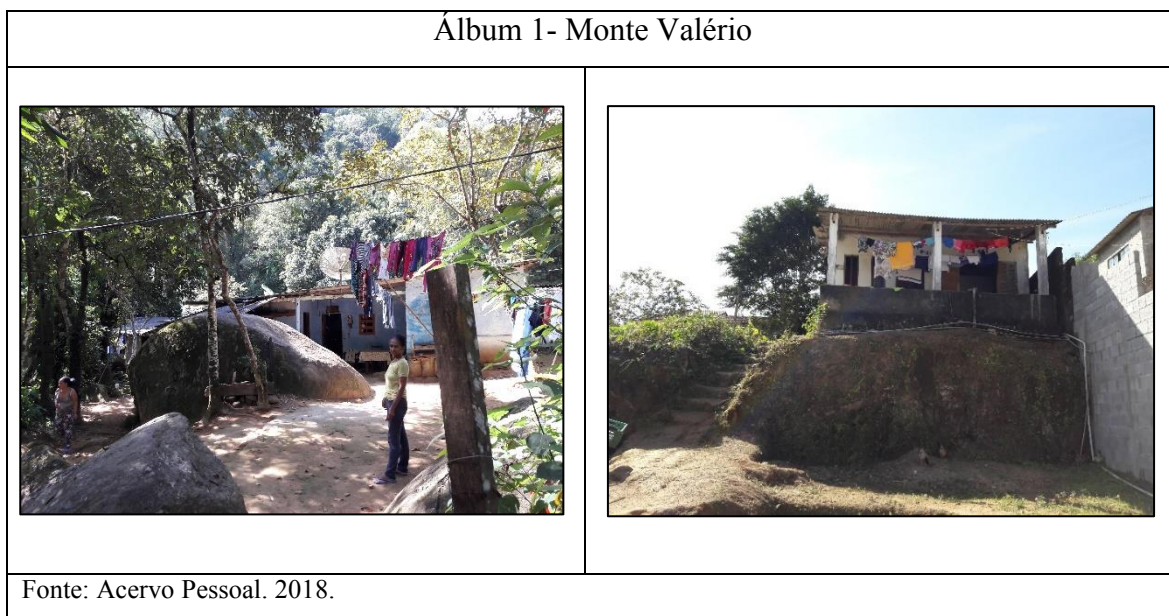
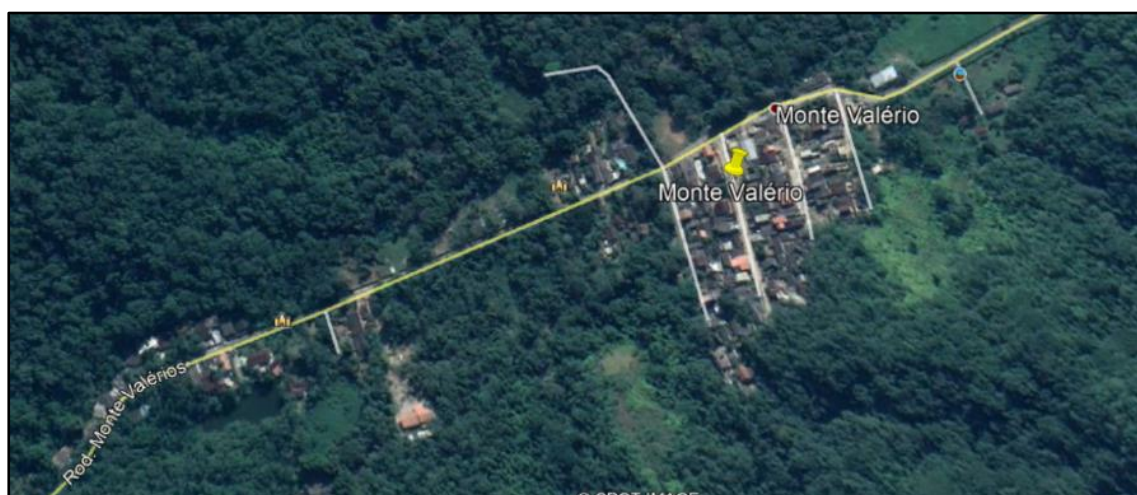


Figura 4: Monte Valério.



Fonte: Google Earth, 2018

O Rio Escuro (álbum 2) está mais afastado do centro, consta que em 2010 sua população era de 1431 habitantes<sup>13</sup>. Conforme apresenta a imagem de satélite, figura (5) é um bairro que possui bastante vegetação no seu entorno. Devemos salientar as dificuldades que tivemos para realizarmos o trabalho de campo nesta área, pois a todo momento éramos alertados pelos moradores para sermos cuidadosos ao registrar as fotografias do bairro e das casas. Notamos que os moradores estavam preocupados com a nossa presença porque

<sup>13</sup> Disponível em < <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/ubatuba-sp-1902.html>>. Acessado em 16/12/2018. Fonte IBGE (2010)

achavam que estávamos ali a mando da prefeitura. Assim sendo, fomos impedidos de adentrar algumas áreas.

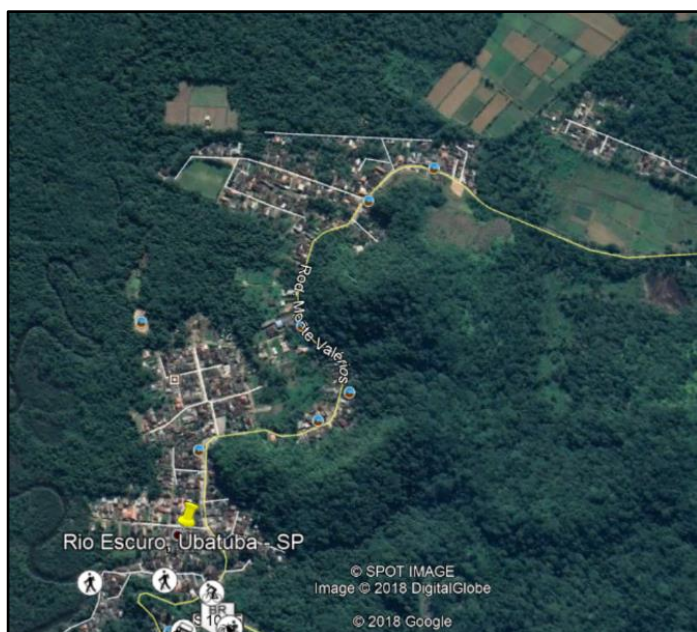
É um bairro que possui baixa infraestrutura urbana, não possui bueiros, redes de esgoto e galerias pluviais, porém o asfalto a partir de certo ponto estava razoável. Observamos que as casas em grande maioria são de alvenaria com características marcantes de autoconstrução, é possível perceber esta característica devido à baixa tecnologia empregada na construção das casas e pelo material utilizado. Há apenas uma via principal que dá acesso ao bairro do Monte Valério e a BR 101, que liga Ubatuba/SP a Caraguatatuba/SP ao sul e Rio de Janeiro ao norte. No bairro há escolas e posto de saúde.

#### Álbum 2 - Rio Escuro



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Figura 5: Rio Escuro



Fonte: Google Earth, 2018.

A Folha Seca (álbum 3) é um bairro bem afastado do centro com baixa densidade populacional, em 2010 contava com cerca de 816 habitantes<sup>14</sup>, esta população resguarda muitos vestígios da tradição caiçara. Notamos que no bairro não há escola, posto de saúde, asfalto, comércio, bueiro e nem galeria pluvial, o que indica uma ausência de infraestrutura urbana e serviços públicos, porém todas as casas possuem ligação de energia elétrica. Podemos observar na imagem de satélite, figura (6), que na Folha Seca as quadras são delimitadas com algumas vias de acesso, nota-se que tanto no Rio Escuro quanto na Folha Seca existem vazios urbanos, ou seja, “áreas sem edificações, loteadas ou não, particulares e públicas” (NASCIMENTO, 2014, p. 54).

Observamos que as casas são de alvenaria com cobertura de fibrocimento, muitas estavam com pouco arremate na parte externa. Sendo assim, revelam características de autoconstrução em suas formas, no geral todas as casas possuem rede de energia elétrica.

Como não existe escola, as crianças são encaminhadas para escolas em bairros vizinhos, no Corcovado por exemplo, esta informação também se confirmou na entrevista realizada com o Secretário Municipal de Habitação:

Ninguém está ficando fora de sala de aula por que está em algum lugar irregular eles estão sendo absorvidos, mas não é uma absorção muito fácil de ser feita realmente e requer também investimento, como apontei na primeira fase aqui também. (BONFIGLIOLI NETO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2018).

Ressaltamos que nesta área pode se desenvolver atividades com baixo impacto ambiental, e que estão previstas no mapa (5) do zoneamento ecológico costeiro para respectiva Zona 1, Zona1AEP, Zona 2, Zona 3 e Zona 4.

Álbum 3 - Folha Seca

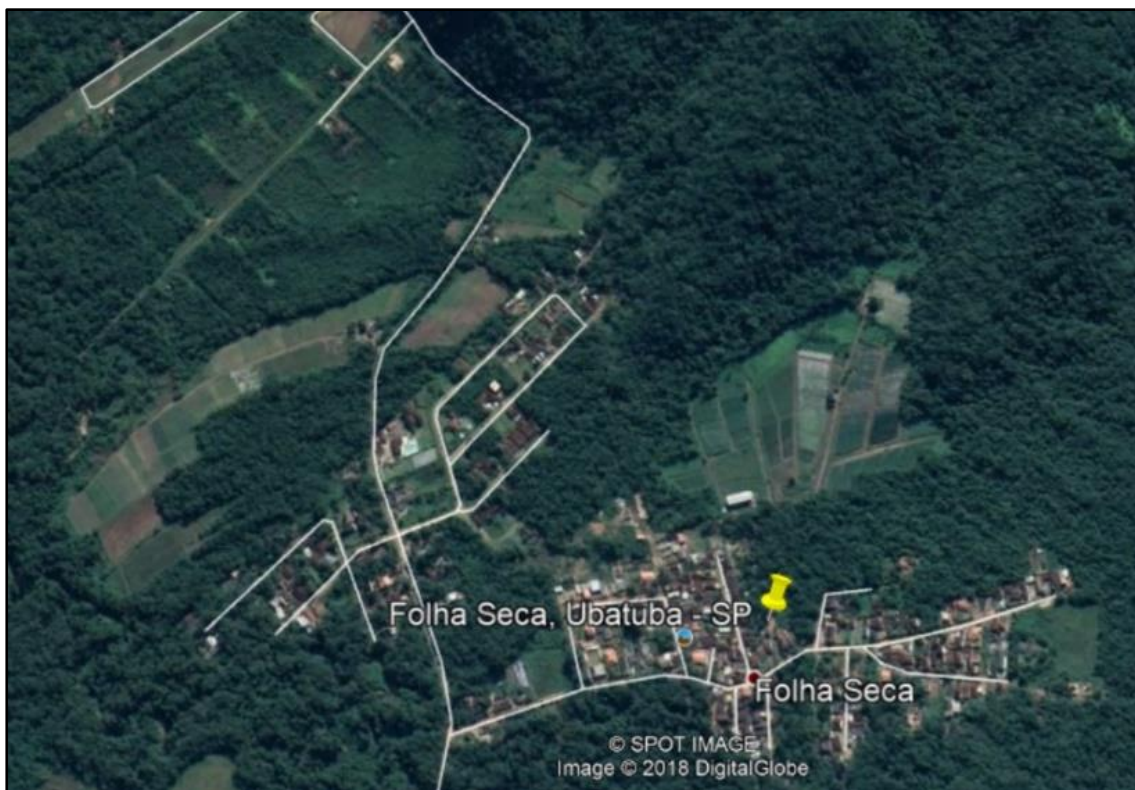


Fonte: Acervo Pessoal. 2018.

<sup>14</sup> Disponível em < <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/ubatuba-sp-1902.html>>. Acessado em 16/12/2018. Fonte IBGE (2010)



Figura 6: Folha Seca



Fonte: Google Earth, 2018.

O Engenho Velho (álbum 4) é um bairro também distante do centro de Ubatuba/SP, em 2010 possuía 81 habitantes<sup>15</sup>. Na imagem de satélite, figura (7) podemos ver a formação de algumas quadras e vias de acesso sem asfalto, além da baixa densidade de construções. As casas possuem características de autoconstrução, como telhas de fibrocimento ou de barro e falta de acabamento na parte externa, o que demonstra uma incompletude no processo de construção.

Não avistamos bueiros e nem galerias pluviais nas imagens<sup>16</sup>, o que demonstra a baixa infraestrutura urbana no bairro, entretanto há rede de energia elétrica nas casas. Segundo o mapa (5) de zoneamento ecológico costeiro, é permitido o desenvolvimento de atividades que não avancem sobre a natureza, que sejam de baixo impacto ambiental, e que sejam compatíveis com a Zona 1, Zona1AEP, Zona 2, Zona 3.

<sup>15</sup> Disponível em < <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/ubatuba-sp-1902.html>>. Acessado em 16/12/2018. Fonte IBGE (2010)

<sup>16</sup> Utilizamos as imagens de satélite para analisar somente este bairro, onde o campo não foi realizado.



#### Álbum 4 - Sertão do Engenho Velho



Fonte: Google Earth . 2018.

Figura 7: Sertão do Engenho Velho



Fonte: Google Earth, 2018.

O Sertão do Ingá (álbum 5) é uma das áreas mais remotas de Ubatuba/SP, em 2010 havia uma população de 155 habitantes<sup>17</sup>. Como demonstra a imagem de satélite, figura (8) há uma vegetação significativa no seu entorno devido a sua proximidade com a Serra do Mar, área de preservação ambiental. No bairro possui uma via de acesso principal, que está em péssimas condições de uso, assim como apresenta baixa infraestrutura urbana com poucos equipamentos de uso coletivo, não há oferta de escolas, postos de saúde e não localizamos comércios.

<sup>17</sup> Disponível em < <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/ubatuba-sp-1902.html>>. Acessado em 16/12/2018. Fonte IBGE (2010)

Identificamos que as casas são de alvenaria com pouco acabamento na parte externa e cobertura de fibrocimento, algumas se situam nas encostas dos morros, contudo todas as casas possuem rede de energia elétrica. Não localizamos redes de esgoto e galerias pluviais, o que demonstra uma ausência desses serviços para com a população. Sendo este outro problema pelo que o município enfrenta, questionamos o poder público:

Pesquisadora: Existem áreas que não são servidas pela rede geral de tratamento de água e esgoto?

Entrevistado: Existe bastante, principalmente esgoto, do esgoto do litoral norte Ubatuba é o que menos tem assistência nessa área, não chegamos nem a 30% de tratamento do nosso esgoto (SATO, PREFEITO MUNICIPAL, 2018).

A população um tanto dispersa no espaço preserva muitas características rurais, contudo, nesta área pode se desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, e que estão previstas no mapa (5) do zoneamento ecológico costeiro para a Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3 E Zona 4.

Pelas características das casas, inferimos que as mesmas são autoconstruídas, e também porque entendemos que nos sertões o processo de ocupação ocorreu sem que houvesse uma proposta de implantação de infraestrutura e serviços públicos o que normalmente são antevistas quando se pretende lotear uma área, porém salientamos que até 1980 esta não era uma exigência legal:

Pesquisadora - E nos Sertões existe loteamentos? Qual é o tratamento dado?

Entrevistado - Bom, não é bem loteamento, loteamento é quando ele é regularizado a pessoa vem na prefeitura apresenta um projeto de guia, sarjeta, saneamento básico e iluminação, e não é o que acontece normalmente, existe uma invasão de uma área ou a pessoa tem uma área e começa a vender os lotes indiscriminadamente e na verdade você consegue detectar isso somente quando alguém faz alguma denúncia ou quando você já vê que a pessoa já está meio consolidado, o que nós temos que fazer depois disso é como eu disse estancar o processo e abrir processo administrativo para regularização se for o caso de regularização fundiária, e tentar dar continuidade nisso aí, colocando depois com o tempo, infraestruturas, guias, sarjetas e o saneamento básico, que depende muito da Sabesp se ela tem condição, se está dentro do plano dela de ampliação (BONFIGLIOLI NETO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2018).

Por estes espaços estarem em desacordo com os padrões urbanísticos e jurídicos, o Estado não disponibiliza recursos para instalação de infraestrutura urbana. Ao questionarmos o Secretário do Planejamento sobre a questão da mobilidade urbana, ele ressalta que:

“[...] vamos supor que o bairro X ele é irregular, não tem como um prefeito de qualquer cidade Y aí ir atrás de recurso para melhorar aquele bairro porque ele é irregular, então você vai na esfera do governo Federal e Estadual, isso não existe isso é irregular, então precisa regularizar o que já está consolidado, daí sim buscar

esse recurso, então a regularização fundiária é necessária de fato (ABBOUD, SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, 2018).

Neste caso entendemos a importância de se fazer valer os instrumentos da política urbana pois, a partir desta inserção é possível direcionar os meios de consumo coletivo para as populações que estão em áreas irregulares.

Na fala do secretário a relação entre o legal e o ilegal chama atenção para ao menos dois pontos ao nosso ver: um primeiro tem a ver com o processo de ocupação do solo urbano que escapa da ação de um planejamento urbano que na maior parte das vezes é direcionado a partes da cidade nas quais vive a população de segmentos sociais médios e altos; outro ponto relevante é sobre o “círculo vicioso” de ação do planejamento, pois ao mesmo tempo que a gestão e o planejamento urbano não dão conta de manter a regulação jurídica da terra urbana via função social da moradia e disponibilização de meios de consumo coletivo, isso se reverte num discurso de justificativa por parte do poder público culpabilizando os espaços de pobreza pela ineficiência da “ordem” jurídica.

Neste caso entendemos a importância de se fazer valer os instrumentos da política urbana pois, com valorização dos planos diretores e Estatuto da Cidade há possibilidades para se levar os meios de consumo coletivo às populações que estão em áreas irregulares, bem como a regularização delas, seja por permanência, seja por remoção acompanhada da participação popular neste processo.

Álbum 5 - Sertão do Ingá



Fonte: Acervo Pessoal. 2018.



Figura 8: Sertão do Inga



Fonte: Google Earth, 2018.

O Sertão do Araribá (álbum 6) está localizado no extremo sul do município. Em 2010 havia 615 habitantes<sup>18</sup>, no bairro há apenas algumas vias de acesso conforme a figura (9), porém estavam em péssimas condições de uso, tem poucos equipamentos de uso coletivo, como escolas e postos de saúde e ambos atendem a população local, no entanto também existe uma carência de muitas outras infraestruturas, como bocas de lobo e galerias pluviais.

A ausência de parques, praças, asfalto e ônibus foi o item mais comentado por Catarina (2018)<sup>19</sup> durante a entrevista, porém ao questionarmos sobre qual seria o principal motivo que atrapalharia a implantação das infraestruturas nos bairros ela afirma que “a população só reclama, mas ninguém fala nada” (CATARINA, 2018), e ao questionarmos se a mesma se tinha participado de alguma audiência pública, ou feito algum pedido a prefeitura, a resposta imediata foi “Não” (CATARINA, 2018), essa percepção de negação

<sup>18</sup> Disponível em < <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/ubatuba-sp-1902.html>>. Acessado em 16/12/2018. Fonte IBGE (2010)

<sup>19</sup> Por uma questão ética optamos por usar nomes fantasias, evitando assim a identificação dos moradores.

da participação popular, aparece na entrevista com Secretário de Planejamento e Urbanismo. Ao questionarmos sobre a construção democrática do Plano Diretor, ele ressalta que:

Totalmente não existe como não ser, por isso quando eu falo para você que eu trago a universidade, como é que eu não vou fazer, primeiro se eu não fazer isso ele não tem validade eu preciso, ele perde a validade você fica longe da população, posso falar, é o que vocês fizeram até hoje desculpa, entendeu, que vocês fizeram até hoje, é por isso que a população está distante, é um plano diretor de diretrizes que propõe que deve ser revista a lei não é ruim mas propor que vai ser revista a lei, vamos rever a lei é isso, tem que ter um enfrentamento entendeu, mas a população a Dona Maria só vai perceber isso lá na frente (ABBOUD, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, 2018).

Durante as entrevistas, percebemos que o número de pessoas que nunca participaram de audiências públicas foi bem superior ao dos que já participaram. Aqui cabe uma problematização, de que forma o poder público tem colaborado para divulgar e chamar a população para que elas participem dessas audiências públicas? Este aspecto merece ser destacado, uma vez que a participação popular bem como as associações são formas representativas das demais comunidades na formulação, execução, acompanhamento de planos e também são uma das formas de exercer pressão e reivindicação junto aos órgãos públicos no provimento das infraestruturas e serviços públicos, assim como é uma das diretrizes gerais da política urbana que deve ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, está disposto no II parágrafo do artigo 2 (ESTATUTO DA CIDADE, 2008).

Muitas casas apresentam características de autoconstrução como, por exemplo: identificamos que as casas de são de alvenaria, não possuem acabamento na parte externa, o material de cobertura é de fibrocimento, um material considerado relativamente barato e de fácil manipulação, no geral todas as casas possuem rede de energia elétrica. Notamos uma quantidade razoável de casas que se localizam bem próximas as encostas dos morros, o que demonstra uma vulnerabilidade social e ambiental muito evidente.

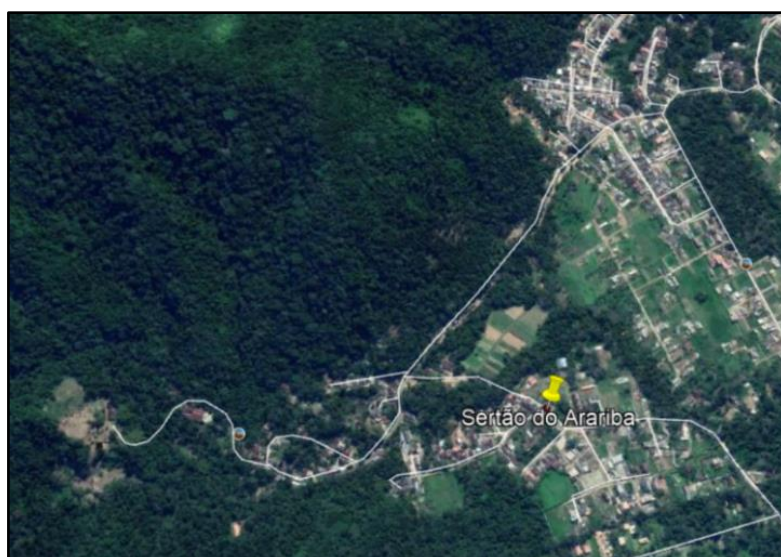
Os assentamentos humanos são dispersos, pouco populosos e com pouca conexão entre si. Neste espaço é permitido desenvolver atividades com baixo impacto ambiental, e que estão previstas no mapa (5) do zoneamento ecológico costeiro para a Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3 e Zona 4. Devido a todas estas características, e as informações extraídas das entrevistas bem como as do trabalho de campo, inferimos que as casas são autoconstruídas.

### Álbum 6 - Sertão do Araribá



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Figura 9: Sertão do Araribá



Fonte: Google Earth, 2018.

O Rio da Prata (álbum 7) também se localiza distante do centro urbano. É um bairro pouco populoso, em 2010 contava com apenas 565 habitantes<sup>20</sup>. Observamos na imagem de satélite, figura (10) que no bairro há algumas vias de acesso e o asfalto estava bem danificado. As casas apresentam muitas características de autoconstrução, são de alvenaria, com pouco acabamento na parte externa, a cobertura é de telha de fibrocimento ou de barro. No geral todas as casas possuem energia elétrica, porém o bairro possui baixa infraestrutura

<sup>20</sup> Disponível em < <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/ubatuba-sp-1902.html>>. Acessado em 16/12/2018. Fonte IBGE (2010)



urbana e equipamentos de uso coletivo, não possui escola e nem posto de saúde, não há bueiro nem galeria pluvial.

Diversas atividades vinculadas à pesquisa científica ou de baixo impacto ambiental podem ser desenvolvidas<sup>21</sup>: a educação ambiental; o manejo sustentável, incluindo os sistemas agroflorestais, assim como o beneficiamento e o processamento artesanal de seus produtos. As atividades relacionadas ao modo de vida e cultura das comunidades tradicionais são liberadas desde que não prejudique a função ambiental da área; assim como empreendimentos de ecoturismo com a infraestrutura necessária à atividade; pesca artesanal.

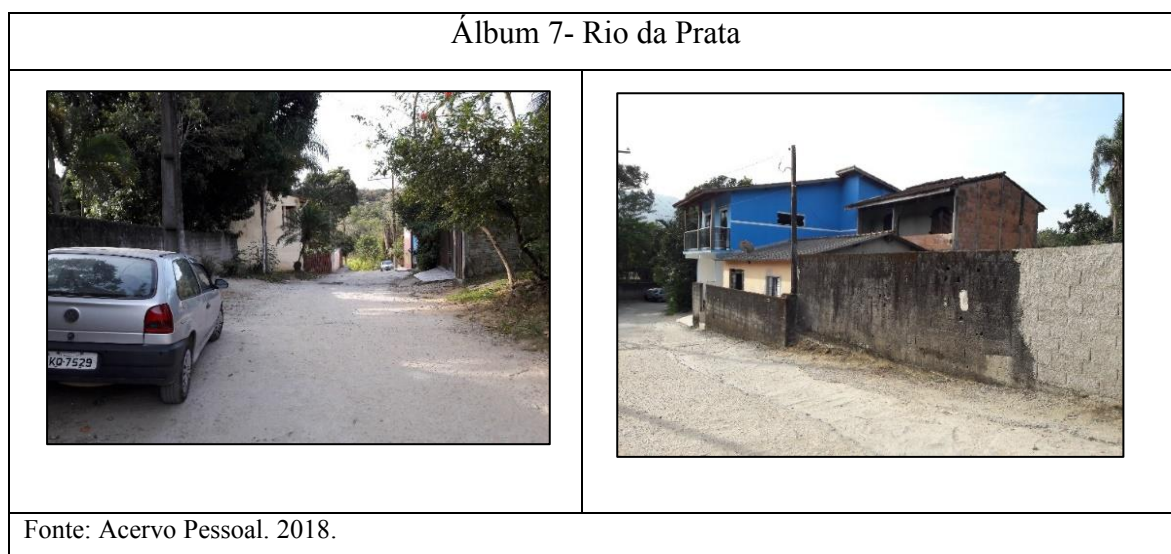
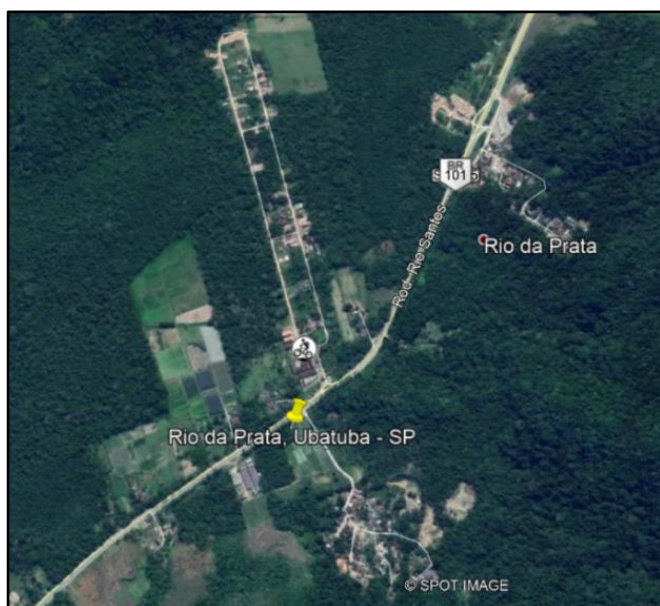


Figura 10: Rio da Prata



Fonte: Google Earth, 2018

<sup>21</sup> Estas atividades podem se desenvolver, mas não significa que estão sendo desenvolvidas.

O sertão do Perequê Mirim (álbum 8) está localizado praticamente dentro de uma área de preservação ambiental, a Serra do Mar. Em 2010 havia 1409 habitantes<sup>22</sup>. É considerado um local de risco muito alto e médio. A população ora se dispersa ao longo da estrada ora se concentra formando aglomerações junto às encostas, onde estão as vertentes com maior declividade.

Conforme a imagem de satélite, figura (11), é uma área recoberta pela vegetação, não possui quadra, mas apenas vias de acesso. As que dão acesso às residências estavam em péssimas condições, o que demonstra a baixa presença de infraestrutura urbana, além do mais, não possui equipamento urbano de uso coletivo, como escola e posto de saúde, entretanto a população é atendida nos bairros vizinhos.

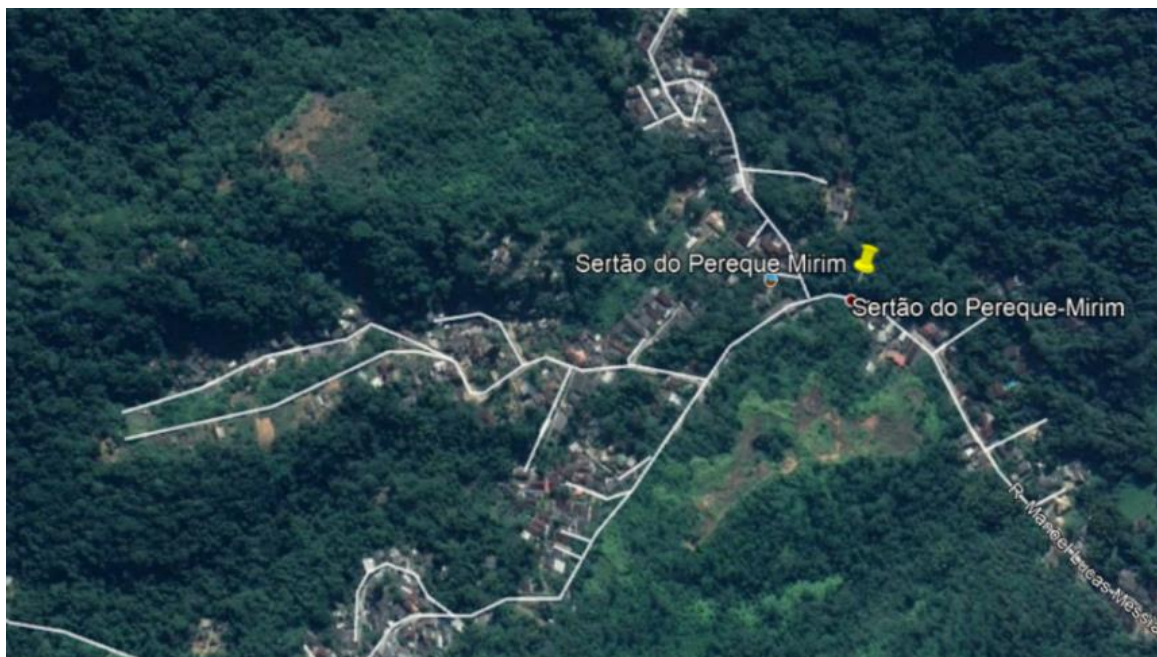
Nesta área algumas atividades com baixo impacto ambiental e que estão previstas no zoneamento ecológico costeiro para a Zona 1, Zona 1AEP podem se desenvolver. A alta vulnerabilidade ambiental bem como as outras características que foram notadas no trabalho de campo, sobretudo as entrevistas realizadas com o poder público, nos permite inferir que as casas são autoconstruídas.



<sup>22</sup> Disponível em < <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/ubatuba-sp-1902.html>>. Acessado em 16/12/2018. Fonte IBGE (2010)



Figura 11: Sertão do Perequê Mirim



Fonte: Google Earth, 2018.

O Sertão da Quina (álbum 9) é um bairro um pouco mais populoso que os outros como o Rio da Prata, Sertão do Ingá e Sertão do Araribá. Em 2010 possuía 2,916 habitantes<sup>23</sup>. Na imagem de satélite figura (12) observamos algumas quadras formadas, vias de acesso e vegetação no entorno.

As casas em sua grande maioria possuem características marcantes da autoconstrução, são de alvenaria, com pouco acabamento na parte externa, o que indica que foram construídas pelos próprios moradores, a cobertura é de telha de fibrocimento ou de barro.

No geral, todas as casas possuem energia elétrica. Nesta área avistamos alguns comércios de pequeno porte. O asfalto estava com buracos o que demonstra a péssima conservação, também não se via bueiros nas ruas o que indica a falta de galerias pluviais. Nesta área pode se desenvolver algumas atividades que estão previstas no mapa (5) do zoneamento ecológico costeiro para a Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3 E Zona 4.

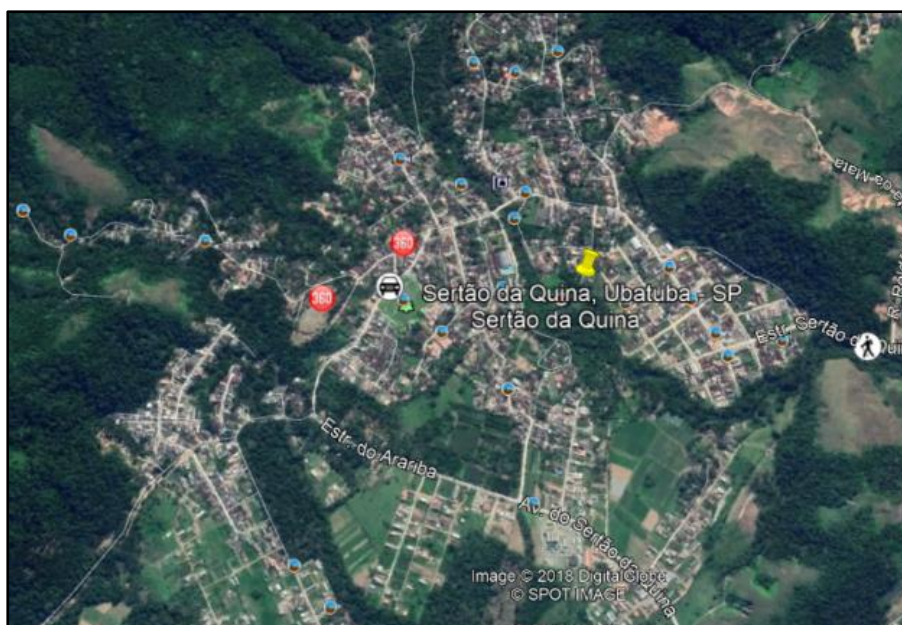
<sup>23</sup> Disponível em < <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/ubatuba-sp-1902.html>>. Acessado em 16/12/2018. Fonte IBGE (2010)

### Álbum 9 - Sertão da Quina



Fonte: Acervo Pessoal. 2018.

Figura 12: Sertão da Quina



Fonte: Google Earth, 2018.

A parte baixa do bairro do Corcovado (álbum 10) possui alguns equipamentos de uso coletivo, como escolas e postos de saúde, e já na parte alta, no fim da estrada do Corcovado, existe uma escola, que atende a população local. Conforme demonstramos na figura (13), é uma área que se localiza dentro dos limites da Serra do Mar, sendo esta uma área de proteção ambiental, sendo assim é cercada pela vegetação. Por ser uma área considerada de risco muito alto e médio, e somente por estas características, já podemos inferir que as casas foram construídas pelos próprios moradores bem como já foi apontado pelo próprio Secretário Municipal de Habitação ao explicar como ocorrem os processos de ocupação dos sertões.



De acordo com a lei ambiental do CONAMA 302, de 20 de março de 2002, áreas de preservação permanente (APPs) devem ser protegidas, portanto devemos evitar a ocupação em áreas de alta fragilidade ambiental, devido ao risco de deslizamento de encostas. Nesta área pode-se desenvolver apenas atividades de baixo impacto ambiental destinadas a pesquisas científicas, desde que seja respeitada a Zona 1, Zona 1AP, Zona 2.



Figura 13: Corcovado



Fonte: Google Earth, 2018.

O bairro do Taquaral (álbum 11) fica localizado próximo à área central. Em 2010 existia 2019 habitantes<sup>24</sup> e como demonstra a imagem de satélite, figura (14) o seu entorno

<sup>24</sup> Disponível em < <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/ubatuba-sp-1902.html>>. Acessado em 16/12/2018. Fonte IBGE (2010)

é cercado pela vegetação nativa. No bairro há muitas casas de alvenaria cobertas com telhado de fibrocimento, algumas estão localizadas em áreas consideradas de risco médio. Existem apenas algumas vias de acesso que dão entrada para as ruas principais e todas as casas possuem energia elétrica. Segundo o mapa (3) do parcelamento do solo (2006) toda área do Angelim estava irregular e era de origem clandestina<sup>25</sup>. Esta informação foi confirmada durante a entrevista com o Secretário Municipal de Habitação, segundo ele era um loteamento que foi “invadido”, mas que se encontra em processo de regularização:

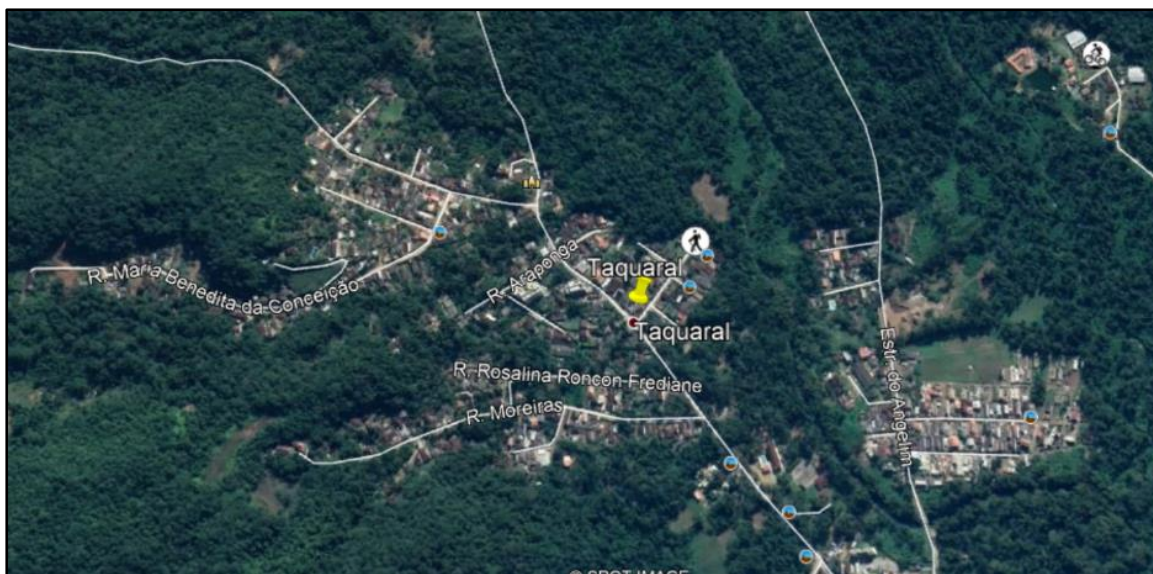
“[...] o Angelim aqui no bairro do Taquaral são 300 famílias é uma área que foi considerada invasão mas se você vai lá hoje ela tem tudo né, tem comércio, são quase 300 famílias isto já está em fase final e depois da criação da secretaria (BONFIGLIOLI NETO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, 2018).

No bairro há escolas de vários níveis o que vai desde a creche até o ensino fundamental, e atendem toda a localidade, além de um posto de saúde. Percebemos que as casas possuem pouco acabamento na parte externa, as telhas são de fibrocimento e existem puxadinhos, o que denota uma característica da autoconstrução. O asfalto estava em péssima condição de uso, não avistamos bueiros nas ruas o que já indica a falta de galerias pluviais. De acordo com mapa (5) do zoneamento ecológico costeiro é permitida a execução de atividades com baixo impacto ambiental, e que estão previstas para a Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3, Zona 4.



<sup>25</sup> A prefeitura municipal considera clandestino ou invasão, aqueles loteamentos que foram ocupados pela população sem que houvesse realizado uma consulta prévia sobre as condições jurídicas e urbanísticas junto ao poder público.

Figura 14: Taquaral



Fonte: Google Earth, 2018.

O Sumidouro (álbum 12) é um bairro mais consolidado com baixa densidade populacional. Sua população em 2010 era em torno de 2.205<sup>26</sup>. Conforme demonstramos na figura (15), o bairro possui muita vegetação no seu entorno. É um bairro que, entretanto, sofre com uma infraestrutura urbana precária. Observamos que existem alguns comércios de pequeno porte, porém não há escola e nem posto de saúde, e neste caso as pessoas são atendidas nos bairros vizinhos, Taquaral ou Perequê Açu, como explicitou o Secretário Municipal de Habitação. No meio do bairro passa um córrego que foi transformando em uma valeta.

Algumas áreas que estão mais próximas das encostas são consideradas de risco, o que varia entre médio, alto e muito alto. Deste modo, observamos algumas características de autoconstrução nas habitações, as casas são de alvenaria e apresentam muitas incompletudes no acabamento, os lotes são de pequena dimensão, o telhado usado para cobertura é de fibrocimento.

Nesta área podem se desenvolver diversas atividades desde que estejam de acordo com as normas legais vigentes, respeitando o mapa (5) do zoneamento ecológico costeiro para a Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3, Zona 4, Zona 5.

<sup>26</sup> Disponível em < <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/ubatuba-sp-1902.html>>. Acessado em 16/12/2018. Fonte IBGE (2010)

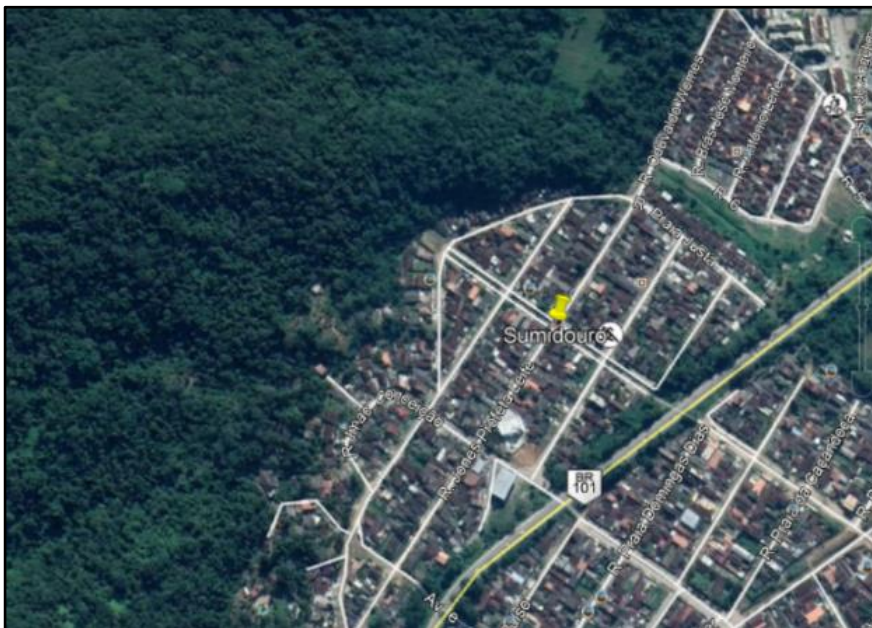


## Álbum 12 - Sumidouro



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Figura 15: Sumidouro



Fonte: Google Earth, 2018.

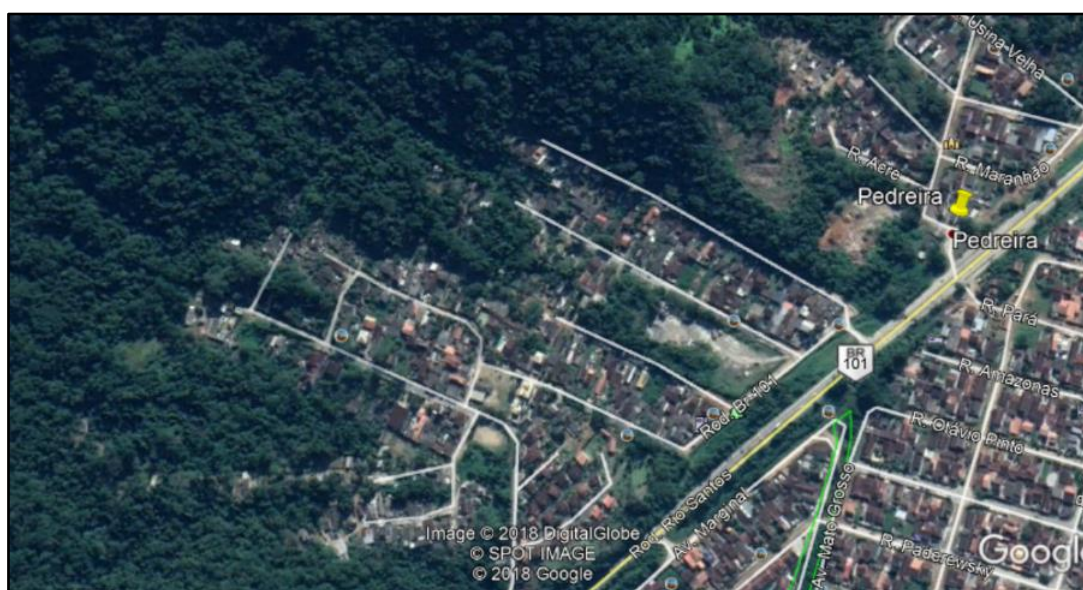
A Pedreira (álbum 13) fica próximo ao centro. Em 2010 possuía 1668 habitantes<sup>27</sup>, é um bairro bem dividido socialmente, na parte baixa se localizam alguns empreendimentos de alto poder aquisitivo, enquanto a parte alta do bairro onde realizamos o campo, demonstra ser uma área com sérios problemas ambientais e sociais, pois além de ser uma área congelada pelo poder público local como consta no mapa (3) do parcelamento do solo, é uma área com um índice de risco muito alto. Conforme demonstra figura (16) existe uma extensa vegetação

<sup>27</sup> Disponível em < <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/ubatuba-sp-1902.html>>. Acessado em 16/12/2018. Fonte IBGE (2010)

oriunda da Serra do Mar. As construções foram autoconstruídas em sua grande maioria junto a encostas altamente declivosas, o que demonstra o alto grau de risco que essa situação apresenta aos habitantes. O nível de infraestrutura e equipamentos urbanos é baixo, o asfalto está em péssimo estado de conservação, não há a presença de bueiros e galerias pluviais. Notamos que há uma creche no bairro e um comércio de pequeno porte, e não há postos de saúde.



Figura 16: Pedreira



Fonte: Google Earth, 2018.



O Ipiranguinha (álbum 14) é o bairro mais populoso de Ubatuba/SP, em 2010 possuía 8.395 habitantes<sup>28</sup>. Superava o centro em população pois esta área tinha 3.425 habitantes. É o bairro que possui o maior número de setores censitários no seu entorno, entretanto existem áreas que foram congeladas pelo poder público por estarem localizadas em encostas de risco muito alto e médio. Na imagem de satélite, figura (17) é possível observar algumas quadras, vias e vegetação no em torno.

As habitações em grande maioria são de alvenaria, muitas estão com a parte externa inacabada, destacamos também a pequena dimensão dos lotes bem como o material de construção barato. Há pouca infraestrutura urbana, porém, com diversos comércios de pequeno porte, existem alguns equipamentos de uso coletivo como escolas e postos de saúde, entretanto não avistamos bueiros nem galerias pluviais.

O asfalto está em péssimas condições embora em outras partes está razoável. Observamos que uma grande área foi destinada para mineração. De acordo com o zoneamento ecológico costeiro é permitido o desenvolvimento de atividades de baixo impacto ambiental, e demais usos, desde que estejam de acordo com as normas legais discriminadas na Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3 E Zona 4, Zona 5.

#### Álbum 14 - Ipiranguinha

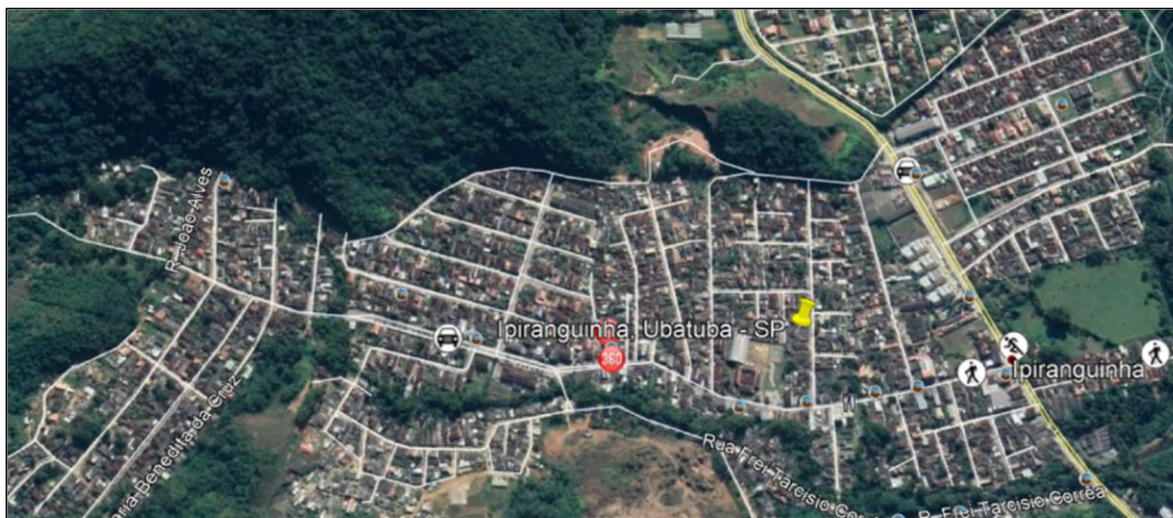


Fonte: Acervo Pessoal. 2018.

<sup>28</sup> Disponível em [http://populacao.net.br/populacao-ipuranguinha\\_ubatuba\\_sp.html](http://populacao.net.br/populacao-ipuranguinha_ubatuba_sp.html). Acessado em 09/12/2018. Fonte IBGE (2010)



Figura 17: Ipiranguinha



Fonte: Google Earth, 2018.

O Sertão do Ubatumirim (álbum 15) pertence ao subdistrito da Picinguaba, por estar dentro dos limites do Parque Estadual da Serra do Mar é tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) motivo também de sua baixa densidade populacional e da pouca integração dos assentamentos. Em 2010 foi contabilizada 199 habitantes<sup>29</sup>.

Observamos na imagem de satélite figura (18) que as casas são espalhadas, não existem quadras, vias e asfalto no bairro, além disso há pouquíssimos equipamentos de uso coletivo, contém apenas uma escola, o que demonstra a baixa infraestrutura urbana. Analisando as características das casas e de acordo com as considerações feitas pelo Secretário Municipal de Habitação sobre o processo de ocupação dos sertões, inferimos que as moradias são autoconstruídas.

Segundo o mapa (5) do zoneamento ecológico costeiro é permitido desenvolvimento de trabalhos que estejam ligadas à agricultura e a pesca bem como as atividades relacionadas ao modo de vida e cultura das comunidades tradicionais, desde que não desrespeite as faixas da Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3.

<sup>29</sup> Disponível em [http://populacao.net.br/populacao-ipiranguinha\\_ubatuba\\_sp.html](http://populacao.net.br/populacao-ipiranguinha_ubatuba_sp.html). Acessado em 09/12/2018. Fonte IBGE (2010)

### Álbum 15 - Sertão do Ubatumirim



Fonte: Acervo Pessoal. 2018.

Figura 18: Sertão do Ubatumirim



Fonte: Google Earth, 2018.

O Bairro do Poruba (álbum 16) responde ao subdistrito da Picinguaba. É um bairro bem afastado do centro, considerado rural. Em 2010 possuía uma baixa densidade populacional 87 habitantes<sup>30</sup>. Como demonstra a imagem de satélite, figura (19) há uma extensa vegetação no seu entorno. Conta com apenas uma via de acesso principal, o asfalto está bem danificado, não há bueiros e galerias pluviais, é quase imperceptível a presença de equipamentos urbanos de uso coletivo.

<sup>30</sup> Disponível em [http://populacao.net.br/populacao-ipiranguinha\\_ubatuba\\_sp.html](http://populacao.net.br/populacao-ipiranguinha_ubatuba_sp.html). Acessado em 09/12/2018. Fonte IBGE (2010)



As casas em sua grande maioria possuem características de autoconstrução, pois observamos que são feitas com materiais baratos, como por exemplo, telhas de fibrocimento e de barro, além disso não possuem acabamento na parte externa e os lotes são bem menores do que os convencionais. No bairro possui a associação dos moradores do Poruba (SAPU).

É uma área bem protegida devido à presença da Serra do Mar, por este motivo só é permitido o desenvolvimento de atividades que estejam ligadas ao modo de vida e cultura das comunidades tradicionais como a pesca, a agricultura de subsistência.

Segundo o mapa (5) do zoneamento ecológico, são permitidas atividades que não produzam impacto ao meio ambiente, como: pesquisa, educação ambiental, manejo sustentável, processamento de beneficiamento produtos, entre outros delimitados para a Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3

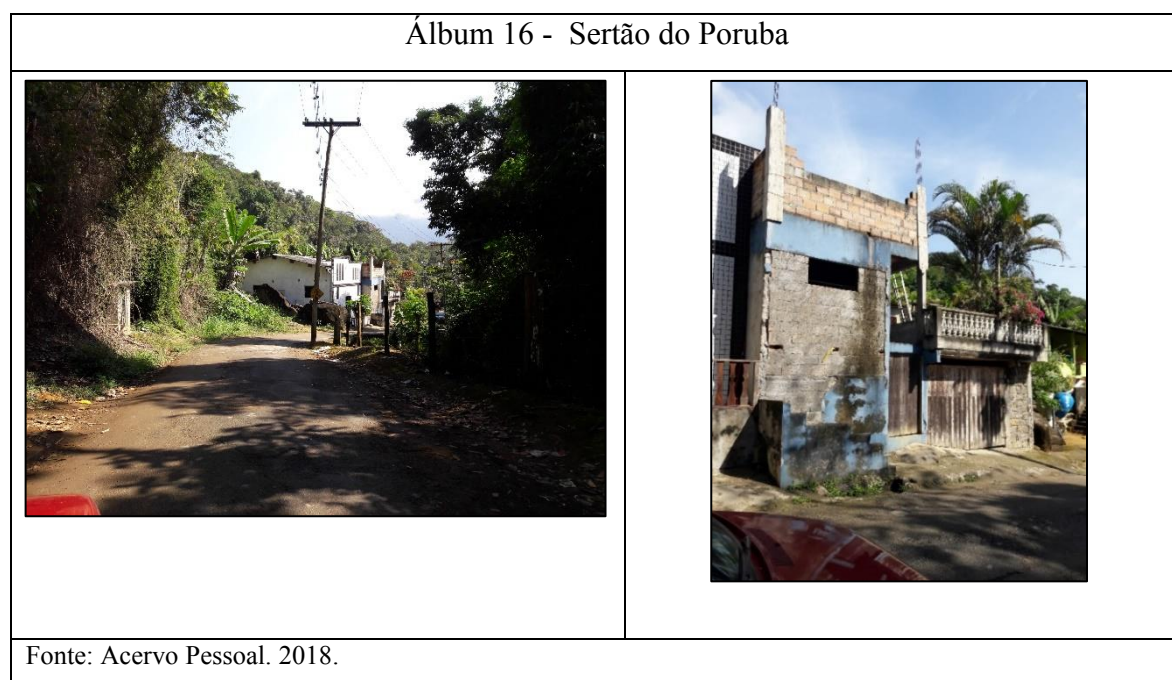
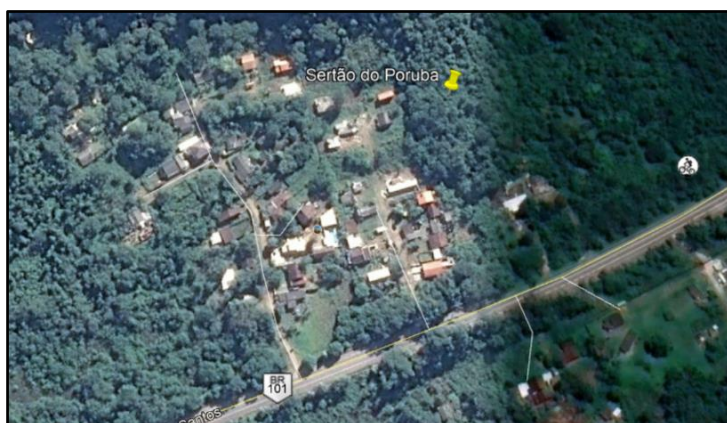


Figura 19: Sertão do Poruba



Fonte: Google Earth, 2018.

Observamos no mapa (3) do parcelamento do solo, que em 2006 o bairro da Casanga (álbum 17) foi congelado pelo poder público local, por diversas questões. É uma área que está muito próxima ao Parque Estadual da Serra do Mar, no qual não é permitida a expansão urbana (figura 20). A densidade populacional é baixa, os assentamentos são dispersos e preservam muitas características rurais. Esta área foi reconhecida como comunidade quilombola em 18/11/2010<sup>31</sup>, por ser uma área com remanescentes de quilombos:

O processo de reconhecimento de determinada comunidade como remanescente de quilombo tem vários trâmites. Existe a Fundação Cultural Palmares, órgão pertencente ao Ministério da Cultura, que reconhece a existência de núcleos quilombolas urbanos e rurais. Ela ocupa papel principal no processo de declaração de uma comunidade como quilombola. Para que esse reconhecimento aconteça, o primeiro passo é auto-atribuição da comunidade como quilombola e a solicitação à Fundação Palmares de uma certidão de auto-reconhecimento. Esse documento é a “certidão de nascimento” da comunidade como quilombola. A certidão da comunidade estudada foi expedida em 12.01.2006. A comunidade está na área rural de Ubatuba, em um bairro chamado Sertão do Itamambuca ou Casanga. Seus moradores (distribuídos por aproximadamente 36 casas somam mais de 100 pessoas) são descendentes de antigos escravos que trabalhavam nas terras do fazendeiro Modesto Antonio Barbosa (SANTOS et al, 2007, p. 3096).

#### Álbum 17 - Casanga



Fonte: Acervo Pessoal. 2018.

<sup>31</sup> Disponível em <<https://www.curiosidadesdeubatuba.com.br/comunidade-quilombola/>>Acessado em 11/01/2018.

Figura 20: Casanga



Fonte: Google Earth, 2018

O bairro da Figueira (álbum 18) está localizado às margens da rodovia SP 125, Osvaldo Cruz no sentido oeste do município. Em 2010 contava com 1108 habitantes<sup>32</sup>. Segundo o mapa (3) do parcelamento do solo esta é uma área congelada pelo poder público, provavelmente devido á existência do parque Horto Florestal<sup>33</sup>:

O Horto Florestal é uma unidade de conservação ambiental onde é estudada a multiplicação das espécies florestais, tendo como objetivos principais a instrução sobre botânica, a vulgarização dos conhecimentos sobre plantas úteis, generalizando sua cultura, coligindo as produções indígenas e transplantando as exóticas, além de finalidades recreativas e produção de mudas. Pode ser estabelecida pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, em terras de seus domínios.

É um bairro com baixa densidade populacional, percebemos na imagem de satélite, figura (21) que do lado oposto ao morro passa um rio de grande vazão, onde se localizam muitas casas, algumas ainda em estágio de acabamento. Observamos que no bairro há algumas vias de acesso em péssimo estado de conservação. Com pouquíssimos equipamentos de uso coletivo, possui apenas 2 escolas e 1 posto de saúde que, entretanto, foi inaugurado recentemente e a presença de bueiros e galerias pluviais é quase imperceptível. É permitido o desenvolvimento sustentável das atividades desde que respeite o zoneamento ecológico econômico da Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3, Zona 4.

<sup>32</sup> Disponível em [http://populacao.net.br/populacao-ipuranguinha\\_ubatuba\\_sp.html](http://populacao.net.br/populacao-ipuranguinha_ubatuba_sp.html). Acessado em 09/12/2018. Fonte IBGE (2010)

<sup>33</sup> Disponível em: [http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/6997/areas\\_protegidas\\_por\\_lei.html](http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/6997/areas_protegidas_por_lei.html). Acessado em 09/12/2018.

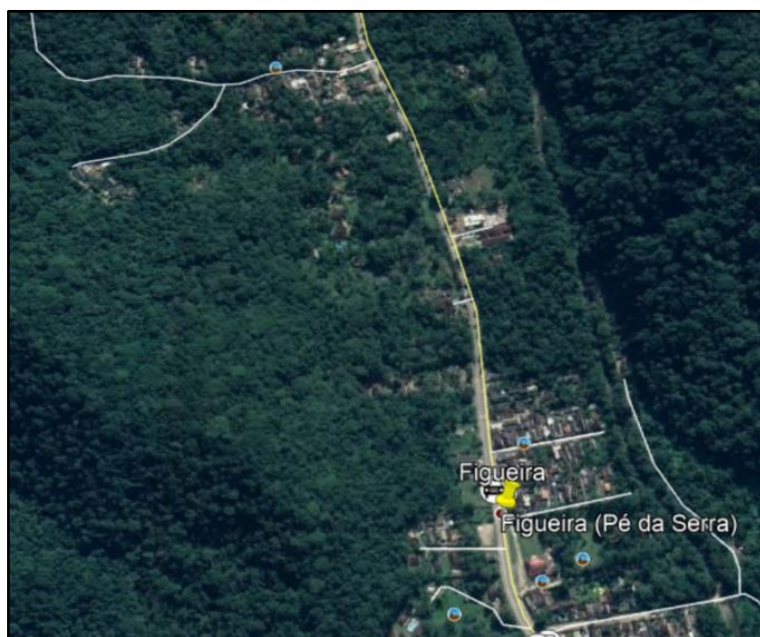


## Album 18 - Figueira



Fonte: Acervo Pessoal. 2018.

Figura 21: Figueira



Fonte: Google Earth, 2018.

O bairro da Marafunda (álbum 19) fica próximo ao centro. Em 2010 possuía 2.046 habitantes<sup>34</sup>. Na imagem de satélite, figura (22) é possível observar que este não é um bairro de grandes dimensões, nota-se apenas a presença de algumas quadras e vias de acesso nas entradas principais. É um bairro com pouca infraestrutura urbana, o asfalto estava em

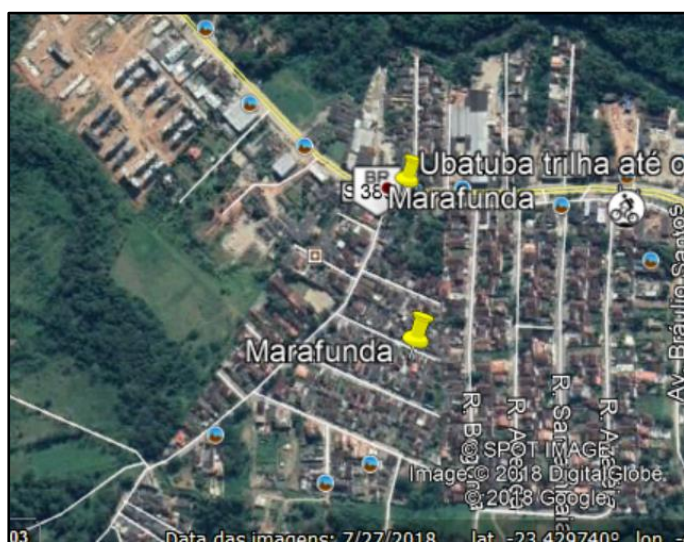
<sup>34</sup> Disponível em [http://populacao.net.br/populacao-ipuranguinha\\_ubatuba\\_sp.html](http://populacao.net.br/populacao-ipuranguinha_ubatuba_sp.html). Acessado em 09/12/2018. Fonte IBGE (2010)

péssimas condições de conservação. Há escolas e postos de saúde, e diversos comércios de pequeno porte, entretanto localizamos pouquíssimos bueiros e galerias pluviais.

No geral podem ser desenvolvidas atividades de baixo impacto ambiental, desde que respeite o zoneamento ecológico e a referente Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3, Zona Z4, Zona 4OD, Zona 5.



Figura 22: Marafunda



O bairro da Ressaca (álbum 20) está dividido em três partes, o Sítio Ressaca, Sítio Ressaca II, e Sítio Ressaca III, em 2010 possuía 406 habitantes<sup>35</sup>. Através da imagem de

<sup>35</sup> Disponível em [http://populacao.net.br/populacao-ipuranguinha\\_ubatuba\\_sp.html](http://populacao.net.br/populacao-ipuranguinha_ubatuba_sp.html). Acessado em 09/12/2018. Fonte IBGE (2010)

satélite, figura (23) notamos que as quadras são bem delimitadas, por ser uma área de grande valorização da cidade há muitas residências de médio e alto padrão construtivo. Salientamos que este bairro desvia muito dos padrões de moradias que estamos procurando, mas por estar inseridos entre os 24 bairros analisados por Vieira (2008), decidimos verificar.

Apesar de ser um bairro relativamente nobre, com baixa densidade populacional, verificamos que não existe asfalto, bueiro, escola e posto de saúde em nenhuma parte do bairro. De acordo com o zoneamento ecológico, qualquer atividade a ser desenvolvida nesta área deve respeitar a Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3, Zona 4, Zona OD

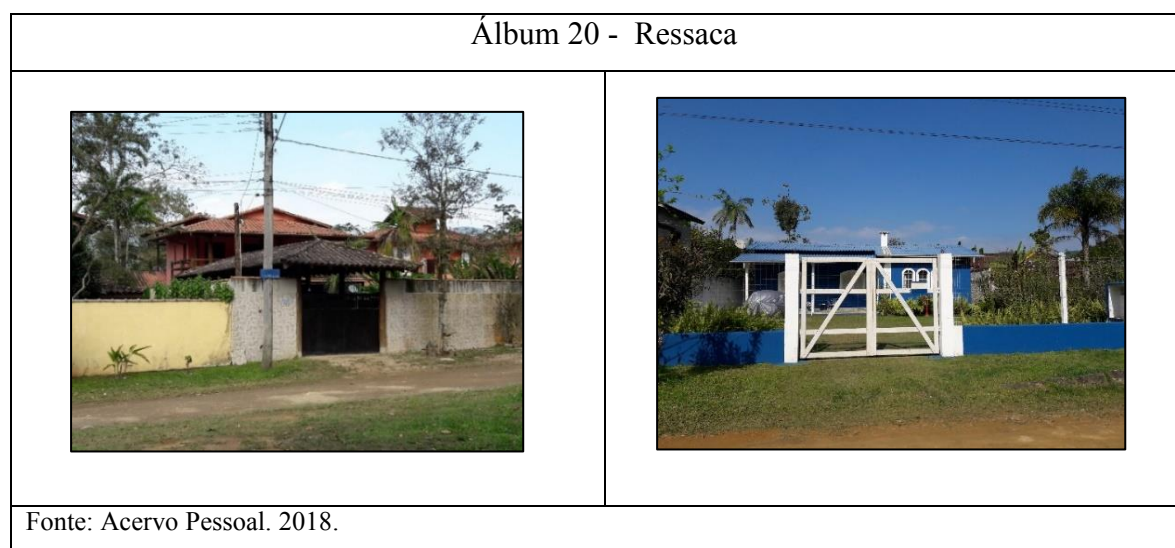
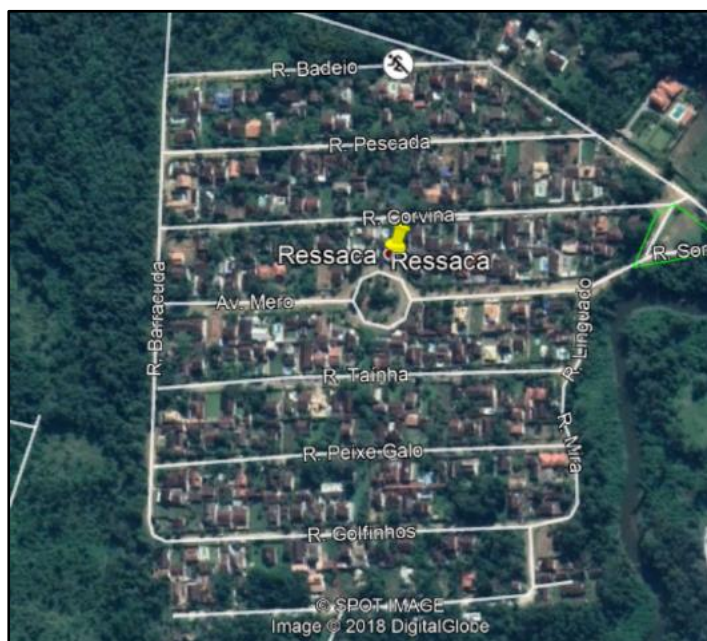


Figura 23: Ressaca



Fonte: Google Earth, 2018.



O bairro da Bela Vista (álbum 21) possuía em 2010, 2161 habitantes<sup>36</sup>. Está localizado em morro com encostas extremamente íngremes, onde há poucas áreas estáveis, sendo considerados de risco muito alto, alto, médio, o que demonstra a alta vulnerabilidade ambiental que somado a social refletem as desigualdades socioespaciais presentes no município. De acordo com a imagem de satélite, figura (24) dá para perceber que em partes do bairro há quadras e vias, e na parte do morro não há quadras nem vias.

Apesar da baixa densidade de ocupação, notamos que muitas casas são próximas umas nas outras, e muitas estão em processo de constituição em lotes de pequena dimensão, no entanto falta conclusão da obra na parte externa e os materiais baratos como telhas de fibrocimento, de barro e tijolos a vista, indicam que sejam autoconstruídas.

O bairro tem uma infraestrutura urbana incompleta com pouco equipamento de uso coletivo, possui apenas uma escola, o asfalto está condenado sem manutenção, as ruas não têm bueiros, galerias pluviais nem rede de esgoto, entretanto possuem rede geral de água, energia e vias que dão acesso as casas. Por se tratar de um espaço com alta fragilidade ambiental, somadas as características comum das casas, inferimos que as casas foram construídas pelos próprios moradores.

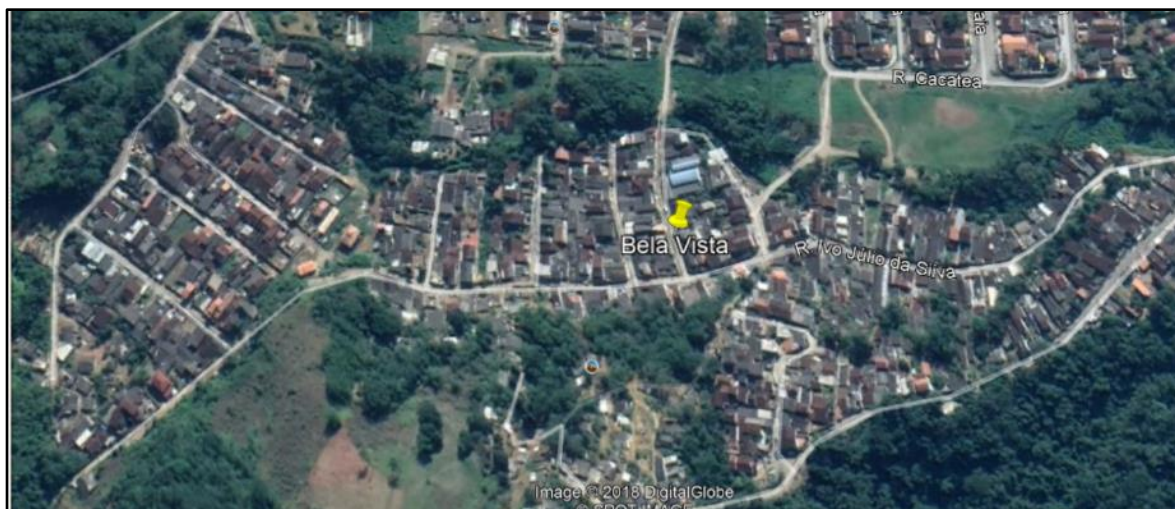
Álbum 21 - Bela Vista



Fonte: Acervo Pessoal. 2018.

<sup>36</sup> Disponível em [http://populacao.net.br/populacao-ipuranguinha\\_ubatuba\\_sp.html](http://populacao.net.br/populacao-ipuranguinha_ubatuba_sp.html). Acessado em 09/12/2018. Fonte IBGE (2010)

Figura 24: Bela Vista



Fonte: Google Earth, 2018

O bairro do Sesmaria (álbum 22) está localizado próximo a área central, em 2010 contava com 1.916 habitantes<sup>37</sup>. Durante o trabalho de campo notamos topógrafos da prefeitura realizando medições no terreno, no entanto existem pontos que foram congelados pelo poder público. Notamos que muitas casas foram construídas em morros extremamente abruptos, considerados de risco muito alto, alto e de média vulnerabilidade ambiental. No bairro há poucos equipamentos de uso coletivo, o asfalto estava condenado, não possui bueiros, galerias pluviais e redes de esgoto, entretanto algumas vielas principais dão acesso as casas.

Nas imagens de satélite, figura (25) é possível notar a grande vegetação que existe no entorno. Segundo o mapa (5) do zoneamento ecológico é permitido o incremento de atividades de baixo impacto ambiental desde que respeite os limites da respectiva Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3, Zona 4, Zona 4OD. Segundo informações extraídas do poder público, iniciou-se o processo de regularização fundiária neste bairro.

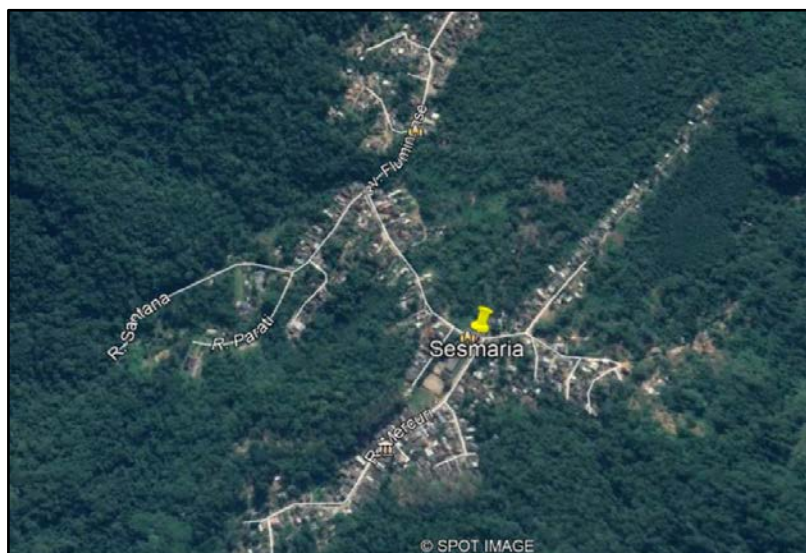
<sup>37</sup> Disponível em [http://populacao.net.br/populacao-ipuranguinha\\_ubatuba\\_sp.html](http://populacao.net.br/populacao-ipuranguinha_ubatuba_sp.html). Acessado em 09/12/2018. Fonte IBGE (2010)

## Álbum 22 - Sesmaria



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Figura 25: Sesmaria



Fonte: Google Earth, 2018.

O bairro Mato Dentro (álbum 23) está localizado no trevo da área central. Em 2010 foi contabilizado 2518 habitantes<sup>38</sup>. Na imagem de satélite, figura (26) percebemos que existe um rio de grande vazão que passa atrás das casas e que atravessa a rodovia BR 101, e que desemboca no oceano.

Por ser um bairro localizado próximo a área central é melhor servido de escolas, postos de saúde e comércios no seu entorno, contudo ainda apresenta baixa infraestrutura

<sup>38</sup> Disponível em [http://populacao.net.br/populacao-ipiranguinha\\_ubatuba\\_sp.html](http://populacao.net.br/populacao-ipiranguinha_ubatuba_sp.html). Acessado em 09/12/2018. Fonte IBGE (2010)

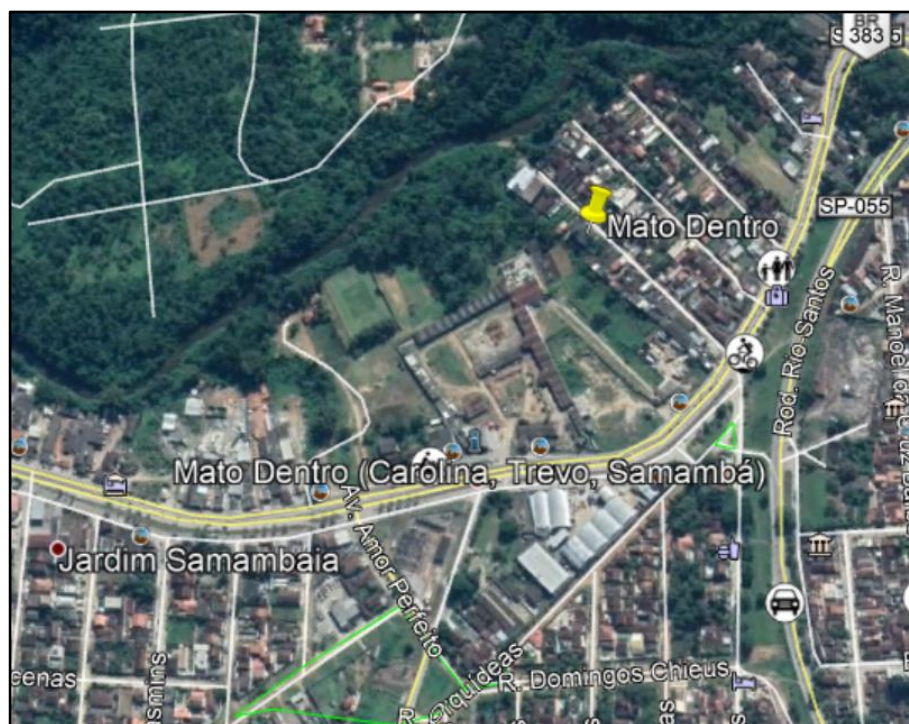


urbana pois, dentro do bairro o asfalto estava em péssimo estado de conservação. Não avistamos bueiros, galerias pluviais e esgoto nas ruas, entretanto nas casas tem energia elétrica, e em sua grande maioria possuem características de autoconstrução.

Deste modo, qualquer atividade a ser desenvolvida neste espaço deverá respeitar o que é definido no zoneamento ecológico para a Zona 1, Zona 1AEP, Zona 2, Zona 3, Zona 4, Zona 4OD, Zona 5.



Figura 26: Mato Dentro



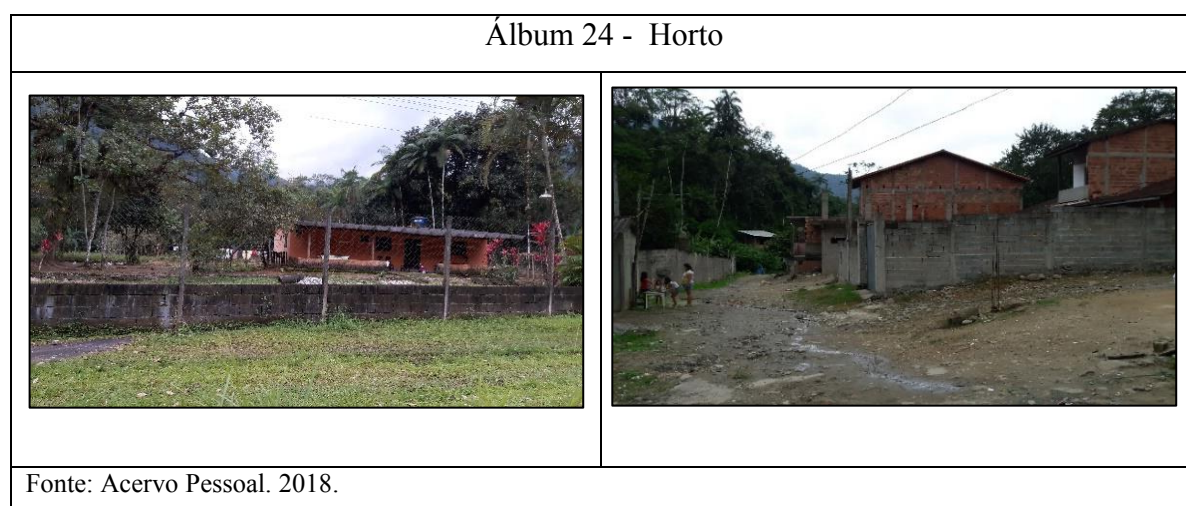
Fonte: Google Earth, 2018.

O Horto Florestal (álbum 24) é uma Unidade de Conservação, localizado no sentido oeste do município, compreende os bairros da figueira, Pé da Serra setor A B, C, D e Morro da Pipoca. Consta no mapa (3) do parcelamento do solo, que determinadas áreas foram congeladas<sup>39</sup> pelo poder público.

Conforme demonstra a figura (27) no bairro há algumas vias principais e quadras que dão acesso as casas, como a rodovia SP 125 - Osvaldo Cruz, BR 383. Como foi detalhado, é uma área com baixa infraestrutura urbana, e com pouco equipamento urbano de uso coletivo. Não avistamos bueiros, galerias pluviais e asfalto no interior do bairro, e em certos pontos no Pé da Serra não tem energia elétrica. Segundo a Prefeitura Municipal este impedimento ocorre justamente porque:

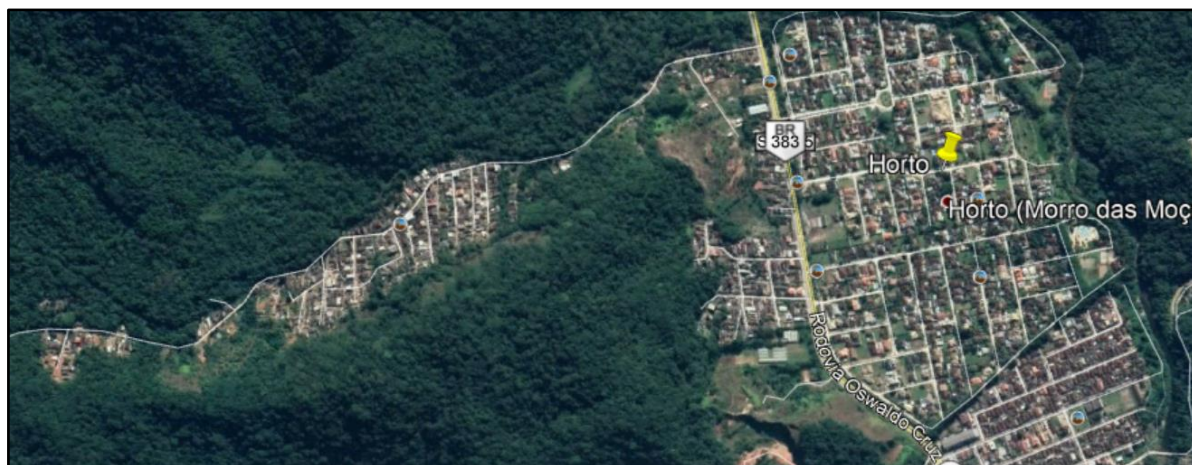
“[...] tem muitas questões relacionadas a regularização fundiária, esses núcleos estão irregulares a Elektro não faz a ligação até por ordem da justiça, do Ministério Público, tem esse impedimento não se pode fazer as ligações se a área não estiver regularizada” (SATO, PREFEITO MUNICIPAL, 2018).

A regularização fundiária faz se imprescindível, pois nem o Ministério Público, nem o Estado reconhece esta área na cidade como uma área que necessita de investimento devido a essa situação de irregularidade.



<sup>39</sup> Ocupações espontâneas que se deram em unidades de conservação, e que por este motivo não há previsão de instalação de infraestruturas urbanas necessárias a vida urbana é chamada aqui de Áreas congeladas.

Figura 27: Horto (Morro da Moças)



Fonte: Google Earth, 2018.

**Capítulo 2:**  
**As desigualdades**  
**socioespaciais na**  
**distribuição dos**  
**meios de consumo**  
**coletivo em**  
**Ubatuba/SP.**



Entender o funcionamento da economia capitalista, sobretudo da formação dos mercados e das desigualdades socioespaciais sobre outras perspectivas teóricas e metodológicas é importante para compreendermos como se deram os processos de estruturação do espaço intra-urbano e como eles se constituíram em diferentes tempos e espaços, contextos sociais, históricos e culturais.

Neste capítulo, delinhamos sobre a perspectiva conceitual que faz menção aos objetos estruturadores do espaço urbano e da vida, entendidos aqui, como meios de consumo coletivo, sobretudo para compreendermos como são redefinidas as relações sociais e as práticas espaciais a partir da ausência e ou presença dos meios de consumo coletivo no espaço, compreendendo desta forma as desigualdades socioespaciais em Ubatuba/SP. Mesmo que esta última não tenha sido abordado completamente na pesquisa, devemos atribuí-los a importância.

Marx numa tentativa de compreender as relações econômicas e o funcionamento do capitalismo do século XIX deixou saídas explicativas numa construção dialética para entender as relações que são intrínsecas a produção, circulação e consumo de mercadorias, sobretudo cria a teoria das “condições gerais de produção” na busca de uma resposta que elucidasse as desigualdades sociais que resultavam nas diferentes lutas de classes operárias. No entanto, a partir dos anos de 1970 as condições gerais de produção se tornou um dos principais objetos de estudo, no qual diversos autores marxistas buscavam reflexões (LENCIONI, 2007).

As primeiras pesquisas de Jean Lokine, entre as décadas de 1960 e 1970, não tratou de estudar o movimento social por dentro, mas estudar como eles (os movimentos urbanos, associações de bairros e ações dos trabalhadores) trabalhavam as instituições estatais, centrais e locais. Deste modo, ele estabeleceu um diálogo entre o que ele chamou de um mesmo fato social: as modalidades de expressão, de representação e de aplicações políticas de um movimento social. Tratava se, por conseguinte, de estudar as relações entre os diferentes representantes dos movimentos urbanos e os detentores do poder legítimo do Estado, eles enredados em toda sua diversidade e estratégia. Este desvio pelo político, e pela política, permitiria avaliar a capacidade das instituições “traduzirem” as demandas sociais que exprimiam nesses movimentos urbanos (LOJKINE, 1997).

A reflexão socioeconômica empreendida sobre o urbano por Lojkine rompe, com a abordagem tradicional da cidade. Para ele a cidade moderna não se define nem pelo consumo, nem pela produção.



O que ele chamou de “meios de consumo coletivo” concentrados desde a Segunda Guerra Mundial nas grandes cidades, não dependia, com efeito, nem do que os economistas chamavam de consumo final (consumo de produtos mercantis), nem do “consumo produtivo” (matérias primas, máquinas). Isto porque segundo Lojkine, esses equipamentos urbanos não são assimiláveis aos mercados, ou qualquer lugar que se troque mercadoria. Trata-se de um meio material de um tipo radicalmente não – mercantil (ou misto), mesmo sendo um objeto de avaliação mercantil, pois o que produzem não é um material, mas sim um serviço, uma informação, o que produzem é sentido (LOJKINE, 1997).

Para ele é uma contradição compreender os meios de consumo coletivo como bens coletivos, como faziam os economistas, pelo fato que, o bem coletivo por definição é alienável e privatizável. Vinte anos mais tarde esta análise será o foco das reflexões do autor, “a emergência da revolução informacional, do não mercantil nas sociedades mais mercantis e mais capitalistas existentes” (LOJKINE, 1997, p.15). Assim sendo, ele buscou dar ênfase a periodização histórica dessas formas e associá-las ao notável desenvolvimento das políticas públicas estatais depois da Segunda Guerra Mundial.

Compreender o urbano como condição geral da produção capitalista permitiu a Lojkine apreender, a saber, o papel crucial dos serviços urbanos no crescimento da produtividade global, entretanto sua abordagem pecava um pouco por seu economicismo, pois lhe faltou relacionar os processos socioeconômicos aos processos culturais estudados por Simmel e pela antropologia urbana.

Lojkine pensa qual é o papel do Estado na urbanização capitalista, isto supõe uma análise do valor de uso e do valor de troca das categorias que baseiam as relações de classe, e as relações entre cidade e campo. Ele o faz a partir de uma análise interna do Estado, na determinação de um vínculo entre a elaboração da política estatal, de um lado, e de outro, a socialização contraditória das forças produtivas e das relações de produção.

As formas de urbanização são antes de tudo formas de divisão social e territorial do trabalho (SPOSITO, 2013). Elas estão no centro da contradição entre as novas exigências do progresso técnico, seja em matéria de formação ampliada das forças produtivas humanas, seja leis como de acumulação do capital.

Não considerar a urbanização como artifício chave das relações de produção, reduzi-la ao domínio do consumo e do não trabalho, opor-se a reprodução da força de trabalho, é retomar um dos pensamentos arcaicos dominantes da ideologia burguesa, segundo o qual só era produtiva a atividade da produção de mais valia via trabalho morto. Pois “longe de ser

pura necessidade técnica, o aumento da produtividade é imprescindível ao desenvolvimento da acumulação capitalista” (LOJKINE, 1997, p. 145).

Lojkine ao propor uma análise do Estado na urbanização capitalista e do urbano, estudou a obra de Marx “O Capital” antes de referir aos meios de consumo coletivo. Para Marx, o conceito de socialização estende-se ao conjunto da reprodução do capital social, e não é somente a socialização das forças produtivas consecutivas ao desenvolvimento da mais valia relativa, e não está limitada à formação do trabalhador coletivo no local de produção. Resumindo, ela abarca ao mesmo tempo a divisão técnica do trabalho na oficina e a divisão do trabalho no conjunto da sociedade. Assim, Marx desenvolverá uma teoria para definir “a relação entre o processo imediato de produção, a unidade de produção, por um lado, e de outro, o processo global de produção e de circulação do capital: é o que chama de condições gerais da produção ” (LOJKINE, 1997, p.145).

A revolução no modo de produção exigiu uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, ou seja, dos meios de transportes e comunicação. Deste modo com a expansão destes meios, houve um aumento na produção das mercadorias e consequentemente da acumulação capitalista.

Neste contexto Lojkine desenvolve sua ideia no sentido de centrar a discussão no âmbito da teoria marxista. Contudo, para ele, o desenvolvimento da urbanização capitalista repousa fundamentalmente no conceito de condições gerais de produção e por ele é explicado, “trata-te de um lado, dos meios de consumo coletivos que vem juntar aos meios de circulação material, de outro, da concentração espacial dos meios de produção e de reprodução, das formações sociais capitalistas (LOJKINE, 1997, p.145).

Outros fatores também são tão importantes quanto estes no processo global das formações capitalistas e merecem ser contemplados nas análises. Segundo Lojkine, o que vai caracterizar duplamente a cidade capitalista é a crescente concentração dos meios de consumo coletivo, o que vai criar um modo de vida urbano, bem como o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução do capital e da força de trabalho, o que vai se tornar condição determinante do desenvolvimento econômico. Isto levou a Lojkine desenvolver melhor os conceitos de meios de consumo coletivo e condições gerais de produção.

Lojkine relembra a oposição colocada por Marx entre consumo produtivo e o consumo individual – final, quando diz que “no primeiro o trabalhador age como força

motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, ele pertence a si mesmo e realiza funções vitais fora do processo de produção” (LOJKINE, 146, 1997).

O consumo final remete ao processo de reprodução da força de trabalho, exterior ao processo de produção, e:

[..]os meios de circulação material (os meios de comunicação) participam das condições gerais da produção, na medida em que prolongam o processo de produção no processo de circulação e entram assim, na esfera do consumo produtivo – pelo o qual o trabalhador consome meios de produção e converte-os em produtos de valor superior ao do capital adiantado” (LOJKINE, 146, 147, 1997).

Isto significa que o trabalhador consome os meios de produção a fim de convertê-los em produtos de valor superior ao que foi despendido pelo capital. Eis que o consumo produtivo é o consumo da sua força de trabalho pelo capitalista. No final “o dinheiro fornecido para a compra dessa força é gasto pelo trabalhador em meios de subsistência e é o que forma seu consumo individual” (LOJKINE, 1997, p. 146).

Considerando esta oposição, as despesas de consumo do trabalhador opõem-se às despesas de produção, já que as primeiras consistem em simples gastos de rendas enquanto as segundas são um adiantamento de capital. O autor adverte que:

A compra de mercadorias destinada a consumir seu valor de uso é paga pelo dinheiro que funciona como meio de circulação e corresponde a um gasto de renda e não um adiantamento de capital; quanto à compra de serviços, de trabalho improdutivo, é paga com o dinheiro e não com o capital. Ao consumo produtivo opõe-se, portanto, na esfera do consumo individual, o consumo improdutivo de valores já produzidos. A primeira vista, por conseguinte, não há nenhum motivo para colocar os meios de consumo coletivos em outra esfera que não seja a do consumo final e improdutivo. Assim como os meios de consumo individuais.

Lojkine então logo se pergunta, se os meios de consumo coletivo entram na esfera de consumo final, da mesma maneira que os meios de consumo individuais? E responde imediatamente, que não, os meios de consumo coletivo não entram na esfera do consumo final da mesma forma que os meios de consumo individuais.

Os meios de consumo sejam públicos ou privados são objeto de transformação direta do capital variável em salário, ou seja, não há gastos de rendas o que possibilita a compra de mercadorias para a reprodução individual da força de trabalho (LOJKINE, 1997).

Deste modo, considerando os meios de consumo coletivo ofertados publicamente, traçamos uma relação, no qual o trabalhador não necessita vender sua força de trabalho para consumi-lo o que não ocorre no privado. Mas, fazendo uma analogia é como comprar um

carro, o trabalhador adquire a mercadoria com o dinheiro que foi pago pelo valor da sua força de trabalho que é transmutada em salário, ou seja a natureza que os levou ao consumo é outra, porque o equivalente geral tem esta especificidade, adquirir mercadorias.

Os meios de consumo coletivo podem tanto serem ofertados pelo Estado ou pelo setor privado, eis que os mesmos também são os agentes da produção do espaço urbano, da mesma forma provavelmente são os que conduzirão o processo de produção/distribuição dos meios de consumo coletivo para a sociedade. Mas o que realmente importa é em relação a sua função social, que é a de atender uma necessidade social que é coletiva.

A função dos meios de consumo coletivo é diferente dos meios de consumo individuais, segundo Marx, só se pode fazer esta distinção a medida em que se fizer referência as formas socializadas e autonomizadas do processo de organização do processo de consumo. Portanto, Lojkine difere os meios de consumo individuais de meios de consumo coletivo apontando que, os meios de consumo coletivo não circulam como uma mercadoria, não tem essa função, não há conexão das despesas de circulação com o processo de produção, pois os objetos não entram e não saem da mesma forma dessa esfera (LOJKINE, 1997).

O autor alerta que do ponto de vista da rentabilidade, os meios de consumo coletivo são considerados despesas sem retorno, na medida em que não criam nenhum valor, mas efetuam uma punção no valor já criado; ainda mais: o que constitui a importância mesma dos valores de uso dos meios de consumo coletivo se transforma em critério negativo do ponto de vista do processo de circulação capitalista.

É o que acontece quando os meios de consumo coletivo são articulados enquanto mercadorias, e quando os meios de circulação social (bancos, créditos) compensam sua improdutividade quando intervêm no nível de reprodução do capital produtivo, ou seja, os meios de consumo coletivos estão abaixo do crédito, tem menos importância que o último, portanto são considerados supérfluos no processo de reprodução e acumulação ampliada do capital (LOJKINE, 1997).

Atualmente, essa visão do autor não condiz com a realidade, o que nos permite discordar em ao menos alguns pontos, o que vemos acontecer é uma tomada do mercado financeiro e do grande empresariado na disputa por estes bens de uso coletivo. Nunca antes na história as incorporadoras, as grandes indústrias do setor civil estiveram tão interessadas nesse tipo de investimento via licitações. O Estado gasta grande parte dos recursos com obras deste tipo, e quase sempre são obras de grandes proporções que tendem a fortalecer as

relações de diferença entre os segmentos a medida que este é alocado no espaço urbano, assim como pode contribuir para um avanço na corrida pela acumulação do capital.

Sendo assim, a construção de uma escola, de um posto de saúde, de uma praça, de um parque, agora mais do que nunca, é considerada enquanto uma produção interessante para o capital pois eles viabilizam e muito o lucro para quem investe a posteriori.

Lojkine adianta três características principais que diferem os meios de consumo coletivo dos meios de consumo individuais nas suas formas de apropriação. Faz menção ao seu valor de uso que é coletivo, já que satisfaz uma necessidade social e a segunda pelo seu valor de troca. Entretanto, a primeira é expressa por Lencioni:

Uma estrada ou o fornecimento de energia, tanto quanto uma escola ou um hospital, são concebidos para serem consumidos coletivamente. Mais precisamente, seu valor de uso é coletivo e responde a uma necessidade social que só pode ser satisfeita coletivamente (LENCIONI, 2007, s/p).

A segunda se refere ao seu valor de troca, determinados no processo de apropriação do solo como uma mercadoria, que não é coletiva, já que os meios de consumo coletivo são negociados na venda do solo urbano por aqueles que detêm o capital, e antes mesmo já atribui seu valor de uso.

Outra consideração feita pelo autor, é com relação à impossibilidade de troca dos meios de consumo coletivo, o que é normal ocorrer no processo de circulação de qualquer mercadoria. Deste modo, é pouco provável que seja inserida no processo de troca mercantil, pois sua utilidade é difusa, complexa e dificilmente mensurável em termos de necessidade particular do indivíduo, além de tudo deve se considerar o seu tempo de consumo que pode variar em dezenas de anos, o que gera uma rentabilidade muito fraca porque neste caso o capital é imobilizado neste processo, e ao menos que se modifique seu valor de uso, esta não é uma característica do capitalismo (LOJKINE, 1997).

Mas como havíamos dito, considerando todas as mudanças de paradigmas da passagem de um tempo para o outro, atualmente os meios de consumo coletivo são vistos enquanto uma frente promissora dos grandes capitais, um grande gerador de rentabilidade, que faz com que o capitalismo atinja seu objetivo maior, visto que neste meio todos os tipos de coerções e estratégias podem acontecer, o que reforça a disputa pela produção, circulação e distribuição e consumo dos meios de consumo coletivo.

O autor também chama a atenção para a oposição dos meios de consumo coletivo às condições gerais diretas da produção capitalista, “ a saber os meios de circulação material

(os meios de comunicação) - na medida em que não acrescentam nenhum valor naquele que é criado no próprio processo de produção” (LOJKINE, p.157, 1997).

Deste modo, uma vez que os meios de consumo coletivo geram a ampliação acumulada do capital, para o capitalista o que mais pesa é o que pode ser valorizado enquanto o local onde estes meios serão alocados. Sendo assim, quando articulados enquanto mercadorias, determinam as diversas relações que surgem no processo de apropriação desigual do espaço, bem como, pode ao toma-la enquanto mercadoria, valorizar ainda mais espaços privilegiados na cidade.

Contudo, a capacidade que os meios de consumo possuem para agregar valor ao solo urbano deve ser relativizado:

“[...] pois outros fatores, como a localização da área, o tipo de atividades a se desenvolver nela, as condições históricas de constituição do grupo social ali residente etc. também participam como definidores das características que irão estabelecer uma tipologia socioespacial para cada área da cidade e, por conseguinte, atribuindo os preços dos lotes, resultando nos padrões de residências conforme o segmento social que adquirirá os lotes” (CATELAN, 2008, p. 3).

Os meios de consumo coletivo além de compor o meio ambiente construído, agregam valor ao solo, mesmo que não seja conferido para todos na mesma dimensão ou mesma importância na vida cotidiana das cidades. Esse “valor” é meramente ligado a dimensão do econômico, alguns desses meios incidem sobre valores atinentes as dimensões socioculturais. Além do mais, os equipamentos esportivos ou culturais também são menos valorizados que os equipamentos escolares e do mesmo modo os meios de comunicação diretamente ligados a acumulação do capital também serão mais privilegiados do que a pavimentação de estradas por onde passam os trabalhadores, avenidas e distritos, e de serviços de transporte público, eis que estes “são diretamente responsáveis pelas condições gerais de produção nos espaços urbanos” (CATELAN, 2008, p.3).

Lencioni nos alerta para a retomada deste conceito nas análises a serem empreendidas sobre o urbano, uma vez que:

A referência ao conceito de ‘condições gerais de produção’ está em franco desuso, como se ele não tivesse mais nada a dizer. De origem no pensamento de Marx foi objeto de investigação e reflexão nos anos 70 do século XX, sobretudo relacionado à questão urbana. Porém, com a diminuição da influência do pensamento marxista esse conceito ficou, de certa forma, esquecido (LENCIONI, 2007, s/p.).



Sendo assim, outras dimensões devem ser arroladas na compreensão dos espaços dentre as quais acabamos de citar, são as práticas socioespaciais, mesmo não sendo nosso objeto de estudo, elas são de extrema importância nas pesquisas sociais.

A saber, nos cotidianos urbanos, os equipamentos, infraestruturas e serviços urbanos são associadas as condições de bem-estar das populações nas urbes, o que também deve ser relativizado, pois outros fatores estão relacionados a qualidade de vida de uma população. Deste modo, essas infraestruturas acabam caindo no descer imaginário, principalmente quando são notados conforme o grau de deficiências que a sua ausência causa aos cidadãos.

Para se medir a qualidade de vida, muitos outros fatores devem ser levados em consideração, como o índice educacional, ambiental, índice de GINI, IDH, entre outros. Deste modo, nesta pesquisa utilizaremos o termo condição de vida, por entender que a extensão dos meios de consumo coletivo até a população mais carente, tende a promover uma melhora na condição de vida deste ser humano no que se refere a maior possibilidade de acesso a este bem. Sendo assim, a melhora na condição de vida em conexão com os outros fatores que promovem uma qualidade de vida, garantem a plenitude dos dois.

Contudo, é obrigação do poder público ofertar da melhor maneira possível os equipamentos e serviços públicos para população. Ora, é direito e obrigação do cidadão fiscalizar se a prefeitura está cumprindo com o seu dever. Quando se trata de direitos humanos, a manutenção desses serviços conta como um fator elementar nas nossas vidas e necessitam “ser garantidos por questões morais e porque em muitos casos estão associados com os direitos humanos” (POLON, 2018).

Concordamos com Catelan (2008) que devemos dar real importância às discussões que fundamentam a teoria dos meios de consumo coletivo, pois compreendê-los apenas enquanto dados quantitativos, não revela toda discussão teórica que se pode fazer sobre a importância que os meios de consumo coletivo têm nas análises da contradição do espaço e no meio social. Preteceille salienta que muitas pesquisas foram fragmentando-se ao longo do tempo, e agora mais do que nunca é importante discutir sobre os meios de consumo coletivo e das condições gerais de produção como afirma Lencioni (2007), o que supõe uma retomada do debate teórico pois “cabe a pesquisa não se deixar prender na armadilha desta fragmentação ou da neutralidade técnica” (PRETECEILLE, 1986, p. 18).

O conceito sobre os meios de consumo coletivo amplamente discutido por Lojkin (1997) também aparece na obra de Preteceille (1986), a partir do estudo dos grandes

conjuntos habitacionais da França. Deste modo, os dois autores juntos passaram a realizar um aprofundamento teórico sobre a relação dos meios de produção e dos meios coletivos urbanos, e suas consequências sociais na vida urbana. Posteriormente, Jaramillo (1986) vai dar um olhar para as cidades da América Latina.

A análise que o autor realiza em torno dos meios de consumo coletivo apresenta alguns desafios, expõe que:

Há, certamente, dificuldades no plano empírico para distinguir, no caso de alguns equipamentos coletivos, em que medida são meios de produção ou meios de consumo visto que um mesmo valor de uso intervém em processos sociais de natureza diferente: é o caso da estrada, por exemplo, que serve, ao mesmo tempo, aos deslocamentos individuais e ao transporte de mercadorias. Mas esta dificuldade pode ser superada, precisamente pela análise concreta dos processos sociais; pode-se estudar o tráfego do qual a estrada é o suporte, identificar e mesmo medir os diferentes modos, produtivos ou não, de seu consumo e caracterizar as relações sociais, de propriedade e de apropriação real destes modos (PRETECEILLE, 1983, p. 42).

Preteceille ainda nos apresenta algumas considerações sobre o conceito meios de consumo coletivo. Segundo o autor, os meios de consumo coletivo perpassam ainda pelo estudo de duas abordagens: econômico e o sociológico. Ele considera fundamental esta distinção, pois se eles estão vinculados a produção e a circulação, participam na esfera do movimento geral de socialização, deste modo, devem ser analisados na esfera onde produzem seus efeitos (PRETECEILLE, 1983).

Essas considerações revelam outro ponto a ser considerado, a ideia de que um trabalho como o nosso pode transmitir a ideia de negação ou desvinculação com o espaço, considerando o debate apresentado que faz menção aos meios de consumo coletivo.

A partir disso o leitor poderia apontar um esvaziamento da perspectiva analítica da teoria da produção do espaço urbano, embasada por Lefebvre que endereçava críticas à proposição de Preteceille, quando o mesmo alega que esta abordagem se trataria de uma análise simplista do marxismo sobre o urbano. Lefebvre salienta que Preteceille foi audacioso em realizar um estudo do urbano e de seus aspectos econômicos em abordagens que tratam do preço do solo e especulação. Ao fazer uma análise do urbano, Lojkin salienta sobre as novas condições do capitalismo:

“ [...] nas novas condições de desenvolvimento do capitalismo, o urbano é um dos lugares decisivos da luta de classe, na medida em que ele resume a principal contradição entre a exigência de desenvolvimento do trabalho vivo - e sobretudo seu desenvolvimento intelectual - e a lógica de acumulação do trabalho

cristalizado que tende a restringir ao máximo esse desenvolvimento em função de suas necessidades imediatas” (LOJKINE p. 165, 1997).

Lefebvre (1990, p. 64) não discorda totalmente de Preteceille, até mesmo porque o autor “parte de uma nova e imensa realidade que a gente examina mais ou menos” – a produção do espaço, ou seja, as pluralidades de dimensões encontradas neste processo, sociais políticas, econômicas, culturais, etc.

A crise dos meios de consumo coletivo no fim dos anos 1950, levou a uma retomada das discussões no campo das “Ciências Sociais”, para muitos considerada uma expressão imprecisa, o que levou a uma série de debates sobre o tema, no qual foram propostas diversas substituições, redefiniram seu conteúdo, mas por mudanças pragmáticas acabaram voltando a ela (JARAMILLO, 1986).

A colaboração de Jaramillo (1986) sobre este tema foi estudar os efeitos da crise do consumo coletivo na América Latina a partir de uma análise do capitalismo periférico no qual procurou demonstrar o caráter endêmico das crises e das contradições no urbano. O autor também debate sobre a relação dos usos coletivos com o espaço. Deste modo, ao nosso ver o autor faz uso de duas dimensões em suas análises a espacial e a política.

A análise expressa por Jaramillo (1986) sobre a urbanização capitalista é que a produção da cidade se caracterizaria a partir de duas dimensões: a coletiva e a individual. E aponta que uma das tendências que envolvem toda a dinâmica da (re) produção do capital, tem a ver com a capacidade que o Estado tem para prover estes bens para as camadas mais pobres. O autor evidencia os mecanismos, estratégias e tendências há nível da gestão do Estado, sobretudo porque são os responsáveis por direcionarem as alocações dos bens no espaço urbano e demonstra que dentre os componentes da acumulação há uma “racionalidade econômica capitalista” (JARAMILO, 1986, p. 27).

Para o autor os efeitos da urbanização são mais expressivos quando paralelamente há um aumento do aporte demográfico, que ocorre sem o acompanhamento das dotações destes meios. Deste modo, o autor reconhece a incoerência na expansão do tecido urbano com os meios de consumo coletivo:

Assim vemos que quando as aglomerações urbanas ultrapassam uma certa magnitude, começam a ter importância atividades que de outra maneira não teriam porque tê-la: o transporte e as comunicações intra-urbanas, a eliminação dos dejetos, a regulação do tráfego, o controle da contaminação, etc. Mas para que essas aglomerações cumpram efetivamente os papéis de potencializar a acumulação capitalista, são necessários valores de uso adicionais: provimento de energia de uso industrial e doméstico, água potável, espaço construído para moradia e outros

usos, educação, áreas de recreação, seguranças, serviços de saúde, etc. (JARAMILLO, 1986, p.25)

Por ser o espaço urbano uma estrutura complexa, é suscetível a algumas indefinições, já que o movimento dialético já é responsável por complexificar cada vez mais os processos e as dinâmicas. Sendo assim, segundo Preteceille (1983) o debate frágil que envolve a natureza social do consumo coletivo é o que faz com que existam tantas indefinições, e ressalta que por priorizar mais a dimensão econômica, algumas categorias foram sendo suprimidas ou até mesmo diminuídas a sua importância nos debates, como o de quantitativo - qualitativo, público e privado, individual - coletivo. Ainda, segundo o autor, há uma necessidade de se distinguir o que é individual e o que é coletivo, sobretudo porque há uma relação econômica de produção a circulação dos serviços coletivos.

Sendo assim, o autor partiu de duas vertentes teóricas sobre a abordagem econômica dos meios de consumo coletivo. O autor apresenta duas correntes: a Althusseriana que analisa os meios de consumo coletivo como aparelhos ideológicos do Estado, e a de Deleuze Guatari que critica e analisa a constituição do Estado a partir de uma noção nova de filosofia, no qual evidencia as limitações e restrições de uma sociedade de controle, mas o faz na perspectiva neofrediana. No entanto, muitas são as perspectivas que arrolam a discussão da importância dos meios de consumo coletivo, como a teoria do bem coletivo (HARVEY, 1980)

Lojkine (1997, p. 182) critica a perspectiva do bem coletivo, associando a teoria do valor de uso/ valor de troca aos bens coletivos.

O erro da teoria do “bem coletivo” é de ter suprimido a contradição valor de uso/valor, ao reduzir os equipamentos coletivos apenas ao seu valor, isto é, apenas à sua medida social pelo tempo de trabalho abstrato; erro correlativo seria o de só considerar o caráter indivisível e coletivo dos “bens coletivos” fazendo abstração das relações sociais capitalistas que modificam seu valor de uso para integrá-los na produção mercantil.

Em concordância com o autor, sobre a teoria do bem coletivo, é incompatível analisar profundamente a partir desta teoria as contradições referentes a relação da produção do solo e os meios de consumo coletivo. Isso porque a presença ou a ausência de equipamentos, infraestruturas e serviços causam nuances na vida urbana, uma vez que estes elementos são os que dão sustentabilidade à habitabilidade coletiva, que por fim não se resume somente a casa, mas aos parques, praças, creches, centros de saúde, escolas, proporcionando assim o convívio entre os moradores. Contudo, ao serem tomadas enquanto mercadorias, podem interferir no conjunto dos usos, bem como no que se entende por coletivo, uma vez que:

[..] ainda sim são absorvidos pelo mercado imobiliário urbano que os submetem sob seus interesses capitalistas, movimento que aponta a impossibilidade de observarmos as cidades, do ponto de vista científico, enquanto um ambiente do bem coletivo” (CATELAN, 2008.p. 7).

Sendo assim, os meios de consumo coletivo são considerados “imprescindíveis para a realização da vida na cidade” (ROMA, 2005 p.12855).

Uma vez que:

“No processo de produção da cidade, a criação de novos espaços a serem consumidos, articula a sociedade ao conteúdo territorial dos espaços que produz e dos quais se apropria, ou seja, ao se criarem novas áreas, produzem-se novas necessidades individuais e coletivas”. (CATELAN, 2008, p.6)

Este entendimento perpassa pelo espírito do capitalismo, criar novas necessidades, tanto individuais quanto coletivas, é uma das características mais marcantes do processo de globalização que tem como intuito fortalecer o capital de giro no sistema capitalista.

## **2.1. Um olhar para Ubatuba, os processos socioespaciais e os reflexos no urbano**

Deste modo, a partir desta discussão dos meios de consumo coletivo redirecionaremos o olhar para a compreensão dos processos socioespaciais na cidade de Ubatuba.

Ubatuba/SP se caracteriza por ser uma cidade litorânea, que possui uma beleza cênica exuberante, assim como, há muitos mangues responsáveis pela reprodução de várias espécies e pela diversidade marinha, além de possuir uma extensa área de preservação ambiental, no qual se destaca a Serra do Mar. Sua população tradicional coexiste com a população flutuante, no entanto, é uma cidade que, por muito tempo, sofreu com os redirecionamentos das políticas públicas. O fato é que por mais de 20 ou 30 anos não houve uma destinação das verbas para os diversos setores considerados primordiais para o desenvolvimento da cidade, inclusive o turismo, principal atividade econômica da cidade.

Em entrevista com Secretário Municipal do Planejamento, ele nos informou que o dinheiro do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE), que é exclusivamente para ser usado em ampliações de ordem turística ficou abandonado por 4 anos. O mesmo ainda ressalta que:

Nós não deixamos parado em nenhum momento, já aprovamos 2018, já provamos 2019, são essas obras que você está ouvindo falar do Maranduba, da urbanização, são recursos que vem do DADE, e não podem ser usadas para outra coisa a não

ser incremento do Turismo, equipamentos, melhorias da orla, melhorias da apresentação da cidade, esse tipo de coisa, e pavimento dentro do que for atraente para o turismo. Então eu acho que cidade boa para o morador, é cidade boa para o turista e com esse recurso do DADE retomado melhor ainda. (ABBOUD, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, 2018)

Então fica explícito que não houve um interesse da gestão anterior no uso deste recurso para prover melhorias na cidade. Analisando como se deu o processo de ocupação na cidade de Ubatuba/SP, nota-se que não teve ao longo do tempo e no espaço políticas públicas efetivas que olhassem para a população mais carente, o que promoveu sérios transtornos no que se refere a oferta de meios de consumo de uso coletivo para a população. Um olhar que se deu apenas para partes da cidade o que demonstra uma fragmentação socioespacial e um abandono da cidade, visto que:

[...] a cidade precisava ter uma sequência de governos com o mesmo objetivo para a cidade, então não teve, cada governo acabou de certo modo, talvez tendo um direcionamento e isso acaba não tendo um crescimento contínuo e rápido para o desenvolvimento da cidade”(SATO, PREFEITO MUNICIPAL, 2018).

De todos os benefícios trazidos pela urbanização, em Ubatuba/SP a forma desigual de acesso a bens essenciais se expressa na análise que se faz da dimensão da vida urbana e seus atributos para realização do mesmo. Deste modo, os meios de consumo coletivo são ofertados de formas diferenciadas para a população de baixa renda, isto revela experiências diferenciadas nos usos que cada segmento faz do espaço, o que resulta em uma desigualdade socioespacial.

Deste modo, corroboramos com Preteceille (1986) sobre os diferentes efeitos que a ausência ou presença destes meios podem causar quando conjugados as práticas sociais que organizam os modos de vida de uma sociedade. A partir de um balanço das pesquisas sobre as políticas urbanas e a crise do consumo coletivo na França, o autor conclui que:

Trata - se, por um lado, de um aprofundamento da questão das diferenciações sociais no consumo coletivo: um determinado equipamento não produz os mesmos efeitos para os membros de classes ou camadas sociais diferentes, porque esses segmentos sociais não são considerados de maneira idêntica, como já dissemos, mas também porque eles não consideram e não praticam idênticamente tal equipamento, dadas as suas condições de vida, de trabalho, sua cultura, sua história social, suas expectativas diferentes (PRETECEILLE, 1986, p. 14).

Sendo assim, entendemos que a desigualdade socioespacial emana de uma diferenciação socioespacial. Por essa diferenciação introduzir uma ideia de qualidade ao



tema, isso nos obriga a entender o processo espacial, em sua determinação social. (CARLOS, 2007).

As diferenciações se dão no seio do sistema capitalista, deste modo a geografia tem como propósito compreender o espaço geográfico na sua construção social, sendo a vida um produto das relações históricas de produção. Outra relação a ser percebida na geografia é com relação as diferenciações espaciais e aquela de sua realização prática, constituída no processo de composição do espaço, isto nos leva a compreender a relação dialética da sociedade, bem como a relação que se dá no ato da reprodução social que são inerentes a estas práticas, e como elas se comportam em diferentes dimensões, sobretudo porque vivemos em uma sociedade que é dividida em classes.

Portanto cabe a geografia analisar o espaço como processo e movimento, reprodução/produção das relações sociais. Contudo, a partir desta dimensão relacional, as relações sociais e a vida se realiza, e a partir do/no espaço ela se manifesta, assim sendo “o ponto de partida é a compreensão do espaço como condição/meio e produto da reprodução social” (CARLOS, 2007, p. 45), bem como seus conteúdos:

Como condição para a reprodução do econômico, o espaço é infraestrutura, concentração, mercado de trabalho e de matéria prima em sua simultaneidade de relações e justaposição das esferas individuais referentes ao ciclo do capital. Como meio, o espaço reduz-se à circulação capaz de articular os momentos necessários à realização da produção distribuição- circulação-troca-consumo. Já como produto, nos defrontamos com o espaço produtivo (o espaço como necessidade de realização do lucro e pela reunião dos elementos que realizam a troca) (CARLOS, 2007, p. 51).

Carlos (2007) retoma Harvey (2004, 2004b,2004c e Soja 1993) ao explicar que estes avançaram nas discussões que elucidaram as questões que envolvem as questões sociais, isto potencializou os estudos acerca das diferenciações, iluminando as discussões acerca das noções de desigualdades. Os autores enxergam aí uma sociedade que separa os indivíduos a partir do lugar que eles ocupam no seio de produção quanto na produção da riqueza. O que nos leva pensar a divisão social do trabalho enquanto uma frente separadora, articuladora e diferenciadora dos lugares.

Devemos considerar que “a diferenciação socioespacial é marca das cidades, desde os primórdios da urbanização. Não há cidades sem divisão social do trabalho, o que pressupõe sempre uma divisão territorial do trabalho” (SPOSITO, 2013, p.124).

Entendemos aqui “a desigualdade como centro explicativo da diferenciação, e esta imanente a produção espacial” (CARLOS,2007, p. 48), no seu sentido real, concreto, o

vivido gerando segregações como essa ideia de desigualdade vivida, possível, gerando negatividades no plano da vida cotidiana.

A forma como tem se dado as repartições entorno deste espaço, é o que faz gerar as diferenciações, isto nos traz um ar de negatividade. Portanto, compreendê-la no âmbito da distribuição dos serviços urbanos de uso coletivo nos faz refletir como a sociedade tem se reproduzido socialmente mediante estas limitações.

Sendo a diferenciação espacial um imanente da produção do espaço, isto nos abrigar a desvelar a produção do espaço, fundada na contradição entre produção social do espaço e sua apropriação privada, posto que na cidade isto se desdobra em uma sociedade de classes, traduzindo, numa justaposição entre morfologia social, aqui a diferenciação é vista enquanto um produto e ao mesmo tempo um pressuposto contraditório da produção do espaço, e que pode ser notada mais precisamente na escala do lugar, e é na escala do lugar<sup>40</sup> que se produz as diferenças, bem como nas diferentes formas de uso e acesso aos espaços da vida, através do uso, traduzindo, numa morfologia espacial (CARLOS, 2007).

Podemos entender a desigualdade de diferentes pontos de vista, pois possui diversas ramificações, socioespacial, socioeconômica, sociocultural, de gênero, de raça, entre outras. Sposito (2013) destaca a tendência do primado da desigualdade sobre a diferença, a partir de como as pessoas, instituições, grupos econômicos, grupos sociais, entidades, mídia, grupos políticos, associações, e senso comum veem o mundo. Segundo a autora, esta tendência pode traduzir em uma grande confusão, sendo que a desigualdade tem diversos níveis de determinação, sendo possível uma má interpretação quando se pretende distinguir as relações e as distinções entre as desigualdades e as diferenças.

A autora retoma a visão de unicidade, não como unidade, mas na perspectiva de Santos (2000), como unicidade das técnicas e por ela possibilitada. Segundo a autora, sem a unicidade técnica em movimento dialético com a unicidade do tempo, todos os espaços se articulam colocando todos em situação de comparação. Deste modo, as desigualdades se transformam em diferenças, porque parte da sociedade participa precariamente de forma diferente na sociedade do consumo e da vida urbana, em todos os planos, econômicos, sociais, políticos, tanto qualitativamente quanto quantitativamente desigual. Ou seja, não há como comparar duas realidades completamente diferentes, como era visto no início da Idade Moderna, contudo pela não valorização das diferentes culturas, sociedades, historicamente

---

<sup>40</sup> Utilizamos a escala do lugar, porque estamos nos referindo aos efeitos das diferenciações socioespaciais no plano da vida cotidiana, gerando negatividade. Esclarecemos esta visão para que não possa gerar uma confusão entre categorias e conceitos.

construídas, com seus valores. Não há como hierarquizar o que é diferente em sua natureza, como já foi feito, porque o capitalismo não se completou mundialmente, e ressalta que para se compreender as desigualdades é necessário uma realizar uma articulação das escalas, dá global á local.

As cidades têm se reproduzido a partir das lógicas econômicas concretas, o que nos leva a pensar as contradições surgidas neste movimento no que se refere aos seus valores de uso e de troca do solo urbano, estes que são inerentes ao processo de acumulação capitalista, no seu respectivo processo de captação das rendas, exclusivamente, voltadas para extração máxima dos lucros a partir do aquecimento dos diferentes mercados.

Na atual fase capitalista temos notado uma mudança muito rápida nos usos do solo, principalmente por causa dos interesses que estão por trás das lógicas de acumulação. O solo urbano tem sido cada vez mais disputado pelos agentes produtores do espaço, devido à grande pressão que se dá junto ao Estado e ao município. Quando este solo se encontra parcelado, ou não, tendem a gerar os conflitos entre as classes sociais e entre aqueles que detêm os meios de produção e os grandes proprietários fundiários e principalmente entre os grupos excluídos, bem como o Estado é um dos principais agentes e mediadores deste processo.

Ubatuba/SP é uma cidade que sofre com esta questão da falta de solo urbano, portanto este é um fator revelador das diferenciações nos usos que se faz dos meios de consumo de coletivo. Estes que tendem a serem extremamente disputados por aqueles que pretendem empreender, pelos turistas, e pelos moradores locais.

Outro conflito que mobiliza diversas ações tanto por parte dos moradores que querem proteger e outros que desejam ocupar, quanto daqueles que querem empreender e a Prefeitura Municipal, está correlacionado ao meio ambiente. As leis de proteção ambiental geram uma pressão entre aqueles que querem expandir seus negócios de diferentes naturezas, bem como entre aqueles que ocupam as áreas de preservação ambiental, o que leva a Prefeitura tomar medidas de contenção:

Para você ter uma ideia hoje nós temos mais ou menos 80 ou 90 núcleos habitacionais considerados irregulares que nós teríamos que estar tendo uma atuação para poder fazer uma regularização fundiária de estimativa de posse naquilo que pode ser feito e naquilo que não pode ser feito tem que ser retirados destes locais, existem alguns casos de invasão em áreas de preservação ambiental, mas não pode ser dado continuidade tem que ser tomado alguma providência como vem acontecendo (BONFIGLIOLI NETO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2018).

Neste processo a ocupação dada de forma irregular, se torna um fator a mais no processo de alargamento dos conflitos sociais, entre o poder público e a população. Ao questionarmos o poder público sobre o andamento das instalações das infraestruturas e processos de regularização dos bairros, obtivemos o seguinte retorno:

Pesquisadora: Existe alguma área da cidade no qual a prefeitura não conseguiu ofertar completamente os serviços públicos, como infraestrutura, equipamentos urbanos de uso coletivo? Por qual motivo?

Entrevistado: Hoje na verdade a cidade de Ubatuba tem mais de 70 núcleos irregulares nós estamos trabalhando aí, também criei a Secretaria de Habitação justamente para poder atender essa demanda, uma demanda de muito tempo entra governo sai governo nós não conseguimos efetivar essa legalização desses imóveis, hoje nós conseguimos, entregamos mais de 300 títulos de documentos dessas terras dessas pessoas que já estão nesses locais fazendo a regularização fundiária mas ainda tenho comigo que não é ainda o suficiente para que a gente possa sanar de vez o problema da regularização fundiária. Entregar apenas um documento não significa regularização fundiária, regularização fundiária é muito mais do que isso, tem que levar infraestrutura a melhor qualidade de vida para essas pessoas, água, luz, área de lazer inclusive investimentos e muitas vezes os investimentos não acontecem por que essas áreas estão irregulares então o governo Federal e Estadual não tendo documentação dessas áreas eles não trazem recursos para serem beneficiados [...] Então como eu disse a cidade praticamente toda 70% e 70 núcleos estão com problemas que devem ser olhados com muita atenção porque aí envolve mil coisas né, questão de invasão, questão da contaminação dos rios, a questão da água e do esgoto em fim um problema social que com certeza vai acarretando cada vez mais problemas se a gente não tomar a frente disso tudo com a regularização (SATO, PREFEITO MUNICIPAL, 2018).

Analisando a fala do prefeito ressaltamos o quanto são importantes os meios de consumo de uso coletivo para realização da dinâmica social. As infraestruturas urbanas, como: rede de abastecimento de água, energia, esgoto, escolas e postos de saúde essenciais para a realização da vida urbana, se encontra de maneira escassa no espaço, isso fica claro que há uma desigualdade socioespacial muito grande no acesso a estes bens pela população de baixa renda na cidade.

Harvey (1980) demonstra outras perspectivas metodológicas que se pode fazer da análise da produção do espaço, no que diz respeito á distribuição dos meios de consumo coletivo urbano. Diante disso, conhecendo a limitação da teoria do “bem coletivo” e sem cair no reducionismo que esta discussão pode nos levar diante das análises que podem ser feitas pelo leitor ao considerar que este “subjuga as contradições da interação socioespacial, caindo no discurso do porvir” (CATELAN, 2008, p. 6).

Apenas trazemos á luz das discussões um tema muito trabalhado por David Harvey (1980) que nos leva a pensar o processo da distribuição dos bens sobre outras perspectivas, ou seja, quais seriam as outras possibilidades que poderiam levar a distribuição de uma forma

(in) justa dos meios de consumo de uso coletivo para a população, e que se transmutaria espacialmente nesta (des) igualdade socioespacial na dimensão da coletividade.

A justiça social na cidade é uma teoria que requer as alocações espaciais ou territoriais, baseadas em princípios, princípios estes no qual a eficácia e a distribuição podem ser vistas juntas, porém Harvey as coloca separada.

O conceito de justiça social, é muito mais do que imaginar um tipo inclusivo de uma boa sociedade, antes ela é muito bem delimitada, e deve ser pensada a princípio como uma forma de resolver os direitos conflitivos na sociedade. Conflitos estes que surgem no seio da cooperação social e na busca do desenvolvimento individual. Se há produção então imaginemos que há conflito, isto nos leva a pensar, a divisão dos benefícios dados pelo mesmo, como se destina, para quem se destina, quem o destina. O aumento da divisão do trabalho relativamente significa aumento da produção. “A questão que surge então é a de como os frutos dessa produção serão distribuídos entre aqueles que cooperam no processo” (HARVEY, 1980, p. 82).

Sendo assim, porque é conveniente discutir a distribuição? Simplesmente porque é de onde a justiça social se principia:

O princípio de justiça social, por isso, destina-se a divisão dos benefícios e a alocação de danos surgidos no processo do empreendimento conjunto do trabalho. O princípio relaciona-se também aos arranjos sociais e institucionais associados a atividade de produção e distribuição. Pode-se assim, por extensão, considerar os conflitos do ponto de vista do poder e da autoridade que toma decisão, da distribuição de influência, da atribuição de status social, das instituições destinadas a regular e controlar a atividades etc (HARVEY, 1980, p.82).

É um processo do qual muitos participam, por ser complexo, adquire muitas características, portanto faz-se necessário, compreender os mecanismos vindos daqueles a quem compete avaliar essas distribuições, tais como se aplicam aos grupos, indivíduos organizações e territórios (HARVEY, 1980).

Harvey (1980) recorre ao conceito de Ética proposto por Aristóteles, retomando ideias que são derivadas deste pensamento, como o de contrato social, utilitarismo, igualdade, com tudo se debruçou em um tema discutido recentemente, sendo geograficamente relevante e útil na busca de uma justiça social. A renda. Segundo o autor, “certamente é uma clara injustiça imaginar a distribuição socialmente justa de alguma coisa definida de maneira injusta” (HARVEY, 1980, p.83).

Vivemos em uma sociedade na qual as diversas formas de se obter a renda se realiza no domínio que a mesma faz sobre os recursos que já são escassos, sendo assim a

administração da escassez tem sido uma forma de controle dos mercados bem como também é uma forma de se obter mais perversamente as rendas nas suas diversas ramificações, o que implica em uma distribuição nada justa em sociedades como a nossa.

Harvey (1980) entende que para haver um parâmetro de distribuição justa, o problema deve ser analisado em outra esfera, outra ciência, e que isto se trata de uma questão que envolve valores, portanto a ética. Sendo distribuição um problema ético, os valores morais passam ser uma palavra-chave nas tomadas de decisões importantes. Bem como isto envolve critérios que satisfaça os bens comuns, e internamente a eles deve-se atribuir o peso que cada um tem nas determinações do que é socialmente justo dentro de cada um destes critérios, neste meio há de se considerar quem está sendo selecionado para realizar tais parâmetros.

Harvey (1980) traz a luz o conceito de justiça territorial trabalhado por Blenddyn Davies (1968), que aponta alguns dos problemas envolvidos neste conceito. Sendo a necessidade um conceito relativo, Harvey (1980) enumera nove destes conceitos e os coloca sob suas subcategorias de análise de forma a serem equacionadas e os métodos possíveis para se fazer isto. São a alimentação, a habitação, os cuidados médicos, a educação, o serviço social e ambiental, os bens de consumo, as oportunidades de lazer, as amenidades de vizinhança e as facilidades de transporte.

Porém, devem ser considerados padrões básicos de se medir a necessidade, e os outros, dentro de suas subcategorias. Neste caso definir (I) a demanda pela necessidade de mercado seria uma forma injusta de se determinar as necessidades, simplesmente pelo fato de que as outras condições que afetam diretamente a oferta e a demanda deveriam ser socialmente justas e não são. Ainda a partir da (II) a demanda latente, a investigação sobre a privação relativa, seja através de um grupo de referência, no qual a própria segregação deste grupo é uma resposta a condição de injustiça social; (III) a demanda potencial, é uma via de análise com relação aos fatores que geram determinadas problemas de saúde; (IV) e a partir de especialistas no assunto também seria possível determinar as necessidades.

Em todos os casos destaca se a real importância dos recursos para o sucesso do método, o que pode variar de categoria para categoria, sendo assim não é fácil determinar as necessidades de uma sociedade, mas “definir a justiça social em termos de necessidade impõe-nos a questão global” (HARVEY, 1980, p.89).

Outro ponto que tem a ver com o que chamamos de contribuições ao bem comum, e sua alocação aos territórios, propõe a pergunta instigante. Será que as pessoas, entidades,



organizações, grupos que dominam os processos de distribuição e produção das ciências e tecnologias em suas análises pensam no bem comum, de forma a satisfazer proporcionalmente as necessidades da sociedade? Enfim, na busca de justiça social este sentido de contribuir ao bem comum deveria ser visto enquanto prioritário nas considerações a serem feitas sobre as consequências distributivas.

Com relação ao mérito, Harvey o trata em um conceito geográfico, relacionando - o ao grau de dificuldade ambiental, quando tais dificuldades podem originar dependendo das suas circunstâncias físicas, aqueles que por seus caracteres físicos apresentam dificuldades adicionais na realização das atividades humanas, como a seca, os terremotos, e as circunstâncias sociais reais, aqueles que por não terem alternativas de escolhas também deveriam ser atendidos, como aqueles que habitam planícies inundáveis, etc. Para ambos deveriam ser alocados recursos adicionais de modo a promover uma maior justiça social, contrabalanceando os danos.

É fato que os indivíduos necessitam de segurança adequada para que possam contribuir com o bem comum, e se desejam estar aptos a realizar trabalhos assim satisfazendo a partir de suas capacidades as necessidades de outrem. Aqui o mérito é visto e traduzido num contexto geográfico, como uma via possível de repasse de recursos, de modo a compensar o grau de dificuldade do meio natural e social ao qual o profissional e as pessoas se submetem.

Esses seriam um dos princípios a serem avaliados nas distribuições espaciais, o que vem a seguir é com relação a sua aplicabilidade a situações concretas, o que envolve pensar as tecnologias disponíveis para isso. “É necessário prosseguir em direção ao conhecimento das distribuições justas nos sistemas espaciais” (HARVEY, 1980, p.91).

Para se obter uma distribuição justa os mecanismos para isto devem ser justos, a prática política deve ser justa, não devemos nos contentar com o mínimo, e sim contestá-los. Harvey (1980) colabora fazendo uma análise da justiça territorial, a partir da análise das fronteiras, e das tomadas de decisão envolvidas no controle territorial que advém dos governantes que pode influenciar nas entradas e saídas de capitais e recursos que poderiam ser alocados entre eles, trazendo para o campo das regionalizações em Geografia.

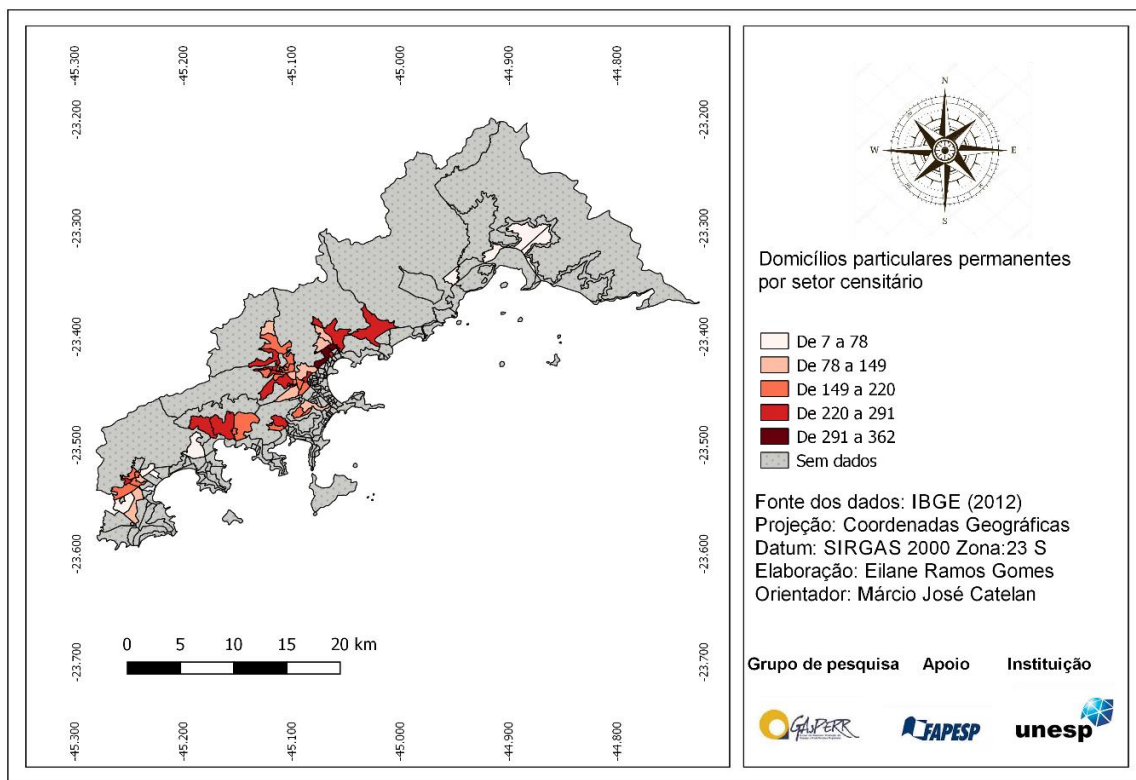
Um aspecto importante e explicativo da distribuição, é com relação à capacidade de administração da escassez, em uma economia capitalista o mercado de trocas só funciona se houver a escassez, e se esta mesma for de bens e serviços trocados. Deste modo:

A escassez deve ser produzida e controlada na sociedade porque sem ela os preços fixados no mercado não funcionariam. Isso ocorre através do controle estrito sobre os meios de produção e do controle sobre o fluxo de recursos no processo produtivo. A distribuição do resultado tem do mesmo modo que ser controlada para que a escassez seja mantida. Isso é obtido por arranjos apropriados que evitam a eliminação da escassez e preservam a integridade dos valores de troca no mercado. Se é essencial para o funcionamento do mercado, então segue-se que a privação, a apropriação e a exploração são também sócios necessários do sistema de mercado” (HARVEY, 1980, p.97).

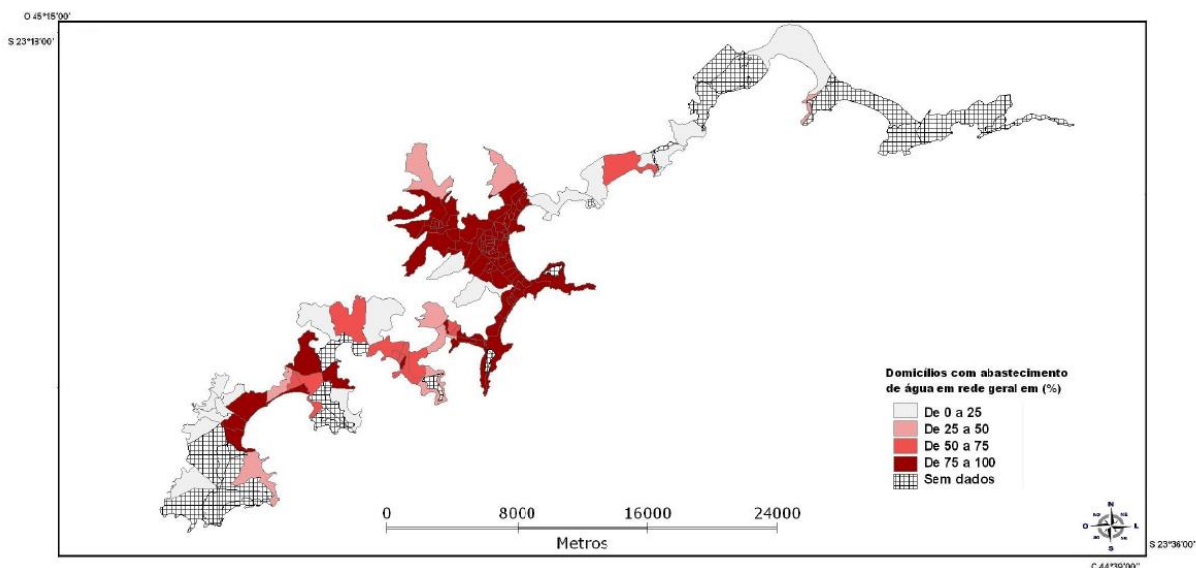
Isso bem explica o que leva um território explorar o outro, e são explorados, em economias mais sofisticadas este movimento é o que prevalece para garantir e permitir de forma mais aberta o funcionamento do mercado. Com todos estes elementos Harvey (1980) alcança o conceito de justiça social territorial, indicando que em primeiro lugar a distribuição da renda deveria ser alocada de acordo com as necessidades da população dentro de cada território, e que os mesmos fossem usados para maximizar os efeitos multiplicadores das diferenças inter-regionais, bem como para resolver as dificuldades que surgem no meio físico e social. E que os mecanismos institucionais e organizacionais, políticos e econômicos favorecessem os territórios menos favorecidos e que os tornassem grandes quanto mais poderiam ser. Assim, então chegaríamos a uma distribuição justa alcançada com justiça (HARVEY, 1980).

As considerações de Harvey (1980) são favoráveis, para pensarmos as pautas das distribuições dos bens de uso coletivo para a população de baixa renda e assim minimizar os efeitos cumulativos da desprovisão destes nos espaços. Diante do debate que expomos demonstraremos a partir dos mapas a realidade da forma como estão distribuídos os meios de consumo coletivo e onde estão concentrados, bem como os locais no qual apresentam baixa disponibilidade dos mesmos, desvendando a partir desta distribuição e como ela foi feita as dinâmicas da produção do espaço e as desigualdades socioespaciais surgidas neste processo de constituição dos bairros e ou das favelas em Ubatuba/SP.

**Mapa 6: Ubatuba/SP. Domicílios particulares permanentes por setor censitário. 2018**

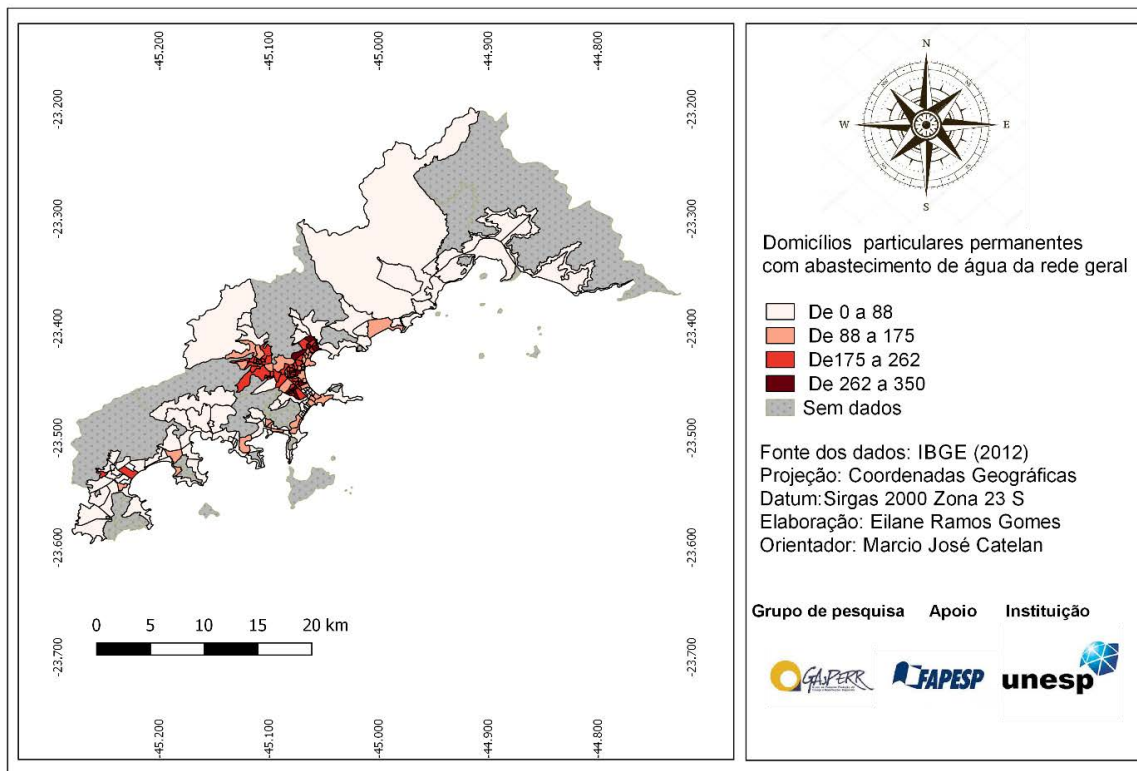


**Mapa 7: Ubatuba/SP. Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral. 2012**



Fonte: Silva, 2012.

## Mapa 8: Ubatuba/SP. Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por rede geral. 2018



Comparamos o nosso mapa com o mapa de abastecimento de água da rede geral feito por Silva (2012) no qual ele utiliza os dados do censo 2000. Portanto, sendo esta variável considerada adequada, notamos que houve uma ampliação do abastecimento de água para todos os setores, porém muitos ainda sofrem com a baixa disponibilidade deste serviço. E que porventura ainda continua concentrado no centro, uma área que também agrega grande parte dos turistas do município, e nos bairros que se localizam nas margens da orla da praia, onde predominam-se as casas de médio e alto padrão residencial. Como Silva (2012) já havia apontado, em 8 anos essa condição não se alterou.

Nos sertões há uma grande quantidade de domicílios, como podemos observar no mapa dos domicílios por setor censitário. No bairro do Corcovado, Figueira, Monte Valério, Folha Seca, Casanga, Taquaral, Rio Escuro, Sertão da Quina, Sesmária, Sertão do Araribá e Sertão do Perequê Mirim, Sertão do Engenho Velho, Rio da Prata, Poruba, Sertão do Ubatumirim há uma baixa disponibilidade deste serviço, em alguns casos é quase imperceptível a presença dos mesmos, o que demonstra a desigualdade socioespacial e a necessidade de instalação desse serviço para a população que reside nestes locais. Somente

nos bairros da Bela vista, Mato Dentro, Morro das Moças, Ipiranguinha, Marafunda, Sumidouro e 1 setor no Sertão da Quina há o estabelecimento da água por rede geral.

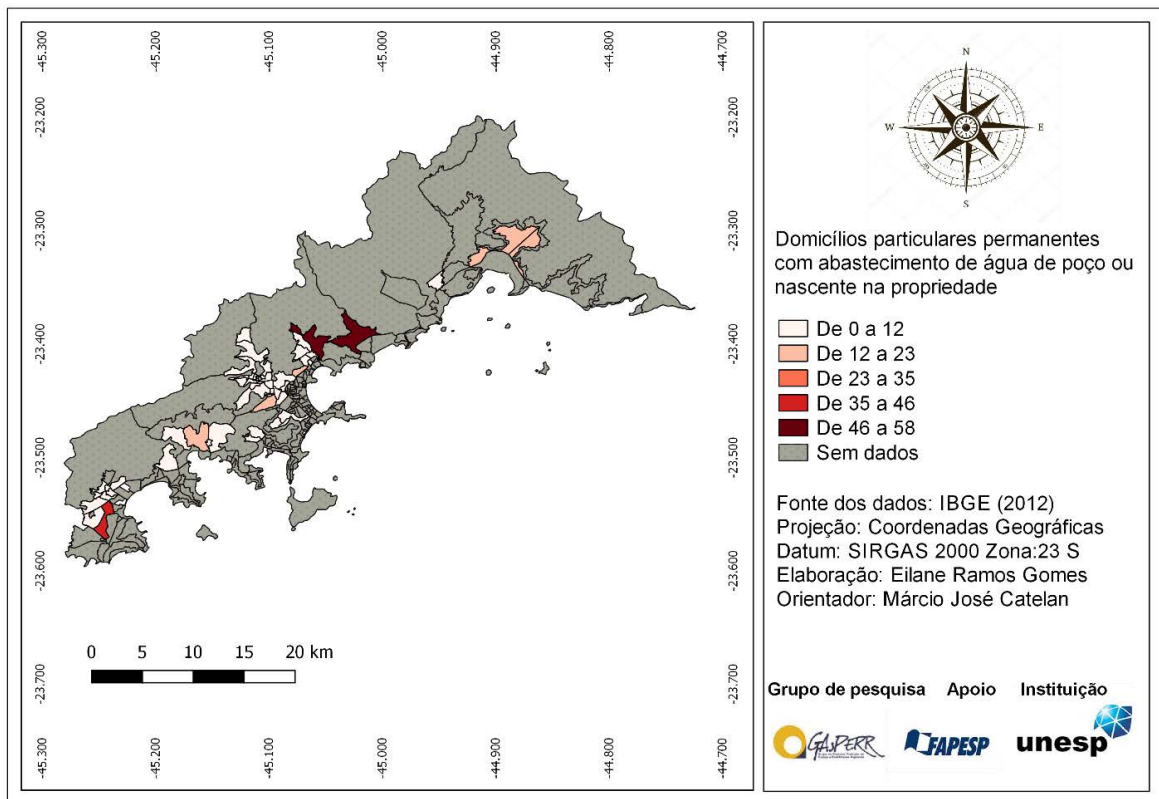
Ainda sobre esta questão da água, algumas informações foram extraídas das entrevistas:

Pesquisadora: É a Sabesp que é responsável por enquanto por essa questão da rede de água e esgoto?

Entrevistado: Sim, mas não podemos deixar de dizer que recentemente conseguimos através de cobrança constante também o término da estação de água lá no sertão na região da Maranduba na região Sul que está atendendo mais de 50 mil pessoas então durante 30 anos mais de 50 mil pessoas não terão problemas de água naquela região com essa estação que foi inaugurada no valor de mais de 20 milhões de investimento (SATO, PREFEITO MUNICIPAL, 2018)

Pelo mapeamento percebemos que o bairro da Maranduba possuía um número razoável de ligação. Subtende-se que, com o restabelecimento da água esta área poderá vir a ser mais valorizada do que já é com o passar do tempo.

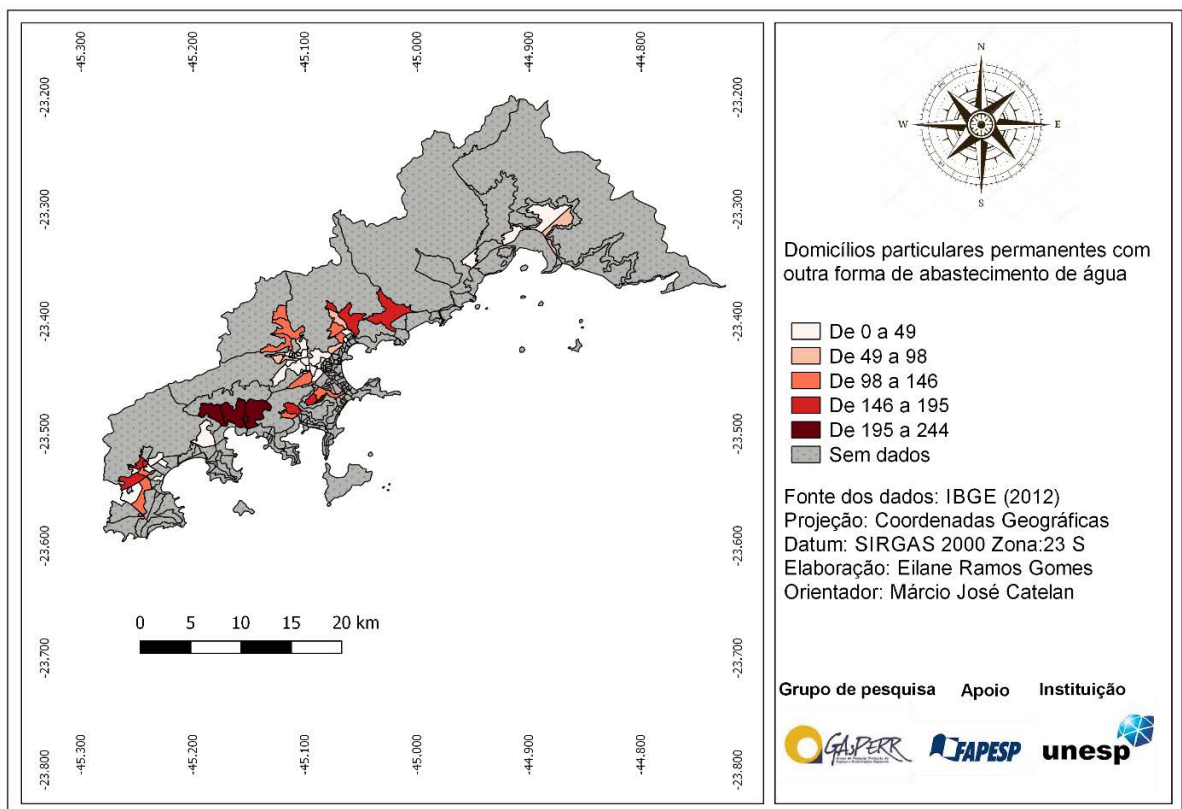
### Mapa 9: Ubatuba/SP. Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade. 2018



Esta variável é considerada inadequada, portanto considerando apenas os 24 bairros selecionados para a análise, como podemos observar, os bairros da Casanga e Rio da Prata são os bairros que mais resolvem seus problemas de abastecimento de água captando água do poço ou de alguma nascente na propriedade. Seguido dos bairros do Sertão do Ubatumirim, Folha Seca, Monte Valério, Pedreira.

Considerando o número de domicílios nos bairros menores como, por exemplo, no Rio da Prata mais da metade de um setor deste bairro utiliza esta forma de abastecimento de água, e no bairro da Casanga vinte e três por cento dos domicílios utilizavam esta forma de abastecimento de água.

**Mapa 10: Ubatuba/SP. Domicílios particulares permanentes com outra forma de abastecimento de água. 2018**



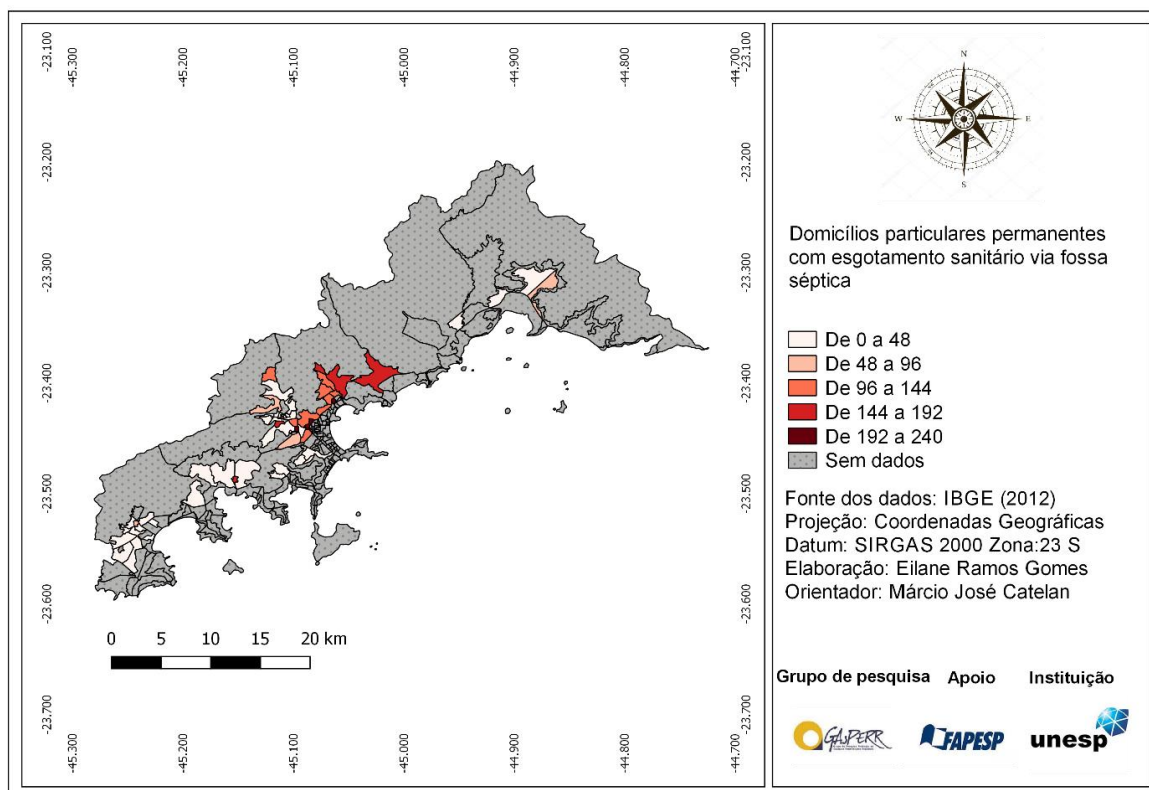
Esta forma de abastecimento de água também é considerada inadequada, porém observamos que mais bairros utilizam esta forma de abastecimento de água. Os bairros que mais se destacaram foram os bairros do Corcovado, Rio Escuro, Folha Seca, e na sequência o Sertão do Araribá, Sertão da Quina, Sertão do Perequê Mirim, Sesmária, Taquaral, Figueira, Monte Valério, Sumidouro, Casanga e do Rio da Prata e um pequeno setor no



Ipiranguinha, Sertão do Engenho Velho, Sertão do Poruba, Sertão do Ubatumirim, Sertão do Ingá. Considerando o número de domicílios por setor censitário, concluímos que nestes bairros esta é a principal fonte de abastecimento de água, o que nos chamou muito a atenção pela quantidade que são e pelo nível de inadequação dos mesmos.

Durante as entrevistas detectamos qual era esta outra forma de abastecimento, e concluímos com base nas respostas mais citadas pelos moradores que, esta água provém da cachoeira. Consideramos este fato muito preocupante, afinal a falta de tratamento da água, ou o tratamento parcial, compromete a qualidade de vida da população, levando a proliferação de doenças como diarreia, virose, entre outros. Ubatuba/SP é uma cidade que recebe quase 4 vezes mais pessoas que sua população em períodos específicos, neste caso a indisponibilidade deste serviço, impacta na oferta de outros serviços públicos, como o atendimento nos postos de saúde. Isto pode gerar um conflito entre os usuários, sendo que a população local tem que dividi-lo com a população flutuante, deste modo consideramos esta uma questão de saúde pública e de política pública.

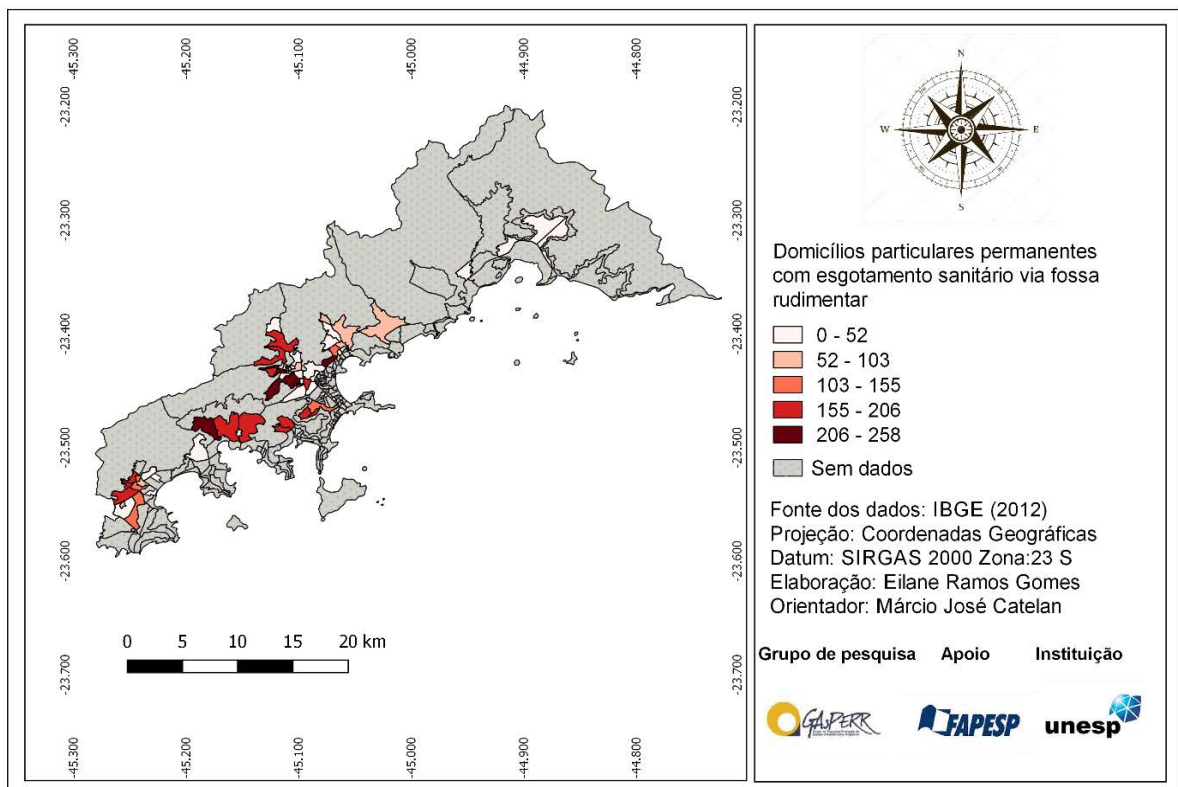
**Mapa 11: Ubatuba/SP. Domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via fossa séptica. 2018**



Consideramos este tipo de esgotamento via fossa séptica adequado, a partir dele podemos concluir que, há muitos setores no qual a ligação inadequada do esgoto predomina sobre a ligação adequada, considerando todos os outros tipos de ligação. Pelos mapas podemos perceber que este tipo de ligação está mais concentrado nos bairros que se localizam mais próximos ao centro.

O número de domicílios com esta forma de captação do esgoto é muito inferior aos outros tipos de ligação, deste modo, para representar os dados dos setores menores, utilizamos dos gráficos, com o argumento de que teríamos que dividir as camadas em muitas classes, devido ao método usado, intervalo igual, o que dificultaria ainda mais a leitura dos mapas. Para representar os bairros maiores onde predominam este tipo de ligação apresentamos o mapa de esgotamento via fossa rudimentar, no qual descrevemos todas estas inadequações com ajuda dos gráficos (1) e (2) que foram elaborados.

**Mapa 12: Ubatuba/SP. Domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via fossa rudimentar. 2018**



Considerando o nível de adequação e inadequação dos esgotamentos sanitários, consideramos que o esgotamento sanitário via fossa rudimentar, via vala, via rio, lago ou mar é considerado inadequado. O esgotamento sanitário via fossa rudimentar aparece bem

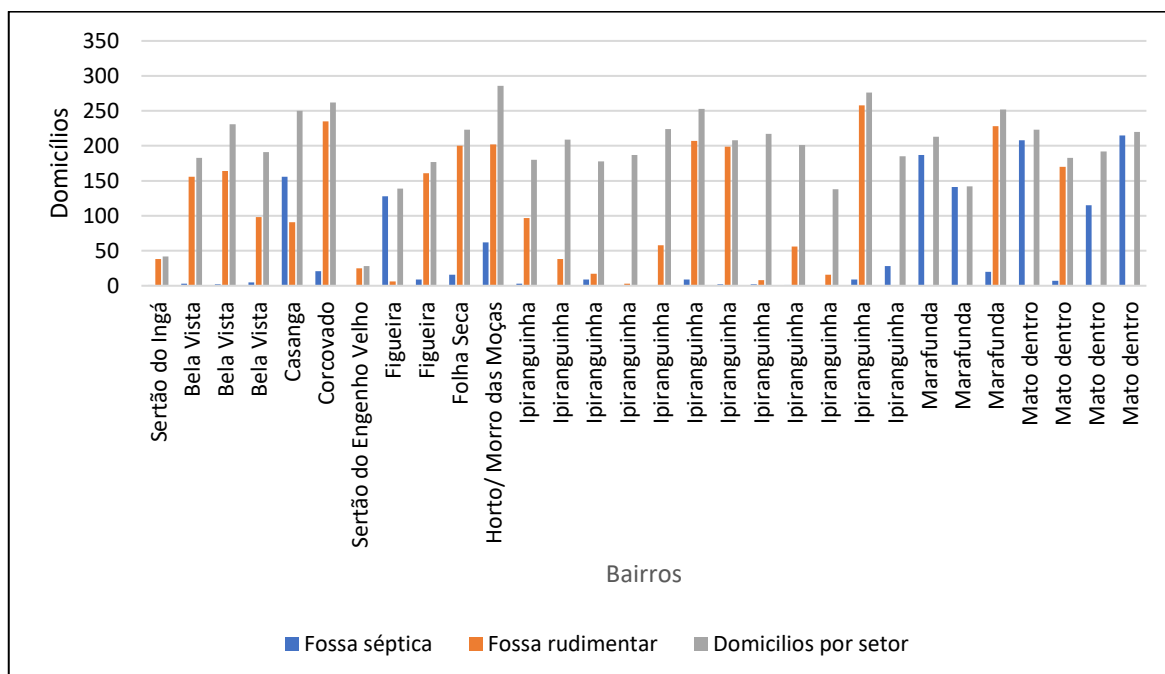
concentrado na porção Sul do município, onde há uma grande quantidade de domicílios o que é compatível pois é o local no qual concentra a maior parte da população.

Podemos perceber através dos gráficos (1) e (2) que em muitos casos a ligação inadequada é muito superior a ligação adequada, o que é muito preocupante, principalmente nos bairros menores, se confrontados com o número de domicílios em cada setor.

Deste modo os bairros que apresentam um nível maior de ligação inadequada são: Sertão do Ingá, Bela Vista, Corcovado, Folha Seca, Sertão do Perequê Mirim, Figueira, Sertão do Araribá, Sertão do Engenho Velho, Sumidouro, Rio da Prata, Marafunda, Ipiranguinha, Rio Escuro, Sesmaria, Pedreira, Sertão da Quina, Sertão do Poruba, Sertão do Ubatumirim, 1 setor no Horto (Morro das Moças), 1 setor no Mato Dentro.

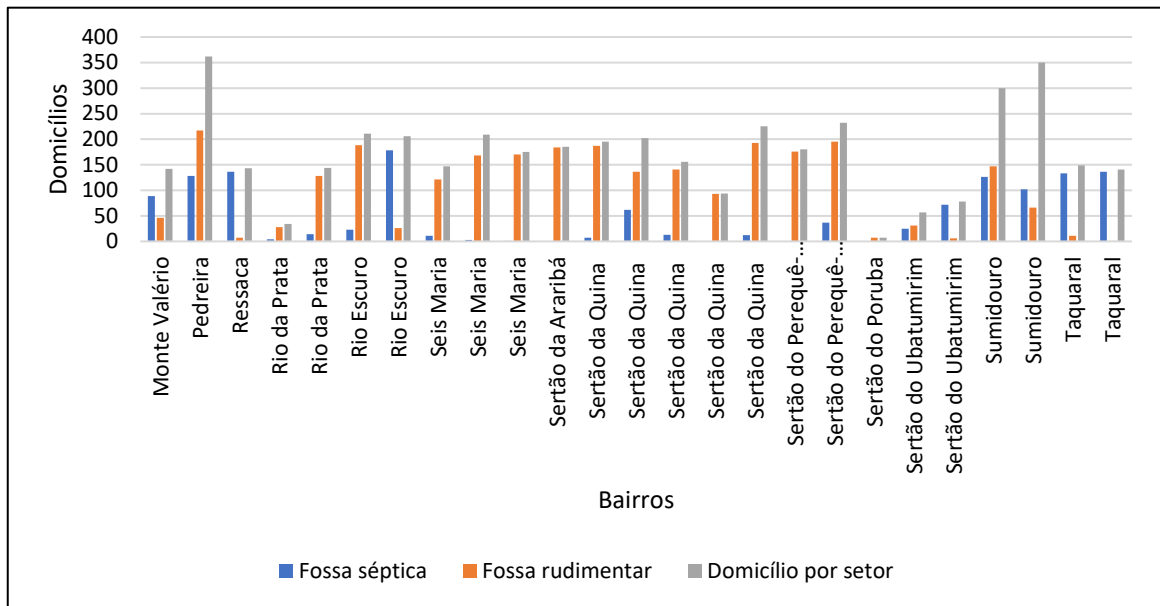
Em alguns setores a ligação adequada supera a inadequada, como no Casanga, Marafunda, Monte Valério, 1 setor no Morro das Moças, 1 setor no Sumidouro, 1 setor no Rio Escuro, 1 setor no Ipiranguinha, 1 setor na Figueira (Pé da Serra).

**Gráfico 1. Ubatuba/SP. Relação dos domicílios particulares permanentes ligados ao esgotamento sanitário via fossa séptica e via fossa rudimentar. 2018**



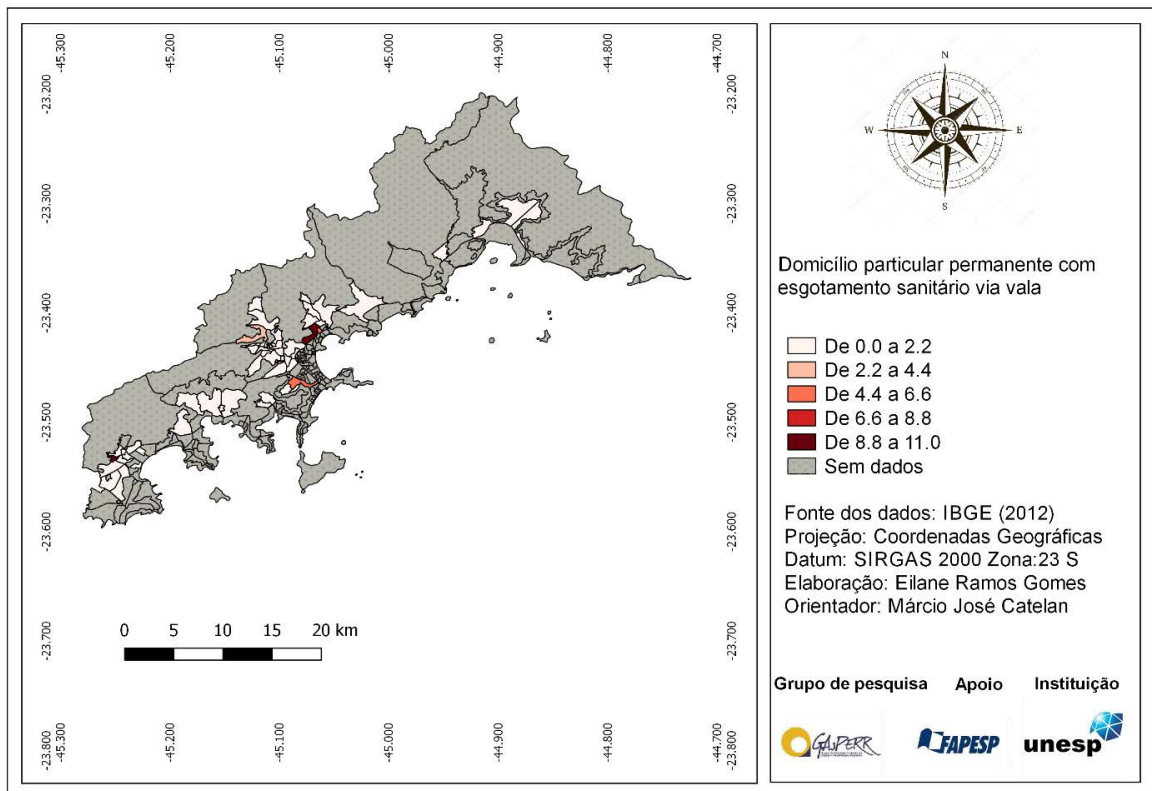
Fonte: IBGE, 2010.

**Gráfico 2: Ubatuba/SP. Relação dos domicílios particulares permanentes ligados ao esgotamento sanitário via fossa séptica e via fossa rudimentar. 2018**



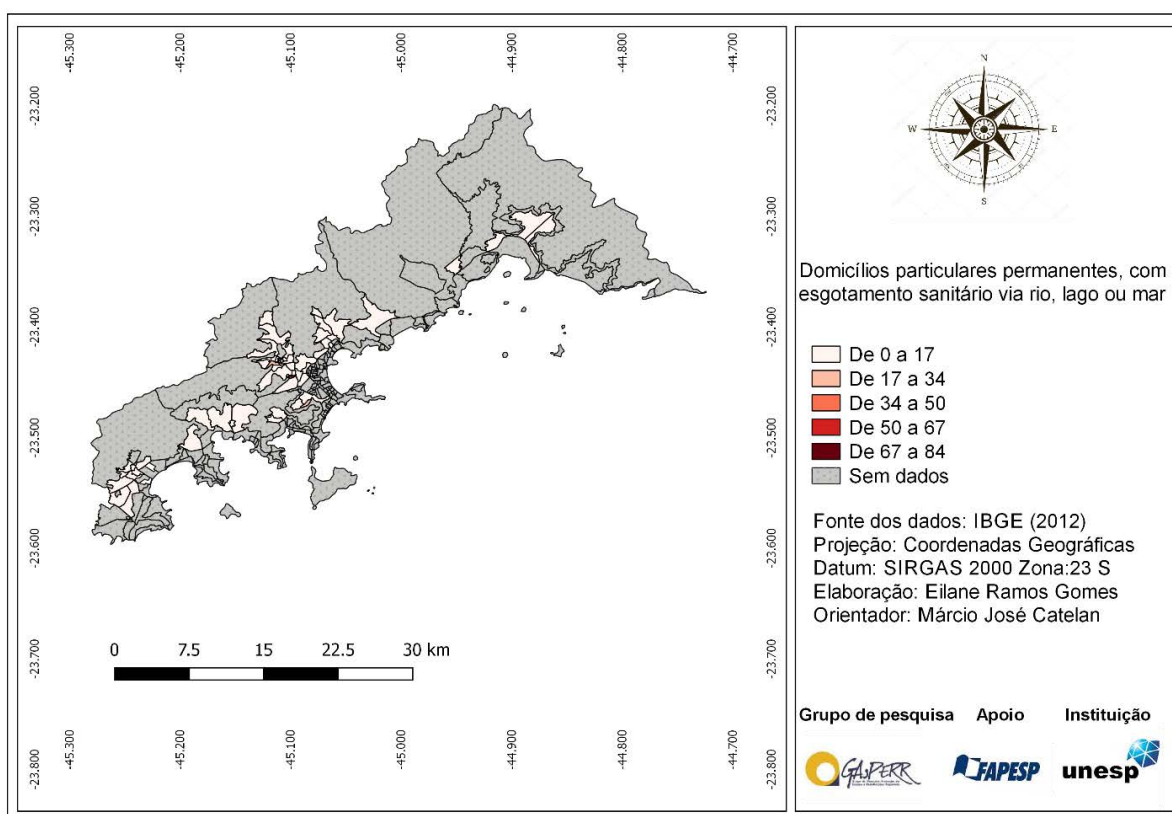
Fonte: IBGE, 2010.

**Mapa 13: Ubatuba/SP. Domicílios particulares permanentes com esgotamento via vala. 2018**



Com relação aos números de domicílios ligados ao esgotamento sanitário via vala, também considerado inadequado, devido a poluição que causa no meio ambiente onde este for lançado, observamos que este encontra-se em menor proporção considerando o número de domicílios no setor (Gráfico 1 e 2), porém encontra-se mais concentrado nos bairros do Sumidouro, Pedreira, Sesmária, no Horto (Morro das Moças) e em um pequeno setor no Sertão da Quina. Este tipo de esgotamento sanitário aparenta estar mais controlado pelos órgãos públicos.

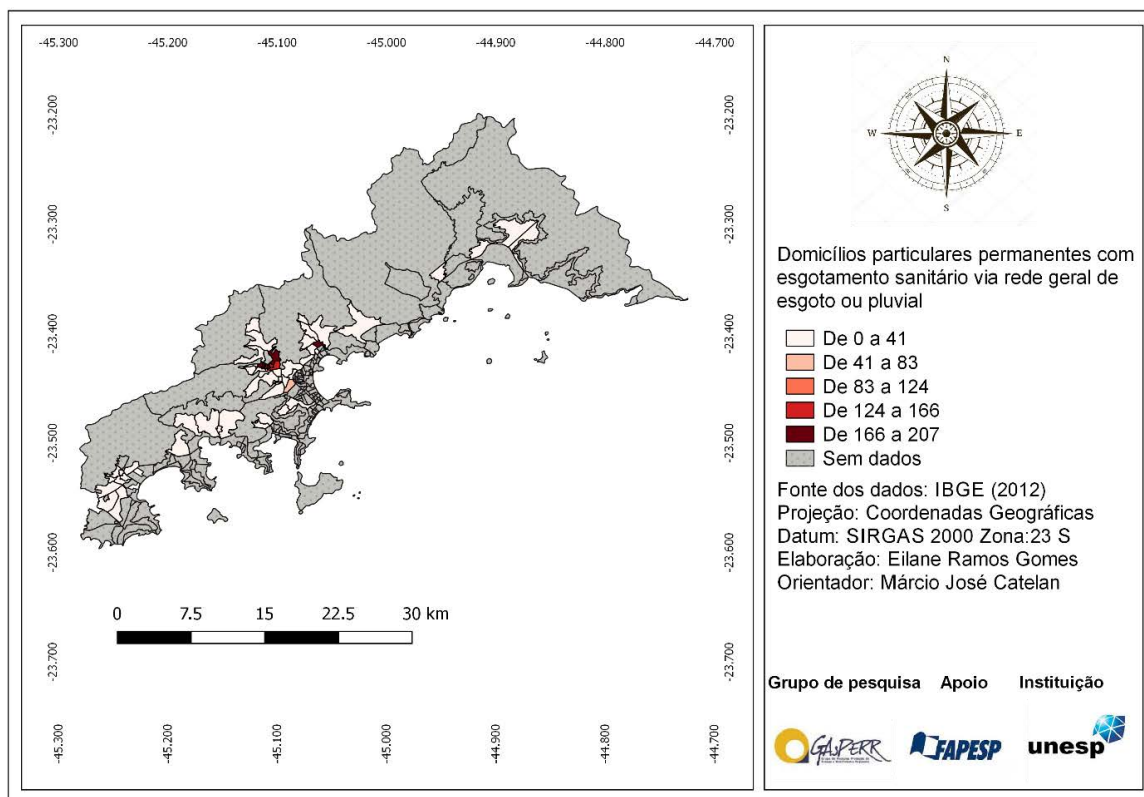
**Mapa 14: Ubatuba/SP. Domicílio particular permanente com esgotamento sanitário via rio, lago ou mar. 2018**



O esgotamento sanitário via rio, lago ou mar é considerado inadequado, este tipo de esgotamento quase não aparece no mapeamento, estando mais controlado pelos órgãos públicos. Aparece um ponto vermelho no bairro da Bela Vista e outros 2 com menos intensidade no Sesmária e no Ipiranguinha.

Todas as formas de esgotamento que é lançado no oceano ou no rio, são também uma fonte de contaminação e proliferação de doenças que pode oferecer risco aos banhistas e a população que retira do oceano produtos para subsistência.

**Mapa 15: Ubatuba/SP. Domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial. 2018**

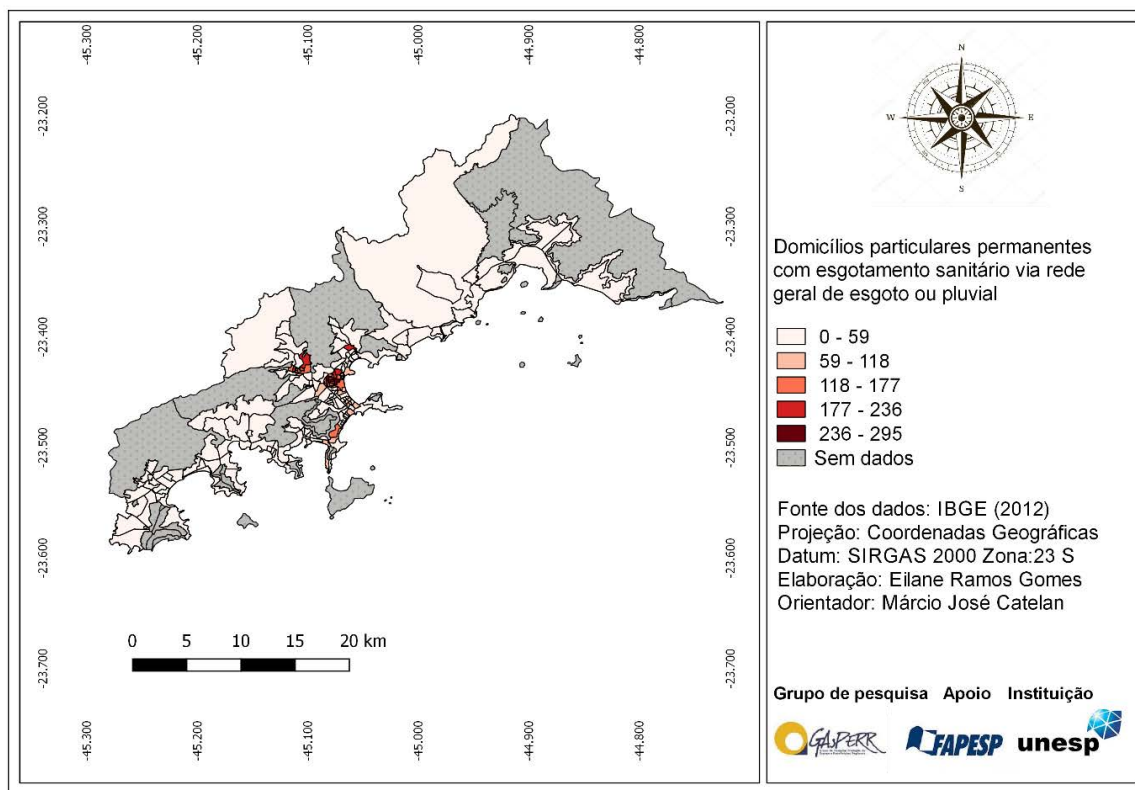


Com relação a este tipo de esgotamento, considerado adequado, observamos que há uma baixa disponibilidade deste serviço nos bairros mais afastados do centro. Neste caso, a oferta deste serviço aparece pontualmente apenas em alguns setores específicos situados no bairro do Ipiranguinha, e em 1 setor no bairro do Sumidouro.

Para visualizarmos onde este serviço está mais concentrado, apresentamos o mapa para a totalidade da cidade.



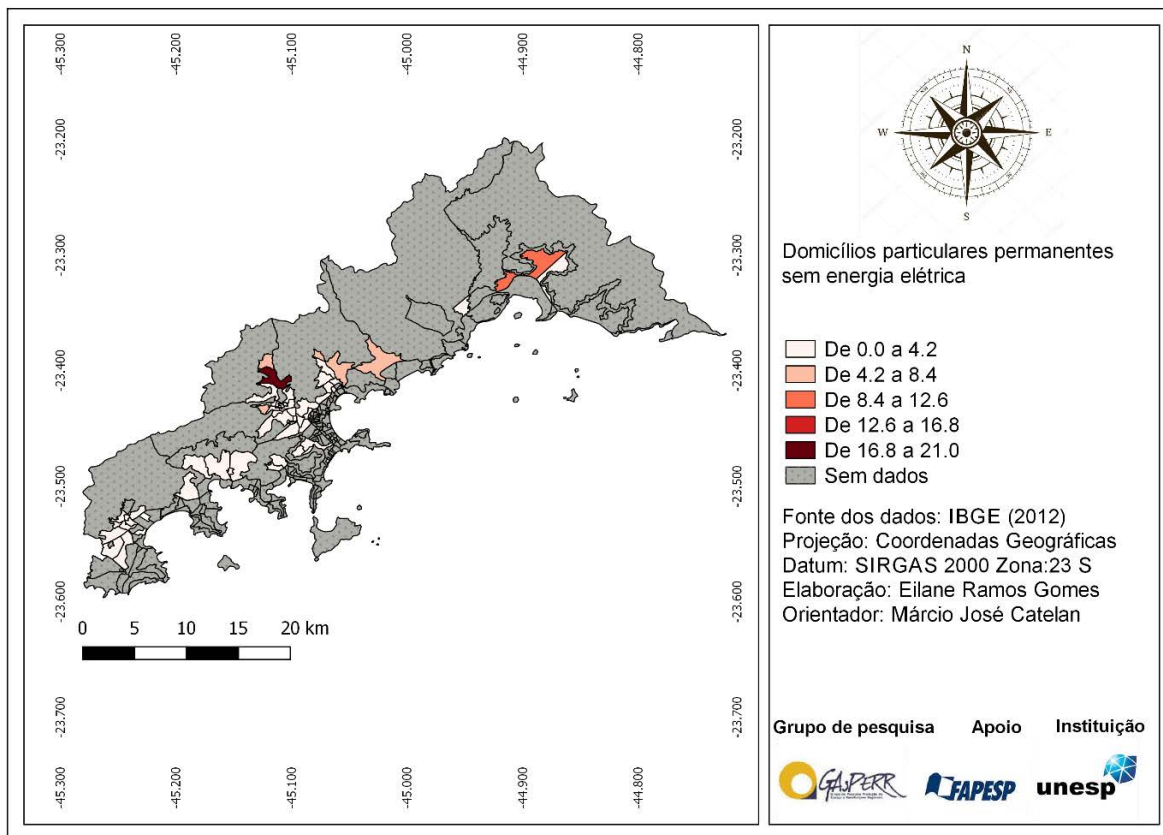
**Mapa 16: Ubatuba/SP. Totalidade dos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial. 2018**



A desigualdade espacial na oferta deste serviço demonstra que há uma concentração deste serviço na área central da cidade. Como dizíamos, esta área é certamente a área mais valorizada da cidade, local onde há maior concentração dos comércios, dos serviços públicos, das escolas, onde está localizada a sede da Prefeitura Municipal.

O que nos preocupa é que a falta de opção para o tratamento do esgoto, pode condicionar uma maior poluição dos rios e mares, e que por sinal é muito abundante, pois a cidade se localiza na costa litorânea do estado de São Paulo. Deste modo, este é mais um desafio a ser enfrentado pelo poder público e pelo planejamento urbano (DUARTE, 2007), pois é uma cidade que economicamente é sustentada pela atividade turística, e que possui uma importância regional (ABBOUD, SECRETÁRIO MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, 2018) o que reforça a necessidade de reavaliação das prioridades e da oferta destes bens para a população.

**Mapa 17: Ubatuba/SP. Domicílios particulares permanentes sem energia elétrica. 2018**



Com relação a oferta de energia elétrica, concluímos que no geral há uma maior disponibilidade deste serviço para toda a cidade, porém ainda há muitos bairros no qual há falta de energia ainda é uma realidade. Considerando que esta variável é inadequada, sendo este um problema a ser enfrentado pela população, consta no último recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) que nos bairros da Figueira, Pé da Serra, Casanga, Taquaral, Sertão do Ubatumirim, e 1 pequeno setor do Ipiranguinha, havia uma baixa disponibilidade da oferta de energia elétrica, sendo o bairro da Figueira o mais afetado com a indisponibilidade deste serviço.

Em entrevista com o Secretário Municipal de Habitação esta questão foi abordada, e a resposta que obtivemos foi que a Prefeitura Municipal está se esforçando para regularizar estas áreas. Segundo o secretário está é uma exigência da Elektro, empresa responsável pelo fornecimento de energia, e somente após a regularização das áreas estas famílias estariam aptas para receber este serviço. E ainda segundo ele “a rede elétrica só vai chegar se você fizer o decreto viário, você coloca nome nas ruas, faz a topografia do local, está acontecendo muito isso” (BONFIGLIOLI NETO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, 2018).

Na entrevista foi destacado alguns dos bairros que estão passando por este processo de regularização fundiária:

Pesquisadora - Com relação a esses núcleos habitacionais que você falou como está dando o processo de regularização fundiária dessas áreas no que tange a infraestrutura urbana e regularização dos lotes? Entrevistador - Veja você, nós estamos em andamento aqui nesse momento, acabou, terminamos agora um que estava em fase de implementação o Gurilândia Caiçara, que terminamos, o Parque Guarani a segunda fase que terminou agora, nós estamos com o Estaleiro terminando é um Núcleo Habitacional chamamos de Núcleo Habitacional que está sendo regularizado, estamos com Folha Seca regularizado, o Angelim aqui no bairro do Taquaral são 300 famílias é uma área que foi considerada invasão mas se você vai lá hoje ela tem tudo né, tem comércio, são quase 300 famílias isto já está em fase final e depois da criação da secretaria houve uma aceleração mas precisamos acelerar mais porque aqui como eu disse para você, nós estamos há 3 meses 4 meses formado e o nosso espaço ainda não é ideal, as pessoas que aqui trabalham não tem experiência suficiente é um outro que conhece e dependemos de opiniões de estudos, a Lei como funciona como não funciona, para poder caminhar eu tenho a impressão que até o final do ano nós vamos entregar mais uns 300 títulos de regularização fundiária, tá caminhando.

Pesquisadora - Falta infraestrutura como escolas, hospitais, comércios, saneamento básico nesses locais?

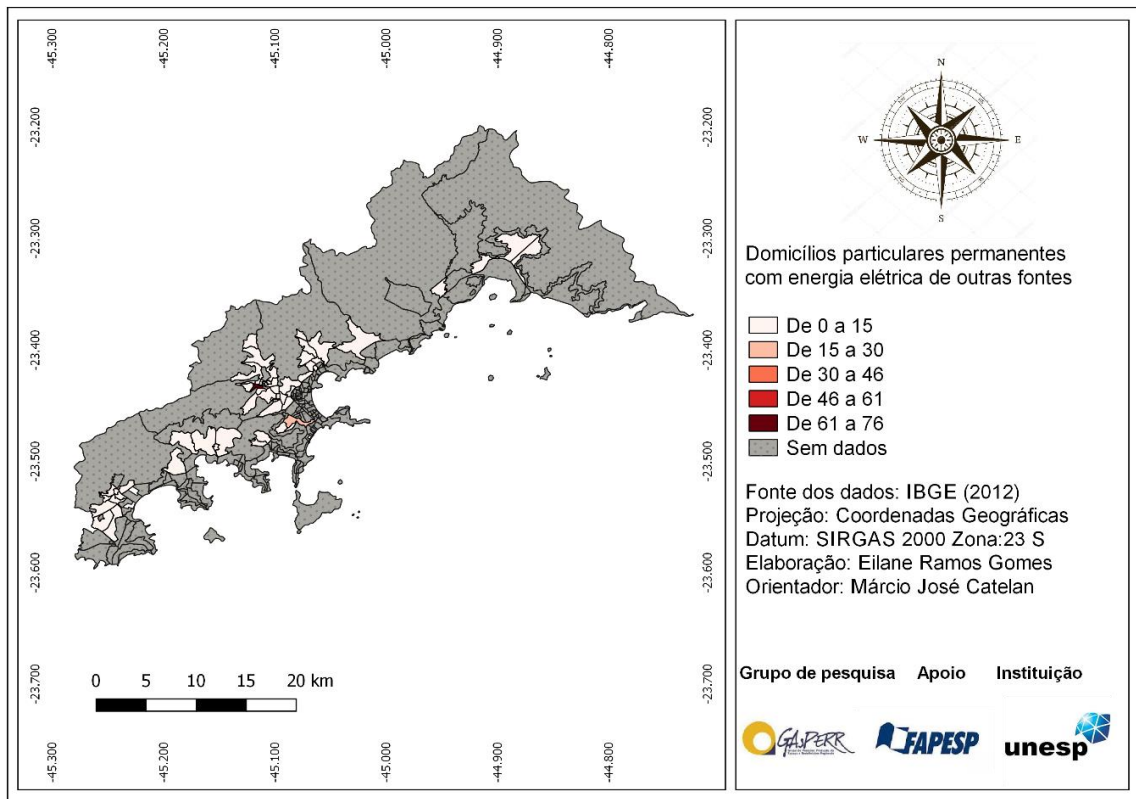
Entrevistado - Bom o que é feito exatamente como eu falei no início da entrevista quando você perguntou o que estava acontecendo diferente nesses 20 anos é exatamente isso que acontece, quando acontece um núcleo desse tipo de 200, 300 famílias que se locomove sem planejamento algum da municipalidade, que elas chegaram e estão estabelecidas, não existia planejamento para se instalar, mas nós temos que correr atrás disso, ou pelo menos fornecer condições do bairro da localidade mais próxima isso tem acontecido (BONFIGLIOLI NETO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, 2018).

Identificamos no mapa de parcelamento do solo, que o Angelim, é uma área do taquaral que estava congelada<sup>41</sup> pelo poder público em 2006, no entanto o poder público a trata enquanto áreas de invasão. Se trata de uma área que “foi um loteamento que ocorreu irregular e foi regularizado” (BONFIGLIOLI NETO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, 2018).

---

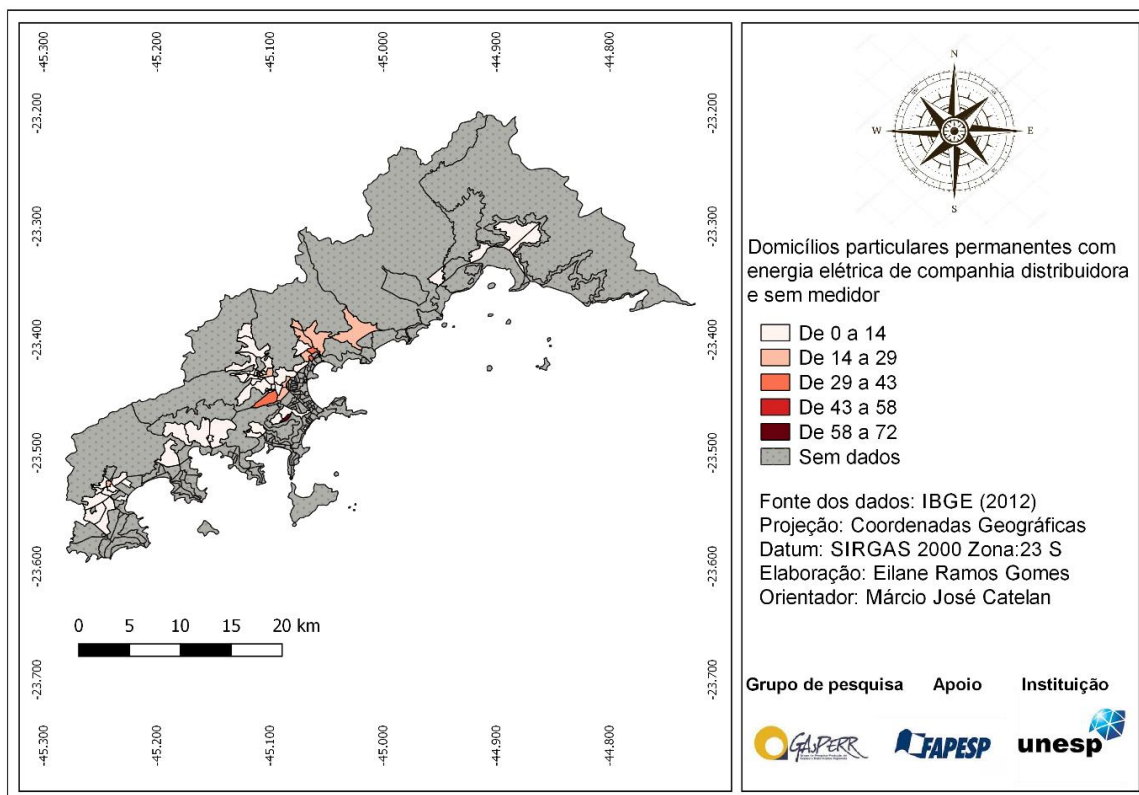
<sup>41</sup> Loteamento que foi ocupado espontaneamente pela população local ou migrante, e deste modo encontrava-se irregular perante os órgãos públicos.

**Mapa 18: Ubatuba/SP. Domicílios particulares permanentes com energia elétrica de outras fontes. 2018**



Esta também é considerada uma fonte de energia inadequada, estas outras fontes podem ser diversas, a óleo, querosene, gás. Na ocasião ele aparece mais concentrada nos bairros da Bela Vista e um pouco menos no Sesmaria. Esta forma de consumo de energia pela população também aparenta estar mais controlada pelo poder público, o que não diminui a necessidade de solução. É considerada inadequada devido ao perigo que este produto oferece durante seu processo de manuseamento.

## Mapa 19: Ubatuba/SP. Domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor.2018



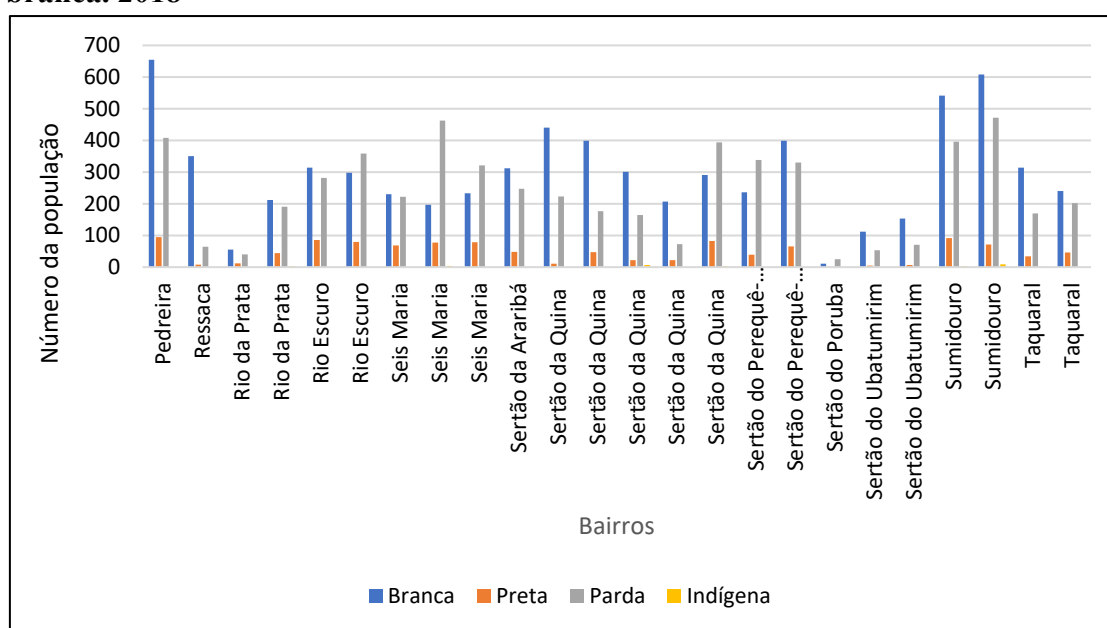
Esta também é considerada uma fonte de energia inadequada, pois sem o relógio nas casas, aumenta o perigo com relação a choques elétricos de alta tensão e incêndio. Em caso de irregularidade há aplicação de multas pela empresa fornecedora, o que pode comprometer ainda mais qualidade de vida da população, já que grande parte do salário é comprometido para arcar com estes custos e, sobretudo, um choque de alta tensão pode ocasionar até mesmo a morte do indivíduo. Esta forma de ligação estava mais concentrada nos bairros que se localizam mais próximos ao centro, como o Monte Valério, Casanga, Mato Dentro, Taquaral e Sumidouro, e 1 pequeno setor no Ipiranguinha.

### 2.1.1. Análise da população

Nesta pesquisa também olhamos para as populações que habitam estas áreas. Deste modo tomando como inspiração os doze pontos elencados pelo Observatório de Favelas (2009), analisamos a partir de dados do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE, 2010) as desigualdades na distribuição da população preta, parda, indígena em relação a população

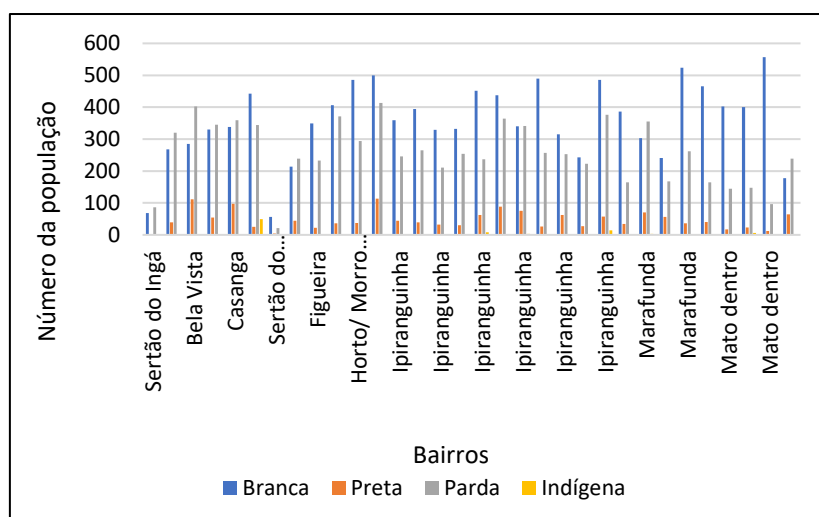
branca por setor censitário de cada bairro, e por este mesmo motivo algumas colunas se repetem. Consideramos que a partir da ideia do Observatório de Favelas (2009) subentende-se que há uma predominância da população PPI em relação a população branca nas favelas. Analisando os gráficos (3) e (4) da população preta, parda e indígena em relação a população branca por setor censitário, observamos a predominância da população branca em relação a população preta em todos os bairros.

**Gráfico 3. Ubatuba/SP. População preta, parda e indígena em relação a população branca. 2018**



Fonte: IBGE, 2010.

**Gráfico 4. Ubatuba/SP. População preta, parda e indígena em relação a população branca. 2018**

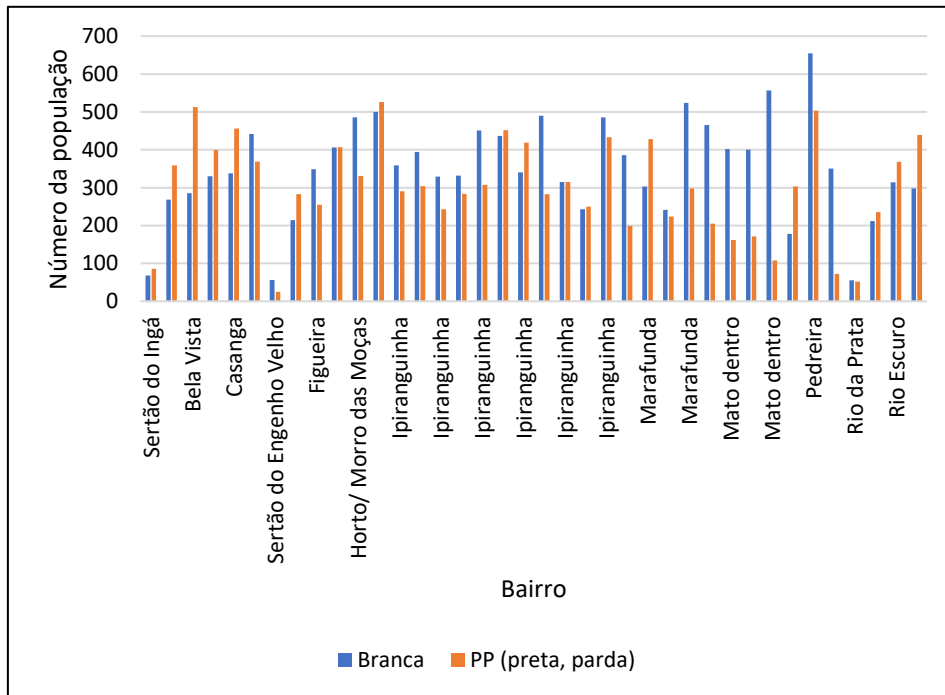


Fonte: IBGE, 2010.



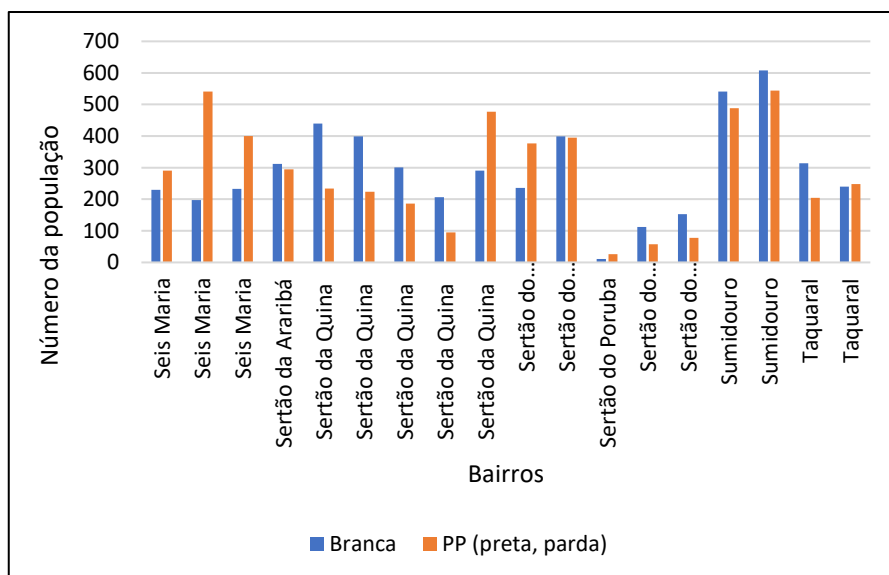
No gráfico (5 e 6) observamos a predominância da população parda em relação a população branca no bairro do Monte Valério, Rio Escuro, Sesmária, 1 setor no Sertão do Perequê Mirim, 1 setor na Bela Vista, Casanga, 1 setor no Rio Escuro, Sertão do Poruba, Sertão do Ingá, 1 setor na Figueira, 1 setor na Marafunda, 1 setor no Sertão da Quina.

**Gráfico 5. Ubatuba/SP. Soma da população preta, parda em relação a população branca. 2018**



Fonte: IBGE, 2010.

**Gráfico 6. Ubatuba/SP. Soma da população preta e parda em relação a população branca. 2018**



Fonte: IBGE, 2010.

Quando analisamos a soma das duas populações preta e parda em relação a população branca observamos que no bairro do Sesmaria, Bela Vista e Rio Escuro, Casanga, Monte Valério, Sertão do Ingá, quando somadas as populações preta e parda superam a população branca em todos os setores.

### **2.1.2. Análise das escolas e dos postos de saúde**

Como podemos observar no gráfico (7) em Ubatuba/SP também há uma baixa disponibilidade na oferta de escolas e postos de saúde. Somente o bairro do Taquaral e do Ipiranguinha estão melhor servidos de equipamentos urbanos de uso coletivo, porém o número de escolas estaduais ainda é baixo, sendo este mais um desafio a ser enfrentado pela população no seu deslocamento, e pela gestão, inclusive os municípios têm como obrigatoriedade arcar com estes custos prioritariamente. Segundo o Secretário Municipal de Habitação nenhuma criança está ficando de fora, a prefeitura tem feito a absorção destas pessoas no ambiente escolar:

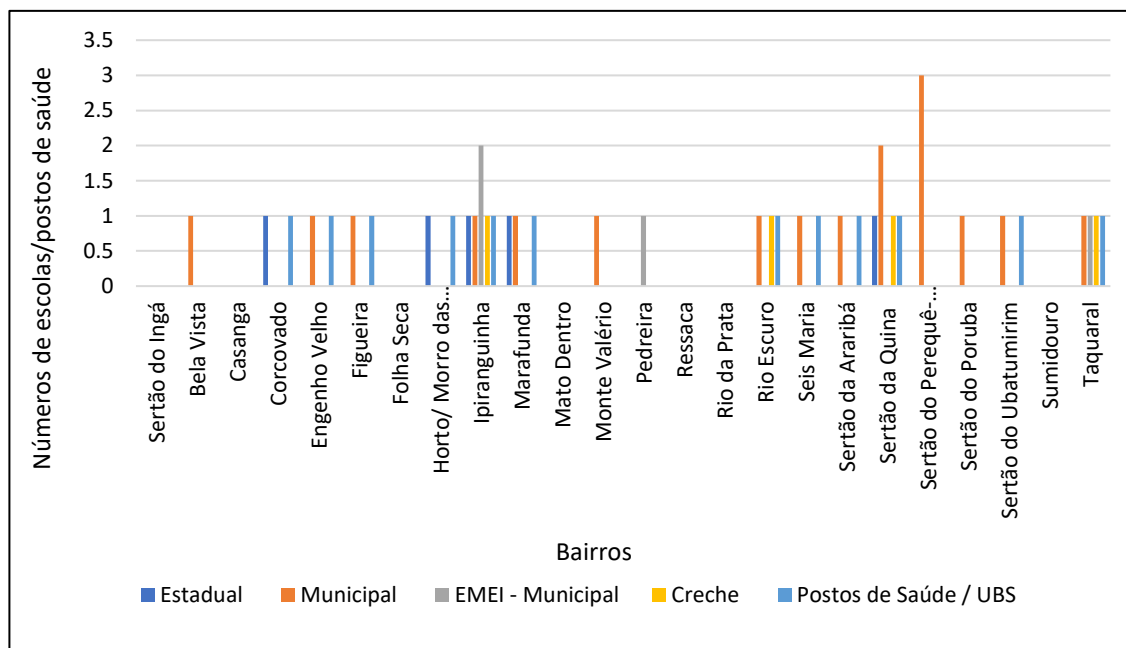
Ninguém está ficando fora de sala de aula por que está em algum lugar irregular eles estão sendo absorvidos, mas não é uma absorção muito fácil de ser feita realmente e requer também investimento, como apontei na primeira fase aqui também (BONFIGLIOLI NETO, SECRETÁRIO DA HABITAÇÃO, 2018).

E com relação aos postos de saúde o Secretário de Planejamento foi muito otimista e afirmou que a prefeitura tem se esforçado para atender toda a população, e que já é possível se notar uma melhora no atendimento:

“[...] a gente percebe Ubatuba nesta gestão, nesta, que houve um avanço na questão da saúde, então está se planejando para que melhore a saúde. Então a gente tem um posto de saúde você vai ver que não tinha, mas a população precisa compreender e assimilar isso [...]” (ABBOUD, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, 2018).

Recentemente foram inaugurados 2 postos de saúde na cidade, um na região oeste, e outro no centro da cidade, e há outros que estão passando por processo de reforma como a UBS do Ipiranguinha, Saco da Ribeira, Maranduba assim como há outros a serem inaugurados. Neste caso, a população tem que se deslocar até o lugar mais próximo para receber o atendimento.

**Gráfico 7. Ubatuba/SP. Relação do número de escolas e postos de saúde. 2018**



Infelizmente não foi possível investigar os doze pontos elencados como inspiração, mas algumas inferências foram feitas na totalidade da cidade, o que coube dentro do prazo estipulado para esta pesquisa foi realizado.

Com relação a questão da violência, Ubatuba/SP é considerada a cidade que possui um dos mais baixos índices de violência do Estado, então necessitaria um estudo mais aprofundado com relação a esta questão. Entretanto, os resultados das entrevistas que foram realizadas com a população demonstram que a população no geral considera esta questão da violência controlada no seu bairro, o que mais apareceu nas respostas foi a palavra “tranquilo” e “calmo”.

### 2.1.3. Entrevista com a população

Considerando que a população participa do processo de produção do espaço urbano, devemos valorizar esta frente em nossa análise. A cidade de Ubatuba/SP é dividida em 4 regiões, Centro, Norte, Sul, Oeste. Para cada uma delas escolhemos 3 pessoas aleatórias, mas que residem na cidade para realizarmos as entrevistas. Conforme apresentamos inicialmente, a ideia inicial era cruzar as informações obtidas nas respostas referente as favelas com o mapeamento dos meios de consumo coletivo, a fim de chegarmos as

contradições e conflitos do espaço em questão. As entrevistas foram de grande valia pois muitas questões foram sanadas, aqui nos referimos a identificação da forma de abastecimento de água pela população, entretanto os mesmos recuaram todas as vezes que pedíamos para gravar as entrevistas, por isso, as anotações foram feitas no momento da entrevista diante do entrevistado.

### **Quadro 3: Entrevista com a população – Respostas mais citadas**

<b>Entrevista com a população – 12 pessoas</b>	<b>Respostas mais citadas</b>
A casa em que mora é própria, alugada ou cedida?	Casa Própria
Quais das infraestruturas abaixo existem em seu bairro?	Asfalto, coleta de lixo, iluminação, centro de saúde, escolas
Por que optou por morar neste bairro?	Porque casou, porquê foi a única opção, por causa da família.
Se tivesse condições, teria feito outra escolha? Por qual bairro? Por que?	Centro
Realizou alguma análise sobre a condição do loteamento junto à Prefeitura Municipal ou uma visita ao loteamento antes de comprar a terreno ou casa?	Não, mas houve muita associação com heranças
Como você vê a atuação da Prefeitura Municipal de Ubatuba em relação à distribuição das infraestruturas?	Ruim
Quais infraestruturas deve ter um bairro para se morar bem?	Parques e praças
Na sua opinião qual o principal motivo que atrapalha à implantação das infraestruturas nos bairros?	Desarticulação da administração local, falta de interesse.
Alguma vez você já precisou pedir para a Prefeitura para instalar alguma infraestrutura ou algum serviço como coleta de lixo e limpeza de espaços públicos, em seu bairro?	Não
Há em seu bairro alguma associação que atue para a melhoria das condições dos moradores?	Sim
Você já ouviu falar da existência de favelas na cidade? Quais?	SIM, os bairros mais citados foram, Rio Grande do Sul, Bela Vista, Vale do Sol, Ipiranguinha, Perequê Mirim, Estufa
Como você avalia a questão da violência em seu bairro?	Bem tranquilo, não há problemas
Você já foi em alguma audiência pública?	Não
Com relação a forma de abastecimento de água	A água provém da cachoeira

Elaboração: Eilane Ramos Gomes

De acordo com as entrevistas e pelos bairros citados é possível concluir que os moradores de Ubatuba/SP, reconhecem a existência de favelas na cidade, dos bairros citados, apenas 2 deles não entraram em nossas análises, todavia, todos os que foram mencionados carecem de alguma insuficiência em equipamentos e ou serviços urbanos de uso coletivo.

Dentre estas áreas apenas o Vale do Sol está congelada pelo poder público, como consta no mapa (3) do parcelamento do solo e na lista dos loteamentos cedidos pela prefeitura (Apêndice V).

Ao questionarmos o poder público sobre as favelas:

Pesquisadora: A prefeitura reconhece a existência de favelas no município?

Entrevistado: Não, favelas não temos, ocupações irregulares existem essas ocupações que algumas clandestinas que nós temos notificado, tirado, vamos entregar agora um conjunto habitacional aí dos prédios dos apartamentos de 376 unidades provavelmente esse ano ainda é possível entregar aproximadamente 200 o restante o ano que vem, estamos em fase final de obra de acabamento e isso que a ideia é tirar muitas pessoas das áreas de risco e dessas áreas irregulares.

Pesquisadora: Qual seria o núcleo habitacional mais antigo mais recente da cidade?

Entrevista: Eu acho que Guarani um dos mais antigos depois vem Sesmaria, Vale do Sol, Bela Vista essas áreas aí que são mais antigas de ocupações. (SATO, PREFEITO MUNICIPAL, 2018)

A prefeitura não reconhece a existência de favelas na cidade, o que a população chama de favelas o poder público chama de núcleos habitacionais irregulares, no total são mais 70. Porém, duas de nossas áreas de estudo, o Sesmaria e a Bela Vista foram citadas pelo poder público durante as entrevistas e 3 foram citadas pela população: o Bela Vista, Ipiranguinha, Perequê Mirim, e somente o Bairro da Bela Vista foi citado por ambos.

Nesta pesquisa os meios de consumo coletivo mais citados pela população não foram os mesmos que buscamos trabalhar nesta pesquisa, neste caso a população destacou mais a ausência de parques e praças do que os outros equipamentos urbanos de uso coletivo<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Este aspecto foi levantado pela banca que avaliou a monografia, deste modo decidimos inseri-las nas análises.

**Capítulo 3:**  
**Contradições e**  
**avanços da política**  
**urbana no combate**  
**das desigualdades**  
**socioespaciais no**  
**Brasil.**



O governo brasileiro não tem conseguido administrar a pobreza, a exclusão social, e a desigualdade social que assola o país há décadas, isto demonstra uma clara dificuldade de articulação das políticas públicas de cunho social e de distribuição de renda. Essa insuficiência histórica de investimento por parte dos setores públicos, em diversas esferas, revelam o fracasso das políticas públicas e a incapacidade do Estado em ofertar os serviços básicos a população, como saúde, educação e segurança pública:

De modo que, no Brasil, a pobreza aprofundou-se como consequência de um desenvolvimento concentrador da riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária no meio urbano. Tem raízes na formação sócio histórica e econômica da sociedade brasileira (SILVA, 2010, p. 157).

Para entender historicamente este percurso que levou o Brasil há uma categoria de pobreza que se aprofunda a cada década, se faz necessário retomar algumas teorias e pontos de análises que ao nosso ver, são cruciais para analisarmos as políticas públicas urbanas e como elas foram sendo instituídas ao longo do tempo.

Considerando as formas no qual se deram a distribuição das terras no Brasil, fica evidente a necessidade de voltarmos no tempo para entendermos como se fortaleceu a desigualdade social.

Desde a promulgação da primeira lei de terras em 1850, a população de baixa renda sofre com o problema da concentração de terra e com a péssima administração da mesma. É fato que devido a isto, aumentaram-se as dificuldades das classes sociais menos favorecidas para ascenderem economicamente e politicamente pois, esta lei travou as perspectivas em busca do alcance da equidade entre as classes sociais. Esta questão é consenso entre os diversos autores quando retratam o quadro da pobreza resultante de uma extrema desigualdade que marca a realidade socioeconômica do país. Diante deste cenário é plausível admitir que no século XXI, a exclusão social e a pobreza tenham se tornado uma referência para as políticas públicas no país (SILVA, 2010).

A exclusão social é um fenômeno que tem gerado diversas incompatibilidades no processo de acumulação, toda via, se constitui como uma das características centrais do capitalismo contemporâneo, porém este conceito possui uma dimensão muito ampla que torna difícil classificar as diversas condições no qual vivem diversos grupos e pessoas. Este conceito esteve presente no centro dos debates políticos e sociais europeus.

Por entender os limites da exclusão social Silva (2010) propõe o uso da categoria Pobreza para analisar as políticas públicas aplicadas no Brasil. Conforme a autora o processo

de globalização tem constantemente persistido e ampliada a pobreza, de modo que, a sua redução e regulação, se torna parte do sistema, no qual para manter o capitalismo aquecido, é necessário manter a pobreza aquecida, uma face perversa e contraditória do sistema, que eleva a pobreza ao máximo caracterizada:

[...] pela falta do lugar da moradia, pela falta de condições sanitárias e a inexistência de relações formais de reprodução social. As condições de vida em geral são subumanas. Os vínculos de apropriação do espaço em geral se caracterizam pela ocupação de lugares públicos do meio urbano, como viadutos, pontes, estações, marquises ou soleiras de edificações. De outro modo, submoradias, construídas em áreas verdes ou qualquer brecha de espaço, como entre rodovias, são comuns (HEIDRICH, p. 25, 2004).

Ha décadas a pobreza é percebida pelas classes dominantes enquanto uma condição inferior dos seres humanos, o pré-julgamento que fazem de seus comportamentos ou valores morais acabam por enquadrar o pobre enquanto seres diferentes, portadores da pobreza, deste modo, não se analisam os fatores que levaram a esta condição de pobreza, simplesmente o julgaram por ser ele mesmo o responsável por se colocar nesta condição. Deste modo, o “pobre, conforme a percepção neoliberal, é aquele indivíduo que não consegue por conta própria sobreviver no mercado, e para estes indivíduos deve-se conceber assistência e qualificação” (MOUNTIAN, 2018, p. 20).

As perspectivas da economia neoliberal pregam que o mercado deve regular as questões socioeconômicas dos indivíduos e sociedade. Nesta vertente a pobreza versus necessidade é entendida como uma via de orientação do mercado o que gera a própria intensificação do mesmo, esta perspectiva baseada na eficiência econômica deixa de lado a questão principal, o entrosamento das políticas sociais e da cidadania, isso gera um enfraquecimento do último na perspectiva de que não se discute os reais problemas, ou seja as lógicas econômicas que são inerentes ao processo de acumulação, o que nos leva a uma visão limitada da pobreza e de organização espacial.

No entanto, a geografia marxista avança nesta discussão que passa da organização do espaço ao entendimento da produção do espaço (CARLOS, 2013). Neste campo político serão intensos os debates entre marxistas e institucionalistas acerca das desigualdades sociais, sobre como ela seria criada ou reproduzida estruturalmente.

Portanto, se tratando de um problema estrutural Farret (1985) faz referência a estes problemas estruturais do espaço intraurbano quando aponta na teoria do conflito que diferente da visão institucionalista, entender que há nesses atores uma lógica interna, e que não poderiam ser vistos apenas como atores, eles que participam de toda complexidade, que

está relacionado com a manipulação do uso do solo, pois seu comportamento ao contrário, e estruturado pela lógica do capital e suas leis de acumulação e circulação que em última instância determinam a forma da ideologia e da distribuição do poder.

Para Farret (1985) se o Estado tem esse papel fundamental nos processos ligados a distribuição dos bens e serviços de natureza coletiva, seja através das legislações e, dos códigos de obra, do mercado imobiliário fica explícito o pleno envolvimento do Estado no processo de geração de renda, ou seja, de acumulação de capital, pois os fazem através de suas políticas urbanas. Este é um texto clássico e muito atual que reflete a condição arcaica do Estado e da construção das políticas públicas no Brasil, o que demonstra um atraso de quase trinta anos, um embaraço, para um país que está entre os 3 países que mais exportou no mundo em 2017, segundo dados da (Organização Mundial do Comércio) OMC, (MOREIRA, 2018). E mesmo assim não consegue romper com as estruturas patriarcais que definem as desigualdades socioespaciais, e nem inclui esta questão como prioridade.

Concordamos com Silva (2010) que se o problema é estrutural a nossa reflexão deve se ater a isto, e deste modo as abordagens estruturalistas se encaixariam melhor para definir e explicar a pobreza e suas consequências estruturais. Assim sendo, constituem o campo mais fértil para o debate acerca das categorias de classe, exploração e desigualdade, exército industrial de reserva, para compreender e explicar a pobreza na contemporaneidade, assim como o papel do Estado no processo de distribuição dos serviços de natureza coletiva para a população:

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda (SILVA, 2010, p. 157).

Ou seja, não é a falta de renda que coloca o trabalhador na condição de pobreza e exclusão social, mas sim a concentração desta nas mãos de poucos. No âmbito da discussão do direito a cidade (LEFEBVRE, 2001) este debate é fundamental, pois se trata da democratização das prioridades. Do que trata a população, a melhor distribuição de renda e a inclusão social se coloca à frente como elemento principal a ser amplamente debatido nas agendas públicas para que de fato se democratize o território nacional. Não é à toa que este debate ganha folego após a Constituição Federal promulgada em 1988, durante o processo de redemocratização do país.

A partir dos anos 2000 o cenário começou a mudar, uma vez que diversas políticas públicas foram formuladas com o intuito de alcançar a redução das desigualdades sociais no país, deste modo, surgem diversas políticas de cunho Regional, Estadual e Municipal. Segundo Silva (2010), embora as condições sociais começaram a se modificar dos anos 2000, neste sentido, a autora entende que as políticas públicas continuam sendo de caráter assistencialista e marginal na medida em que são formuladas “desvinculada das questões macroeconômicas, servindo mais para regulação ou administração da pobreza num dado patamar” (SILVA, 2010, p. 158).

Em âmbito nacional, há de se considerar os avanços sociais pós anos 2000: a expansão da educação nos diferentes níveis de ensino em todas as faixas etárias (BRASIL, 2014); a redução de 50,64 % de pessoas que estavam na linha da pobreza (CIARELLI, 2011); a melhora substancial na saúde básica a partir do atendimento expandido ao sistema odontológico e do Sistema Único de Saúde (SUS); o aumento no número de farmácias e mais rapidez no atendimento do Sistema Móvel de Saúde (SAMU); além da uma diminuição drástica da mortalidade infantil, todos estes dados foram transportados para outros patamares (BRASIL, 2015).

O Brasil possuía um alto índice de mortalidade infantil principalmente nas regiões Norte e Nordeste, com o implemento e o fortalecimento das políticas públicas de saúde, como por exemplo a adoção do Programa Mais Médicos (PMM) Lei nº 12.871, essa condição melhorou muito e o número de crianças que morriam por causa da desnutrição e doenças causadas pela falta de saneamento básico, passou a ser decrescente pós anos 2000. Entretanto, ainda temos muito o que melhorar porque as políticas públicas ainda possuem um caráter excludente no Brasil. Contudo, os programas que se desenvolveram possibilitaram uma melhora na qualidade de vida, não proporcionalmente, mas em todo país notou-se os avanços sociais.

Analisando os dados do censo de 2000, vemos que o déficit habitacional no Brasil contabilizava 7.222.645 milhões de moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005), em 2015 esse número caiu para 6.355.743 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017).

As questões habitacionais foram tomadas por um conjunto de programas que foram desenvolvidos no Ministério das Cidades e Ministério do Planejamento, e que estão inseridos no Programa de Aceleração Do Crescimento (PAC)<sup>43</sup> no qual abrangem obras em diversos setores no que diz respeito a infraestrutura social e urbana, como por exemplo: Programa

---

<sup>43</sup> Disponível em <<http://www.pac.gov.br/>> Acessado em 05/12/2018

Minha Casa Minha Vida (PMCMV); Urbanização de Favelas; A mobilidade Urbana; Prevenção de Áreas de Risco; Saneamento; Recursos Hídricos; Equipamentos Sociais; Pavimentação; Cidades Históricas; Luz para Todos; Infraestrutura turística; Equipamentos de Esporte de Alto Rendimento; Educação; Saúde; Superintendência da Zona Franca de Manaus ( Suframa). No que se refere às infraestruturas e logísticas incluem as: Rodovias; Ferrovias; Portos, Hidrovias, Aeroportos; Defesa, Comunicações; Ciência e Tecnologia. Com relação à infraestrutura energética os investimentos previstos são para contemplar: Geração e Transmissão de energia elétrica, Petróleo e Gás Natural, exemplo (Plataforma de Mexilhão); Combustíveis Renováveis, Geologia e Mineração, Revitalização da indústria Naval (BRASIL, 2018).

Analisando os dados é possível concluir que os anos no qual o Brasil aparentou uma melhora significativa em todos os níveis, tínhamos como presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Todas as políticas públicas são válidas, entretanto devemos considerar que se fosse levado em consideração os diferentes segmentos sociais que fazem uso desses programas, muitas coisas mudariam, principalmente alguns redirecionamentos que ocorrem no planejamento o que abriria uma possibilidade para que a política urbana possa agir.

Uma vez que as políticas públicas urbanas e demais políticas públicas têm como pressuposto incluir mais parcelas da população de baixa renda na divisão dos benefícios advindos do crescimento econômico, é necessário que as políticas urbanas defendam que sejam formuladas políticas públicas que sejam capazes de cobrar gradativamente via segmento social pelos usos dos meios de consumo, assim promovendo um maior acesso da população de baixa renda aos meios de consumo coletivo e gradativamente a redução da desigualdade socioespacial. Sendo assim, em nenhuma hipótese elas podem ser encaradas como uma mercadoria e não deve ser fruto do jogo do mercado do preço da terra, que também não poder ser uma mercadoria.

Um dos contrapontos da política urbana advém do fato que o Estado não é obrigado arcar com todos os custos que recaem sobre a implantação dos meios de consumo coletivo no espaço urbano, isso deveria ser cobrado proporcionalmente daqueles que possuem maior poder de compra e de consumo, para que não incida todos esses gastos sobre a população, uma vez que a população paga senão na mesma proporção para ter garantido os serviços, equipamentos, infraestrutura urbana.

Uma vez que os meios de consumo coletivo agregam valor coletivo e individual ao preço da terra (LOJKINE,1997) é a partir de todos estes apontamentos que “o planejamento deve ser pensado espacialmente, pois é no território que estão assentadas as pessoas e, é somente através da leitura desta espacialização que se pode pensar em políticas públicas para amenizar as desigualdades sociais” (ROMA, p.12869, 2005).

As cidades têm cada vez mais tentado se adequar a globalização, é uma tendência mundial, mas as diferenças produzidas pelos agentes hegemônicos impedem as de se completarem neste processo, devido a tendência de seletividade dos processos de escolhas por onde o capital vai fluir com mais intensidade.

### **3.1. A Política Urbana**

Olharmos para a manifestação dos assentamentos precários no tecido urbano de Ubatuba/SP, a partir de um ponto de vista estrutural, salientamos o quanto é importante que políticas urbanas caminhem junto com as intenções políticas, num processo de construção, que pense as formulações políticas buscando senão resolver pelo menos amenizar a condição de vulnerabilidade das famílias que moram em habitações precárias, proporcionando a elas uma melhor qualidade de vida, para que elas possam fazer uso de seus demais direitos.

Sendo assim, abrimos a discussão sobre as políticas urbanas e a constituição dela enquanto um conceito fundamental para compreendermos qual é a sua importância e suas implicações ao ser tomada, ou não, como referência nas decisões no âmbito do desenvolvimento urbano e das gestões das cidades.

O Brasil estava passando por um período delicado entorno das discussões sobre as políticas urbanas ainda instituídas na época da Ditadura Militar, e que se arrastaram até os anos 80, momento em que eclodiram-se as tensões entre os movimentos sociais e afluíram-se os conflitos entorno das políticas sobre o uso do solo urbano. A pressão aumentava entorno do uso da terra vazia e da subutilização da terra, em prol da reforma urbana e da democracia pelo uso da cidadania também estavam presentes neste evento, arquitetos, advogados, e a sociedade civil.

A constituição Federal promulgada em 1988, marca o período da reformulação das políticas urbanas no país, dentre outros direitos sociais, foi um momento de celebração, no qual toda comunidade foi chamada para ajudar construir o que viria ser a Carta Magna, no qual foi destinado um capítulo para a Política Urbana. Deste modo ficou definido no segundo capítulo da Política Urbana, art 182, que todos os municípios que tem acima de 20 mil



habitantes devem ter em curso a construção de um plano diretor, o objetivo é garantir que todas as cidades cumpram com a função social da propriedade e da propriedade urbana.

Para que se cumpra estes objetivos, ficou disposto no artigo 182 que o Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo (IPTU), parcelamento e edificação compulsório seja utilizado pelos municípios como instrumentos da Política Urbana.

A redefinição dos direitos sobre a propriedade também é revisada na Constituição Federal, como o usucapião, a regularização fundiária, inclusive o próprio planejamento urbano das cidades. Como forma de incrementar a redemocratização em seus territórios entorno de uma representação e de uma gestão mais democrática, as cidades encarregaram-se de criar normas urbanísticas próprias, como as Leis Orgânicas Municipais.

Conforme Rolnik (1999) a Constituição do Estado de São Paulo foi um dos primeiros a aderirem a nova lei, deste modo todos os municípios com mais de 20 mil habitantes deveriam possuir um Plano Diretor próprio. As cidades que possuem mais de quinhentos mil habitantes devem ter seu plano de transporte urbano integrado compatível e inserido no Plano Diretor.

Em 10 de julho de 2001, foi aprovada a lei federal 10. 257, chamada de Estatuto da Cidade, ela regulamentou o capítulo II da Política Urbana (os art 182 e 183), da Constituição Federal promulgada em 1988. Esta lei deveria dar um maior suporte jurídico aos governos nos diferentes níveis, seja no enfrentamento das questões urbanas e ambientais, como a diminuição das desigualdades sociais, o enfrentamento da pobreza e, sobretudo, aspectos que tocam a regularização fundiária, a gestão democrática, contudo instituindo normas que regulam o uso da propriedade, garantindo seu uso de interesse social. Houve inovações com relação aos instrumentos de intervenção com vistas a alcançar um novo patamar de planejamento e gestão, um deles discutiremos a seguir.

### **3.1.1. Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)**

A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), é um instrumento da política urbana que pode reorientar os caminhos da política, deste modo trazemos as discussões sobre o que é a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), os seus benefícios e formas de implementação. As possibilidades deste instrumento é atingir aqueles que precisam e que não foram inseridos na cidade, devolvendo a estas pessoas o direito de morar garantindo o uso pleno de sua cidadania.

As leis de uso e ocupação do solo e o zoneamento urbano tem como compromisso reduzir as desigualdades na forma de obtenção da terra urbana, deste modo estabelecer padrões que sejam desejáveis a ocupação da população mais pobre na cidade, entra como um elemento fundamental na escolha das áreas, sendo assim parâmetros mínimos de ocupação, recuos, permissões e coeficientes de aproveitamento são determinados para que se cumpra a lei:

Entretanto, na maioria das cidades - diante dos enormes níveis de desigualdade social, concentração de renda e pobreza urbana - os próprios padrões mínimos de ocupação levam a terra urbana infraestruturada a atingir preços altos demais para o poder de compra de grande parte da população. As camadas mais pobres se vêm obrigadas a ocupar terras à margem da legislação, originando loteamentos clandestinos, ocupações e favelas. Esses assentamentos localizam-se, muitas vezes, em regiões ambientalmente frágeis e de difícil urbanização: encostas de morros, várzeas inundáveis ou mangues, embora estas áreas sejam « protegidas » por legislação de preservação ambiental, sua urbanização muitas vezes é mais densa e devastadora justamente pela ausência de regulamentação (PÓLIS, 2004, p.1).

Esse tipo de ocupação foi negado pelo Estado por muitos anos, aqueles que possuíam mais de trinta anos de resistência eram chamados de “provisórios”, de acordo que a população começa a exercer pressão sobre os órgãos públicos, esses direitos vão sendo pouco a pouco conquistados, como o estabelecimento de infraestrutura urbana, alguns em caráter emergencial. A legitimação deste tipo de assentamento irregular do ponto de vista urbanístico, consolidou um dos maiores problemas com relação as formas de se obter a habitação no Brasil, levou a população para os altos dos morros e encostas tornando-as vulneráveis e conivente com as práticas clientelistas e eleitorais ilícitas (PÓLIS, 2004).

As tensões entorno das remoções se tornavam cada vez mais forte, assim como a luta pela não remoção, e melhorias das condições urbanísticas e regularização da terra, deste modo, diversas prefeituras passaram a delinear as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), ou Áreas de Especial Interesse Social (AEIS). A primeira experiência do estabelecimento da ZEIS teve início nos anos 1980, e foi realizada pela prefeitura municipal de Recife (POLIS, 2004).

Dos institutos jurídicos e políticos, da Constituição Federal a Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) foi regulamentada no capítulo II Dos Instrumentos da Política Urbana, lei Federal nº 10. 257 do Estatuto da Cidade, ela visa destinar porções do território para construção de moradias dignas predominantemente para população de baixa renda.

Sob uma concepção básica urbanística a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) necessita ser incluída no zoneamento urbano da cidade, seu objetivo é estabelecer padrões

específicos de urbanização para áreas que contenham determinados assentamentos, como por exemplo as favelas, dando a eles um tratamento diferenciado. Estas áreas podem ser destinadas para a construção de habitações de interesse popular.

Revelar a diversidade de assentamentos presente nas cidades, seja através de mapeamentos mais complexos e estudos mais aprofundados é garantir uma melhor caracterização das formas de se morar na cidade. Sendo assim, é possível propor a requalificação dos espaços e garantir uma melhor qualidade de vida a população bem como o reconhecimento de sua cidadania, assim como a extensão dos seus direitos ao direito a cidade.

### **3.1.2. Assentamentos irregulares**

A partir do que foi apresentado sobre as Políticas Urbanas, apontamos outra necessidade a ser tomada enquanto proposta de detalhamento dos diferentes tipos de assentamentos nas cidades: fazer uma distinção entre assentamentos precários e assentamentos irregulares considerando sua dimensão política, é um aspecto muito importante porque ele se correlaciona totalmente com o processo de regularização fundiária, sobretudo para compreendermos como ocorrem estes processos de formação das irregularidades. Isso nos faz entender porque a cidade é fragmentada, ou seja, um processo que resultou em áreas totalmente segregadas com relação a outras partes da cidade.

No Brasil o processo de urbanização tem sido acompanhado de uma proliferação intensa de assentamentos informais, e tem sido a único mecanismo de milhões de pessoas para se obter uma moradia e assim se inserir na cidade, esta tem sido uma característica própria do desenvolvimento urbano das cidades brasileiras. Dos efeitos negativos deste processo e os impactos sobre as cidades Fernandes salienta que:

As conseqüências socioeconômicas, urbanísticas e ambientais desse fenômeno têm sido muitas e graves, pois, além de afetar diretamente os moradores dos assentamentos informais, a irregularidade produz um grande impacto negativo sobre as cidades e sobre a população urbana como um todo (FERNANDES, 2002, p. 12).

O Brasil não resguardou um mercado de terra para o pobre, tão pouco criou leis distributivas de terra no Brasil, pelo contrário, criou um mercado de terras concentrado e especulativo, no qual o pobre nunca esteve inserido. Os grupos que estão no poder não dispõem suas terras para a construção de moradias populares, há entre eles um conflito que quase sempre termina em tragédia. Quem detêm o poder também detêm o mercado de terras,

e desta forma não tem oferecido nenhuma condição adequada para o pobre ter acesso à terra urbana, “provocando assim a ocupação irregular e inadequada” (FERNANDES, 2002, p. 12).

As pessoas têm vivido com uma faca sobre suas cabeças pois, nesta condição, se tornam vulneráveis politicamente podendo ser alvos de remoções, não possuem a segurança da posse, e sua qualidade de vida é comprometida, pois a moradia adequada é reduzido mínimo para a sobrevivência.

As formas de irregularidades são diversas, o que muda são as especificidades que se referem às formas de aquisição da propriedade ou do imóvel e como este será assentado, na maior parte dos casos, ocorrem de forma espontânea e informal.

Há um desafio para conceituar o termo assentamento irregular, no entanto, se constituem como assentamentos irregulares na cidade, os diversos modelos: as favelas, os loteamentos clandestinos, cortiços, estes se configuram de formas distintas na cidade, seja porque os imóveis estão em desconformidade com os padrões urbanísticos estabelecidos pelo Estado, ou estão ilegais do ponto de vista jurídico, ou seja, os imóveis não possuem o registro em cartório (COSTA, 2002).

Segundo Costa (2002), tais ocupações irregulares podem ocorrer em: áreas loteadas e ainda não ocupadas; áreas alagadas; áreas de preservação ambiental; áreas de risco; terrenos destinados a usos coletivos, a equipamentos comunitários, a programas habitacionais, a praças ou parques. As ocupações irregulares, no qual se incluem as favelas têm avançado sobre os ambientes mais frágeis, áreas de preservação ambiental, esta é uma tendência da informalidade urbana. Devido à restrição ao uso, as leis de proteção, o mercado imobiliário sofre pressão para não adentrar estas áreas.

O que não podemos perder de vista é que o Estado também é responsável pela informalidade no tecido urbano, temos na história vários momentos em que o Estado contribuiu para o assentamento irregular das famílias, e até mesmo fornecendo condições infraestruturais para que as famílias pudessem permanecer nestes locais, uma medida paliativa que consolidou diversos bairros ao longo da história.

Segundo Fernandes (2002), a ordem jurídica, possui um papel fundamental na reprodução e produção da informalidade, a forma como a lei é interpretada no Brasil dá ao proprietário determinados individualismos sobre a ordenação da terra urbana, não há uma preocupação com a função social da propriedade e muito menos com a constituição, isto gera uma combinação extensa de segregação ambiental, espacial e social, somados a este

processo a ausência de leis urbanísticas se tornam um elemento a mais na consolidação da ilegalidade:

A combinação desses processos tem feito com que o lugar dos pobres nas cidades sejam as áreas periféricas (ou mesmo centrais) não dotadas de infra-estrutura urbanística, áreas, freqüentemente, inadequadas à ocupação humana ou de preservação ambiental” (FERNANDES,2002, p. 13).

O único direito que realmente funciona no Brasil é o direito de propriedade, ele condiciona todos os outros direitos sobre a terra, provoca desterritorializações e a injustiça social.

No Brasil a ilegalidade e a irregularidade não é uma exceção somente dos pobres na cidade, notamos que grande parte da população rica, usa de seus privilégios para afastar –se dos pobres na cidade, como por exemplo, quando usam de sua influência para modificar leis e projetos urbanísticos que venham a favorecê-los de alguma forma. A ilegalidade está presente nas praias, nos parques, nos condomínios fechados, nas áreas públicas que são privatizadas, nos shoppings, etc.

No Brasil existem programas de regularização que visam reduzir a informalidade urbana, no entanto o termo possui duas dimensões que estão atrelados as experiências de urbanização das áreas informais, em um primeiro momento quando os programas de urbanização levam infraestrutura urbana e serviços públicos a estes locais, e no segundo momento quando ocorrem políticas de legalização fundiária dos lotes, em alguns momentos há a fusão do urbanístico e do jurídico, mas poucos programas visam regularizar as construções informais, na maioria das vezes acabam por exacerbar a informalidade ao invés de integrá-los a cidade (FERNANDES, 2002).

Há noção de regular e irregular perpassa por uma dimensão política, isto porque grande parte do irregular se fez e se faz sobre ações clientelistas e políticas, e principalmente obras de urbanização, estas que despertam um interesse político vexatório, todavia este tipo de acordo em que há a distribuição de terras sem a preocupação com as condições urbanísticas trazem resultados nefastos para a população e para a cidade (ROLNIK, 2002).

Concluindo, o assentamento irregular pode não ser necessariamente precário, ele pode estar irregular do ponto de vista urbanístico e não ser precário em sua estrutura física.

### 3.1.3. Assentamentos precários

O universo dos assentamentos precários é infinitamente grande. Esse tipo de assentamento pode se incluir nesta condição de imóvel precário, pela degradação que o imóvel sofreu ao longo do tempo, estando em desacordo com as normas urbanísticas atuais, e este mesmo imóvel também pode estar legalmente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, isto acontece muito com habitações populares que são construídas pelo Estado e ao longo do tempo acabam sofrendo com estes problemas no interior e exterior das residências. Como apresenta o estudo realizado pelo Centro das Metrôpoles para a Fundação de Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, “mesmo os conjuntos habitacionais construídos pelo poder público em décadas recentes apresentam, algumas vezes, avançado estado de degradação, solicitando atenção” (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, p 6, 2013).

Há uma dificuldade em se definir estes assentamentos no Brasil, seja pela diversidade quanto pela quantidade, pois eles são muitos, e dependem de acesso a registros cadastrais, vistorias de campo, e a questão fundiária. O poder público tem um papel fundamental neste processo de identificação destes assentamentos, mas infelizmente os dados são escassos e muitas das vezes as prefeituras não dispõem de uma base cadastral digital e uma base cartográfica, e os registros dos imóveis quando existem, são desordenados, isso, todavia, dificulta o trabalho de localização dos dados com uma certa precisão. Quando possuem são resultados de empresas terceirizadas que prestam serviços para as prefeituras, entretanto, dificilmente são incorporados às práticas da gestão política (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2013):

No que diz respeito aos problemas de definição, a questão da habitação precária envolve diversas situações, como favelas, loteamentos clandestinos e/ou irregulares e cortiços, marcadas também por intensa heterogeneidade interna (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, p 6, 2013).

Sendo assim o último censo realizado em 2010 se mostrou insuficiente para quantificar estes dados, entendemos que apesar disto, os estudos demonstram um esforço para estimar estes dados, que, todavia, são importantes para iniciarmos as análises e as possíveis intervenções nestas áreas (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2013).

Para o estudo da CEM buscou se identificar entre aqueles setores classificados como NÃO ESPECIAL os que mais se assemelhavam aos setores subnormais, a partir das

variáveis econômicas, demográficas e características habitacionais. Esta classificação foi feita por meio de uma técnica de análise discriminante por ponderação a fim de reduzir a probabilidade de erros. O cálculo matemático é feito sobre as funções (a) moradia, (b) instrução (c) emprego, (d) renda + k, onde cada função tem um peso para classificação das famílias. A estes subconjuntos foram atribuídos a denominação de assentamentos precários.

### **3.1.4. Os elementos da cidadania**

Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo II Dos Direitos Sociais.

Art. 6º. Do Direito à moradia

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2016).

Tardiamente a moradia, e os outros direitos fundamentais como transporte, alimentação, saúde, escola passaram a serem considerados um direito associado a qualidade da vivência humana.

Ao longo de toda história brasileira obtivemos 7 constituições Federais: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e a que está em curso atualmente, há de 1988. O direito à moradia não apareceu completamente Constituição Federal de 1988, e somente após a alteração do artigo 6º da Constituição Federal, esse direito elementar foi incorporado e sob a emenda 026 de 14/02/2000 desta constituição, a moradia foi incluída como um direito social fundamental para a reprodução da vida, isto porque “um dos motivos para a inclusão do direito à moradia na Constituição é a associação direta dele com o princípio da dignidade da pessoa humana” (MERELES, 2017).

Mesmo assim não conseguimos romper com os paradigmas que nos prendem a um passado perverso de retirada de direitos e controle social. Dos direitos elementares como saúde; educação; a alimentação foi incorporada após alteração do artigo 6º desta constituição e consta na emenda constitucional 064 de 04/02/2010, assim como o transporte, que também foi garantido no artigo 6º da Constituição Federal e está disposto na emenda constitucional 090 de 15/09/2015. Convenhamos, que há uma dificuldade por parte do Estado em assegurar os direitos básicos para a população, isto implica em uma maior dificuldade por parte da população em poder praticar e fazer uso da cidadania na cidade, eis que Souza (2008) tem



razão quando diz que, muitos direitos ferem a própria constituição, principalmente quando um artigo acaba por afrontar o outro.

Promover a cidadania é não permitir que os interesses privados se sobreponham aos interesses públicos, é garantir que há vontade política da sociedade civil, entidades e organizações sociais se estabeleça sobre os territórios, dando a eles coesão e legitimação e que o Estado faça parte disto garantindo essa participação nas diversas esferas do governo (HEIDRICH, 2004).

#### 4. Considerações Finais

Ao olharmos para Ubatuba/SP, buscando encerrar este trabalho, vemos que as contradições que acompanharam a pesquisa desde a elaboração do projeto estão ainda mais latentes. Se antes pensávamos que nesta cidade haviam áreas de favelas, agora, é evidente perante os conteúdos que deram sustentação a este trabalho que pensemos numa generalização completa da noção do que entendemos como favela. Ao definirmos melhor estas áreas, com relação ao que elas possuem em nível de infraestrutura e serviços, revelamos que estas são áreas que no processo histórico sofreram com os redirecionamentos do planejamento, e das políticas públicas, uma vez que a oferta dos serviços públicos e equipamentos de uso coletivo é desigual entre os bairros e na cidade como um todo.

As moradias que identificamos na área comum citada pelo poder público e pela população, além de possuírem características próprias, como a irregularidade com os padrões urbanísticos definidos, são constituídas a partir do processo de autoconstrução, se manifestam em áreas de vulnerabilidade socioespacial, no caso de Ubatuba/SP próximas às encostas dos morros. Podemos observar claramente este processo, no qual a questão ambiental não foi levada em consideração, nem pelo poder público local, e nem pelo setor privado. Há tanto áreas predominantemente ocupadas por moradias precárias, como áreas que foram ocupadas por um segmento de alto poder aquisitivo, neste último aspecto, onde a dimensão política, entre aspas, pode ser revelada mais do que dimensão socioeconômica e, isto, é explicado pela presença de tais ocupações em áreas de proteção permanente.

Ainda há muitos espaços onde a situação de pobreza fica explícito, pois além de estarem desprovidos de meios de consumo coletivo, as péssimas condições de moradia contribuem para o agravamento da condição de vida. Este é um processo intenso das contradições do capitalismo na cidade, é uma das facetas da desigualdade e da exclusão que retratam as características do capitalismo no espaço urbano em questão reforçando áreas estigmatizadas apontadas como favelas, mesmo sem ser uma de fato.

A gestão atual tem feito um esforço na contenção das irregularidades, a partir do processo de regularização fundiária, promovendo deste modo o reassentamento das famílias ou a entrega de títulos de propriedades no que é possível.

Sobre as favelas, tentamos demonstrar que este fenômeno está se proliferando nas cidades, sendo assim, necessita ser discutido, para ser revelado sob outra perspectiva, uma que não considere a favela algo a parte da cidade, como nos mostra as perspectivas

hegemônicas, e outra que considere a favela pensada pela dimensão empírica, a única forma de revelarmos as especificidades deste fenômeno que é expresso como na forma-conteúdo das cidades de modo distinto. Todas as favelas ou mesmo áreas com características do processo de favelização apresentam elementos próximos como a ausência de meios de consumo coletivo, a construção do estigma da violência e da insegurança, condição de exclusão social e segregação socioespacial, e muitos outros elementos que fazem desta noção uma polissemia sem fim de sentidos, inclusive subjetivos que não exploramos nesta pesquisa.

O desafio de pensar a favela de um ponto de vista mais crítico paira sobre a necessidade de se reconhecer estes espaços como legítimos nas cidades brasileiras, o que não tem acontecido nos últimos tempos, tendo em vista que as favelas sumiram dos mapas principais com o medo de retaliações internacionais, viraram roteiros turísticos também para fins de interesse meramente econômicos e muitas outras formas de apropriação que não são acompanhadas por políticas públicas de melhoria destes espaços. Não houve uma resposta com relação aos anos de injustiça, que historicamente levaram a população a habitar esses locais. E nem políticas públicas direcionadas em se retornar para a população as condições de cidadania. Vale lembrar que os cidadãos que nela vivem, que lutam para terem essa condição, refletem diferenças de classe, étnico-racial e de gênero, em todas as cidades do território brasileiro. Portanto, buscando revelar a carências das áreas pesquisadas em Ubatuba/SP, também observamos que as políticas públicas devem abarcar a interseccionalidade destas dimensões como forma de pensar o que é peculiar nestes fragmentos da cidade.

Os estigmas territoriais, a discriminação, a busca pelo desenvolvimento socioespacial, estão presentes em diferentes contextos políticos e sociais, e excluem de diversas formas a população do direito à moradia, habitação, saúde, educação, e à cidade. Não há uma segurança que todos estes elementos entrem nas agendas e discussões políticas, que pense esse direito como fundamental, quando se colocam os privilégios na frente dos direitos, hoje a luta pela moradia não encontra um terreno firme.

Há uma disputa entre o Estado e o mercado formal, em níveis de prioridades. No que se refere ao Estado duas vias são relevantes de lembrarmos. Uma é que ele mesmo desenvolve políticas públicas e outra é a face da acumulação capitalista ampliada bastante presente na relação entre uma gestão e planejamento urbanos de perspectiva de mercado da terra e da habitação, principalmente. Deste modo, seus esforços estão voltados para atender

a essa demanda, e isto tira o sonho de muitas pessoas que não podem esperar pelo Estado e acabam autoconstruindo suas casas em lugares não propícios há ocupação e, muitas vezes, assumem o risco diante das necessidades, neste processo não podemos desconsiderar a própria contradição do Estado ao promover a autoconstrução. O mercado formal simplesmente não investe em áreas que não possuam uma regularidade urbanística, e que não estejam de acordo com as normas do Estado, deste modo, estas moradias por estarem em situação irregular sofrem com as ineficiências históricas na oferta de serviços públicos e equipamentos urbanos, que tendem a atender primeiramente o segmento formal na cidade, isso decorre também devido a própria ineficiência jurídica.

A partir do processo de ocupação que caracterizamos, vemos que as áreas mapeadas nesta pesquisa são chamadas de setores precários ou não especiais, exceto alguns bairros. Dos doze pontos elencados pelo observatório de favelas (2009) trabalhamos 8 nesta monografia, sendo assim, consideramos que, somente por este estudo não é possível identificar a presença de favelas em Ubatuba/SP, isso porque é inviável definir a favela apenas pela sua estrutura física, ou pelo o que ela possui em grau de meios de consumo coletivo, uma vez que, essa é uma discussão que envolve um campo de disputa política, bem como ideológico, sobretudo devido à polissemia do conceito de favela, que não nos permite afirmar de fato que são favelas. Este estudo nos levou ao reconhecimento que as áreas que foram citadas pela população, e que também foram mencionadas pelo poder público, são áreas de ocupações irregulares com características da favelização, pois há uma ausência histórica de meios de consumo coletivo, há um estigma territorial e social, há uma vulnerabilidade socioambiental e socioespacial, entretanto não são favelas no conceito clássico, mais baseados por estudos no âmbito das metrópoles. Talvez um aspecto seja o fato de Ubatuba/SP ter um sítio urbano pautado pela beleza cênica de um espaço litorâneo, cuja articulação com o ambiental ainda é bastante forte, mas isso, é assunto para novos olhares.

## 5. Referências Bibliográficas

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas; et al. **Áreas protegidas, uso e ocupação do solo, qualidade de vida e turismo no litoral norte paulista: algumas reflexões sobre o município de Ubatuba**. Caderno Virtual de Turismo, Vol. 10, N° 2 (2010)

BOLAFFI, Gabriel. **Problema e falso problema**. In: A produção capitalista da casa e (da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa- Omega, 1979.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS**. Disponível em <http://www.deepask.com/goes?page=ubatuba/SP-Renda-domiciliar:-Veja-a-renda-media-familiar-per-capita-no-seu-municipio>. Acessado em 06/07/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000-2015** / Ministério da Educação. – Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de **Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde**. Saúde Brasil 2014: **uma análise da situação de saúde e das causas externas** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRIGATTI, Newtom. **Variação do nível do mar associada às situações sinóticas na gênese dos episódios extremos no município de Ubatuba/SP**. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Vitoreiros E Monteiros: Ilhéus do Litoral Norte**. 78.p. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1996.

CAMARGO, Ophélia Alves Figueira. **Ubatuba ou “Ubachuva”**: uma questão de geografia. São Paulo. Parma, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Da organização a produção do espaço no movimento do pensamento geográfico**. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1 ed, 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2013.

CATELAN, Márcio José. Da produção do espaço urbano aos meios de consumo coletivo. Cap. 2. p.79 – 109. In: \_\_\_\_\_ **Produção do Espaço Urbano em Bauru: do**

**subterrâneo à superfície**, 2008, 148 f. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. **Caminho metodológico. Parte A In: Produção do Espaço Urbano em Bauru: do subterrâneo à superfície**, 2008, 148 f. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

CASTRO, D. M. D L.; BRUNA, G. C. **Políticas públicas de ocupação do solo e desenvolvimento sustentável: o caso do município de Ubatuba**. XXVIII Congresso Interamericano de Ingenieria Sanitária y Ambiental, Cancún, México, 2002.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE - CEM. **Primeiro Relatório: Diagnóstico dos assentamentos precários nos municípios da Macrometrópole Paulista**. Eduardo Marques (coord.), Mariana Bittar, Donizete Cazolato, Edgard Fusaro e Daniel Waldvogel. Julho 2013.

CIARELLI, Monica. **Índice de pobreza no Brasil cai 50% em oito anos**. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,indice-de-pobreza-no-brasil-cai-50-em-oito-anos,714372> Acessado em 05/12/2018.

Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução n.º 302, de 20 de março de 2002. **Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno**. Brasília: DOU de 13/5/2002.

COLETÂNEA DE TEXTOS. **O que é a favela, afinal?** (Orgs) Jailson de Souza e Silva; Jorge Luiz Barbosa; Mariane de Oliveira Biteti; Fernando Lannes Fernandes. Rio de Janeiro - OBSERVATÓRIO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO, 2009.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ªed. São Paulo. Ática. 2005.

COSTA, Fernanda Carolina Vieira da. **Os tipos de irregularidade fundiária, a diversidade de situações e as peculiaridades**. In: **Regularização da terra e da moradia. O que é e como implementar**. INSTITUTO DE ESTUDOS FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS - PÓLIS. Rio de Janeiro. Gráfica Peres. 2002.

DUARTE, Cristóvão. **A “reinvenção” da cidade a partir dos espaços populares**. In Jailson de Souza e Silva (Org). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

FARRET, Ricardo Libanez. **Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano**. In: **O espaço da cidade contribuições à análise urbana**. GONZALES, S.F.N et al. (org.). São Paulo: Projeto, 1985.

FERNANDES, Edésio. **A produção socioeconômica, política e jurídica da informalidade urbana**. In: **Regularização da terra e da moradia. O que é e como implementar**. INSTITUTO DE ESTUDOS FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS – PÓLIS. Rio de Janeiro. Gráfica Peres. 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil** / Centro de Estatística e Informações. 2. ed. - Belo Horizonte, 2005

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares. Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte: FJP, 2017.

GOMES, Washington. Paulo. **A gênese e a distribuição socioespacial das chuvas no município de Ubatuba-SP**. 2015. 104 f. (Monografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. **Características da temperatura na zona costeira: análise do clima urbano em Ubatuba-SP**, 2017.209f. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. ed. HUCITEC, São Paulo.1980. p. 82 – 100.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. "**Território, Integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social**". In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 37-66.

INSTITUTO DE ESTUDOS FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS - PÓLIS. **Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Reconhecer a diversidade de ocupações existente na cidade permite integrar áreas tradicionalmente marginalizadas e melhorar a qualidade de vida da população**. Disponível em <<http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-6767.html>>. Acessado em 16/07/2018. Publicado em 07/2004.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico 2010 **Aglomerados subnormais Informações territoriais**. Rio de Janeiro, p.1-251, 2010

JARAMILLO, Samuel. **Crise dos meios de consumo coletivo urbano e capitalismo periférico**. REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS “ESPAÇOS E DEBATES” v. 2 n° 18 1986 p. 19- 39, 1986.

LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5° ed. 3ª reimpressão. São Paulo. Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henry. Entrevista. Revista Espaços e Debates. São Paulo. v 10. n °30. p. 61 70, 1990.

LENCIONI, Sandra. **Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional**. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (07). Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24507.htm>. [ISSN: 1138-9788] Acessado em 10/12/2018.

LOJKINE, Jean. **O papel do Estado na Urbanização Capitalista - da política estatal à política urbana**. In: FORTI, Reginaldo (Org.). **Marxismo e Urbanismo Capitalista**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 15-51.



LUCHIARI, Maria. Tereza. Duarte. Paes. **O lugar no mundo contemporâneo-turismo e urbanização em Ubatuba/SP.** (Tese de Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

MARICATO, Ermínia. (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

POLON, Luana. Serviços públicos: O governo arrecada dinheiro através de impostos para investir em coisas que possam beneficiar as pessoas e a cidade **Serviços públicos. Terra e educação.** Disponível em <<https://www.estudokids.com.br/servicos-publicos/>> Acessado em 11/12/2018.

MERELES, Carla. **Direito à moradia: todos têm direito a um lar.** Politize, 2017. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/direito-a-moradia/>> Acesso em: 05 jun. 2018.

MONTEIRO, John M. **Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo,** São Paulo: Companhia das letras, 1994.

MOUNTIAN, A. G. O Liberalismo Econômico e a Pobreza: raízes teóricas, estratégias de redução e limitações. In: XXIII Encontro Nacional de Economia Política, 2018, Niterói. XXIII Encontro Nacional de Economia Política, 2018

MOREIRA, Assis. **Exportação cresce, mas Brasil perde posição no Ranking Global, diz OMC.** Disponível em <https://www.valor.com.br/brasil/5446873/exportacao-cresce-mas-brasil-perde-posicao-no-ranking-global-diz-omc> publicado em 14/02/2018. Acesso em 04/07/2018.

NASCIMENTO, Agnaldo da Silva. **No vazio, caberiam casas, parques, fábricas... caberia muita cidade.** Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

NASCIMENTO, Denise Morado. **A autoconstrução na produção do espaço urbano.** In: Jupira Gomes de Mendonça; Heloísa Soares de Moura Costa. (Org.). Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. 1ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2011, v, p. 217-230.

NARIMATSU, Vanessa Tiemi. **Olhar sobre a favela: o direito a cidade.** 2015. 66 f. (Monografia). – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

NUNES, Dimalice. **No Brasil, trabalho informal é a nova regra.** Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/economia/No-Brasil-trabalho-informal-e-a-nova-regra>. Publicado em 01/02/2018. Acesso em 04/07/2018.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana:** Tradução de Francisco Leitão; Revisão Técnica de Sylvia Ficher. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 198 p. (Coleção arquitetura e urbanismo)

PRETECEILLE, Edmond. **Políticas urbanas e serviços coletivos: um balanço das pesquisas.** REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, “ESPAÇOS E DEBATES” v 2, ano VI, nº 18, p. 05 - 18, 1986.

PRETECEILLE, Edmond. **Equipamentos Coletivos e Consumo Social**. In: A questão urbana e os serviços públicos. Série Estudos. Série Estudos Fundap, nº 1, ano 1, p. 41-53, 1983.

NUNES, Raell. **Sem escola e posto de saúde, bairro de Ubatuba recebe placas de sinalização que custaram R\$ 96 mil**. Disponível em: <http://www.tamoiosnews.com.br/noticias/cidades/ubatuba/sem-escola-e-posto-de-saude-bairro-de-ubatuba-recebe-placas-de-sinalizacao-que-custaram-r-96-mil/> Acessado em 32/07/2018.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2º ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ROLNIK, Raquel. **Impacto da Aplicação de Novos Instrumentos Urbanísticos em Cidades do Estado de São Paulo**. R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS Nº 2 / novembro, 1999

RONIK, Raquel. **A Dimensão Política da Regularidade e da Regularização**. In: **Regularização da terra e da moradia. O que é e como implementar**. INSTITUTO DE ESTUDOS FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS – PÓLIS. Rio de Janeiro. Gráfica Peres. 2002.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano. Porque nossas cidades continuam tão precárias?** Novos Estudos 89, março de 2011.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. Editora Boitempo, São Paulo, 2015

ROMA, Claudia Marques. **MEIOS DE CONSUMO COLETIVOS X POLITICAS PÚBLICAS: PARQUE DO SOL – ADAMANTINA – SP**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo  
SANTOS, Rita Berdanhino Barros et al. **Das origens do quilombo Casanga ao re(conhecimento)**. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: Escalas, Diferenças e Desigualdades Socioespaciais**. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1 ed, 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2013.

SERPA, Angelo. Lugar e Centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Deivid Galdini. **Elaboração de um atlas sócioespacial utilizando geoprocessamento para o litoral norte paulista**. Relatório final do projeto de iniciação científica (PIBIC/CNPq/INPE), Julho, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade Brasileira.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010

SINGER, Paul. **O uso do solo urbano na economia capitalista.** In: A produção capitalista da casa e (da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa- Omega, 1979.

SOUZA, Sabrina Pereira Da Costa Felizzola. **Usucapião coletivo urbano e o processo de favelização da cidade do Rio de Janeiro,** 2008. 190 f. (Monografia) - Escola da Magistratura do Estado do Rio De Janeiro- EMERJ.

VIEIRA. Rosana, Silva. **Paisagens Invisíveis. Os Sertões de Ubatuba – SP.** 2008. f.190. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo US

## Anexo I

- Você no Tamoios
- [TamoiosClass](#)

Digite o que procura..

### Ubatuba

Sem escola e posto de saúde, bairro de Ubatuba recebe placas de sinalização que custaram R\$ 96 mil

15 de setembro de 2016 - 17:35

Adicionar Comentário  
por Jornalismo



Foto: Raell Nunes

**Moradores reclamam de precariedades na região; Estado informou que não haverá mais nenhuma obra de infraestrutura no Casanga**  
Por Raell Nunes, de Ubatuba

Em uma comunidade que não tem posto de saúde, escola, asfalto, mercado ou padaria, o Estado de São Paulo, decidiu fazer uma “implantação de turismo” (colocação de placas de sinalização) no bairro do Casanga, no valor de R\$ 96.917,27. A despesa foi autorizada por governador Geraldo Alckmin (PSDB).

A maioria da população do bairro sobrevive com recursos dos artesanatos fabricados pelos próprios moradores. Não é a toa que a região ficou conhecida como “rota de artesãos”. Entretanto, para ir ao posto de saúde ou para os jovens frequentarem a escola é preciso se deslocar para os bairros mais próximos, como Taquaral ou Perequê-Açu.

Outra problemática é a falta de recapeamento das vias, que também incomoda aos munícipes. Há uma grande estrada de barro que corta o centro do bairro e um morro com cerca de 700 metros para dificultar o acesso dos residentes às suas casas. Existe também falta de saneamento básico e residências em condições precárias em relação à estrutura.

### Moradores

“Colocaram só placas e foi um investimento alto. O problema é que a rua está toda esburacada ainda. O pessoal do bairro está bravo e com razão. Eles nunca arrumam a rua. Eles [o governo] passam a máquina aqui só em época de eleição. Mas fora dessa época é só tristeza. Não dá nem para passar de moto aqui”, disse o morador Wesley Alvin, 23.

Luciana Cardoso, 34, acorda às 6h para ajudar seu marido a fazer artesanatos e levar o seu filho, Alexandre Cardozo à escola, às 7h, no Taquaral. Ela coloca o garoto na garupa da bicicleta, para subir e descer o morro de segunda a sexta, objetivando que o garoto de dez anos tenha uma educação.

“Aqui só tem dois bares, mas só vende cachaça e cigarro. Se quero ir ao mercado tenho que descer e subir morro. E quando alguém em casa fica doente é a mesma coisa. Moro aqui desde que nasci. Já me acostumei com isso, mas cansa. Ninguém lembra de nós”, relata a moradora.



Foto: Raell Nunes





#### Estado

Segundo o Estado, as obras começaram há duas semanas e será paga em duas parcelas, uma de R\$ 9.691,73 (paga em 31 de maio 2016) e outra no valor de R\$ 87.225,54 (em haver). A placa instalada no início do Casanga informa o total de 95.500,00.

Conforme aponta, o objeto será a Instalação de placas de sinalização viária regulamentadas pelo Contran, compostas de placas de regulamentação e de advertência, instaladas ao longo da estrada do Casanga, entre os entroncamentos desta com a rodovia BR-101, na extensão de 6.600m.

De acordo com o Dade (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias), serão colocadas, num prazo de 450 dias, 50 placas de velocidade permitida, dez placas de declive acentuado, nove placas de aclive acentuado, duas placas de ponte estreita, duas placas de crianças na pista, dois totens de sinalização turística – instalados nos entroncamentos da estrada da Casanga com a Rodovia BR-101.

No entanto, a placa de informação da obra colocada pelo próprio Estado diz que as obras se iniciariam em 18 de julho de 2016 e terminariam num prazo de três meses. Ainda segundo o DADE, o Estado não pretende fazer nenhuma outra reforma de infraestrutura no bairro do Ca

#### Apêndice I

Elaborado por: Eilane Ramos Gomes

<p>PROJETO DE PESQUISA</p> <p>FAVELAS EM UBATUBA/SP: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS NO ESPAÇO URBANO</p>
<p>Entrevistas com agentes bem informados – Secretário de Habitação de Ubatuba</p>
<p>Cidade: Ubatuba</p>
<p>Entrevistado: Silvio Bonfiglioli Neto</p>
<p>Instituição ou empresa:</p>
<p>E-mail:</p>

Telefones: (12)3834-1030
Indicado por:
Entrevistador(es): Eilane Ramos Gomes
Data: 09/11/2018
Local de realização da entrevista: na sala da Secretária de Habitação na prefeitura
Gravada ( x ) sim ( ) não
Transcrita ( x ) sim ( ) não Transcrita por: Eilane Ramos Gomes
Dicas de outros contatos indicados pelo (a) entrevistado (a):
Material cedido pelo entrevistado (a):
Anotações sobre a entrevista:
<u>Diretrizes básicas</u> : Obter informações sobre a estrutura e a organização do espaço urbano e das favelas, e como tem sido a oferta dos equipamentos de uso coletivo na cidade. Compreender as relações e suas interações com o espaço urbano, e como tem se dado o processo de regularização fundiária na cidade.
<u>Temas a serem abordados</u> : A acessibilidade aos bairros periféricos e a concentração de equipamentos urbanos nestas áreas. Regularização fundiária dos bairros. Qualidade dos serviços de uso coletivo em bairros da periferia de baixa renda.
<u>INTRODUÇÃO</u>
1. Para começar nossa entrevista, gostaríamos que o senhor fizesse uma avaliação geral da cidade e as mudanças ocorridas em Ubatuba nos últimos 20 anos.
<u>Infraestrutura, Equipamentos e Serviços urbanos</u>
2. Existe alguma área da cidade no qual a prefeitura não conseguiu ofertar completamente os serviços públicos, como infraestrutura, equipamentos urbanos de uso coletivo? Por qual motivo?
3. Existem áreas que ainda não possuem iluminação e asfalto?
4. Existem áreas que não servidas pela rede geral de tratamento de água e esgoto?
5. Qual órgão é responsável por ofertar estes serviços na cidade?
<u>Sobre a regularização fundiária e as favelas</u>
6. A prefeitura reconhece a existência de favelas no município? Quais são os critérios que a prefeitura adota para classificar essas áreas?



7. Qual é a favela mais antiga e mais recente da cidade?
8. Como está o processo de regularização fundiária dessas áreas no que tange a infraestrutura urbana e regularização dos lotes?
9. Falta infraestrutura, como escolas, hospitais, comércios, saneamento básico nestes locais?
10. Como tem sido atuação do poder público nestes locais com relação aos problemas citados?
11. Como a atual gestão tem enfrentado este problema da falta de moradia? O que a prefeitura tem feito para reverter este quadro de favelização na cidade? Acha suficiente?
12. Como tem sido a articulação e a relação da Prefeitura com os outros entes da federação no que diz respeito às Políticas Públicas destinadas para construção de conjuntos habitacionais. Há alguma prioridade no atendimento das famílias?
13. Quantos conjuntos habitacionais possuem na cidade? Em qual gestão iniciaram-se as construções? A obra foi concluída no prazo determinado?
14. Esses conjuntos habitacionais foram resultado de alguma proposta de intervenção da prefeitura, ou da pressão dos movimentos sociais? Qual foi o tipo de financiamento destes imóveis?
15. A verba destinada para a construção destas moradias foi de origem Federal, Estadual ou Municipal? Faz parte de algum programa do governo como PAC ou PMCMV?
16. Quantas famílias ainda necessitam ser incluídas nos programas de assistência a moradia, a prefeitura tem esses dados?
17. Atualmente a prefeitura tem coordenado algum projeto de regularização fundiária na cidade?

## Apêndice II

Elaborado por: Eilane Ramos Gomes

<p><b>PROJETO DE PESQUISA</b></p> <p><b>FAVELAS EM UBATUBA/SP: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS NO ESPAÇO URBANO</b></p>
<p><a href="#">Entrevistas com agentes bem informados – Prefeito Municipal de Ubatuba</a></p>
<p>Cidade: Ubatuba</p>
<p>Entrevistado: Délcio Sato</p>

Instituição ou empresa:
E-mail:
Telefones:
Indicado por:
Entrevistador(es): Eilane Ramos Gomes
Data: 22/11/2018
Local de realização da entrevista:
Gravada ( <input checked="" type="checkbox"/> ) sim ( <input type="checkbox"/> ) não
Transcrita ( <input checked="" type="checkbox"/> ) sim ( <input type="checkbox"/> ) não Transcrita por: Eilane Ramos Gomes
Dicas de outros contatos indicados pelo (a) entrevistado (a):
Material cedido pelo entrevistado (a):
Anotações sobre a entrevista:
<u>Diretrizes básicas:</u> Obter informações sobre a estrutura e a organização do espaço urbano e das favelas, e como tem sido a oferta dos equipamentos de uso coletivo na cidade, permeando pelos transportes. Compreender as relações e suas interações com o espaço urbano, e como tem se dado o processo de regularização fundiária na cidade.
<u>Temas a serem abordados:</u> A acessibilidade às áreas centrais onde há concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços. A acessibilidade aos bairros periféricos e a concentração de equipamentos urbanos nestas áreas. Regularização fundiária dos bairros. Qualidade dos serviços de uso coletivo em bairros da periferia de baixa renda e os contrapontos com o uso do transporte individual e coletivo.
<u><a href="#">INTRODUÇÃO</a></u>
18. Para começar nossa entrevista, gostaríamos que o senhor fizesse uma avaliação geral da cidade e as mudanças ocorridas em Ubatuba nos últimos 20 anos.
<u><a href="#">Infraestrutura, Equipamentos e Serviços urbanos</a></u>
1. Existe alguma área da cidade no qual a prefeitura não conseguiu ofertar completamente os serviços públicos, como infraestrutura, equipamentos urbanos de uso coletivo? Por qual motivo?
2. Existem áreas que ainda não possuem iluminação e asfalto?

3. Existem áreas que não servidas pela rede geral de tratamento de água e esgoto?
4. Qual órgão é responsável por ofertar estes serviços na cidade?

#### Sobre a regularização fundiária e as favelas

5. A prefeitura reconhece a existência de favelas no município? Quais são os critérios que a prefeitura adota para classificar essas áreas?
6. Qual é a favela mais antiga e mais recente da cidade?
7. Como está o processo de regularização fundiária dessas áreas no que tange a infraestrutura urbana e regularização dos lotes?
8. Falta infraestrutura, como escolas, hospitais, comércios, saneamento básico nestes locais?
9. Como tem sido atuação do poder público nestes locais com relação aos problemas citados?
10. Como a atual gestão tem enfrentado este problema da falta de moradia? O que a prefeitura tem feito para reverter este quadro de favelização na cidade? Acha suficiente?
11. Como tem sido a articulação e a relação da Prefeitura com os outros entes da federação no que diz respeito às Políticas Públicas destinadas para construção de conjuntos habitacionais. Há alguma prioridade no atendimento das famílias?
12. Quantos conjuntos habitacionais possuem na cidade? Em qual gestão iniciaram-se as construções? A obra foi concluída no prazo determinado?
13. Esses conjuntos habitacionais foram resultado de alguma proposta de intervenção da prefeitura, ou da pressão dos movimentos sociais? Qual foi o tipo de financiamento destes imóveis?
14. A verba destinada para a construção destas moradias foi de origem Federal, Estadual ou Municipal? Faz parte de algum programa do governo como PAC ou PMCMV?
15. Quantas famílias ainda necessitam ser incluídas nos programas de assistência a moradia, a prefeitura tem esses dados ?
16. Atualmente a prefeitura tem coordenado algum projeto de regularização fundiária na cidade?

#### ESTRUTURA ESPACIAL E SISTEMA DE TRANSPORTES

17. Como se organiza o sistema de transportes em Ubatuba? Linhas radiais e diametrais? Há outros tipos de linhas?

18. Quantas linhas de ônibus a cidade possui e comente se estas linhas conseguem abarcar as necessidades da população que utiliza este modo de transporte?
19. Quais são os entraves que a cidade apresenta em relação à acessibilidade a diferentes áreas, ou seja, o município apresenta barreiras físicas que interrompem e impedem a circulação do transporte coletivo (efeito barreira)?
20. De que maneira o centro da cidade, ou o centro comercial e de serviços, está estruturado para receber diversas linhas de ônibus?

#### MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

21. Cite os bairros melhor servidos e os mais prejudicados em relação à mobilidade populacional e à estrutura física em termos de acessibilidade.
22. Quais bairros da cidade, em função do sistema viário (ausência de avenidas e/ou ruas estreitas) dificultam a acessibilidade de seus moradores a outras áreas da cidade?
23. Quais são os principais problemas enfrentados pela população de baixa renda em relação à mobilidade no espaço urbano?
24. Quais as estratégias para atender as demandas por transporte dos bairros periféricos e áreas residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida?
25. Como a área do shopping center é servida por linhas de ônibus? Os bairros mais populares têm linhas para este setor da cidade?

#### PODER PÚBLICO E EMPRESAS DE TRANSPORTES

26. Desde quando e até quando a(s) atual(ais) empresa(s) opera(m) na cidade de Ubatuba?
27. Quais os critérios definidos no edital de concessão (ou permissão) do serviço de transportes urbanos?
28. Faça um comentário sobre a atuação da(s) empresa(s) de ônibus (histórico, concorrência, qualidade, oferta, modernização e relação com o poder público).
29. Qual tem sido a política da Secretaria de Transportes? Há algum plano recente de mudança na lógica do sistema? Considera o atual sistema adequado.
30. Há uma conversa entre a Secretaria de Transportes e outras secretarias em relação à mobilidade urbana?

### Apêndice III

Elaborado por: Eilane Ramos Gomes

<b>PROJETO DE PESQUISA</b> <b>FAVELAS EM UBATUBA/SP: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS NO ESPAÇO URBANO</b>
<b>Entrevistas com agentes bem informados</b> <b>Secretário Municipal de Planejamento de UBATUBA</b>
Cidade: Ubatuba
Entrevistado: Antonio Cesar L. Abboud
Instituição ou empresa:
E-mail:
Telefones:
Indicado por:
Entrevistador(es): Eilane Ramos Gomes
Data: 13/11/2018
Local de realização da entrevista: Sala da Secretária de Planejamento e Urbanismo
Gravada ( <input checked="" type="checkbox"/> ) sim    ( <input type="checkbox"/> ) não
Transcrita ( <input checked="" type="checkbox"/> ) sim    ( <input type="checkbox"/> ) não    Transcrita por: Eilane Ramos Gomes
Dicas de outros contatos indicados pelo (a) entrevistado (a): Secretária de Obras e Secretária do Meio Ambiente
Material cedido pelo entrevistado (a):
Anotações sobre a entrevista:
<u>Diretrizes básicas</u> : Obter informações sobre a estrutura urbana e organização do espaço urbano. Compreender as relações entre o planejamento urbano e outras secretarias. Sobre o ato de planejar e executar o planejamento, entender quais as dificuldades internas e externas enfrentadas no setor de planejamento urbano. Quais as prioridades do planejamento.
<u>Temas a serem abordados</u> : Mobilidade do usuário do transporte coletivo e a acessibilidade às áreas centrais onde há concentração de estabelecimentos comerciais e

de serviços, e periferias. Qualidade dos serviços públicos em bairros da periferia de baixa renda e os contrapontos com o turismo. Planejamento urbano da cidade

#### INFRAESTRUTURA URBANA E PLANEJAMENTO

1. Como o senhor analisa a relação da gestão e do planejamento em Ubatuba?
2. Atualmente, Ubatuba apresenta inúmeros pontos de alagamentos. Existe algum estudo detalhado para implantação da rede drenagem?
3. Quantos anos levaria para resolver o problema de carência de infraestrutura como a rede de drenagem e asfaltamento?
4. Houve algum loteamento, depois da aprovação do Estatuto da Cidade em julho de 2001, que foi aprovado com ausência de infraestruturas urbana necessárias à vida urbana?
5. Quais são as maiores dificuldades encontradas no momento de execução do planejamento? Ou no próprio planejamento em si ?
6. Há uma conversa entre a Secretaria Municipal de Planejamento e outras secretarias em relação à oferta dos serviços públicos?

#### MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

7. Cite os bairros melhor servidos e os mais prejudicados em relação à mobilidade populacional e à estrutura física em termos de acessibilidade.
8. Quais bairros da cidade, em função do sistema viário (ausência de avenidas e/ou ruas estreitas) dificultam a acessibilidade de seus moradores a outras áreas da cidade?
9. Quais são os principais problemas enfrentados pela população de baixa renda em relação à mobilidade no espaço urbano?
10. Quais as estratégias para atender as demandas por transporte dos bairros periféricos e áreas residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida?
11. Como a área do shopping center é servida por linhas de ônibus? Os bairros mais populares têm linhas para este setor da cidade?

#### TURISMO

12. Como a cidade tem se organizado para receber os turistas?

13. Qual a importância do planejamento para que a cidade possa exercer esta função sem sobrecarregar os moradores locais, no que se refere a oferta de serviços públicos?
14. O que precisa melhorar em níveis de infraestrutura urbana?
15. O poder público tem feito intervenções na cidade com o intuito de estimular o turismo? Quais?
16. Há algum controle desta atividade? Que tipo?
17. A cidade de Ubatuba possui uma riqueza natural exuberante, praias maravilhosas, berços marinhos, o que a prefeitura e o planejamento tem feito para minimizar os impactos ambientais que provém desta atividade?
18. Como a população está inserida nisto? É realizado algum tipo de trabalho com a população, que vise a educação ambiental?
19. O turismo tem beneficiado a população em qual aspecto?
20. O turismo tem uma importância regional?
21. Quais os pontos negativos e positivos do turismo?

#### Apêndice IV

##### **Entrevista junto à população**

Título da Pesquisa: Favelas em Ubatuba/SP: contradições e conflitos no espaço urbano

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Campus de Presidente Prudente

**Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais. (GASPERR)**

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

ENTREVISTA

DATA: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

IDADE: \_\_\_\_\_ anos Profissão: \_\_\_\_\_

SEXO: ( ) Masculino ( ) Feminino

1-) Há quantos anos mora no bairro?

\_\_\_\_\_

2-) A casa em que mora é própria, alugada ou cedida?

\_\_\_\_\_

3-) Quais das infraestruturas abaixo existem em seu bairro?



Asfalto  Parques  Coleta de lixo  Abastecimento geral de água  Rede de Água e Esgoto  Praças  Limpeza de praças/parques  Boca de Lobo (Bueiro)  Centro de Saúde  Iluminação Pública  Escolas

4-) Por que optou por morar neste bairro?

---

5-) Se tivesse condições, teria feito outra escolha? Por qual bairro? Por que?

---

6-) Realizou alguma análise sobre a condição do loteamento junto à Prefeitura Municipal ou uma visita ao loteamento antes de comprar a terreno ou casa?

---

7-) Como você vê a atuação da Prefeitura Municipal de Ubatuba em relação à distribuição das infraestruturas?

ótimo  bom  regular  ruim

Comente: \_\_\_\_\_

8-) Quais infraestruturas deve ter um bairro para se morar bem?

---

9-) Na sua opinião qual o principal motivo que atrapalha à implantação das infraestruturas nos bairros?

---

10-) Alguma vez você já precisou pedir à Prefeitura para instalar alguma infraestrutura ou algum serviço como coleta de lixo e limpeza de espaços públicos, em seu bairro?

---

11-) Há em seu bairro alguma associação que atue para a melhoria das condições dos moradores?

---

12-) Você já ouviu falar da existência de favelas na cidade? Quais?

---

13-) Você possui uma boa relação de amizade com a vizinhança do seu bairro?

---

14-) Como você avalia a questão da violência em seu bairro?

---

15-) Qual é a principal forma de abastecimento de água na sua casa ou no seu bairro?

---

16-) Você já foi em alguma audiência pública?

---

## Apêndice V-

Lista de loteamento aprovado cedido pela prefeitura na data do primeiro trabalho de campo

### LOTEAMENTOS

- |   |   |
|---|---|
| 1- Gurilândia Caiçara<br>Aprovado em 22/11/52 Proc. 2707/52<br>Prop: Lycurgo Barbosa Querido  | Prop: Benedicto Moacyr Machado  |
| 2- Prolongamento Gurilândia Caiçara<br>Clandestino  | 12- Jardim Clélia<br>Aprovado em 26/01/84 Proc. SF/4264/82<br>Prop: Darcy Robillard de Marigny                    |
| 3- Parque Paris<br>Aprovado em 29/05/58 Proc. 1080/58<br>Prop: José Benedito Marcondes Moura  | 13- Jardim Marigny<br>Aprovado em 10/08/67 Proc. 3779/65<br>Prop: Odair Robillard de Marigny                      |
| 4- Jardim Lua Mar<br>Aprovado em 23/05/70 Proc. SO/225/70<br>Alberico Robillard de Marigny  | 14- Vila Aracy<br>Aprovado em 22/03/62 Proc. 877/61<br>Prop: Clodomiro Vergueiro Porto                            |
| 5- Jardim Petrópolis<br>Aprovado em 06/03/64 Proc. 243/64<br>Prop: Ubatuba Empreend. Imob. Ltda                                       | 15- Parque Stella Maris<br>Aprovado em 29/09/55 Proc. SO/230/55<br>Prop:  |
| 6- Jardim Iperoig<br>Aprovado em 28/09/51 Proc. 482/51<br>Prop: Edgard Magalhães dos Santos   | 16- Jardim Chico Santos<br>Aprovado em 04/06/71 Proc.<br>SO/276/71<br>Prop: Caliope Santos                        |
| 7- Jardim Paula Nobre<br>Aprovado em 26/01/77 Proc. SO/4959/75<br>Prop: Celso Vieira Pinto<br>José Argentó<br>Deodato Tufúlo e outros | 17- Jardim Umuarama EILA<br>Clandestino<br>Prop. EILA- Firma extinta  |
| 08- Parque Residencial Esplanada<br>Aprovado em 12/06/69 Proc.<br>SO/73/69<br>Prop: Lycurgo Barbosa Querido                           | 18- Desmembramento Geraldo de A. Pires<br>Clandestino<br>Prop: Geraldo de A. Pires<br>Dulce Robillard de M. Pires |
| 09- Jardim Acaraú ( Gleba "A" )<br>Aprovado em 18/02/52 Proc. 83/52<br>Prop: Lycurgo Barbosa Querido                                  | 19- Jardim Orestalina<br>Aprovado em 16/12/83 Proc.<br>SPFU/4083/82<br>Prop: Alfredo Robillard de Marigny         |
| 10- Jardim Acaraú ( Gleba "B" )<br>Aprovado em 23/08/52<br>Prop: Lycurgo Barbosa Querido  | 20- Alice Toldi<br>Aprovado em 19/12/49 Proc. SO/332/49<br>Prop: Alice Toldi                                      |
| 11- Desmembramento Benedicto M.<br>Machado<br>Aprovado em 28/05/80 Portaria 16/80   | 21- Loteamento Ponta Grossa<br>Aprovado em 23/11/78 SPFU/496/78<br>Prop: Victor Yakimoff                          |
|   | 22- Desmembramento Valter Garcia e outros   |

Aprovado em 21/07/98 Proc. SAU/4036/98  
Prop: Valter Garcia e outros

Nestor Monteiro de Oliveira  
José Monteiro de Oliveira  
Maria Victória Jean

23- Jardim Itaguá  
Aprovado em 29/03/51 Proc. SO/1088/66 ( Retificação )  
Prop: Lycurgo Barbosa Querido

35- Desmº Edson Calil Moreira e outros  
Aprovado em 06/10/77 Proc. SF/2185/77  
Prop: Edson Calil Moreira e outros

**24- Jardim Guarani**  
**Aprovado em 24/10/60 273/60**  
**Prop: Mário Baruzzi**

36- Leiba Gil  
Aprovado em 09/10/58 Proc. 289/58  
Prop: Leiba Gil

25- Parque Vivamar  
Aprovado em 19/07/79 Proc.  
SPFU/1138/79- SPFU/5969/79  
ARENA- Const., Arquit., Eng. e  
Administração Ltda.

37- Jardim Paraizo  
Aprovado em 31/01/69 Proc. SO/51/69  
Prop: Alcides Vieira Santos

26- Vila Canto do Rio  
Clandestino

38- Jardim Tamoio  
Aprovado em 15/01/71 Proc. SO/720/70  
Prop: Nelson Bueno Rosa  
José Juvenal Monteiro dos  
Santos

27- Desmembramento Netuno  
Aprovado em 12/03/86 Proc.  
DAU/978/86  
Netuno- Empreend. Imob. Ltda

39- Jardim Nova Ubatuba  
Aprovado em 26/03/65 Proc. SO/375/61  
Prop: SILOP- Soc. Imob. de Lotº Populares Ltda

28- Jardim Athanázio  
Aprovado em 23/12/69 Proc.  
SO/533/69  
Prop: Antonio Athanázio da Silva

40- Jardim Lidia  
Aprovado em 16/07/62 1625/62  
Prop: Geraldo Gonçalves e outros

29- Desmembramento Rio Financeira  
Aprovado em 01/10/75 Proc. SO/378/75  
Prop:

41- Jardim Sumaré  
Aprovado em 12/06/69 Proc. SO/111/69  
Prop: Lycurgo Barbosa Querido

30- Desmembramento Walter Campi Laus  
Aprovado em 13/06/72 Proc. SO/360/72  
Prop: Walter Campi Laus

42- Sitio Ressaca  
Aprovado em 21/07/80 Proc. SPFU/184/80  
Prop: Comercial Agrícola e Pastoral Ressaca Ltda.

31- Vila Iperoig  
Aprovado em 19/05/53 151/53  
Prop: Jorge Olgierd M. Swirski

43- Sitio Ressaca II  
Aprovado em 21/07/92 Proc. DAU/6602/86  
Prop: Comercial Agrícola e Pastoral Ressaca Ltda.

32- Jardim Beatriz  
Clandestino  
Prop: José Bernardino Arantes

44- Sitio Ressaca III  
Aprovado em 15/08/01 Proc. SAU/2758/01  
Prop: Comercial Ressaca Ltda.

33- Chácara dos Anagros  
Clandestino  
Prop: Espolio de Benedito Anagro

45- Desmembramento Jacob Meira  
Aprovado em 13/02/95 Proc. SAU/3544/93  
Prop: Jacob Meira

34- Jardim Umuarama "A"  
Aprovado em 17/04/53 Proc.  
Prop: Dr. Octacilio Moreira  
Nestor Monteiro de Oliveira  
José Monteiro de Oliveira  
Maria Victória Jean

46- Cidade Carolina  
Aprovado em 22/10/71 Proc. SO/616/71  
Prop: Domingos Chieus Filho e outros

Jardim Umuarama "B"  
Aprovado em 17/04/53 Proc.  
Prop: Dr. Octacilio Moreira

47- Desmembramento Gio Batta Bravin  
Clandestino  
Prop: Gio Batta Bravin

48- Jardim Samambaia  
Aprovado em 19/12/79 Proc. SPFU/5564/79

Prop: Samambaia Empreendimentos Gerais S/C Ltda.

49- Desmembramento José Bernardino E. Souza e outros  
Aprovado em 26/01/95 Proc. SAU/6260/94  
Prop: José Bernardino e. Souza e outros

50- Bartholo Chivegato  
Clandestino  
Prop: Bartholo Chivegato

51- Desmembramento José Vicente de Almeida  
Clandestino  
Prop: José Vicente de Almeida

52- Desmembramento Alexandrina G. de Oliveira  
Clandestino  
Prop: Alexandrina G. de Oliveira

53- Desmembramento Waldomiro José de Oliveira  
Aprovado em 04/10/82 Proc. SPFU/132/82  
Prop: Waldomiro José de Oliveira

54- Sítio do Engenho  
Aprovado em 19/05/77 Proc. SO/1037/77  
Prop:

55- Desmembramento Espólio de Livio Molari  
Aprovado em 18/12/80 Proc. SPFU/4237/80  
Prop: Winther Mylton Scalamandré  
Espólio de Livio Molari

56- Desmembramento Eduardo M. Kater  
Aprovado em 24/01/88 Proc. SPFU/131/83  
Prop: Eduardo Miguel Kater

57- Alice Correa Braga  
Aprovado em Proc. SF/6397/81  
Prop: Alice Correa Braga

58- Desmembramento Joaquim Mariano Luz  
Aprovado em 27/12/79 Proc. SPFU/5291/71  
Joaquim Mariano Luz

59- Desmembramento José Carlos Reis  
Clandestino  
Prop: José Carlos Reis

60- Parque Residencial "Bosque dos Coqueirais  
Aprovado em 12/03/82 Proc. SPFU/360/82  
Prop: Rolago- Empreend. Gerais S/C Ltda.

**61- Vale do Sol  
Clandestino**

**Prop:**

**62- Morro das Moças  
Clandestino  
Prop: Altino Maciel Leite**

63- G. Nunes  
Aprovado em 21/11/96 Proc. SAU/6854/96

Prop: G. Nunes- Comercial e Imob. Ltda.

64- Vila Azul  
Aprovado em 10/09/93 Proc. SAU/783/93  
Prop: G. Nunes- Comercial e Imob. Ltda.

65- Desmembramento Silvino T. Leite  
Aprovado em 11/10/77 Proc. SPFU/3391/77  
Prop: Silvino Teixeira Leite  
Celso Teixeira Leite

66- Parque dos Ministérios  
Aprovado em 18/12/88 Proc.  
DAU/5402/88  
Prop: Prefeitura Municipal de Ubatuba

67- Nucleo Rural  
Clandestino

68- Desmembramento Rodolfo Feber  
Aprovado em 18/08/89 Proc.  
DAU/5995/88  
Prop: Rodolfo Feber

69- Peninsula Santa Rita  
Aprovado em 24/03/80 SPFU/175/80  
Prop: FUTURA- Imob. e Administradora S/C/  
Ltda.

70- Santa Rita S/C Ltda  
Aprovado em 13/07/81 Proc. SPFU/966/81  
Aprovado em 13/07/83 Proc. SPFU/1873/83  
Prop: Santa Rita S/C Ltda.

71- Jardim Três Praias  
Aprovado em 22/09/69 Proc.  
SO/07/69  
Prop: Armando Cridey Righetti

72- Desmembramento Sylvio de Mello e  
outros  
Aprovado em 02/01/80 Proc.  
SPFU/5780/79  
Prop: Sylvio de Mello Barros e outros

73- Jardim Vera Mar  
Aprovado em 11/07/69 Proc. SO/299/69  
Prop: Mário Gonçalves

74- Desmembramento Carlos Berringer

Aprovado em 15/06/73 Proc. SO/405/73  
Prop: Carlos Berringer

75- Condominio Pioneiro  
Aprovado em 19/02/71 Proc. SO/92/71  
Prop: Raphael Munhoz Ruiz e outros

76- Condominio Predial Taubaté  
Clandestino  
Prop:

77- Desmembramento Rua Luiz e Ana  
Aprovado em 21/03/80 Proc. SPFU/3348/79  
Prop:

78- Jardim Enseada  
Clandestino  
Prop:

79- Paulo Ogorka Praia  
Aprovado em 14/01/80 Proc. DAU/4072/86  
Prop: Paulo Ogorka Praia

80- Desmembramento Waldir Gonçalves  
Aprovado em 30/06/83 Proc. SPFU/1941/83  
Prop: Waldir Gonçalves  
Adelmo Mello Souza Leão  
Roxania Ried Miller Barros

81- Desmembramento Eduilio Bernes  
Aprovado em 24/10/88 Proc. DAU/4269/88  
Prop: Eduilio Bernes

82- Desmembramento Flávio Girão de  
Carvalho  
Aprovado em 28/03/84 Proc. DAU/1310/84  
Prop: Flávio Girão de Carvalho

83- Jardim Santa Luzia ( Enseada )  
Clandestino  
Prop:

84- Ponta das Toninhas  
Aprovado em 16/01/79 Proc. SPFU/1089/78  
Aprovado em 25/02/84 Proc. SPFU/3592/83  
Prop: Wladimir de Toledo Piza

85- Desmembramento Izidoro Luiz  
Aprovado em 08/04/75 Proc. SO/4569/75  
Prop: Izidoro Luiz

86- Desmembramento Hamilton Prado Jr.  
Aprovado em 18/08/78 Proc. SPFU/2258/78  
Prop: Hamilton Prado Jr. E outros

87- Desmembramento Rolando Santucci  
Aprovado em 06/02/79 Proc. SPFU/421/79  
Prop: Rolando Santucci e outros

88- Jardim Espacial  
Aprovado em 09/01/75 Proc. SO/91/75

Prop: Deusdith B. Velloso  
Elisur B. Velloso  
Josino de J. Velloso

89- Jardim Santa Luzia ( Toninhas )  
Aprovado em 1181/64  
Prop: Wladimir de Toledo Piza  
Stela de Toledo Piza  
Paulo Camilher Florençano

90- Marina Porto Fino  
Aprovado em 21/07/80 Proc. SPFU/328/80  
Prop: Francisco Labate

91- Rubens Bernardo Gil  
Aprovado em 24/06/96 Proc. SAU/9142/95  
Prop: Rubens Bernardo Gil e outros

91- Jardim Itaporã  
Aprovado em 05/07/88 Proc. DAU/4402/87  
Prop: Itaporã. Empreend. E Participações S/C.  
Ltda

92- Jardim Beira Mar  
Aprovado em 07/05/58 Proc. 171/58  
Prop: Mario Masetti  
João Marino

93- Jardim das Toninhas  
Aprovado em 17/02/66 Proc.  
SO/258/66  
Prop: Lycurgo Barbosa Querido

93- Canto das Toninhas  
Aprovado em 25/11/60 Proc. SPFU/328/90  
Prop: Luiz Silva

94- Jardim Anchieta  
Aprovado em 08/03/54 3799/53  
Prop: Imobiliária Ubatuba Ltda.

95- Caiçara Empreendimentos  
Aprovado em 11/06/79 Proc. SPFU/1809/79  
Prop: Caiçara Empreend. Imob. Ltda.

96- Espólio de Agostinho Ardito  
Aprovado em 28/04/83 Proc. SPFU/1200/83  
Espólio de Agostinho Artido

97- Cidade Regina " A"  
Clandestino

98- Cidade Regina "B"  
Aprovado em 02/02/55 Proc. 34/55  
Prop: Joaquim de Moraes Filho

99- Cidade Regina "C"  
Clandestino

100- Costa Esmeralda  
Aprovado em 01/04/96 Proc. SAU/8858/95  
Prop: Mantiqueira III Agrop. Ltda

101- Jardim Alice  
Aprovado em 02/03/78 Proc. SO/464/75  
Prop: Eugênio Toldi

102- Jardim Praia do Sol  
Aprovado em 23/07/65 Proc. SO/1136/66  
Prop: Jayme de Campos Freixo  
Djalma Conceição de Campos  
Freixo

103- Walor S/C/ Ltda  
Aprovado em 21/01/96 Proc. SAU/3130/96  
Walor S/C Ltda.

104- Alto da Praia Vermelha  
Aprovado em 02/03/78 Proc. SO/463/75  
Prop: Cleber Piva  
Ernesto M. Silva  
Vitório O Alessandro

105- Parque Adhemar de Barros  
Aprovado em 29/01/70  
Prop: Ary de Paula Machado

106- Espólio Constantino J. Duarte  
Aprovado em 19/08/75 Proc. SO/3169/75  
Prop: Espólio Constantino José Duarte

107- José Jacinto de M. Neto  
Aprovado em 24/12/76 Proc. SO/6776/76  
Prop: José Jacinto de Magalhães Neto  
João Bianchi Filho

108- Desmembramento Aimbiré  
Aprovado em 30/05/90 Proc. DAU/2132/90  
Prop: Aimbiré- Planej. Empreend. Urb. E  
Administração Ltda.  
Rubens de Matos Pereira

109- São Charbel  
Aprovado em 16/12/76 Proc. SO/6500/76  
Prop: Ibrahim Nagib Bou Merchi

110- Ary de Paula Machado  
Aprovado em 10/08/76 Proc. SO/1792/76  
Prop: Ary de Paula Machado

111- Sítio Santa Etelvina  
Aprovado em 13/07/81 Proc. SPFU/4811/81  
Prop: Wladimir de Toledo Piza

112- Espólio Godofredo S. dos Santos  
Desm° Judicial 04/10/84 Proc. DF/748/84  
Prop: Espólio de Godofredo Salustiano dos  
Santos

113- Recanto da Lagoinha

Aprovado em 02/03/77 Proc. SO/6605/76  
Prop: Raimundo Pinheiro Falcão

114- Desm° José Reis Dolores  
Aprovado em 2/02/73 Proc. SO/147/73  
Prop: José Reis Dolores- Espólio  
Mario Ferreira de Sá- Espólio  
Jamil Zantut

115- Praia da Lagoinha "A"  
Aprovado 12/12/66 Proc.  
SO/1285/66  
Prop: Mario Ferreira de Sá  
Jamil Zantut  
José Reis Dolores

116- Praia da Lagoinha "B"  
Aprovado em 10/10/69 Proc. SO/453/69  
Prop: Mario Ferreira de Sá  
Jamil Zantut  
José Reis Dolores

117- Praia da Lagoinha "C"  
Aprovado em 30/11/76 Proc. SO/5475/76  
Prop: Jamil Zantut  
Maria de L. N. Sá  
Lavinia P. Dolores  
Maria Judith de Masetti  
Mario Masetti

118- Desm° Benedito E. Amorim  
Aprovado em 07/05/91 Proc. SOS/5570/90  
Prop: Benedito Euzébio Amorim

119- Jardim Marissol  
Aprovado em 02/03/77 Proc. SO/6605/76  
Prop: Raimundo Pinheiro Falcão

120- Balneário Santa Cruz  
Aprovado em 15/01/71 Proc. SO/1728/64  
Prop: Antonio Agnello Serra

121- Concorre S/A  
Aprovado em 01/08/90 Proc. DAU/3549/90  
Prop: Concorre S/A- Const., Consult. e Corretora  
de Imóveis.

122- Balneário Maranduba  
Aprovado em 19/10/56 Proc. 370/56  
Prop: Construtora e Imobiliária Jequitibá Ltda.

123- Desm° Lysandro Bartholo, F° e outros  
Aprovado em 27/09/85 Proc. DAU/3394/85  
Prop: Lysandro Bartholo, Filhos e outros

124- Jardim Beira Rio  
Aprovado em 18/11/88 Proc. DAU/4951/88  
Prop: Construtora e Imobiliária Jequitibá Ltda.

125- Metro Gupiara Ltda Aprovado em 20/05/96 Proc. SAU/3357/93 Metro- Gupiara Eng. Ltda	José Lion de Araujo Michel Jean Loeb Rubens de Almeida
126- Santa Maria D'agua Branca Aprovado em 15/06/88 Proc. DAU/733/88 Prop:	140- Recreio Califórnia Clandestino
127- Praia do Pulso Aprovado em 14/10/77 Proc. SPFU/3843/77 Prop: Vera Patricia Sylvia Nicol Giusti Robert Norman Vivian Cajado Nicol	141- Jardim Bela Veneza Clandestino Prop: Theodoro Salerno Junior Fernando de Carvalho
128- Park da Tabatinga Aprovado em 14/04/81 Proc. SPFU/5455/80 Prop: Roberto Duarte de Almeida e outros	142- Jardim da Ribeira Ver proc. SPFU/3765/78 Prop: Eugênio Camargo Leite Kassem Mohamad Jebara
129- Solar do Atlântico Aprovado em 13/05/82 Proc. SPFU/216/82 Prop: Inter- Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda.	143- Recreio Alvorada Clandestino Prop: Antonio Peres
130- Jardim da Mata Clandestino	144- Jardim Boa Esperança Clandestino Prop: Manoel Basilio dos Santos
131- Recanto da Tabatinga Aprovado em 20/09/84 Proc. DAU/2864/84 Prop: Felicio Simão	145- Jardim Bela Vista Ver proc. SO/789/71
132- Joaquim da Silva Magalhães Aprovado em 20/05/77 Proc. 1534/77 Prop: Joaquim da Silva Magalhães	146- Jardim Primavera Clandestino Prop: Maria Antonia de Jesus
133- Vila Mariana Teixeira Clandestino	147- Desm° José Lécio do Prado Clandestino Prop: José Lécio do Prado e outros
134- Selecta Comércio e Industria Ltda. Aprovado em 02/08/96 Proc. SAU/5578/96 Prop: Selecta Comércio e Industria Ltda.	148- Recanto da Ribeira Clandestino Prop: José Francisco Cipriano
135- Residencial Domingas Dias Aprovado em 12/02/79 Proc. SPFU/4476/79 Prop: Pedra Verde Empreend. Imob. Ltda Saboia Campos S.A.- Eng. e Empreiteiros	149- Jardim da Saúde Clandestino Prop: João Francisco da Costa
136- Jardim Pedra Verde Clandestino	150- Gleba "Dois Mares" Aprovado em 26/06/70 Proc. SO/92/70 Prop: Hamilton Prado
137- Vila Formosa Clandestino	151- Porto da Ribeira Aprovado em 23/12/81 Proc. SPFU/6978/81 Prop:
138- Jardim Itaipava Clandestino Prop: Reynaldo Porchet de Assis	152- Condominio "Os Três Bosques" Aprovado em 18/05/95 Proc. SAU/3573/95 Prop: Investimentos Imob. e Mobiliários Ubatuba S/C Ltda
139- Jardim Marapé Clandestino Prop: Gerard Loeb	153- Jardim Costa Azul "A" Aprovado em 12/12/66 Proc. SO/1259/66 Prop: Antonio Joaquim de Alcantara



<p>Sobrinho</p> <p>João Pedro de Alcantara Milton Pizante Baptista Sylas Mesquita Miguez Mario Ribeiro Guimarães</p> <p>Firmino Orsini Miguez Filho Ulysses Mesquita Miguez Waldemar Acacio Heleno</p>	<p>165- Aldeias do Pru-Mirim Aprovado em 06/05/77 Proc. SPFU/2028/77 Aprovado em 04/11/79 Proc. SPFU/2028/79 Prop: Pru-Mirim Turismo e Empreend. S/C Ltda.</p>
<p>154- Jardim Costa Azul "B" Aprovado em 07/08/70 Proc. SO/442/70 Prop: Costa Azul Ltda. Empreendimentos Agrícolas</p>	<p>166- Sesmarias do Ubatumirim Aprovado em 28/03/79 Proc. SPFU/339/79 Prop: Pouso Conrado de Paraty Ltda.</p>
<p>155- Portal da Praia Dura Aprovado em 24/11/80 Proc. SPFU/3433/80 Prop: Sue Sano e Sucessores</p>	<p>167- Mar e Rios Clandestino Prop: Oswaldo Luiz Fernandes Adolpho Di Pietro Antonio R. M. Marcondes</p>
<p>156- Jardim Cachoeira Serra D'agua Aprovado em 22/11/76 Proc. SO/5778/76 Prop: Vicente Sampaio Barros Manoel Sampaio Barros Netto</p>	<p>168- Canto do Iriri "A" Aprovado em 17/12/79 Proc. SPFU/5013/79 Prop: Ubatumirim S/A Empreend. Imobiliarios</p>
<p>157- Sertão da Praia Dura Aprovado em 10/07/80 Proc. SPFU/1441/80 Prop: Tetsuo Nagai</p>	<p>169- Canto do Iriri "B" Aprovado em 23/01/81 Proc. SPFU/5333/80 Prop: Ubatumirim S/A Empreend. Imobiliarios</p>
<p>158- Praia Vermelha do Sul Aprovado em 14/10/77 Proc. SPFU/3843/77 Prop: Olga Sislá Leonardo Sislá George Sislá</p>	<p>170- Balneário Celene Clandestino Prop: Francisco Gomes Tulio França</p>
<p>159- Praia do Itamambuca Aprovado em 24/01/75 Proc. SO/336/75 Prop: Cia Itamambuca de Empreendimentos</p>	<p>171- Agostinho San Martin Prop: Agostinho San Martin</p>
<p>160- Asa Branca Aprovado em 10/07/80 Proc. SPFU/5765/79 Prop: Const. Imob. Asa Branca Ltda.</p>	<p>172- Jardim Ubatuba "A" Aprovado em 04/03/58 Proc. 108/53 Prop: Janina Sabina I. Swirska e outros</p>
<p>161- Aloysio Silva de Assis Aprovado em 07/12/92 Proc. SAU/4580/92 Prop: Aloysio Silva de Assis Murilo Macedo</p>	<p>173- Jardim Ubatuba "B" Aprovado em 27/02/58 Proc. 477/58 Prop: Janina Sabina I. Swirska e outros</p>
<p>162- Eleutério L. Soares Aprovado em 10/11/92 Proc. SAU/4357/92 Prop: Eleutério L. Soares</p>	<p>174- Jardim Cracóvia Aprovado em 11/12/61 Proc. 547/61 Prop: Ceslas Prince Swirski</p>
<p>163- Aldeias Cachoeira do Sobrado Aprovado em 19/01/75 Proc. SO/4823/75 Prop: Clodomiro Verqueiro Porto Yonne Verqueiro Porto</p>	<p>175- Desmembramento Baratti Aprovado em 02/04/71 Proc. SO/173/71 Prop: Umberto Chelli Francisco Máximo Baratti</p>
<p>164- La Madrague Aprovado em 17/05/79 Proc. SPFU/1336/79 Prop: Praia do Félix Imob. S/C Ltda.</p>	<p>176- Jardim Itapoã Aprovado em 09/06/75 Proc. SO/1980/75 Prop: Cia de Melhoramentos Mutinga</p>
	<p>177- Jardim São Luiz Clandestino Prop:</p>
	<p>178- Desm° Lycurgo Barbosa Querido Aprovado em 14/08/50 Proc. 180/50 Prop: Lycurgo Barbosa Querido</p>

179- Jardim Tropical  
Aprovado em 28/09/56 Proc. 293/56  
Prop: Nagib Abbud Hanna  
Manir Abbud  
Charles Anderson Gauld  
Brasil Potieri

180- Ponte Alta  
Aprovado em 04/12/59 Proc.  
Prop: José Carlos Scalco Danapinola

181- Vila Suíça  
Aprovado em 19/07/73 Proc. SO/435/73  
Prop: Marcelo Duarte de Oliveira

182- Jardim Bandeirantes  
Aprovado em 30/07/82 Proc. SPFU/1935/82  
Prop: Imobiliária Bandeirantes Ltda.

**183- Sítio da Pedreira**  
**Clandestino**  
**Prop: Empreend. Santa Branca S/A Ltda.**

184- Desm° Benedito Hilario Sobrinho  
Aprovado em 06/12/76 Proc. SO/6153/76  
Prop: Benedito Hilario Sobrinho

185- Desmembramento Manoel Rofino  
Clandestino  
Prop: Manoel Rofino

186- Desm° Prof. Francisco Gomes  
Aprovado em 05/12/79 Proc. SPFU/4095/79  
Prop: Francisco Gomes

187- Desm° João Gabriel dos Santos  
Aprovado em Proc. SPFU/7400/81  
Prop: João Gabriel dos Santos

188- Jardim JK  
Clandestino  
Prop: José Benedito dos Santos

189- Rancho da Lua  
Clandestino  
Prop:

190- Jardim México  
Clandestino  
Prop: Paulo Rodrigues Silva

191- Vila Perequê- Açú  
Aprovado em 09/06/59 Proc. 292/59  
Prop: Carlos Borges Schmidt  
Otavio Borges Schmidt

192- Jardim da Saudade  
Clandestino

Prop: MUSA- Melhoramentos de Ubatuba S/C.

193- Recanto Mariana  
Clandestino  
Prop: Antonio Diogo dos Santos

194- Desmembramento Perequê-Açú  
Clandestino  
Prop: Geraldo Prates da Fonseca

195- Desm° Jesuina Maria da Silva  
Aprovado em 10/01/91 Proc. SOS/6484/90  
Prop: Espólio de Jesuina Maria da Silva

**196- Desm° Augusto de Oliveira (Pedreira)**  
**Aprovado em 05/12/79 Proc. SPFU/3305/77**  
**Prop: Augusto de Oliveira**

**197- Desmembramento Bairro Marafunda**  
**Aprovado em 09/04/00 Proc. SAU/6377/99**  
**Prop: Antonio Carlos de Almeida**

198- Loteamento Ubatu  
Aprovado em 22/08/01 Proc. SAU/9008/99  
Prop: Regina Helena Santos Mourão  
Cecília Portella Santos

199- Desmembramento Bairro Maranduba  
Aprovado em 31/10/01 Proc. SAU/8312/01  
Prop: Espólio Paulo Netto Tupy Caldas

200- Desmembramento Bairro da Lagoinha  
Aprovado em 02/05/01 Proc. SAU/4526/00  
Prop: Antonio Carlos dos Santos

**201- Desmembramento Bairro do**  
**Ubatumirim**  
**Aprovado em 28/07/99 Proc. SAU/3875/99**  
**Prop: Ondina Narcisa dos Santos e Filhos**

202- Fracionamento Itamambuca  
Aprovado em 15/02/02 Proc. SAU/9259/97  
Prop: Carlson Cunha Terrell

## Apêndice VI

### TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA - DATA: 09/11/2018.

Bom dia, Silvio você autoriza esta gravação? Claro que sim, lógico.

Pesquisadora - Para começar nossa entrevista, gostaríamos que o senhor fizesse uma avaliação geral da cidade e as mudanças ocorrida em Ubatuba nos últimos 20 anos?

Entrevistado - Eu moro exatamente a 26 anos em Ubatuba, então essas mudanças eu acompanhei e vivi de perto, nós temos até hoje uma grande incidência de migração para a cidade, essa migração ocasiona uma grande necessidade dos órgãos públicos de infraestrutura, de aumento de escolas de creches de planejamento nesse sentido, além de algumas ocupações que são feitas irregulares que nós temos que acompanhar, temos alguns hábitos que são mudados também devido à influência da sazonalidade das pessoas quem vem para cá, que estão migrando, mas enfim. A população também aumentou nesses 20 anos cerca de 20 mil pessoas, isso realmente dá uma demanda muito grande e um custo muito grande, para que a prefeitura possa gerir isso tudo com os recursos que ela tem, e, na verdade, se você perceber ela não cresce proporcionalmente a essa demanda de migração para a cidade, você percebe que, a arrecadação da prefeitura ela tem um aumento sim nesses 20 anos, mas não tão proporcional aquilo que você tem a necessidade de infraestrutura da cidade, e como você sabe a prefeitura de Ubatuba é a única no litoral norte que não recebe nada de royalties de petróleo, ou melhor, recebe, mas é muito pouco é ínfimo comparado com as outras cidades e daí, digamos assim, que é até uma covardia comparar uma cidade com outra, quando você tem uma arrecadação infinitamente superior até o triplo daquele que você arrecada na mesma cidade com a mesma quantidade de pessoas com mesma explosão demográfica que é quase igual.

Pesquisador - A prefeitura reconhece a existência de favelas no município? Quais são os critérios que a prefeitura adota para classificar essas áreas?

Entrevistado - A existência de favelas, vamos dizer assim, que são núcleos habitacionais, que as pessoas estão, umas invasões que acontecem, e existem muitas invasões elas estão sendo catalogadas, foram geoprocessadas, nós temos a localização temos um levantamento das necessidades que tem que ser feitas mas é aquilo que eu disse para você, nós temos que fazer de acordo com as nossas possibilidades, a primeira providência que a gente procura é tentar estancar esse crescimento em determinados locais para que eles não cresçam muito mas é como enxugar água, você corre para um lado e daqui a pouco do outro lado está tendo outro tipo de invasão e Ubatuba você sabe tem 100 km de extensão e dentro dos Sertões, dentro das matas, você tem alguns tipos de invasão que nem são perceptíveis você só vai perceber quando o núcleo já está praticamente formado. Para você ter uma ideia hoje nós temos mais ou menos 80 ou 90 núcleos habitacionais considerados irregulares que nós teríamos que estar tendo uma atuação para poder fazer uma regularização fundiária de estimação de posse naquilo que pode ser feito e naquilo que não pode ser feito tem que ser retirados destes locais, existem alguns casos de invasão em áreas de preservação ambiental, mas não pode ser dado continuidade tem que ser tomado alguma providência como vem acontecendo.

Pesquisadora - E nos Sertões existem loteamentos? Qual é o tratamento dado?

Entrevistado - Bom, não é bem loteamento, loteamento é quando ele é regularizado a pessoa vem na prefeitura apresenta um projeto de guia, sarjeta, saneamento básico e iluminação, e não é o que acontece normalmente, existe uma invasão de uma área ou a pessoa tem uma área e começa a vender os lotes indiscriminadamente e na verdade você consegue detectar isso somente quando alguém faz alguma denúncia ou quando você já vê que a pessoa já está meio consolidado, o que nós temos que fazer depois disso é como eu disse estancar o processo e abrir processo administrativo para regularização se for o caso de regularização fundiária, e tentar dar continuidade nisso aí, colocando depois com o tempo, infraestruturas, guias, sarjetas e o saneamento básico, que depende muito da Sabesp se ela tem condição, se está dentro do plano dela de ampliação. E a rede elétrica só vai chegar se você fizer o decreto viário, você coloca nome nas ruas, faz a topografia do local, está acontecendo muito isso,

Pesquisadora - Então no caso os Sertões aqui a grande maioria é irregular com relação ao poder público?

Entrevistado - Não é todos que são irregulares, mas existem alguns que são irregulares sim.

Pesquisadora - Qual é a favela mais antiga e mais recente da cidade?

Entrevistado - Aí você me pegou eu não tenho certeza e não posso chamar de favela também, como eu disse, são núcleos habitacionais, eu posso dizer para você assim a Gurilândia Caiçara seria? Ou, não é? Nós regularizamos agora, foi um loteamento que ocorreu irregular e foi regularizado, nós temos aqui o Sesmária que está sendo feito um projeto muito grande lá para tentar regularizar, mas não podemos chamar de favela, eu acho que favela, pelo menos na minha na minha época, eu sou uma pessoa muito idosa com 70 anos quase, quando falava de favela eu via aqueles barraquinhos de madeira encostado um no outro, sem infraestrutura, sem nada, não tinha banheiro,

nada. Quando você olha hoje o núcleo, esses que chamam de núcleos habitacionais que as pessoas invadiram, não é feita de madeira, quase não existe isso aqui, pelo menos em Ubatuba já tem uma alvenaria já tem uma coisa mais civilizado um pouco mais organizado, não deixa de ser, pode ser chamado de favela, mas esse tom eu acho que é um pouco agressivo.

Pesquisadora - Com relação a esses núcleos habitacionais que você falou como está dando o processo de regularização fundiária dessas áreas no que tange a infraestrutura urbana e regularização dos lotes? Entrevistador - Veja você, nós estamos em andamento aqui nesse momento, acabou, terminamos agora um que estava em fase de implementação o Gurilândia Caiçara, que terminamos, o Parque Guarani a segunda fase que terminou agora, nós estamos com o Estaleiro terminando é um Núcleo Habitacional chamamos de Núcleo Habitacional que está sendo regularizado, estamos com Folha Seca regularizado, o Angelim aqui no bairro do Taquaral são 300 famílias é uma área que foi considerada invasão mas se você vai lá hoje ela tem tudo né, tem comércio, são quase 300 famílias isto já está em fase final e depois da criação da secretaria houve uma aceleração mas precisamos acelerar mais porque aqui como eu disse para você, nós estamos há 3 meses 4 meses formado e o nosso espaço ainda não é ideal, as pessoas que aqui trabalham não tem experiência suficiente é um outro que conhece e dependemos de opiniões de estudos, a Lei como funciona como não funciona, para poder caminhar eu tenho a impressão que até o final do ano nós vamos entregar mais uns 300 títulos de regularização fundiária, tá caminhando.

Pesquisadora - Falta infraestrutura como escolas, hospitais, comércios, saneamento básico nesses locais?

Entrevistado - Bom, o que é feito exatamente como eu falei no início da entrevista quando você perguntou o que estava acontecendo diferente nesses 20 anos é exatamente isso que acontece, quando acontece um núcleo desse tipo de 200, 300 famílias que se locomove sem planejamento algum da municipalidade, que elas chegaram e estão estabelecidas, não existia planejamento para se instalar, mas nós temos que correr atrás disso, ou pelo menos fornecer condições do bairro da localidade mais próxima isso tem acontecido. Ninguém está ficando fora de sala de aula por que está em algum lugar irregular eles estão sendo absorvidos, mas não é uma absorção muito fácil de ser feita realmente e requer também investimento, como apontei na primeira fase aqui também.

Pesquisadora - Como tem sido a atuação do poder público nesses locais com relação aos problemas citados?

Entrevistado - É exatamente isso que eu falei para você, a gente procura dar vagas nas escolas nas proximidades, até que se tenha condições de regularizar o bairro, e poder colocar uma coisa mais próxima possível, mas normalmente quando você faz, as pessoas por próprio instinto quando vão fazer algum tipo de invasão de algum local já procuram um local que tem um pouco de infraestrutura onde ele consegue uma água onde ele consegue uma luz, onde tem uma escola perto, ele não se mete no mato, no meio do Sertão que sabe que ali realmente ele vai ficar, até acontece, mas não é o grande problema.

Pesquisadora - Como a atual gestão tem enfrentado este problema da falta de moradia o que a prefeitura tem feito para reverter esse quadro de favelização na cidade? Acha suficiente?

Entrevistado - Não, não acho o suficiente não, nós não temos condição de fazer por conta própria a se a prefeitura de Ubatuba vai lançar um projeto habitacional, isso requer uma quantidade de recursos financeiros e nós não temos como deixar de aplicar na saúde na educação para fazer aquilo que nós não podemos, o que existe é que o prefeito corre muito atrás de verbas e corre muito para fazer convênios e projetos habitacionais, para cá veio agora mesmo, está ocorrendo um projeto habitacional que vão entregar 300 e poucas casas, mas especialmente, para moradores que estão em áreas irregulares na Serra do Mar em áreas de APP, e quem está fazendo isso é o governo do Estado com uma parceria da prefeitura que cedeu o terreno e estas coisas.

Pesquisadora - E essas moradias estão sendo construídas aonde?

Entrevistado - Eu não sei o nome do bairro me fugiu agora da memória depois eu te passo, fizemos uma reunião.

Pesquisadora - Como tem sido a articulação e a relação da Prefeitura com os outros entes da federação no que diz respeito às Políticas Públicas destinadas para construção de conjuntos habitacionais. Há alguma prioridade no atendimento das famílias?

Entrevistado - É o que eu estou dizendo para você até atropelou na resposta, tem um núcleo que está sendo feito exatamente para atender o pessoal que está na área da Serra do Mar em Área de APP a princípio, depois que for feita essa acomodação, se sobrar, deve sobrar umas cento e poucas, aí vai entrar a Secretaria de Assistência Social que tem uma relação de pessoas que tem necessidade, mas eles vão ter que apurar para ver como vai ser feito isso.

Pesquisadora - Quantos conjuntos habitacionais possuem nas cidades em qual gestão iniciaram-se essas construções a obra foi concluída no prazo determinado?

Entrevistado - Olha eu sei que no Taquaral tem um conjunto habitacional muito grande e eu que acompanhei aquilo lá, mas não tenho certeza a gestão, mas já está funcionando algum tempo ela é exatamente para tirar o pessoal que estava na Rodovia ali perto da ponte do Perequê Açú, aqueles núcleos habitacionais ali, esse pessoal todinho foi removido e foi colocado para lá, e existem alguns outros por aí.

Pesquisadora - Esses conjuntos habitacionais foram resultados de alguma proposta de intervenção da prefeitura ou da pressão do movimento sociais

Pesquisadora - Qual foi o tipo de financiamento desses imóveis?

Entrevistado - Então teria que dá uma olhada claramente como é que aconteceu, que é uma coisa do passado, mas com certeza foi com iniciativa da prefeitura com os convênios, cede-se o terreno para que seja feito isso e o financiamento é o financiamento é normal da Caixa Econômica Federal, do Minha Casa Minha Vida essas coisas.

Pesquisadora - A verba destinada para a construção destas moradias foi de origem Federal, Estadual, Municipal faz parte de algum programa do governo como o PAC ou programa Minha Casa Minha Vida?

Entrevistado - Então eu tenho impressão que sim, eu não tenho certeza, mas por experiência própria isso deve ser do Governo Federal

Pesquisadora - Quantas famílias ainda necessitam ser incluídas nos programas de assistência a moradia da prefeitura tem esses dados?

Entrevistado- Eu não tenho esses dados nós temos um levantamento muito precário logo no começo da gestão, mas que não reflete a realidade ainda atualmente

Pesquisadora - A prefeitura tem coordenada algum projeto de regularização fundiária na cidade?

Entrevistado - Ha vários, aquilo que estou falando para você que estão sendo coordenados naquela região que eu citei até os bairros.

## Apêndice VII

### ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E URBANISMO CÉSAR ABBOUD - DATA: 13/11/2018.

Pesquisadora: Como o senhor analisa a relação da gestão e do planejamento em Ubatuba?

Entrevistado: É aquilo que eu te falei, eu acho que a gestão ela tem uma tarefa muito grande de alinhar, Ubatuba ela desalinhou, ela tem tudo, todo potencial está aqui, se que a gente pensar em uma lei, ela vai existir ela está desatualizada, então há uma necessidade de um trabalho do Executivo, do Legislativo e também do Judiciário, que tem sido um parceiro nosso nessa parte de poder cobrar para a gente unir forças e fazer. Ai que discurso esperançoso, mas é o único que tem, é a única chance que tem exatamente disso com relação à gestão. Não está sendo fácil há uma necessidade de entendimento, a população tem que compreender isso, isso não é muleta a gente está trabalhando todo dia. E sobre a questão do planejamento o item maior que eu coloco é o plano diretor, não há como planejar sem o plano diretor, não há como ter uma lei de uso do solo boa. Nossa lei do uso do solo tem 79 emendas, sabe o que é isso, é uma outra lei entendeu, como a gente pode ter uma lei de zoneamento com 79 emenda sobre a lei, eu faço a lei aí você lê, ou seja agora você tem 79 emendas que corrige, então é uma coisa de retalho. Isso é muito perigoso para uma cidade que tem um viés ambiental como esse, então há a necessidade urgente do plano diretor do qual ainda começa este ano tá, eu assino esse contrato com quem for lá fazer, que são professores da USP a gente vai trabalhar exatamente ai, eu sou professor, então a gente vai trabalhar no nosso ambiente universitário, que são pessoas capacitadas de fato, que não são empresas que querem vender pacotes de planos e para a gente poder fazer esse planejamento corretamente.

Pesquisadora: Atualmente Ubatuba apresenta alguns pontos de alagamento existe algum estudo detalhado sobre implantação da rede de drenagem?

Entrevistado: Essa eu não tenho a resposta, não passa pela minha secretária, você tem que ir pela obra, tudo que está ligado a drenagem eu não vou conseguir responder. Agora, há estudos sim, são caros, são desenvolvidos muitas vezes em órgãos e também escritórios específicos, porque é um assunto específico e que tem que ser resolvido, mas volto a repetir sua pergunta é muito abrangente não é só Ubatuba, Caraguatatuba teve problema agora nessa última chuva terrível, também está desenvolvendo, então há necessidade. O que acontece no Brasil é que os projetos ainda estão em desenvolvimento. Ai você vê a nossa fragilidade, precariedade e deficiência política e administrativa de estar trabalhando com seriedade os assuntos e pôr em prática, vai custar vai, mas eu acho que tudo é possível.

Pesquisadora: Quantos anos o senhor acha que levaria para resolver o problema das carências de infraestrutura como rede de drenagem, asfaltamento?

Entrevistado: Depende de recursos, é pergunta muito aberta, depende dos recursos que você tem, tendo recurso tendo condições de programa. Porque o que que acontece? Agora com o novo presidente eu acredito que isso deva e tem que mudar. Os municípios recebem uma parte muito pequena dessa participação, e joga aqui. Você está entrevistando quem? Você está entrevistando ministro, você está entrevistando o secretário de estado, você está entrevistando quem? Você é de Ubatuba está entrevistando o secretário municipal, ou seja, tudo é município eu dou minha cara, eu venho, você me conhece, você entrou e tal, está me gravando, então a gente está no ambiente nosso sem recursos e com toda a problemática é preciso entender isso de verdade e não existe milagre, sem recursos não vira. Há mas há desvio! Não, não há desvio não, porque o Tribunal de Contas ele zela por isso, ele fica em cima dos municípios, todos os municípios, então a necessidade da retomada desse recurso para os municípios. É

isso mesmo, sem recurso não tem como falar, há é uma brincadeira isso daí tantos anos, eu não vou fazer previsão isso não existe.

Pesquisadora: Houve algum loteamento depois da aprovação do Estatuto da Cidade em julho de 2001 que foi aprovado com ausência de infraestrutura urbana necessárias à vida urbana?

Entrevistado: Não que eu conheço não, pode ser que eu não estava aqui, 2001 precisaria fazer um levantamento sobre isso, um bom questionamento, não acredito, porque hoje respondi, tem o Ministério Público, tem o Ministério Público Federal, se o cara fez um deles aqui, que aqui só tem técnico, se eles fizeram eles vão responder.

Pesquisadora: Quais são as maiores dificuldades encontradas no momento de execução do planejamento ou no próprio planejamento em si?

Entrevistado: Havendo planejamento, havendo recurso para que não fique só no papel, eu não vejo dificuldade alguma, desde que se queira trabalhar com seriedade eu não vejo dificuldade alguma.

Pesquisadora: Há uma conversa entre a secretaria municipal de planejamento e outras secretarias em relação a oferta dos serviços públicos?

Entrevistado: Se é uma gestão, é lógico há, a gente se comunica, existem algumas atribuições que o meu colega de obras ele tem que fazer executar, essa por exemplo, é uma secretária orientativa, técnica, de aprovação de muitas responsabilidades sim, de planejamento, então agora a gente tem que andar em conjunto porque é uma gestão só. Mas sobre a questão dos serviços, sim há uma comunicação sim, eu não vejo como não ser, se é uma gestão, não são várias prefeiturinhas tem que ser uma gestão só. Há uma dificuldade sim de comunicação porque as frentes são outras as prioridades são muitas, então se você for falar com o secretário de educação ele tem outra forma de pensar mas a gente se comunica por ser gestão e a gestão é um conjunto, muitas vezes o próprio servidor público não consegue enxergar e até a pergunta veio meio cabeluda, você não consegue perceber que é um conjunto, se tal lugar falhou e o outro atendeu, a gestão o que que é, é um conjunto, agora ninguém se comunicar fica difícil, no municipal fica difícil.

Pesquisadora: Cite os bairros melhor servidos e os mais prejudicados em relação à mobilidade populacional e estrutura física em termos de acessibilidade?

Entrevistado: São duas questões totalmente distintas, mobilidade é uma coisa acessibilidade é outra, acessibilidade inclusive está dentro de mobilidade. Então você tem que definir melhor, ou é mobilidade ou acessibilidade. Sobre acessibilidade o país inteiro tem que trabalhar de verdade, não é só ficar criando leis e parâmetros ou cursinhos para ensinar, tem que fazer ação tem que ter dinheiro para fazer calçadas, para trabalhar esses tipos de coisas, são as pautas acessíveis que falam, sobre a mobilidade isso depende de um plano, um planejamento maior que chama plano de mobilidade urbana está vinculado ao plano diretor.

Pesquisadora: A prefeitura tem um plano de mobilidade urbana?

Entrevistado: Tem um plano de mobilidade urbana, mas não tem plano diretor, se não tem plano diretor o plano de mobilidade não serve para nada, ele não vigora, aliás tem um plano de mobilidade urbana feita em gestões passadas aqui, que hoje não tem muito valor porque há um levantamento, mas não há uma precisão, porque não foi feito a plano diretor ainda. Você só vai conseguir desenhar a mobilidade urbana junto com plano diretor, ou atrelado a ele, então como que desenvolveram um projeto de mobilidade urbana em Ubatuba sem um plano diretor. Há mais havia um plano diretor anterior! O plano diretor anterior ele era de diretrizes não era de uso do solo. A lei 711 ela está desde 84 em Ubatuba, então nada mudou então não tem como discutir. Mas e agora não vamos fazer? Vamos, vamos fazer certo, vamos fazer o plano diretor, retomar o plano de mobilidade e fazer uma releitura dele, lógico para não perder, e ver o que ele não consta, porque eu tenho certeza eu sou professor na área, e ele não bate.

Pesquisadora: Quais bairros da cidade em função do sistema viário (ausência de avenidas e ruas estreitas) dificultam a acessibilidade dos seus moradores a outras áreas da cidade?

Entrevistado: Todos os bairros que são irregulares tem dificuldades, passam a ser regularizados agora com a regularização fundiária, que aí começa a ter recurso para que você possa fazer exatamente a implementação dessas vias, tudo é um fato, você constrói irregularmente, não há uma preocupação, não há um projeto, um planejamento para nada, com relação às vias principalmente ao lado do urbanismo, e aquilo que é ocupado é invadido, e aí não há controle, aquela história que todo mundo conhece, se forma o bairro aí fica difícil depois para se resolver, para trabalhar. Como que se resolve? Resolve através da regularização fundiária que você regulariza a vida das pessoas que estão lá consolidadas a anos, não são novas invasões isso tem que ser contido de outra forma e aí você consegue sim ter programas, que eu sei que existem e isso não é pouco, para que atenda. É porque hoje o que que acontece? A regularização fundiária está ligada a título, à população quer título, o político quer título, e não é isso. A questão está ligada e o prefeito sabe bem disso, como é que eu vou buscar recurso, vamos supor, o bairro X ele é irregular, não tem como um prefeito de qualquer cidade Y aí ir atrás de recurso para melhorar aquele bairro porque ele é irregular, então você vai na esfera do governo federal e estadual, isso não existe isso é irregular, então precisa regularizar o que já está consolidado, daí sim buscar esse recurso, então a regularização fundiária é necessária de fato, e só ela para acertar e aonde que tem os problemas viários, exatamente nessas áreas, aonde existe um loteamento aprovado, existe um desenho, Ubatuba por exemplo ela tem uma ortogonalidade que me agrada muito, são avenidas que elas cruzam em tabuleiro de xadrez, então eu faço facilidade de referências, de mão que vai outra que volta, o sentido, dá para você trabalhar legal nesse lugar mas são poucos ambientes que eu tenho isso.

Pesquisadora: Quais são os principais problemas enfrentados pela população de baixa renda em relação à mobilidade no espaço urbano?

Entrevistado: Mobilidade, olha vamos dizer assim, eu acho eu tenho certeza, vou puxar um aspecto positivo um pouco para depois falar do negativo, é terrível sim quando a gente fala em transporte coletivo, existe uma dificuldade muito grande no Brasil volto a repetir Ubatuba não é diferente, eu acho até que Ubatuba derrepente até consegue, mas uma logística muito ruim ainda com relação a esses terminais aqui do centro, mas ainda consegue ter um atendimento melhor que outras cidades vizinhas, por exemplo, por incrível que pareça com relação ao transporte coletivo, mas vocês tem um aspecto aqui muito bacana que eu acho interessante, nós temos, eu também faço parte disso, que são as ciclovias que foram desenvolvidas, essas sim precisam ser reformuladas e ampliadas, é alternativo. Quando a gente fala em mobilidade urbana, a gente propõe um alternativo, o que eu gostaria de deixar claro sobre mobilidade urbana de Ubatuba é que tem que se pensar o seguinte, eu vejo muito o empresário preocupado em melhorar a fluidez da avenida da praia, da orla, ali não é lugar de fluidez, ali é lugar de passeio, de turismo, então quando a gente tem a fluidez, aí nós teríamos, volto falar da ortogonalidade que é perfeita para isto, você tem várias avenidas que cortam Ubatuba, essa Rio Grande do Sul é uma avenida larga hoje totalmente ocupada teria que ordenar aquilo dali outras avenida agente tem aqui em paralelo e a própria rodovia e outras que a gente pode criar alternativa para você dar essa fluidez de mobilidade, principalmente na temporada, então eu acho assim a população ela sofre com relação ao transporte coletivo, ela tem alternativa das ciclovias eu vejo que o automóvel hoje é o grande vilão de tudo do mundo inteiro e aí a gente tem que buscar novas alternativas, algumas coisas assim chegam a ser até engraçados de patins, patinete automatizado, umas coisas que a gente não sabe nem o que é, mas não acho que é por aí, eu acho que a ciclovia ainda é grande saída nessas cidades principalmente litorâneas tipo Ubatuba tem planície eu acho bacana essa ideia.

Pesquisadora: Quais as estratégias para atender as demandas por transporte dos bairros periféricos e áreas residenciais do programa Minha Casa Minha Vida?

Entrevistado: Então esse aí eu vou pedir para você também procurar Secretaria de Habitação para falar com mais propriedade sobre o assunto.

Como a área do Shopping Center é servida por linhas de ônibus os bairros mais populares têm linhas para este setor da cidade?

Entrevistado: Shopping Center a onde tem shopping aqui? Em Itaguá, não é um shopping ainda é um centro de lojas, essa pergunta não condiz com a nossa cidade.

Pesquisadora: Como a cidade tem se organizado para receber os turistas?

Entrevistado: Então eu acho assim, uma cidade, dentro de tudo que você falou, com relação ao planejamento, a mobilidade, a lei da calçada, com relação a gestão integrada, com relação ao plano diretor com relação à regularização fundiária, olha quanta coisa nós falamos aí, pagamento do déficit que nós temos aí um rombo e que tem que ser pago e o prefeito vem fazendo isso, eu acho que dentro disso você faz uma cidade boa para o morador e melhorando a acessibilidade, melhorando a mobilidade tudo isso. Ah falei dos terminais de ônibus, existe projeto para retirada de terminais de ônibus, uma nova rodoviária que receba num local determinado fora do centro e agente dar um melhor uso determinado daquele pedaço, não é que as pessoas não vão ter acesso, lógico vão continuar tendo acesso do mesmo jeito, mas não precisaria daquele ponto ali naquele ponto de recebimento, dá melhorar essa logística, está aprovado inclusive por eles por quem trabalha com transporte coletivo. Mas voltando dentro de tudo isso daí, se você fizer uma cidade boa para o morador automaticamente os turistas sentem, a gente esqueceu de falar da pavimentação né, tudo isso conta e aí a gente tem alguma coisa para o turismo que vem a mais que é a cereja do bolo, que é o DADE, que é uma verba específica para incrementar o turismo néh, das estâncias balneárias, é uma verba estadual que todo ano tem, Ubatuba deixou os últimos quatro anos esse recurso parado como se ela não precisasse, então já tinha mais de vinte milhões e este dinheiro não volta mais. Nós não deixamos parado em nenhum momento, já aprovamos 2018, já provamos 2019, são essas obras que você está ouvindo falar do Maranduba, da urbanização, são recursos que vem do DADE, e não podem ser usadas para outra coisa a não ser incremento do Turismo, equipamentos, melhorias da orla, melhorias da apresentação da cidade, esse tipo de coisa, e pavimento dentro do que for atraente para o turismo. Então eu acho que cidade boa para o morador é cidade boa para o turista e com esse recurso do DADE retomado melhor ainda.

Pesquisadora: Qual a importância do planejamento para que a cidade possa exercer esta função sem sobrecarregar os moradores locais no que se refere à oferta de serviços públicos?

Entrevistado: Por isso que eu não consegui entender eu estou falando no planejamento físico espacial e aí é uma mistura de informações nessa pergunta, porque você está falando de atendimento à população direto né, e aí são outros planejamentos. Então é isso que eu falo, você tem que consultar a gestão inteira por exemplo, a gente percebe Ubatuba nesta gestão, nesta, que houve um avanço na questão da saúde, então está se planejando para que melhore a saúde. Então a gente tem um posto de saúde você vai ver que não tinha, mas a população precisa compreender e assimilar isso, Então puxa apesar das questões politiqueras e eu acho que é uma melhoria, isso está dentro de um plano que eu não sei falar sobre porque é um plano, aquilo que você perguntou a gente se comunica sim, mas cada um tem as suas prioridades senão a gente fica louco né, porque eu não posso, quando eu falo que a gente comunica é propor uma praça aonde tem uma escola por exemplo uma creche, então isso é uma



comunicação da minha parte facial então eu acho assim é uma pergunta que caberia assim, eu não sei nem se teria pelo gabinete, talvez você ter essa visão macro de todas as propostas que atende diretamente a população, a minha secretária ela atende essa população a posteriori ou então tudo que a população talvez esteja sentindo dificuldade com relação à mobilidade urbana, as calçadas é porque nada a prefeito anteriormente, apenas aprovação do projeto, apenas o que era regular, então agora nós estamos pensando nisso que vai vir lá na frente, agora a Dona Maria ela não vai ter essa percepção, se ela se ela buscar informação ela vai ter, mas é importante que ela saiba que está sendo pensado para frente porque o planejamento não é mediato existe planejamento a curto médio e longo prazo o que eu estou fazendo aqui é curto e médio, mas médio porque Ubatuba deixou muita coisa, médio que eu digo assim o plano diretor não se faz da noite para o dia então vou ter que entrar em um procedimento do plano diretor que está previsto ainda na gestão Sato ele tem uma boa parte dele consumada.

Pesquisadora: E pretende ser democrática?

Entrevistado: Totalmente não existe como não ser, por isso quando eu falo para você que eu trago a universidade, como é que eu não vou fazer, primeiro se eu não fazer isso ele não tem validade eu preciso, ele perde a validade você fica longe da população, posso falar é o que vocês fizeram até hoje desculpa, entendeu, que vocês fizeram até hoje, é por isso que a população está distante é um plano diretor de diretrizes que propõe que deve ser revista a lei não é ruim mas propor que vai ser revista a lei, vamos rever a lei é isso, tem que ter um enfrentamento entendeu, mas a população a Dona Maria só vai perceber isso lá na frente,

Pesquisadora: Bom eu acho que o senhor já falou com relação à infraestrutura urbana, o que precisa melhorar.

Entrevistado: Tenta buscar essa informação com outros secretários.

Pesquisadora: O poder público tem feito intervenções na cidade com o intuito de estimular o turismo?

Entrevistado: Total, uma delas é vou repetir só para reforçar, os recursos advindos do DADE que é o apoio e desenvolvimento as Estâncias Balneárias, do qual Ubatuba tem uma participação boa, em torno de cinco milhões por ano, e esse destino desse recurso tem que ser voltada apenas para incremento do Turismo, volto a repetir a cidade não tem cofre, não tem fonte nunca, ela tá com deficiência nisso, ela consegue bancar educação, consegue bancar a saúde, consegue bancar o funcionalismo público que é regrado é lei não tem como não fazer, e consegue manter alguns serviços diretos da população, assistente social esse tipo de coisas, mas para infraestrutura e turismo a maior parte são recursos que tem que vir de fora, essa verba do DADE não pode jamais a partir desta gestão ser entendida como algo que não vai ser buscado, como ficou parado, eu acho um absurdo quando eu penso nisso, como que Ubatuba como essa turística, deixou de buscar esse recurso como se ela não precisasse, inclusive para pavimentar a áreas turísticas por exemplo centro da cidade derrepente poderia ter um projeto e porque não fazer, um projeto para 2019 já estão pensando que você já incrementa turismo e já melhora pavimento eu não posso fazer a movimentação direto no que não seja voltada ao turismo, então há sim essas políticas todas que estão sendo desenvolvidos e tem uma pelas políticas boas lá na secretaria de turismo com relação a volta por exemplo dos transatlânticos são recursos bacanas e vocês tem iniciativa privada muito boa muito forte muito atuante bons restaurantes bons artesanatos boa cultura, sabe Ubatuba tem tudo é o que eu canso de dizer é uma potência só precisa elencar e trabalhar de forma planejada isso tudo néh

Pesquisadora: Há algum controle dessa atividade?

Entrevistado: Sim, por exemplo, que tipo, eventos, programação de festas calendários, é o que eu estou falando políticas de busca dos transatlânticos, há uma preocupação muito grande com essa questão, que está na cabeça de todos, da invasão do turismo predatório isso há de se fazer, há a necessidade da taxa ambiental tudo isso tá ligado ao turismo ambiente se não fizer aí corre o risco de ter um aspecto negativo néh. Então a temporada em Ubatuba ela passou a ser predatória e não é essa e não é esse tipo de turismo, não é tipo de características, ninguém quer isso é preciso ter um controle, preciso de recurso mais uma vez, não existe nada que você faça sem recurso.

Pesquisadora: A cidade de Ubatuba possui uma riqueza natural exuberantes praias maravilhosas berços marinhos o que é prefeitura e o planejamento tem feito para minimizar os impactos ambientais que provém das atividades?

Entrevistado: Busca de programas acabei de falar, exatamente de controle junto ao Ministério Público Federal junto ao Ministério Público, SPU, entendeu, são vários órgãos de controles, CODEPHAAT, IPHAN, Código Florestal, CETESB, olha quanta coisa, então eu como prefeitura, representando aqui, seu entrevistado, a minha caneta ela é uma das, então existem vários órgãos ambientais, que estão envolvidos, todos em conjunto para tentar atender, mas volto a repetir, se não tiver uma ação mais específica, mais pontual, com recursos próprios e eu vejo a taxa ambiental como uma aspecto positivo para cidade, e eu vejo esse turismo predatório ele é muito grande, ele está na rede social as próprias pessoas divulgam,

Pesquisadora: Como a população está inserida nisso é realizado algum tipo de trabalho com a população que vive educação ambiental?

Entrevistado: Secretaria do meio ambiente tem desenvolvido alguma coisa então eles têm trabalhado alguns projetos específicos de praias, de visitação com escolas, de plantio de árvores tem um trabalho bacana assim que é de conscientização, isso é importante até você pegar porque existe mesmo. Eu espero que você saia daqui e vai buscar essas questões que essas perguntas são muito abrangentes para uma secretaria só.

Pesquisadora: O turismo tem beneficiado a população em qual aspecto?

Entrevistado: Total, é a economia única da cidade não tem outra, você vai falar que a pesca , não a pesca ela também precisa do Turismo e vocês têm um Turismo muito forte muito intenso e constante, diferencia de todas as cidades, vocês têm realmente economia turística , então vocês têm hotéis bons, tem restaurantes bons, você tem iniciativa muito forte e gera emprego, só que eu acho que ainda falta capacitação mais capacitação, perante as outras cidades vocês estão na frente mas se você não cuidar.

Pesquisadora: O turismo tem uma importância Regional?

Entrevistado: Lógico acabei de falar, Ubatuba Ilhabela para mim são as que se destacam na região

Pesquisadora: Quais os pontos negativos e positivos do Turismo?

Entrevistado: O turismo predatório que eu acabei de falar. É totalmente não desejada, a gente não quer isso e a taxa ambiental. E o que é a taxa ambiental? É cobrar para entrar em Ubatuba, você é turista entrou tem que pagar a taxa ambiental, está para sair agora você vai entrar em Ubatuba vai pagar uma taxa, que eu acho ridículo até pequena em função da importância. Que hoje que acontece? O cara vem suja detona vai embora e a gente fica com todo esse lixo para limpar, será que ele deixou dinheiro na cidade, será que ele foi positivo, lógico, mas o predatório não, é aquele cara que vem para estragar, exemplo disso a Ilha das Couves, você vê o que está acontecendo lá e cuja rede social tem grande parcela de culpa porque divulga de forma exuberante sem controle e põe vídeos e todo mundo quer ir para lá entendeu. E vai através de escunas e detona tudo lá e não deixa nada para cidade então a cidade precisa sim precisa de fiscais, sim precisa de recursos, tudo dentro de uma taxa ambiental então tudo tem que ser cobrado.

## Apêndice VIII

### ENTREVISTA COM PREFEITO DA CIDADE DE UBATUBA/SP, DÉLCIO SATO REALIZADA EM 22/11/2018.

Pesquisadora: Gravação autorizada. Para começar nossa entrevista, gostaríamos que o senhor fizesse uma avaliação geral da cidade e as mudanças ocorridas em Ubatuba nos últimos 20 anos?

Entrevistado: Primeiro, visto que a cidade precisava ter uma sequência de governos com o mesmo objetivo para a cidade, então não teve, cada governo acabou de certo modo, talvez tendo um direcionamento e isso acaba não tendo um crescimento contínuo e rápido para o desenvolvimento da cidade. Então a gente hoje está tentando também direcionar, nós somos a Capital do Surf, nós estamos batalhando para que sejamos a capital da Mata Atlântica, então esses dois títulos que são importantes para que a gente possa ter um norte para o município né, não basta ser a cidade turística. Mas e aí turística do que? De veraneio, de estrangeiro, relacionados a questão ambientais e sustentabilidade. O que que é? Eu acho que a capital do surf e Mata Atlântica engloba bem tudo isso sabendo que nós queremos fazer um desenvolvimento respeitando todas essas belezas que nós temos que é o grande atrativo da cidade de Ubatuba que é realmente a questão do turismo, mas um turismo de qualidade um turismo sustentável com realmente muita responsabilidade para que não viemos a perder tudo isso que nós temos. Então hoje nós temos pautado um pouco para isso estamos fazendo vários estudos, primeiro é o plano diretor que é importantíssimo para dar um direcionamento na cidade, sou presidente da CODIVAP que é o Consórcio dos Prefeitos do Vales Do Litoral Norte que também estamos levando uma discussão do plano diretor a nível de Estado porque de nada adianta o prefeito dessas regiões todas e principalmente litoral pensar nos seus planos diretores e esquecer o plano diretor que existe a nível de Estado então isso começa a trazer alguns planos, vamos citar aqui um exemplo: Rodovia dos Tamoios, será que seria o certo do jeito que foi feito ? Não estou questionando se está errado ou certo, mas será que seria, não estou falando se é certo ou errado, é uma pergunta para gente refletir e pensar. De que hoje senão tem a duplicação Caraguá a São Sebastião, de Caraguá á Ubatuba, porque que a duplicação de São José a Caraguá e depois chega aqui acaba tendo problema para você poder estar indo para as cidades do litoral norte. Então a gente tem, por isso que eu falo que o plano diretor ele é importante tanto do Estado quanto para os municípios para está alinhado todas essas questões e estamos levando essa discussão macro para toda nossa região, mas eu creio assim de um certo modo cada prefeito fez o que pôde fazer dentro do seu momento, mas eu acho que o Ubatuba no litoral norte ficou um pouco para trás nesses 20 30 anos como você diz. Não houve uma sequência, quando você fala assim, a cidade está com buracos a cidade está com as ruas ruins é uma herança de 20 e 30 anos não foi ocasionado agora no meu governo e nós estamos tentando solucionar essa situação com medidas caseiras que é a fábrica de bloquetes caseiros que a gente faz hoje que produzem 600 bloquetes por dia alguns convênios de algumas ruas novas e alguns financiamentos que estamos em busca para fazer o recapeamento de toda cidade então a malha viária das cidades esteve péssima ao longo desses 20 e 30 anos e agora estamos querendo dar essa roupagem nova dessa infraestrutura, não fiz antes, ou seja, fiz o que eu pude até agora com a maior operação tapa-buraco, tivemos uma questão de enchentes depois tivemos que refazer todos os trabalhos

novamente hoje contemplasse com mais de 40 ruas novas sendo recapeadas e feitas as novas e já estamos com esses 20 milhões e provavelmente financiamento para fazer o recapeamento de toda a cidade para deixar não só a malha turística mas também as ruas principais dos bairros com condições melhores de acesso para o municípe. Agora o que eu falei uma coisa de 20 e 30 anos você não resolve em dois anos eu não tenho nem dois anos de governo e eu tive outras prioridades também que a questão da cultura, o teatro que abrimos em 100 dias o centro de convenção o portal de entrada que é o portão de entrada a da cidade por onde todos por ali passam, a questão das Unidades Básicas de Saúde que entregamos duas agora e já estamos reformando, vamos começar a reformar o Ipiranguinha, já reformamos Maranduba, já reformamos Saco da Ribeira estou fazendo 2 Capes construção de creche construção de escola, revitalização de toda nossa orla iluminação de toda nossa orla e tudo isso vai trazer uma roupagem nova para o município embora eu sei que a população tem cobrado coisas constantes e imediatas diante do quadro político que se encontra o país mas nós não podemos fazer mágica até porque nós não temos recursos nossos recursos são buscados fora eu acho que faltou um pouquinho. Essa questão dos royalties, por exemplo, até hoje nós somos o que menos recebem royalties porque nenhum administrador durante esse todo período viu essa questão, nós conseguimos aumentar um pouco agora já entrei com medidas judiciais para também poder levar esses valores nunca vai chegar igual às outras cidades do município litoral norte mas vai melhorar bastante e também depois dessa temporada nós vamos começar uma bandeira política com os deputados de base que tem nos ajudado para que a gente comece uma grande Bandeira em favor de uma nova divisão dos royalties em favor da cidade de Ubatuba.

Pesquisadora: Como se organiza o sistema de transportes em Ubatuba são linhas radiais, diametrais, outros tipos de linhas?

Entrevistado: Hoje tem uma concessionária, uma concessão, uma empresa particular, não é a prefeitura que faz não é o Estado, elas partem do centro para o bairro.

Pesquisadora: Quantas linhas de ônibus a cidade possui, essas linhas conseguem abarcar as necessidades da população que utiliza o modo de transporte, tem conseguido satisfazer as necessidades da população?

Entrevistado: Eu tenho sentido o seguinte, quando se abre o edital e não fui eu, uma coisa que já veio de outros governos eles estabelecem algumas metas eu acredito que essas metas são em cima de estudos e a empresa lógico acaba fazendo de acordo com essas metas eu não tenho dúvida, inclusive recentemente estive cobrando a empresa de que deve ser readequado isso porque o município cresceu novos lugares foram ocupados necessidades de novas linhas e isso ficou de ser apresentado pela empresa um novo cronograma disso e falei que tinha inclusive várias reclamações dos municípes, horários que não eram cumpridos, horários que não entravam em determinados bairros isso tudo nós diante dessas reclamações estamos pautando para a empresa para que ela venha suprir todas essas necessidades também e para ela também é importante porque às vezes com essas mudanças nem elas conseguiu colocar aí em prática talvez a efetividade dos serviços diante de uma nova realidade do município depois de 10, 15, 20 anos.

Pesquisadora: Quais são os entraves que a cidade apresenta em relação à acessibilidade a diferentes áreas, ou seja, o município apresenta barreiras físicas que impedem a circulação do transporte coletivo?

Entrevistado: Eu acho que algumas, aqui tem alguns Sertões, algumas áreas que vamos dizer que meio que rural como Casanga, Caçandoca que o acesso é mais complicado, e uma coisa importante que a gente tem que entender é que diante de todo esse tempo que não se fizeram a pavimentação no município é natural toda chuva que dá nós temos problemas, principalmente nesses pontos que você falou, a estrada do Araribá, Caçandoca Sertão do Ubatumirim, Casanga, enfim os principais acessos para Sertões para lugares mais distantes com a chuva não tem jeito de fugir por isso existe um maquinário existe a manutenção embora a prefeitura também carece de uma manutenção de uma estrutura boa para atender todas as demandas nós temos mais de 100 quilômetros no município e você atender toda essa extensão e aqui nós sabemos as chuvas são constantes o mês passado você tem uma ideia nós tivemos 5 dias de sol, então como você consegue trabalhar, você não consegue chove é natural que a rua está ruim, aí a pessoa fala eu quero que arrume, aí você vai lá mexer em tempo de chuva em vez de melhorar piora porque aí vira lama vira buraco e aí piora aí não tem jeito tem que deixar melhorar o tempo para que a gente possa efetuar o serviço. Essa questão não é uma questão do meu governo já vem de anos como eu falei, até uma municípe uma vez falou, nossa nessa linha da pavimentação sua vai demorar uns 40 anos para pavimentar a cidade toda então que seja porque eu comecei se tivesse começado a 40 anos atrás não teríamos esses problemas que nós temos tendo hoje.

Pesquisadora: Cite os bairros melhor servido e os mais prejudicados em relação à mobilidade populacional e a estrutura física em termos de acessibilidade?

Entrevistado: De qualquer forma o centro sempre acaba sendo onde todos utilizam e também não podemos ter esse jargão que as vezes falam, há só faz as coisas para o centro, não é isso. É que na verdade o centro é onde todos utilizam, sejam dos Sertões, seja dos bairros, as pessoas trabalham, os serviços estão aqui, os serviços básicos e urgentes emergentes, então é natural que aqui, não é que é beneficiar só o centro ou beneficiar só o turista é a parte que mais é circulada que é mais utilizada por toda a população.

Pesquisadora: Quais são os principais problemas enfrentados pela população de baixa renda em relação à mobilidade no espaço urbano?

Entrevistado: Olha, a questão de mobilidade que eu mais vejo, tem vários fatores, primeiro, a questão do trânsito que hoje nós temos visto que a cada dia tem aumentado, então tem projetos para tudo isso, nós estamos fazendo vias de acesso nas entradas da cidade para melhorar isso, mas hoje é um grande complicador. Se você pega o trevo de Taubaté hoje que tem um projeto maravilhoso, mas enquanto não executar acaba travando todo trânsito. Temos a questão das bicicletas, o maior número que as pessoas utilizam de circulação é de bicicleta, então nós temos ainda que implantar mais ciclo faixas, temos dados, grandes números de acidente hoje são de bicicleta, acaba um batendo uma bicicleta no outro, bate na porta do carro etc com essa situação, e a questão das calçadas que a gente tem visto também que aí é de modo geral, a gente que não tem nenhuma mobilidade reduzida já tem algumas dificuldades em algumas calçadas, imagina os deficientes as mães com seus filhos de carrinho os idosos, então eu tenho visto isto daí, inclusive nós estamos fazendo uma lei para que nós possamos melhorar as calçadas do município, então tem vários fatores aí envolvem proprietário para que possa estar trabalhando como eu falei se eu tivesse vindo logo desses 20 anos fazendo essas questões de forma padronizada, pensando nisso tudo, hoje nós não teríamos grandes problemas, o problema é que nós encontramos a cidade com deficiência em todas as áreas em todas as situações. Então você conseguir administrar e consertar todas essas coisas que vieram no passado vai tempo para poder resolver.

Pesquisadora: Tem alguma estratégia para atender a demanda por transportes coletivos nos bairros periféricos ou dos Programas Minha Casa Minha Vida?

Entrevistado: Eu acho que isso na verdade toda a cidade ela tem acesso, seja, se for a educação tem nosso transporte escolar, se for a questão município normal tem transporte público em todas as áreas eu não vejo dificuldade nesses acessos a essas comunidades não.

Pesquisadora: O senhor sabe me dizer desde quando é até quando a empresas operam na cidade, se tem algum prazo, você tem esses dados?

Entrevistado: Geralmente são 30 anos de concessão e foi renovado na gestão passada eu tenho apenas que cumprir e fiscalizar não tem como fazer nada além disso por enquanto.

Pesquisadora: Com relação aos critérios definidos nos editais de concessão você saberia me dizer alguma coisa?

Entrevistado: Eu acho que ele atendeu todos os requisitos, volto a dizer que eu estou cobrando para que eles adequem algumas situações, normalmente com o tempo precisam ser preenchidas, acessos em alguns lugares a questão dos horários de ônibus que hoje talvez a demanda seja maior, mas eu não consigo dizer para você com número porque não tem nem pesquisa para isso, não fizemos nenhum tipo e pesquisa relacionado essa situação.

Pesquisadora: Você considera o atual sistema adequado?

Entrevistado: Eu acho que tem algumas defasagens, como eu disse já, cobrei da empresa algumas situações, uma das coisas como por exemplo foi exigir algumas frotas. Na época eu lembro que mandaram 10 ônibus novos para o nosso município e realmente nós confirmamos foram 10 ônibus da nova frota com qualidade que pudesse atender melhor a população, confesso que pode melhorar, mas já vi transporte coletivo em outras cidades muito piores que o nosso.

Pesquisadora: Há uma comunicação entre a secretaria de transporte e as outras secretarias com relação à mobilidade urbana?

Entrevistado: Secretaria de Transporte eu criei agora, então agora que nós estamos na verdade estruturando ela, achamos essas necessidades, temos um grande número de veículos em nossa frota muitos sucateados tivemos que trocar adquirimos mais de 25 veículos de todas as áreas transporte, saúde, educação, infraestrutura, trânsito que são necessários para atender toda essa demanda do município eu acredito que hoje, equipamentos de sinalização, que muitas vezes não entendem. Há e para que comprar esse equipamento? É para a questão de segurança, além de embelezamento da cidade também, todos esses equipamentos seja veículos e maquinários nós adquirimos justamente para melhorar aí a questão da acessibilidade e disciplinar um pouco essa questão do trânsito.

Pesquisadora: Existe alguma área da cidade no qual a prefeitura não conseguiu ofertar completamente os serviços públicos, como infraestrutura, equipamentos urbanos de uso coletivo? Por qual motivo?

Entrevistado: Hoje na verdade a cidade de Ubatuba tem mais de 70 núcleos irregulares nós estamos trabalhando aí também criei a Secretaria de Habitação justamente para poder atender essa demanda, uma demanda de muito tempo entra governo sai governo nós não conseguimos efetivar essa legalização desses imóveis, hoje nós conseguimos, entregamos mais de 300 títulos de documentos dessas terras dessas pessoas que já estão nesses locais fazendo a regularização fundiária mas ainda tenho comigo que não é ainda o suficiente para que a gente possa sanar de vez o problema da regularização fundiária. Entregar apenas um documento não significa regularização fundiária, regularização fundiária é muito mais do que isso, tem que levar infraestrutura a melhor qualidade de vida para essas pessoas, água, luz, área de lazer inclusive investimentos e muitas vezes os investimentos não acontecem por que essas áreas estão irregulares então o governo Federal e Estadual não tendo documentação dessas áreas eles não trazem recursos para serem beneficiados, isso é um prejuízo muito grande quando você pega o mesmo Sesmária com você falou de alguns exemplos, o próprio angelim ele é próximo do Taquaral estou citando dois aqui mas tem mais, como eu disse são algumas das áreas hoje que dificilmente conseguem outros benefícios da esfera Estadual e Federal justamente porque ainda não estão inseridos nessa regularização fundiária. Já estive com o Gaema, com o Ministério Público eu tenho um pré-projeto de toda a cidade de regularização fundiária

precisamos de recurso para resolver isso, a prefeitura não tem condições hoje de arcar com isso, mas nós temos um Fundo do Meio Ambiente um Fundo Habitacional que são muitas que acontecem relacionadas a questões ambientais que são destinadas para esse fundo, e nós temos conversado com o Ministério Público para ver se nós conseguimos que essas multas do município da cidade de Ubatuba ficassem no município para ser investido na questão das regularizações fundiárias, porque com isso nós teríamos um serviço efetivo e investia justamente na cidade como um todo. E também eu acredito que tanto os investidores, investimentos que tiveram na cidade eles preferem que fique no município porque com isso a regularização fundiária traz um desenvolvimento de uma forma mais organizada, estamos trabalhando para que isso ocorra, estamos trabalhando a questão de um Fundo Municipal para todos aqueles que têm multas relacionados às questões que sejam depositados nesse fundo para que seja revertido em serviços dessa regularização. Tem um custo muito alto é uma questão de levantamento social, uma questão topográfica, uma questão jurídica e quando você vai mexer com tudo acaba de um certo modo trazendo algumas barreiras por causa do custo então por causa do pessoal que precisa para essa regularização. Então como eu disse a cidade praticamente toda 70% e 70 núcleos estão com problemas que devem ser olhados com muita atenção porque aí envolve mil coisas né, questão de invasão, questão da contaminação dos rios, a questão da água e do esgoto em fim um problema social que com certeza vai acarretando cada vez mais problemas se a gente não tomar a frente disso tudo com a regularização.

Pesquisadora: Existem áreas que não possuem iluminação e asfalto fora esses núcleos que você falou?

Entrevistado: Asfalto com certeza a cidade de Ubatuba toda, como eu falei tem uma deficiência de anos, que bom que nós começamos, como eu disse aí, se comessem lá atrás talvez hoje nós não teríamos problemas tão grande como nós temos hoje. A questão da iluminação é o que eu falo, tem muitas questões relacionadas a regularização fundiária esses núcleos estão irregulares a Elektro não faz a ligação até por ordem da justiça do Ministério Público tem esse impedimento não se pode fazer as ligações se a área não estiver regularizada. Estamos correndo para que possa levar pelo menos para aquelas consolidadas e possíveis regularização a questão da água e da energia para essas pessoas

Pesquisadora: Existem áreas que não são servidas pela rede geral de tratamento de água e esgoto?

Entrevistado: Existe bastante, principalmente esgoto, o esgoto do litoral norte Ubatuba é o que menos tem assistência nessa área, não chegamos nem a 30% de tratamento do nosso esgoto. Hoje nós estamos com uma defasagem muito grande sou o presidente da Comissão de Bacias Hidrográficas já levamos essa discussão junto com os outros quatro prefeitos a Sabesp veio para um diálogo agora e hoje no meu governo isso tem que dar mérito ao Ministério Público e a própria população que sempre cobrou mas era uma promessa nossa de trabalho, conseguimos mais de 1500 ligações na região central aqui na estufa 2 onde tínhamos várias ruas com esgoto a céu aberto, ainda existe, existe, mas temos 1500 ligações para serem feitas e com certeza vai sanar bem essa situação real que existe da questão do esgoto, fora uma cobrança que nós tivemos efetiva que a Sabesp abriu uma licitação agora nesse mês passado de 26 milhões para ligação de mais de 10.000 ligação de esgoto, com isso nós resolveríamos muito a parte central do município, Itaguá, Perequê-açu, centro, Jardim Carolina, Estufa 1 e 2, toda essas regiões seria beneficiada com essas ligações e colocaria a cidade de Ubatuba no mesmo patamar das cidades vizinhas do litoral norte

Pesquisadora: É a Sabesp que é responsável por enquanto por essa questão da rede de água e esgoto?

Entrevistado: Sim, mas não podemos deixar de dizer que recentemente conseguimos através de cobrança constante também o término da estação de água lá no sertão na região da Maranduba na região Sul que está atendendo mais de 50 mil pessoas então durante 30 anos mais de 50 mil pessoas não terão problemas de água naquela região com essa estação que foi inaugurada no valor de mais de 20 milhões de investimento.

Pesquisadora: A prefeitura reconhece a existência de favelas no município?

Entrevistado: Não, favelas não temos, ocupações irregulares existem essas ocupações que algumas clandestinas que nós temos notificado, tirado, vamos entregar agora um conjunto habitacional aí dos prédios dos apartamentos de 376 unidades provavelmente esse ano ainda é possível entregar aproximadamente 200 o restante o ano que vem, estamos em fase final de obra de acabamento e isso que a ideia é tirar muitas pessoas das áreas de risco e dessas áreas irregulares.

Pesquisadora: Qual seria o núcleo habitacional mais antigo mais recente da cidade?

Entrevistado: Eu acho que Guarani um dos mais antigos depois vem Sesmaria, Vale do Sol, Bela Vista essas áreas aí que são mais antigas de ocupações.

Pesquisadora: Como está o processo de regularização fundiária dessas áreas no que tange a infraestrutura urbana e regularização dos lotes?

Entrevistado: A regularização dos lotes então é o que eu falei, nós entregamos já o Parque Guarani entregamos todos os títulos ali, entregamos recentemente o Poquinho que é outro bairro na região norte do município entregamos também ali na Gurilândia Caiçara na Estufa 2 nós também entregamos alguns títulos agora está na sequência aí Sesmaria, Bela Vista. São 70 núcleos que estão em andamento e que se não tiver um investimento alto investimento é alto nós iremos dar passos bem mais menores do que a gente deseja que a cidade tenha.

Pesquisadora: Falta infraestrutura como escolas, hospitais, comércios, saneamento básico nesses locais?

Entrevistado: Então acho que falta né, porque nós estamos correndo atrás disso tudo, embora eles estão em andamento, mas estamos suprindo de acordo com cada momento, que nem eu falei 1500 ligações de esgoto na estufa, algumas regularizações que já fizemos, creches, estamos avançando. Hoje todas as regiões na verdade não dão para falar por bairro, mas por região todas regiões são atendidas com saúde com creche com serviços relacionados e inclusive estamos descentralizando serviços, pega a região Sul por exemplo hoje lá tem Procon tem todo o protocolo da prefeitura tem castração de animais têm a questão social que é o CRAS, então estamos levando toda estrutura descentralizando para que todas as regiões tenham e todos os serviços

Pesquisadora: Como tem sido a atuação do poder público nestes locais com relação aos problemas citados?

Entrevistado: Estamos descentralizando o serviço levando estes serviços para as regiões, estamos tratando como regiões.

Pesquisadora: Como a atual gestão tem enfrentado este problema da falta de moradia e o que a prefeitura tem feito para reverter este quadro de favelização na cidade, acha suficiente?

Entrevistado: Não, então nós estamos, bom primeiro o plano diretor é fundamental já iniciamos vamos iniciar agora, estamos no processo, as regularizações dos núcleos através das regularizações fundiárias, a questão das casas populares dos apartamentos habitacionais que nós estamos em término de um total de 366 que vai melhorar a situação dessas pessoas que estão em áreas de risco, eu acho que por enquanto nessa questão de primeiro momento são essas as ações que nós estamos tomando.

Pesquisadora: Como tem sido a articulação e a relação da prefeitura com os outros entes da Federação no que diz respeito às políticas públicas destinadas para construção de conjuntos habitacionais, há alguma prioridade no atendimento das famílias?

Entrevistado: Eu acho que tem sido várias as políticas públicas com as entidades, você pega hoje o envolvimento nosso com o Ministério Público, o envolvimento com a própria câmara, o envolvimento com o ministério da Secretaria do Estado, trouxemos vários workshopping aqui para a cidade, trouxemos a conexidades que envolveu vários assuntos a nível nacional e relacionados a nós tivemos recentemente o curso de contabilistas e gestão pública na cidade, primeiríssima infância que tem sido um grande trabalho com as nossas secretarias social, saúde, educação e Ministério Público, violência contra mulher que também é uma política que nós estão trabalhando muito pesado junto com Ministério Público, que existem muito embora a gente pensa que não, a questão da segurança pública a integração entre as policias através do CONSEG a prefeitura e polícia militar e todas as policias envolvidas para uma segurança melhor inclusive somos da vigésima sétima cidade mais segura justamente por isso, acontecem algumas situações, acontecem, mas nós temos desvendados todos delitos ocorridos aqui na cidade de Ubatuba

Pesquisadora: Tem algum bairro que mais sofre com essa relação da violência na cidade?

Entrevistado: Você conseguiria este índice com a polícia civil, nós não temos esta estatística.

Pesquisadora: O senhor sabe quantos conjuntos habitacionais possui na cidade, em qual gestão elas iniciaram, e se a obra foi concluída no prazo?

Entrevistado: No Sumaré que faz muito tempo foi um dos primeiros, Parque dos Ministérios, Taquaral e agora o nosso na Marafunda.

Pesquisadora: Esses conjuntos foram propostas de alguma intervenção da prefeitura ou da pressão dos movimentos sociais na cidade, tem algum movimento social na cidade que luta por moradia na cidade?

Entrevistado: Movimento não sei, mas a prefeitura é uma das que mais está frente desse trabalho junto ao estado junto à união

Pesquisadora: E as verbas para construção da Estadual ou Federal?

Entrevistado: Essa é Estadual.

Pesquisadora: Quantas famílias ainda necessitam serem incluídas nos programas de assistência, à moradia a prefeitura tem esses dados?

Entrevistado: Olha eu sei que Assistência Social fez um levantamento, eu não tenho números não, mas temos déficit realmente razoável relacionado a questão ocupacional.

Pesquisadora: Quantos postos de saúde foram inaugurados na cidade?

Entrevistado: No meu governo, eu entreguei a Unidade Básica De Saúde do Horto, tenho dois milhões para reformar o posto de saúde do Ipiranguinha, consegui também Unidade Básica de Saúde do Centro foi que foi entregue, reformamos o posto de saúde da Maranduba, reformamos o posto de saúde do Saco da Ribeira e estamos fase de construção a ponto de Laje de 2 Capes que é psicossocial, álcool e drogas.